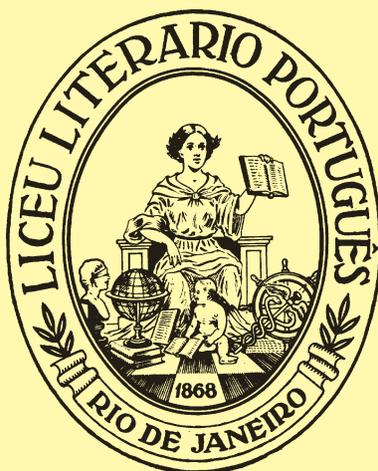


CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Per multiplum ad unum



N.º 43 – 2.º semestre de 2012 – Rio de Janeiro

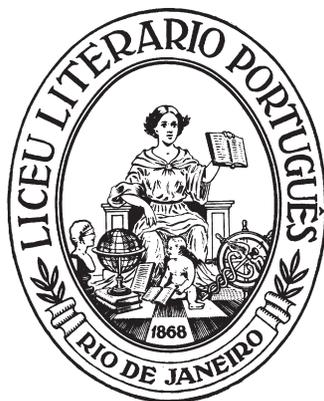
CONFLUÊNCIA

ISSN 1415-7403

Per multiplum ad unum

*“As armas e padrões portugueses
postos em África, e em Ásia, e em
tantas mil ilhas fora da repartição
das três partes da terra, materiaes
sam, e pode-as o tempo gastar: però
nã gastará doutrina, costumes,
linguagem, que os portugueses
nestas terras leixarem.”*

(JOÃO DE BARROS, *Diálogo em Louvor
da Nossa Linguagem*)



N.º 43 – 2.º semestre de 2012 – Rio de Janeiro

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS
INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA DE ENSINO GRATUITO
Fundado em 10 de setembro de 1868

CORPO DIRETIVO 2013/2014

DIRETORIA

Presidente:	Francisco Gomes da Costa
Vice-presidente:	Henrique Loureiro Monteiro
1.º Secretário:	Francisco José Magalhães Ferreira
2.º Secretário:	Armênio Santiago Cardoso
1.º Tesoureiro:	Joaquim Manuel Esparteiro Lopes da Costa
2.º Tesoureiro:	Jorge Manuel Mendes Reis Costa
1.º Procurador:	Carlos Eurico Soares Félix
2.º Procurador:	Manuel José Vieira
Diretor Bibliotecário:	Maximiano de Carvalho e Silva
Diretor Cultural:	Horácio França Rolim de Freitas
Diretor Escolar:	Evanildo Cavalcante Bechara
Diretor de Divulgação:	João Manuel Marcos Rodrigues Reino

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente:	Maria Lêda de Moraes Chini
1.º Secretário:	Albano da Rocha Ferreira
2.º Secretário:	José Antonio de Almeida Sampaio

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos:	Antonio da Silva Correia Ângelo Leite Horto Carlos Jorge Airosa Branco
Suplentes:	José Gomes da Silva Eduardo Artur Neves Moreira Alcides Martins

CONSELHO CONSULTIVO

Amaury de Sá e Albuquerque
Carlos Eduardo Falcão Uchôa
Fernando Ozorio Rodrigues
José Pereira de Andrade
Nilda Santos Cabral
Ricardo Cavaliere
Walmirio Macedo

CENTRO DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS

Diretor: António Gomes da Costa

DIRETOR DO INSTITUTO DE ESTUDOS PORTUGUESES AFRÂNIO PEIXOTO

Acadêmica Rachel de Queiroz (*in memoriam*)

DIRETOR DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Prof. Evanildo Bechara

DIRETOR DO INSTITUTO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA

Prof. Arno Wehling

SUPERINTENDENTE

Albino Melo da Costa

CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

DIRETORIA DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Francisco Gomes da Costa (Presidente)
Evanildo Bechara (Diretor Geral)
Maximiano de Carvalho e Silva
Antônio Basílio Rodrigues
Horácio Rolim de Freitas
Rosalvo do Valle

CONFLUÊNCIA

Diretores: Evanildo Bechara e Ricardo Cavaliere

CONSELHO EDITORIAL

Afrânio Gonçalves Barbosa (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Carlos Eduardo Falcão Uchôa (Universidade Federal Fluminense e Liceu Literário Português)
Dante Lucchesi (Universidade Federal da Bahia)
Eberhard Gärtner (Universidade de Leipzig)
Gerda Haßler (Universidade de Potsdam)
Horácio Rolim de Freitas (Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Liceu Literário Português)
José Carlos de Azeredo (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Leonor Lopes Fávero (Universidade de São Paulo e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Maria Cristina Salles Altman (Universidade de São Paulo)
Maria do Carmo Henriques Salido (Universidade de Vigo)
Maria Filomena Gonçalves (Universidade de Évora)
Maria Helena de Moura Neves (Universidade Estadual Paulista – Araraquara)
Myriam Benarroch (Universidade de Paris-Sorbonne)
Neusa Oliveira Bastos (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Rolf Kemmler (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Rosalvo do Valle (Universidade Federal Fluminense e Liceu Literário Português)
Telmo Verdelho (Universidade de Aveiro)
Volker Noll (Universidade de Münster)
Walmirio Macedo (Universidade Federal Fluminense e Liceu Literário Português)

Diagramação

Quadratto Comunicação e Design
Rossana Henriques
www.quadratto.com.br

Pede-se permuta

Pídese canje
On demande l'échange
Si chiede lo scambio
We ask for exchange
Man bitte um Austausch

Endereço para correspondência:

Liceu Literário Português
Rua Senador Dantas, 118 – Centro
CEP 20031-205 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Tel.: (021) 2220-5495 / 2220-5445 – Fax: (021) 2533-3044
E-mail: liceu@liceuliterario.org.br – Internet: www.liceuliterario.org.br

A matéria da colaboração assinada é da responsabilidade dos autores.

Sumário

Apresentação.....	7
O debate acerca da ordem das palavras: continuidade e desenvolvimento de um tópico desde as teorias racionalistas da língua do século xvii	9
GERDA HAßLER	
A Língua Geral de Mina (1731/1741), de Antônio da Costa Peixoto.....	28
GONÇALO FERNANDES	
Aspectos do léxico português e brasileiro no século xviii: “Pesos e Medidas” no <i>erário mineral</i> (1735), de Luís Gomes Ferreira	47
MARIA FILOMENA GONÇALVES	
Para uma revisão do <i>Dicionário Houaiss</i> – Vocabulário e datações.....	68
VOLKER NOLL	
O perfil sociolinguístico de um casal não ilustre: uma análise grafemática através da edição de cartas particulares	78
ÉRICA NASCIMENTO SILVA CÉLIA REGINA DOS SANTOS LOPES	
Um património linguístico em vias de extinção ou a sabedoria linguística dos idosos analfabetos: o arado, o carro de bois e o linho	105
HELENA REBELO	
Conexão de orações: expressão do tempo em redações de alunos do segundo segmento do ensino fundamental	136
MARIA LUIZA MACÊDO DE LIMA JUSSARA ABRAÇADO	

Ideologia, identidade e texto jurídico.....	160
GERSON RODRIGUES	
Características fonológicas em manuscritos setecentistas produzidos em Mato Grosso	173
GRASIELA VELOSO DOS SANTOS	
ELIAS ALVES DE ANDRADE	
Territorialidade e pertença: identidades em lusofonia	193
DINA MARIA MARTINS FERREIRA	
O papel das traduções na historiografia das línguas	203
CRISTINE GORSKI SEVERO	
LUIZ HENRIQUE QUERIQUELLI	
Análise comparativa de NBRs de terminologias e o Dicionário Houaiss	222
CLEIDE LEMES DA SILVA CRUZ	
Uma exploração da aprendizibilidade da construção resultativa do inglês por bilíngues do par linguístico português do Brasil e inglês	242
CÂNDIDO SAMUEL FONSECA DE OLIVEIRA	
RICARDO AUGUSTO DE SOUZA	
A variação linguística e o ensino do português em Moçambique.....	261
ALEXANDRE ANTÓNIO TIMBANE	
Resenhas	285
VICTOR M. D. CORREIA	
VICENTÔNIO REGIS DO NASCIMENTO SILVA	
Colaboradores deste Número	295

APRESENTAÇÃO

Os estudos linguísticos vêm, neste início de século, trilhando caminhos variados, abrindo novas sendas, em que propostas teóricas recentes se unem a antigas teses. Na verdade, o que se sabe hoje sobre a língua, sua história e seu funcionamento, seja nos limites do sistema linguístico propriamente, seja no amplo domínio dos usos discursivos, é consequência dessa plurifacetada dimensão com que se traça atualmente o perfil da Ciência Linguística.

Comprometida com a pesquisa e a difusão do saber sobre a língua em todas as suas manifestações, *Confluência*, com a publicação do presente número, mantém-se firme no propósito de oferecer renovados contributos ao público especializado, tudo isso fruto do denodado e qualificado trabalho de seus colaboradores. Em obediência a semelhante compromisso, as páginas que se seguem conduzirão o leitor a estudos de grande relevância em várias vertentes da investigação sobre a língua, de tal sorte que se aprofundem as reflexões e mais se avance na perquirição do conhecimento linguístico.

Na área da Historiografia Linguística, Gerda Haßler cuida do tratamento que distintos modelos teóricos conferiram à descrição da ordem vocabular desde os estudos racionalistas do século XVII; já Gonçalo Fernandes traça criterioso comentário sobre dois manuscritos lexicais da primeira metade do século XVIII com registros da língua falada em Minas Gerais por escravos africanos oriundos da região de S. Jorge da Mina. Trabalho análogo e de igual riqueza informativa oferece-nos Maria Filomena Gonçalves com um estudo sobre o *Erário Mineral*, obra do século XVIII publicada pelo médico-cirurgião português Luís Gomes Ferreira, que viveu durante duas décadas nas Minas do Brasil.

Na seara dos estudos lexicais, Volker Noll contribui com uma referência aos critérios de datação usados na elaboração do *Dicionário Houaiss*, tecendo judiciosa crítica sobre alguns dos resultados obtidos por essa monumental obra lexicográfica. Por sinal, o Dicionário Houaiss é objeto de outro estudo, em que Cleide Lemes da Silva Cruz busca oferecer um estudo comparativo de seus

termos com os empregados em duas normas brasileiras de regulamentação. Por seu turno, Helena Rebelo dá-nos ciência da riqueza linguística que se mantém imersa na população de idosos analfabetos em Portugal, um vasto patrimônio em vias de extinção.

Dois estudos de caráter filológico, em que se analisam documentos do século XVIII e do século XX, integram o presente volume: Érica Nascimento Silva e Célia Regina dos Santos Lopes analisam cartas particulares escritas por um casal anos de 1936 e 1937, de que resulta uma avaliação de seu perfil sociolinguístico; Grasiela Veloso dos Santos e Elias Alves de Andrade cuidam de manuscritos do século XVIII, produzidos na Capitania de Mato Grosso, no intuito de levantar suas características fonológicas.

A relação entre descrição linguística e as estratégias de ensino é tema presente no artigo de Maria Luiza Macêdo de Lima e Jussara Abraçado, que estudam a noção de tempo e os mecanismos de sua expressão em textos produzidos por alunos do ensino básico, bem como no trabalho de Cândido Samuel Fonseca de Oliveira e Ricardo Augusto de Souza, dedicado à investigação das construções resultativas em falantes bilíngues do inglês e do português. Ainda nessa linha, compõe o presente número um instigante relato de Alexandre António Timbane acerca da variação linguística e o ensino do português em Moçambique.

Outros temas relevantes residem nas páginas seguintes, fruto da pesquisa desenvolvida por especialistas da área: Gerson Rodrigues, Dina Maria Martins Ferreira e a dupla de pesquisadores Cristine Gorski e Severo Luiz Henrique Queriquelli contribuem com trabalhos que investigam, respectivamente, o texto jurídico em suas bases ideológicas, o conceito de lusofonia num inusitado percurso que vai de Luís de Camões a Luís Inácio Lula da Silva e a importância da tradução como instrumento pertinente à mudança linguística. Fecham o volume duas resenhas escritas por Victor M. D. Correia e Vicentônio Regis do Nascimento Silva acerca de obras de interesse recentemente publicadas.

Boa leitura.

Ricardo Cavaliere

O DEBATE ACERCA DA ORDEM DAS PALAVRAS:
CONTINUIDADE E DESENVOLVIMENTO DE UM TÓPICO DESDE
AS TEORIAS RACIONALISTAS DA LÍNGUA DO SÉCULO XVII

Gerda Haßler
Universidade de Potsdam

RESUMO: A ordem das palavras foi um dos tópicos relativos à teoria da gramática e da língua mais comumente discutido nos séculos XVII e XVIII. As línguas como o português, com uma ordem frásica mais livre do que o francês, foram sujeitas a tentativas no sentido de normalizar a ordem das palavras, recorrendo-se ao modelo do sistema francês. Críticos da doutrina da *ordo naturalis* verificariam, já no século XVIII, que a linearização através da língua teria de seguir princípios mais complexos. Assim, uma ordem fixa das palavras não era apresentada como sendo uma virtude, mas antes uma necessidade resultante da falta de terminações ou flexões gramaticais.

PALAVRAS-CHAVE: ordem das palavras, sintaxe, construção, complemento direto

ABSTRACT: Word order was one of the most commonly discussed topics relating to grammar and language theory in the 17th and 18th centuries. For languages with a freer word order than French, such as Portuguese, attempts were made to standardize the word order modeled on the French system. Critics of the doctrine of the *ordo naturalis* realized already in the 18th century that the linearization through language had to follow more complex principles. Thus, fixed word order was not presented as a virtue, but rather as a necessity resulting from the lack of inflected endings and providing a balance in the expression of sentence relationships.

KEYWORDS: word order, syntax, construction, direct object

1. Custos mais elevados – um esforço maior exigido à compreensão de inversões.

O termo *custos* surge num total de quatro vezes na seguinte descrição retirada de uma pesquisa psicolinguística:

Nestes experimentos estamos a investigar como diferentes formas de marcar uma estrutura de informação (EI) se encontram relacionadas com o rácio de *custos de processamento* (efeitos da forma marcada) e os potenciais benefícios para o sistema de processamento (efeito de licenciamento). Por um lado, tal conduz-nos à questão de uma relação semelhante de *custo-benefício* poder ou não ser estabelecida no licenciamento contextual para formas de marcação de EI diferentes daquelas sobre as quais incidimos na posição de pré-campo. [...] Por outro lado procuramos determinar a relação de *custo-benefício* em formas de marcação de EI de posição independente e provavelmente de menor “intensidade de *custos*” (marcação de *wa* em japonês). (KLIEGL/FANSELOW <http://www.sfb632.uni-potsdam.de/projects/C1.pdf>. Trad. G. H.)

De acordo com a descrição dada, uma marcação especial da estrutura de informação é de uma intensidade de custos maior e levanta a questão da relação de custo-benefício. Tal marcação será a inversão do sujeito e do complemento direto, o que é possível particularmente no alemão e no russo:

[Es ist gut], dass Maria die Lehrerin hilft.
 [É bom] que Maria_{dat} a professora_{nom} ajuda.
 ‘[É bom] que a professora ajude a Maria’

Брату помогает сестра.
 irmão_{dat} ajuda irmã_{nom}
 ‘A irmã ajuda o irmão’

Na frase alemã, *Maria* surge na posição inicial e será, como tal, interpretada como o sujeito da mesma.¹ Uma vez que é morfologicamente ambígua e pode significar o caso nominativo, o dativo ou o acusativo, *Maria* será primeiramente interpretada como sendo o sujeito e a professora como sendo o complemento direto, lembrando-nos, porém, a fase seguinte da nossa análise que o verbo *hilft* [‘ajuda’] governa um argumento no nominativo e um no dativo. Esta nova

¹ cf. SCHLESEWSKY, FANSELOW, KLIEGL & KREMS 2000, SCHLESEWSKY, BORNKESSEL, FRISCH 2003.

análise leva-nos a uma correcção e à interpretação certa da frase.

O maior esforço resultante destes dois passos analíticos necessários à inversão é determinado, por exemplo, através da medição da actividade de certas regiões do cérebro ou através da examinação do movimento dos olhos durante a leitura. Se não é utilizada qualquer inversão, ou se a língua em questão não a permite, menor será o esforço necessário à compreensão, menor será a actividade cerebral e menores os movimentos efectuados pelos olhos.

É claro que no século XVII tais experimentos não seriam expectáveis para a verificação da doutrina de uma ordem das palavras mais fácil, mais natural. Contudo, Louis Le Laboureur (1615-1679) referia-se a algo muito similar, quando caracterizou a ordem sujeito-verbo-complemento direto, usual no francês, como ordem ditada pela natureza. Afirmou que os romanos falantes do latim não poderiam ter pensado de uma forma diferente dos franceses; o seu fundamento: que as suas cabeças também não eram feitas de formas diferentes à dos franceses. Conceberiam os pensamentos na mesma sequência que os franceses e apenas utilizariam inversões quando se expressavam, esforço maior que lhes tornava difícil falarem de uma maneira lógica e compreensível (cf. LE LABOUREUR 1669: 149, 167). Esta argumentação adequava-se a uma apologia do francês: baseada na crença racionalista da igualdade de *raison* em todos os povos, esta levou ainda à conclusão de que os romanos teriam pensado de uma forma diferente daquela que falavam. A ordem das palavras não era imposta pelo uso e o costume, mas sim pelos princípios aplicáveis a todas as línguas, em concordância com os quais se encontrava afortunadamente a língua francesa.

2. A doutrina da ordem natural e a sua crítica.

2.1. A emergência e defesa da doutrina da ordem natural.

Uma teoria da ordem das palavras oriunda da natureza já se encontra nos escritos de Dionísio de Halicarnasso (cerca de 55 a.C. - depois de 5 a.C.). O desenvolvimento de um conceito de uma ordem das palavras fixa e necessária, que pode ser valorizada de forma positiva com respeito à qualidade da língua, é geralmente atribuído a Louis Meigret (ca. 1500-1558), o qual, no seu *Tretté de la grammaire françoese* (1550, 142-143), declarou haver uma necessidade geral de manter uma ordem das palavras fixa, à qual chamou de *construcçion ou ordonnance bone de parolles*.²

2 Acerca do desenvolvimento da doutrina da ordem natural das palavras cf. PELLERÉY 1993, RICKEN 1978 e 1984, SEGUIN 1978 e 1993, HASSLER/NEIS 2009.

A ordem frásica fixa do francês já era, então, um elemento comumente usado nos esforços de normalização do século XVII. Já em 1618, o gramático Charles Maupas (1566-1629) frisou que, na sua ordem das palavras, o francês seguia as regras da lógica: “*Nostre langue aime à suivre, en l’arrangement de nos mots, l’ordre naturel de l’entendement, qui est la diction regissant soit devant la regie.*” (MAUPAS 1632 [1618]: 251-252)

Claude Favre Vaugelas (1585-1650) foi mais longe ao declarar que a concordância com a *ordre naturel* era um pré-requisito à clareza (*clarté*) da língua. Mesmo Dominique Bouhours (1628-1702), que declarou ser independente o uso da língua da *raison*, viu-se forçado a abrir uma exceção no que respeitasse à ordem das palavras, para se tornar num proponente do modelo explicativo racionalista. Em sua opinião, o que era decisivo para ligar as palavras entre si era a *raison*, a qual estabelecia uma sequência natural, apenas seguida pela língua francesa (cf. BOUHOURS 1671: 57-58).

Uma outra fase no desenvolvimento da doutrina da *ordre naturel* foi iniciada pelos gramáticos de Port-Royal, Antoine Arnauld (1612-1694) e Claude Lancelot (1615-1695). Nos seus manuais linguísticos, Lancelot diferenciava igualmente entre uma *construction simple ou reguliere*, que se aproximava mais da língua falada no vernáculo, sendo, como tal, simples, e uma *construction irrégulière ou figurée*, que legitimamente se desviava deste para servir propósitos de elegância e brevidade (cf. LANCELOT 1650 [1644] e 1656 [1655]). Da mesma forma defendia que o latim tinha falta de transparência justamente porque se desviava da ordem direta das palavras. Em sua opinião, todas as línguas deveriam aderir à ordem das palavras tão exemplarmente seguida pelo francês. A gramática de Port-Royal (1660) também permitia um desvio da ordem fixa das palavras para propósitos comunicativos. Com ela, porém, o conceito de *ordre naturel* seria mais do que apenas a reminiscência de uma hipótese escolástica, adequada a uma apologia da língua nacional (cf. ARNAULD / LANCELOT [1660] 1768: 234-235).

O programa da *grammaire générale*, que almejava investigar as leis gerais do pensamento e da postulada *raison* como princípio explicativo para um uso da língua aparentemente inexplicável, sugeria uma interpretação da *ordre naturel* no sentido do racionalismo de René Descartes (1596-1650). Em breve, outros autores como Géraud de Cordemoy (1626-1684) (1668) e Le Laboureur (1669) contribuiriam para a justificação da *ordre naturel* numa base racionalista. Tendo em consideração a sequência do desenvolvimento de elementos individuais da língua, Cordemoy chegou à conclusão que a apropriação e, certamente, a ordem dos mesmos na aquisição da língua francesa tinham uma base comum

(cf. CORDEMOY [1668/1677] 1970: 60-62).

Além da fundamentação racionalista da doutrina da *ordre naturel*, também a sua aplicabilidade em a *Querelle des Anciens et des Modernes* contribuiu para a topicalidade desta tese. Se, no francês, a disposição das ideias coincidia com a sequência necessária das ideias em pensamento, então o francês teria de obter a preferência sobre o latim, que era necessariamente mais sinuoso, indireto devido às suas inversões. Em 1683 François Charpentier (1620-1702) sumariou os fundamentos dos modernistas seus contemporâneos numa obra de dois volumes intitulada *De l'excellence de la langue française*, dedicando um capítulo à *ordre naturel*.³ Nesse capítulo, Charpentier chega mesmo a declarar próprias do francês as qualidades da perfeita eloquência. Devido à sua natureza, o francês teria características inerentes que o latim apenas conseguiria atingir de forma artificial (*par artifice*), através da inversão (cf. CHARPENTIER 1683a: 639, 645 e 650).

2.2. O criticismo da doutrina da *ordre naturel* de um ponto de vista pragmático e retórico.

Enquanto era alimentada a teoria da *ordre naturel* na discussão filosófica daquele tempo, baseada na pretensão do pensamento inato, imaterial, teria sido possível – através da observação da prática linguística – determinar que uma ordem fixa das palavras não é correspondente à realidade. Além disso, Descartes havia desenvolvido ideias na sua psicofisiologia que resultavam em uma interação entre corpo e alma. O oratoriano Bernard Lamy (1640-1715) também começou por um programa metafísico-racionalista, contudo na sua *Rhétorique* pressupõe o uso da língua como o princípio regulador. Apesar de este frequentemente contrariar os princípios da *raison*, a sua concordância era um requisito da *raison*, uma vez que de outra forma a compreensão seria colocada em questão. De acordo com Lamy, a *ordre naturel* prevalecente no francês não era uma virtude da língua, mas antes uma necessidade resultante da falta de flexão gramatical e uma forma compensatória para a expressão de relações na frase. Lamy descreveu como vantajoso o latim permitir inversões e considerou o francês restritivo nos seus meios de expressão (cf. LAMY [1675] 1688: 49).

O criticismo da ordem fixa das palavras também surgiu da prática literária

3 O termo *construction directe*, utilizado por Charpentier para descrever a associação direta entre a ordem das palavras e a sequência do pensamento em sinonímia com *construction naturelle*, foi provavelmente modelado a partir do conceito de Quintilian de *rectus ordo*, termo frequentemente utilizado por Charpentier.

de determinados autores que, como Jean de La Bruyère (1645-1696), a viam como um obstáculo à criação de textos vibrantes. François de Fénelon (1651-1715) escreveria um apelo à imaginação e à linguagem apaixonada. Fénelon considerava pobre e árida a rigidez da estrutura frásica do francês, vendo-a como um obstáculo ao estilo eloquente (cf. FÉNELON [1716] 1970: 71).

Na discussão acerca da ordem das palavras surgiram ideias que se assemelham à posição atual, no sentido de se evitarem custos de processamento. As pessoas seguem a sequência 'natural' das palavras porque corresponde à sequência dos seus pensamentos e se afigura, como tal, mais fácil. Contudo, como já havia sido observado, aquilo que é considerado natural também depende dos objetivos comunicativos e do estado psicológico do locutor. A noção do natural foi aplicada às línguas de maneiras diferentes. Era utilizada para se referir à língua original, por um lado, a qual era tida como sendo rica em onomatopeias; por outro, era aplicada a relações lógicas. Por fim foi possível designar por *natural* o que surgira e se estabelecera através do uso e era, assim sendo, convencional.

2.3. A explicação sensualista da teoria da ordem das palavras epistemológica.

Em meados do século XVIII, três autores procuraram explicar uma teoria da ordem das palavras sensualista, a qual se encontrava estreitamente relacionada com questões epistemológicas e estéticas. Étienne Bonnot de Condillac (1714-1780) incluiu inversões no seu *Essais sur l'origine des connaissances humaines* (1746), Charles Batteux (1713-1780) debateu-se com a ordem das palavras sob um ponto de vista literário e estético em suas *Lettres sur la phrase française comparée avec la phrase latine* (1748) e, por fim, em 1751 Denis Diderot (1713-1784) debateu o assunto em suas *Lettre sur les sourds et muets* como resposta a Batteux.

Com a sua explicação de que os pensamentos eram sensações transformadas com a ajuda de signos linguísticos (*sensation transformée*), Condillac havia contrariado o postulado de uma ordem natural e fixa das palavras. Como do seu ponto de vista não poderia haver qualquer ideia inata, rejeitava igualmente a pressuposição de uma sequência de categorias lógicas válidas além do tempo, da qual dependeriam o pensamento e a ordem das palavras (cf. CONDILLAC 1746: 164-166). Em lugar da *ordre naturel* racionalista, Condillac propunha a *liaison des idées* como princípio que unia as partes do discurso a um todo. Através da sequência espacial mais direta de cada uma das partes relacionadas com o pensamento, este princípio ligava a frase e, além desta, o texto.

Para Condillac, tal como os nossos sentidos apreendem uma multiplicidade de impressões, vários pensamentos formam em simultâneo uma noção geral na nossa consciência. Quando a simultaneidade é transferida para uma ordem linear devido à necessidade da comunicação linguística, não existe, contudo, uma ordem normalizada para a disposição das ideias. Decisiva é a possibilidade mais próxima das ideias relacionadas e o nível de interesse dos pensamentos individuais para a respetiva intenção comunicativa.

Batteux propôs um dogma novo sensualista, afirmando que no francês não havia uma ordem natural das palavras, mas apenas inversões. Aqui, a medida para o natural não era uma sequência pressuposta, racionalista dos pensamentos, mas a sequência de pensamentos na sua ordem de importância para o locutor. Assim, se o locutor fizesse uma afirmação como *rotundus est sol*, o importante para ele era apontar para uma característica do sol e não para a existência do mesmo (cf. BATTEUX 1747-1748, II : 13-16 ; RICKEN 1978 : 113). Se a intenção era a de sublinhar as características especiais de um dado objeto, o adjetivo deveria ser posicionado antes do substantivo. Nesse sentido, na presença de um romano dir-se-ia *romanum imperium* e não *imperium romanum* (BATTEUX 1747-1748, II : 18).

Na sua argumentação contra a função retórica da língua descrita por Batteux, envolvendo a expressão de sensações e de paixões através da alteração da ordem das palavras, Nicolas Beauzée (1717-1789) contrapôs que a tarefa deveras mais importante da língua era simplesmente a comunicação de pensamentos. Na sua perspectiva, Batteux havia substituído sensações alteráveis por pensamentos que permaneciam sempre iguais, tornando o objetivo da retórica no determinante da ordem das palavras. Relativamente à verdadeira organização da ordem das palavras, Beauzée reconheceu, de facto, vários constrangimentos que conduziam ao desvio da ordem natural. Contudo, na sua opinião, a gramática apenas podia ser a expressão da natureza inalterável do pensamento. Assim sendo, a gramática e a retórica eram para ele duas áreas que se excluíam mutuamente.

Na discussão acerca da sequência das palavras numa frase, Diderot foi inicialmente um proponente desta hipotética origem da língua. No início, os signos linguísticos seriam sintéticos e poderosos, os objetos nomeados segundo o que os sentidos percebiam em primeiro lugar e no que surgia como sendo objetos individuais. Apenas no decorrer de um desenvolvimento analítico é que as diferentes ideias e percepções de uma pessoa eram separados em simultâneo umas das outras e dispostas de forma linear, levando tal igualmente à separação de significados gerais, abstratos.

O desejo por regras para a ordem das palavras conduziria à formação de standards sintáticos, para os quais Diderot – duvidando da sua naturalidade – não utilizou o termo *ordre naturel*, mas sim *ordre d’institution*, *ordre scientifique*, *ordre grammatical* ou *ordre didactique*. Na sua reinterpretação do termo *ordre naturel* usou estes para significar a ordem das palavras original baseada numa percepção sensorial, da qual nos teríamos afastado imenso no desenvolvimento da língua e do pensamento em direção a formas cada vez mais elevadas da abstracção (cf. DIDEROT [1751] 1969: *Lettre sur les sourds et muets*, 523).

3. A discussão acerca da ordem das palavras em Portugal.

Também em Portugal foi muito debatida a ordem das palavras, havendo mesmo exemplos antigos onde já se verificava uma colocação livre das palavras, variando esta de língua para língua. Neste sentido, João de Barros (1496-1570) apresenta, por um lado, uma ordem natural dos substantivos e adjetivos, pronomes relativos e antecedente, baseada na lógica do pensamento, para as restantes partes da frase, porém, defende que “cada naçám tem sua órdem: e por nam serem universáes a todos, lhe podemos chamár açidentáes” (BARROS 1540: 30). Entre as particularidades da língua portuguesa, Barros analisa, então, a regência dos verbos, a qual levaria a uma respetiva especificidade da ordem dos elementos frásicos. De salientar é, porém, o facto de Barros atribuir uma regência a todos os tipos de palavras, como ao advérbio, por exemplo, cuja força regente seria menor que a do verbo, aparecendo, contudo, com frequência na combinação de dois advérbios:

Do regimento do Auêrbio. O auêrbio (ainda que nã tem tanta força como o uêrbo e nome) tem estes tres acidentes. Muitas uezes se aiuntam dous em algũa cõiunçã: como, muito bem se fez isto. E com coniuçã se aiuntan dous e tres: como, bem prudente e sagaz mente se ouuêram os Romanos contra os Cartaginenses. (BARROS, 1540, p. 32-33)

João de Barros encontra-se aqui muito longe de uma pressuposição ideológica para a suposição de uma determinada ordem das palavras. Ele observa meramente as regularidades, as quais remete para uma regência dos isolados tipos de palavras.

Enquanto para o século XVII não conseguimos encontrar alterações fundamentais na descrição e explicação da ordem das palavras no português, a teoria racionalista da *ordo naturalis* parece ganhar terreno em Portugal até ao

início do século XVIII. Como testemunho disso observemos as *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina* (21725) de Jerónimo Contador de Argote (1676-1749). Com esta obra pretendia lançar os alicerces para a aprendizagem do latim através de um melhor conhecimento da língua.

No que diz respeito à sintaxe, Argote curiosamente não se orienta nem pelo português nem pelo latim, perseguindo antes o ideal da chamada ordem natural das palavras, que era então reconhecida na sequência sujeito-verbo-complemento directa. Esta ordem é por ele designada por *simples* e distinguida da ordem *figurada*, cuja existência admite e considera justificada em termos comunicativos:

D. *Pedro ama a o seu pay*. Nesta Oração as palavras estão na sua ordem natural, porque o nominativo Pedro está antes do Verbo *ama*, depois do Verbo está o seu caso, &c. Ao contrario nesta Oração *Ama Pedro ao pay seu* as palavras não estão na ordem natural porque o nominativo *Pedro* está depois do Verbo, &c. (ARGOTE, 1725, p. 185-186)

O facto de o português dispor de um posicionamento das palavras na frase muito mais livre do que o francês não foi impedimento a que no início do século XVIII lhe fosse atribuída uma ordem frásica rígida. O sentido da realidade do português, no entanto, mereceu por parte de Argote a afirmação de que qualquer expressão poderia apresentar uma boa ordem, mesmo que fora da ordem natural das palavras.

M. Qual he la Syntaxe figurada?

D. He a que ensina quando estão bem ordenadas as palavras, ainda que estejam for da ordem natural. (ARGOTE, 1725, p. 186)

M. Que he cousa Syntaxe figurada?

D. São as regras de dispor bem as palavras fora da ordem natural, e por figuras.

M. Que cousa he figura?

D. He o modo de fallar contra as regras da Syntaxe simples, porém admitido do uso. (ARGOTE, 1725, p. 241)

A apresentação da gramática portuguesa é feita por Argote com base no latim e as categorias que lhe são correspondentes, mas sem ter de todo em conta o facto de haver um desenvolvimento histórico entre ambas as línguas. Em contrapartida dedica à diferença sincrónica do português o inteiro quarto capítulo. O dialecto é definido por Argote como “modo diverso de fallar a mesma língua”

(ARGOTE, 1725: 291), o que lhe deixa espaço para distinguir e analisar tanto *Dialectos locaes* como *Dialectos de tempo* e também *Dialectos de profissãõ*.

Em relação ao latim e a outras línguas, António José dos Reis Lobato (morreu em cerca de 1804) quer realçar as particularidades do português e começa logo na introdução com o infinitivo pessoal. Como partes íntegras da gramática portuguesa, Lobato considera a ortografia, a prosódia, a etimologia e a sintaxe. Se dá à etimologia uma posição de destaque, isto deve-se a um entendimento modificado. A Lobato não interessa uma análise da origem de palavras isoladas, mas a de tipos de palavras. Em primeiro lugar trata o artigo, dando assim conta de uma determinação que se alterou em relação ao latim, sem, contudo, especificar o seu desenvolvimento.

Também Lobato estabelece uma distinção entre sintaxe *simples* e *figurada*, dividindo ainda a sintaxe simples em *syntaxe de concordancia* e *syntaxe de regencia*, explicando as regras destas através de exemplos. Impressionante é o facto de serem explicadas especificidades de regência da semântica dos verbos. Assim, Lobato explica, por exemplo, que o significado do verbo *acusar* é responsável pela utilização do genitivo ligado à preposição *de* (cf. LOBATO 1770: 206).

A comparação com o latim aqui feita é típica do procedimento de Lobato. As semelhanças e as diferenças são apresentadas por ele como sendo factuais. Apesar de Lobato conseguir nesta base uma descrição das particularidades da língua portuguesa, não é dada maior atenção à ordem das palavras.

Manuel Dias de Sousa faz referência direta (1755-ca. 1822) à discussão em França, a qual resume recorrendo a Beauzée, Condillac e Court de Gébelin, tentando ainda aplicar os resultados destes ao português (SOUSA 1804: 175). Declara como ponto de partida à formulação de regras para a ordem das palavras, entre outras, a semelhança da língua portuguesa com o francês.

1.^a O Verbo nunca já mais se põe á frente da fraze senão quando elas são imperativas, interrogativas, e optativas. [...] Regra 2.^a Põe-se tambem o Verbo primeiro quando o infinito tem lugar de hum nome [...] Regra 3.^a Igualmente se põe primeiro no discurso animado. (SOUSA, 1804, 178)

Estas regras testemunham a intenção prática da gramática de Sousa, realçando simultaneamente a consideração de funções sintáticas (o infinitivo como sujeito) e de disposições pragmáticas, segundo as quais a ordem das palavras pode ser alterada de acordo com o tipo de frase ou o envolvimento emocional do locutor. Para o facto de a discussão francesa ter fornecido a ocasião para a abordagem minuciosa desta problemática (SOUSA 1804: 174-207), não a tendo,

porém, determinado, aponta já a ortografia dos nomes (*Mr. Bózeé, Condillac Curt de Gevelem*, SOUSA 1804: 175), cujos titulares haviam defendido posições muito distintas no debate acerca da ordem das palavras.

Jerónimo Soares Barbosa (1737-1816) retoma, por fim, o exemplo de Condillac na distinção entre *syntaxe* e *construcção*:

A *syntaxe* he huma ordem systematica das palavras, fundada nas relações das couzas que ellas significão; e a *construcção* pode ser ou direita ou invertida, e ter comtudo a mesma *syntaxe*. Nestas duas orações: *Alexandre venceo a Dario*, a *A Dario venceo Alexandre*, as *construccões* são contrarias; porem a *syntaxe* he a mesma. (BARBOSA, 1822, p. 362-363)

A *syntaxe* é para Barbosa uma ordem sistemática, independente do uso linguístico, enquanto a *construcção* depende das possibilidades da língua, podendo ser *direita* ou *invertida*. Na sua perspectiva, a ordem das palavras é um dos meios para caracterizar a relação das palavras na frase, pelo que toma uma posição moderna, não marcada por premissas ideológicas. Como *concordancia regular* designa a disposição “em que as partes concordantes correspondem exactamente áquellas, com quem concordão, sem ser necessario fazer suplemento algum” (BARBOSA 1822: 372). Para esta *concordancia regular* Barbosa aponta regras, as quais se apoiam na possibilidade de relacionamento dos tipos de palavras isolados. Em contrapartida, a *concordancia irregular* surge quando o locutor estabelece não uma concordância de palavras, mas uma concordância de uma palavra com uma ideia. Ao nível mental, tais frases encontram-se certamente bem ordenadas, enquanto não o são ao nível material da língua: “O entendimento obrigado da necessidade, e auctorizado pelo uso, sem se ligar á terminação da palavra, ligalhe outra idea de differente género, com a qual a concorda; vindo asssim a fazer huma discordancia real, porém so mental.” (BARBOSA 1822: 378)

As *syllapses* e os *solecismos* surgidos desta forma são remetidos por Barbosa para as condições de comunicação, reconhecendo-lhes uma razão de estar na língua que é funcional. Também a escolha da *construcção direita* ou *invertida* depende para Barbosa de “as differentes disposições, que ou pede a necessidade da enunciação, ou se permite o genio do escriptor, as *construccões* são tambem differentes; porém a *syntaxe* fica sempre a mesma” (BARBOSA 1822: 412).

Tal como o demonstram o uso terminológico e a estrutura de base de argumentação da sua gramática, Barbosa estava a par da discussão francesa acerca da ordem das palavras. Contudo, não chega a citar nenhum de seus protagonistas, mas aplica as respetivas posições teóricas à descrição da língua

portuguesa, tendo sempre em conta e por base a expressão da intenção comunicativa, a qual é dominante.

De uma forma semelhante, também Daniel Ferreira Pestana (1823-1906) parte na sua descrição da *syntaxe figurada* do “fim geral da palavra“ (Pestana 1849: 86), descrevendo diferentes figuras sintácticas. Declara o *génio da língua* como responsável pela *construcção*, o qual não pode, contudo, mudar o que quer que seja na *syntaxe*: “Construcção é, em termo de Gramática, a disposição que damos ás palavras em contexto segundo o genio de cada língua; sem alterar a syntaxe d’ellas.” (PESTANA 1849: 96)

Para Francisco de São Luís Saraiva (1766-1845), que contribuiu fundamentalmente para a divulgação do conceito de ‘génio da língua’, a forma como uma língua liga as palavras entre si constitui uma marca essencial do carácter da mesma. O *génio da língua* é definido por Saraiva como a característica que distingue uma língua de todas as outras:

De outro modo pois se deve proceder nesta materia: de outro modo e deve julgar do génio das línguas, que he o que constitue a mais essencial differença que entre ellas há: a saber, pela sua estructura e construcção; pela ordem e ligação com que ellas dispõem os seu vocábulos, a fim de fazerem mais clara e mais enérgica a imagem do pensamento; pelas diferentes fórmas grammaticaes, com que modificação os mesmos vocabulos; e pelo emprego e lugar, que lhes dão no discurso, aptificando-os assim para bem desempenharem aquella pintura e expressão. Nisto he que verdadeiramente consiste aquelle *pensar* proprio de cada huma delles; [...] (SARAIVA, 1837, p. 20)

Através da análise das gramáticas mencionadas torna-se claro que havia uma consciência da importância da discussão levada a cabo em França, mas não um conhecimento detalhado. A diferenciação entre *syntaxe* e *construcção* era um tópico de divulgação geral, em que era sublinhada a inalterabilidade da *syntaxe*, mas descrita com maior minúcia a variabilidade da *construcção*. Nesse processo, gramáticos isolados chegaram a conclusões consideráveis que apontam na direcção de uma interpretação pragmática da estrutura da informação.

4. A influência da doutrina da ordem natural na Europa.

4.1. O debate acerca da ordem das palavras.

O exemplo de Portugal terá sido um caso isolado na Europa no debate acerca da ordem das palavras? Tendo em conta a intensidade com a qual a

discussão decorria em França, não era de descurar que também em outros países a ordem das palavras se tornasse num tema de importância. É igualmente possível seguir uma transmissão linear da doutrina da *ordre naturel*, a qual levaria à exigência de se mudar a ordem das palavras em outras línguas, como no alemão ou no espanhol, por exemplo, adaptando-as à sequência fixa de sujeito-verbo-complemento direto. De acordo com Aichinger, o alemão teria forçosamente de respeitar uma ordem das palavras fixa:

Os latinos e os gregos podem colocar as partes do seu discurso numa ordem diferente, sem prejuízo para a compreensão do mesmo, como, por exemplo, *bellum dulce est inexpertis, inexpertis bellum est dulce, dulce est bellum inexpertis, est dulce bellum inexpertis*, etc. Os alemães, contudo, têm uma ordem estabelecida em que se têm de apresentar as suas palavras. (AICHINGER, 1754, p. 525-526. Trad. G.H.)

Também Lomonosov havia-se decidido a favor da ordem natural determinada de forma racionalista e contra uma ordem das palavras “artificial” com inversões, apelando, contudo, às mesmas por razões estéticas (BREUILLARD 2008: 6). Nikolaj Karamzin toma uma posição a favor da liberdade da ordem das palavras na sua recensão relativa à gramática de Jean-Baptiste Maudru: cada alteração na ordem das palavras resulta numa alteração de conteúdo e confere ao expresso um sentido especial. Seria, portanto, errado dizer na vez de *solnce plodotvorit zemlju zemlju plodotvorit solnce* ou *plodotvorit solnce zemlju*. A gramática russa não exigia uma determinada ordem das palavras, para desfavor dos maus escritores (BREUILLARD 2008: 9). Karamzin critica Lomonosov no sentido de a sua ordem das palavras nem sempre seguir a ordem dos seus pensamentos, utilizando, assim, construções desagradáveis ao ouvido.

A relação entre o estabelecimento de uma ordem de palavras com a pobreza em flexões gramaticais também já havia sido estabelecida na discussão francesa da língua. Com vista a outras línguas o problema é tematizado de forma ainda mais abrangente, resultando eventualmente no reconhecimento de a ordem das palavras ser apenas *um* dos meios que conjuntamente expressam relações na frase, tendo efeitos em conjunto nessa função e participações diferentes.

Neste sentido, Priestley, por exemplo, caracteriza como irrelevante a sequência em que as palavras surgem, quando a relação entre elas é assinalada de forma suficientemente clara através da flexão gramatical. Retomando o exemplo de Condillac *Alexander vicit Darium*, Priestley mostra-nos que seria perfeitamente possível uma inversão, enquanto numa tradução inglesa, devido à ausência de flexão, tal possibilidade estaria excluída. Segundo

Priestley, também as línguas modernas permitem muitas inversões, dando o exemplo do sintagma adverbial no inglês de deslocação completamente livre: *Alexander conquered Darius in three battles. In three battles Alexander conquered Darius, or Alexander in three battles conquered Darius.* A inversão de sujeito e predicado é dado como possível mesmo no inglês pobre em flexões, quando se encontram reunidos os respetivos pré-requisitos semânticos. Assim, em ambas as ordens frásicas *These things did Jesus* e *Jesus did these things* permanece completamente claro, que apenas *Jesus* pode significar o agente da frase. Mesmo onde a inversão de sujeito e complemento direto não é viável, existem, segundo Priestley, outras construções a permitirem o estabelecimento de uma ordem correspondente para fins comunicativos, como, por exemplo, a recorrência à voz passiva: *Darius was conquered by Alexander.* No geral, a ordem das palavras não seria menos regulada por uma necessidade absoluta, mas mais pela atenção do locutor relativa a determinadas partes da afirmação, pela harmonia ou até pela adaptação ao mais comum:

Outro ponto que os *Gramáticos* e escritores têm em atenção nas frases é a ordem das palavras que as compõem. Algumas línguas admitem aqui uma variedade maior do que outras, devido a uma diferença na estrutura original de cada uma. Quando a relação entre as palavras é expressa por terminações, é indiferente, no que diz respeito ao conteúdo, em que ordem se encontram. Porém, nas línguas que não expressam a relação entre as palavras por meio de terminações, mas que o fazem de alguma forma através do seu posicionamento, a ordem das palavras é necessariamente limitada e invariável. Vou apresentar um exemplo.

Alexander vicit Darium, Alexander conquered Darius. Mudem as posições destas palavras do *latim* de todas as maneiras possíveis, e o sentido não corre o perigo de ser transformado; mas mudem a ordem das palavras na tradução *inglesa*, e o sentido ou fica ambíguo ou absolutamente contraditório.

Apesar desta restrição, as línguas *Modernas* admitem uma liberdade considerável de transposições noutros aspectos, da mesma forma que as línguas *Antigas*; sintagmas inteiros de uma frase, contendo toda uma circunstância da afirmação, podem ser mudados de posição a belo prazer, sem que isso coloque em perigo o sentido ou a clareza: se à frase anterior for adicionada a circunstância de *three battles*, é indiferente se *Alexander conquered Darius in three battles. In three battles Alexander conquered Darius,* ou *Alexander in three battles conquered Darius.*

Não são apenas os escritores que tomam a liberdade de alterar a ordem das suas palavras numa frase; na maioria das línguas, qualquer frase complexa é capaz

de uma grande variedade de expressão, sendo preciso pouco mais do que uma construção diferente com as mesmas palavras; o que contribui em grande medida para a fluência e harmonia de composição. Vou exemplificar, utilizando a frase anterior para o efeito, cujo sentido pode ser expresso tanto dizendo-se que *Alexander conquered Darius*, como que *Darius was conquered by Alexander*. (PRIESTLEY, 1762, p. 161-163. Trad. G.H.)

A suposição de uma ordem natural das palavras fora igualmente relativizada por Gottsched, que considerava natural que todos os povos vissem nas suas línguas a respetiva ordem das palavras como a que melhor correspondesse ao pensamento lógico, falhando ver, dessa feita, que essa forma de pensar lhes fora ensinada primeiramente através da língua:

Numa doutrina geral da língua poder-se-ia demonstrar, qual seria a ordenação mais natural dos pensamentos a ser observada numa linguagem filosófica. Aqui basta demarcar que quase todos os povos têm a ilusão de que a sua forma de sequenciar as palavras corresponde à natureza dos pensamentos. Porém, todos eles estão errados, pois a sua forma de pensar foi-lhes primeiramente ensinada através da sua língua mãe. (GOTTSCHEDE, [1748] 1762, p. 399. Trad. G.H.)

Para a reflexão europeia sobre a discussão acerca da ordem das palavras presente-se aqui o exemplo da Espanha, onde a teoria linguística de Condillac foi trazida à luz do conhecimento, apesar da proibição da sua obra pela Inquisição. Um testemunho disso é um manuscrito guardado na Real Academia Española, do publicista espanhol Pereira, acerca dos melhoramentos e deteriorações do castelhano no século XVIII (*Mejoras y menoscabos de la lengua castellana*, MS 112, [1798-1799]). Nas suas apresentações, Pereira antecipa a ideia de que a ordem das palavras estabelecida no inglês e no francês possam ter que ver com o uso obrigatório do pronome do sujeito.

Apesar de no final do século XVIII apenas o conhecimento da realidade das diferentes línguas já constituir por si um forte argumento contra a doutrina de uma ordem das palavras fixa e natural, a atração da *ordre naturel* em estreita ligação com a justificação da soberania da língua francesa ainda estava longe de ser extinta. As autoridades a que mais se recorria então eram Rivarol e Voltaire. O próprio Voltaire tomara o partido da teoria da ordem natural das palavras e vira na posição oposta dúvidas acerca da *clareza* do francês. Na perspectiva de Voltaire, portanto, a teoria da *ordre naturel* e a suposta transposição perfeita da mesma para a língua francesa era um instrumento de divulgação do Iluminismo de uma claridade e eficiência incomparáveis.

4.2. A continuação do debate.

No final do século XVIII apenas o conhecimento da realidade de línguas diferentes já constituía um argumento forte contra a doutrina da ordem natural das palavras. Contudo, a atração da *ordre naturel* no contexto da justificação da superioridade da língua francesa estava longe se extinguir. Tendo em conta o foco sobre assuntos histórico-comparativos, a suposição de uma ordem das palavras “natural” a poupar “custos” cognitivos encontrou uma continuidade espantosa ainda no século XIX. Henri Weil (1818-1868) retomou o assunto e incidiu sobre vários aspetos: línguas antigas ou modernas, o domínio das línguas com uma ordem das palavras fixa ou línguas isoladas com uma ordem das palavras livre, lógica gramatical ou retórica. Georg von der Gabelentz (1840-1893) (21901) e Hermann Paul (1846-1921) (1880) estavam certos de que o sujeito psicológico era aquele para o qual o locutor pretendia direcionar a atenção do ouvinte, assim como o predicado psicológico era aquilo que o ouvinte deveria entender acerca do sujeito. A partir daqui, o sujeito e o predicado gramaticais poderiam ser diferenciados, mas, afinal, com base em termos psicológicos, atendendo que refletiam distribuições de estruturas informativas particularmente típicas. Paul apontou igualmente para a diversidade de meios de expressão, quando mencionou a “intensidade sonora” a par com a ordem das palavras.

A suposição de Lucien Tesnière (1893-1954) da transformação de uma frase estrutural (natural) em uma frase de ordem linear ou com maiores “custos de processamento” cognitivo, utilizando-se, para tal, uma forma marcada, pode ser considerada como representativa para os desenvolvimentos no século XX, registados em trabalhos de pesquisa recentes acerca de estruturas de informação.

Na pesquisa atual é traçado novamente um paralelo para com as teorias racionalistas da ordem natural das palavras. Enquanto a ordem das palavras fixa de sujeito-verbo-complemento direto é vista como a forma básica simples, as linearizações desviantes são tidas como resultantes da estrutura de informação. A estrutura sintática determinada racionalmente é descrita como estrutura *ID*; a ordem das palavras resultante da linearização da língua individual é caracterizada, por oposição, como forma de surgimento *LP*, independente da mesma.

Esta diferenciação é bastante remanescente daquela realizada por Beauzée entre *construction analytique* e *construction usuelle*, em que a primeira corresponde à disposição lógica, sendo a *construction usuelle* apenas restringida pelas gramáticas de cada língua individual, permitindo, portanto, uma considerável variação relativamente às intenções e emoções do locutor (cf. DIDEROT/D’ALEMBERT 1751-1780, artigo *Grammaire*, [Beauzée, 1757]: VII, 844-845).

Bibliografia.

- AICHINGER, Carl Friedrich. *Versuch einer teutschen Sprachlehre* [...]. Franckfurt & Leipzig: Johann Paul Kraus, 1754.
- ARGOTE, Jerónimo Contador de. *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina*. 2a Impressão. Lisboa Occidental: Off. da Musica, 1725.
- ARNAULD, Antoine & LANCELOT, Claude. *Grammaire générale et raisonnée* [...]. Paris: Prault Pere, [1660] 1768.
- BATTEUX, Charles. *Cours de belles-lettres distribué par exercices*, Paris: Desaint et Saillant, 1747-1748.
- BREUILLARD, Jean. *L'ordre des mots en russe: la leçon française. De l'utilité des grammairiens*. Disponível em: http://www.sens-et-texte.paris4.sorbonne.fr/IMG/pdf/Jean_Breuillard.pdf, 2008. Acesso em 30 de junho 2012.
- CONDILLAC, Étienne Bonnot de. *Essai sur l'origine des connoissances humaines: ouvrage où l'on réduit à un seul principe tout ce qui concerne l'entendement humain*. Amsterdam : Mortier, 1746.
- CORDEMOY, Géraud de. *Discours physique de la parole*, Nouvelle impression en facsimilé de l'édition de 1677 avec un commentaire par Herbert E. Brekle. Stuttgart / Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog, [1668/1677] 1970.
- DIDEROT, Denis. *Lettre sur les sourds et muets. Œuvres complètes*: Edition chronologique. Introductions de Roger Lewinter. Paris : Société Encyclopédique Française et le Club Français du Livre, II, [1751] 1969, p. 513–602.
- DIDEROT, Denis / D'ALEMBERT, Jean Le Rond (eds.). *Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, par une société de gens de lettres*. Paris: Chez Briasson et al., 1751–1780.
- FENELON, François de Pons de Salignac. *Lettre à l'Académie*. Edition publiée conformément au texte de l'édition de 1716. Genève: Slatkine, [1716] 1970.
- GABELENTZ, Georg von der. *Die Sprachwissenschaft: ihre Aufgaben, Methoden und bisherigen Ergebnisse*. 2. Aufl.. Leipzig: Tauchnitz, 1901.
- GOTTSCHED, Johann Christoph. *Vollständigere und Neuerläuterte Deutsche Sprachkunst. Nach den Mustern der besten Schriftsteller des vorigen und itzigen Jahrhunderts abgefasst, und bey dieser fünften Auflage merklich verbessert* von Johann Christoph Gottscheden. 5. Aufl.. Leipzig: Breitkopf und Sohn, [1748] 1762.
- HAßLER, Gerda & NEIS, Cordula. *Lexikon sprachtheoretischer Grundbegriffe des 17. und 18. Jahrhunderts*. Berlin & New York: Walter de Gruyter, 2009.
- KLIEGL, Reinhold & Gisbert FANSELOW. *Projekt C1: Kontextuelle Lizenzierung der Wortstellung beim Sprachverstehen*. Disponível em <http://www>.

- sfb632.uni-potsdam.de/projects/C1.pdf. Acesso em 20 de julho 2012.
- LAMY, Bernard. *La Rhétorique ou l'art de parler*. Par le R. P. Bernard Lamy. Prêtre de l'oratoire. Troisième édition revue & augmentée. Paris: Chez André Pralard, [1675] 1688.
- LANCELOT, Claude. *Nouvelle méthode pour apprendre [...] la langue latine*. Seconde édition, revue et augmentée [...]. Paris: A. Vitry, 1650 [1644].
- LANCELOT, Claude. *Novvelle methode pour apprendre facilement la langue grecque*. [...]. Seconde édition. Paris: Pierre Le Petit, 1656 [1655].
- LE LABOUREUR, Louis. *Avantages de la langue françoise sur la langue latine*. Paris: G. de Luyne, 1669.
- MAUPAS, Charles. *Grammaire et syntaxe françoise, contenant reigles bien exactes & certaines de la prononciation, orthographe, construction & usage de nostre langue*. Roven: Iacques Cailiove, 1632 [1618].
- MEIGRET, Louis. *Le tretté de la grammaire françoee*. Paris: Chrestien Wechel, 1550.
- PAUL, Hermann. *Principien der Sprachgeschichte*. Halle: Niemeyer, 1880.
- PELLEREY, Roberto. *La théorie de la construction directe de la phrase. Analyse de la formation d'une idéologie linguistique*. Paris: Larousse, 1993.
- PEREIRA, Luis Marcelino. *Discurso sobre las mejoras y menoscabos que recibió la lengua Castellana en los siglos XVII y XVIII*. RAE Manuskript MS 112. Real Academia Española, 1798-1800.
- PRIESTLEY, Joseph. *A course of lectures on the theory of language and universal grammar*. Warrington: Printed by W. Eyres, 1762.
- RICKEN, Ulrich. *Grammaire et philosophie au siècle des Lumières: controverses sur l'ordre naturel et la clarté du français*. Villeneuve-d'Ascq: Publications de l'Université de Lille III, 1978.
- RICKEN, Ulrich. *Sprache, Anthropologie, Philosophie in der französischen Aufklärung: ein Beitrag zur Geschichte des Verhältnisses von Sprachtheorie und Weltanschauung*. Berlin: Akademie-Verlag, 1984.
- SARAIVA, Francisco de São Luís. *Memoria em que se pretende mostrar, que a lingua portugueza não he filha da latina, nem esta foi em tempo algum a lingua vulgar dos lusitanos*. = *Memorias da Academia R. das Sciencias de Lisboa*, Tomo XII, Parte I.. Lisboa: Na Typografia da mesma Academia, 1837.
- SCHLESEWSKY, Matthias, BORNKESSEL, Ina & FRISCH, Stefan. The neurophysiological basis of word order variations in German. *Brain and Language* n. 86, 2003, p. 116-169.
- SCHLESEWSKY, Matthias, FANSELOW, Gisbert, KLIEGL, Reinhold &

- KREMS, Josef. The subject preference in the processing of locally ambiguous wh-questions in German. In: Hemforth, Barbara & Lars Konieczny (eds.). *German sentence processing*. Dordrecht: Kluwer, 2000, p. 65-93.
- SEGUIN, Jean-Pierre. *Diderot, le discours et les choses: essai de description du style d'un philosophe en 1750*. Paris: Klincksieck, 1978.
- SEGUIN, Jean-Pierre. *L'invention de la phrase au XVIIIe siècle: contribution à l'histoire du sentiment linguistique français*. Louvain, Ed. Peeters. Paris: Société pour l'information grammaticale, 1993.
- WEIL, Henri. *The Order of Words in the ancient Languages compared with that of the modern Languages*. Boston: Ginn, 1887.

A LÍNGUA GERAL DE MINA (1731/1741), DE ANTÓNIO DA COSTA PEIXOTO

Gonçalo Fernandes

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

RESUMO: Neste artigo, apresentaremos uma análise de dois vocabulários manuscritos de António da Costa Peixoto (fl. 1731/1741), um leigo português, que, na primeira metade do século XVIII, descreveu uma língua africana falada em Minas Gerais por escravos africanos oriundos da região de S. Jorge da Mina, na atual cidade de Elmina, no Gana. Procuraremos também comparar a língua Mina com a língua dos Ardas, falada no território que atualmente pertence à República do Benim, através da comparação com um catecismo publicado (Madrid 1658) pelos capuchinhos espanhóis da província da Andaluzia, Espanha, liderados por José de Nájera (1621-1684), e saber se pertenciam à mesma família linguística. Também procuraremos analisar o vocabulário “censurado” dos manuscritos de Peixoto e o uso de palavras do foro popular (ou, mesmo, calão) pertencentes ao campo semântico das atividades sexuais.

PALAVRAS-CHAVE: Mina, Arda, Línguas Africanas, Minas Gerais, Baía do Benim, António da Costa Peixoto.

ABSTRACT: This paper outlines two manuscript vocabularies written by Antonio da Costa Peixoto (fl. 1731/1741), a Portuguese layman, who, in the first half of the eighteenth century, described the Mina language, an African language spoken in Minas Gerais by African slaves from St George’s Castle, in the current town of Elmina, Ghana. Furthermore, the Mina shall be compared to the Allada, a language spoken in the kingdom of Allada (Ardra), which now belongs to the Republic of Benin, by comparison to a catechism published (Madrid 1658) by the Spanish Capuchins from the province of Andalucia, led by José de Nájera (1621-1684). We shall also proceed to discover whether they belonged to the same language family and to explore the words that were “censored” in Peixoto’s manuscripts and his pioneering use of vernacular (or, even, slang) words belonging to the semantic field of sexual activities.

KEYWORDS: Mina, Allada, African languages, Minas Gerais, Bight of Benin, António da Costa Peixoto.

Introdução.

Sobreviveram poucos documentos que atestam a presença de línguas africanas faladas no Brasil durante o efetivo período colonial (1534-1822)¹, tendo em consideração o enorme fluxo de escravos oriundos de África. Entre os séculos XVI e XIX, terão chegado ao Brasil entre 4 e 5 milhões de escravos africanos, provenientes essencialmente de duas regiões subsaarianas: a área Banto da África Central (especialmente dos atuais países da República do Congo, República Democrática do Congo e Angola) e a zona Kwa do Golfo da Guiné, no oeste africano (sobretudo dos atuais países do Gana, Togo, Benim e Nigéria). No fim do século XVII, por exemplo, a estimativa anual do comércio de escravos das costas de África era aproximadamente de 36000: do Golfo da Guiné, cerca de 19500; do centro oeste, 11000; e da costa ocidental, 5500... (THORNTON, 1998, p. 118). Com efeito, chegaram até nós apenas três obras, a *Arte da Língua de Angola* (Lisboa, 1697) do jesuíta Pedro Dias (1621/1622-1700) e dois manuscritos (1731 e 1741) do leigo António da Costa Peixoto (fl. 1731/1741) sobre a língua Mina.

A *Arte da Língua de Angola, oferecida (sic) a Virgem Senhora N. do Rosário, Mãe, e Senhora dos mesmos Pretos* descreve os aspetos mais relevantes de uma língua Banto, mais concretamente, do subdialeto Kahenda do dialeto Mbaka do Quimundo, usado pedagogicamente no Brasil pelos jesuítas como língua geral dos escravos oriundos de Angola e do Congo. Este subdialeto (Kahenda) era falado originariamente nos subúrbios da missão de Kahenda, localizada perto da cidade de Ambaka, atualmente no distrito de Kwanza Norte, entre os distritos de Bengo e Malange, de onde Miguel Cardoso, S.J. (1659-1721), que supervisionou a obra, era natural (FERNANDES, no prelo).

Por seu turno, os dois manuscritos de António da Costa Peixoto descrevem

1 Habitualmente, considera-se que o período colonial brasileiro situa-se entre 1500 [“descoberta” do Brasil por Pedro Álvares Cabral (ca.1467-ca.1520)] e 1822 (independência do Brasil). Contudo, optámos por situá-lo a partir de 1534, data da efetiva ocupação pela coroa portuguesa. Com efeito, em setembro de 1532, o rei D. João III (1502-1557) tomou a decisão de dividir o litoral brasileiro em capitanias hereditárias, mas “os documentos mais antigos da doação das capitanias datam de 1534. A demora entre o projeto e a execução pode explicar-se pela vontade régia de esperar a volta de Martim Afonso, ou pela dificuldade de redigir as complicadas cartas de doações e os forais que as acompanham ou, finalmente, pela falta de pretendentes à posse de terras incultas, impróprias para o comércio desde o começo.” (ABREU, 2009, p. 32) Por seu turno, em 7 de setembro de 1822, o príncipe regente do Brasil e futuro rei de Portugal D. Pedro IV (1798-1834), proclamou a Independência do Brasil, sendo aclamado, a 12 de outubro, Pedro I, Imperador do Brasil (1822-1831).

uma língua Mina, falada pelos escravos de Minas Gerais oriundos da Costa dos Escravos, na Baía do Benim, Golfo da Guiné, no oeste africano. A designação de língua Mina deve-se ao nome atribuído aos escravos provenientes da região do Golfo da Guiné — e não propriamente ao nome da região de destino / exportação dos escravos (Minas Gerais) —, em virtude de a sua origem ter sido maioritariamente a partir do Castelo ou Forte de S. Jorge da Mina², uma feitoria portuguesa construída em 1482 e localizada na atual cidade de Elmina, no Gana, que servia fundamentalmente de entreposto comercial de manutenção e exportação dos escravos. Os dois manuscritos são uma miscelânea de vocabulário e manual de conversação, organizados *grosso modo* por campos semânticos.

O primeiro, intitulado *Alguns apontamentos da lingua Minna com as palavras portuguezas correspondentes* (1731), ocupa 13 fôlios e encontra-se na Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa (Códice 3052, F. 2355). Apresenta bastantes rasuras e parece ter pertencido ao próprio autor, pois é uma versão preliminar do segundo e a caligrafia, apesar de ter sido escrito dez anos antes, tem muitos traços idênticos, inclusive a assinatura (riscada) do autor no fôlio 14r.

O segundo manuscrito, com o título *Obra nova de Lingoa geral de mina, traduzida, áo nosso Igdroma por Antonio da Costa Peixoto, Naciognal do Reino de Portugal, da Provincia de Entre Douro e Minho, do comcelho de Filgueiras*, foi escrito em 1741, em Minas Gerais, na localidade de S. Bartolomeu, perto de Vila Rica (atualmente Ouro Preto). Tem 42 páginas e pertence à Biblioteca Pública de Évora (Códice CXVI/1-14). É o desenvolvimento do primeiro, tem uma caligrafia muito cuidada e foi impresso duas vezes, no século XX, em 1944 e em 1945, sob a coordenação do bibliotecário-arquivista Luís Silveira (1912-2000)³.

Na edição de 1944, Silveira omitiu algumas referências com o vocabulário mais popular e/ou calão relacionados com sexo e atividades sexuais. Em 1945, reintroduziu alguns desses excertos na língua Mina retirando, contudo, as traduções portuguesas, ou, como refere na observação final, “se suprimiu, por inútil a tradução de diálogos inteiros em que a intenção residia unicamente em expressões impossíveis de manter” (SILVEIRA, 1945, p. [67]). Julgamos que foi esta necessidade de retirar o calão que fez com que Silveira reeditasse a obra logo no ano seguinte, motivado, talvez, por alguma recomendação da

2 Devido à sua importância estratégica no comércio entre a África e o Novo Mundo, S. Jorge da Mina recebeu Carta de Foral, em 1486, do rei D. João II (1455-1495).

3 Luís Silveira foi segundo Bibliotecário (1935) e Diretor (1937) da Biblioteca Pública de Évora e viria a ser o Inspetor Superior das Bibliotecas e Arquivos de Portugal entre 1954 e 1964 (RIBEIRO, 2008, p. 235).

Direção dos Serviços de Censura⁴, ainda que, até ao momento, não tenhamos conseguido qualquer prova documental sobre o assunto. Silveira aproveitou esta reedição para acrescentar um estudo linguístico do etnólogo e africanista Edmundo Arménio Correia Lopes (1898-1948), entre as páginas 41 e 66, intitulado “Os trabalhos de Costa Peixoto e a língua Evœe no Brasil”, ausente na edição de 1944.

1. António da Costa Peixoto.

António da Costa Peixoto não terá sido um missionário e os seus objetivos eram de natureza pragmática, isto é, ele pretendia que os senhores de escravos e os próprios escravos mineiros oriundos dos vários países da Costa da Guiné se conhecessem melhor, para que a comunicação entre eles fosse possível. No “prologo aó leitor”, Peixoto (1741, p. 5-6) afirma:

Pois hé serto e áfirmo, que se todos os senhores de escravos, e hinda os que os naõ tem, souvecem esta lingoage, naõ sucederiaõ tantos Insultos, ruhinas, estragos, roubos, mortes, e final mente cazos atrozés; Como *muitos* miseraveis tem expremetado: de que me parece de alguã sorte se poderiaõ evitar alguns destes des comsertos, se ouvece maior curuzidade e menos preguisa, nos moradores, e ábitantes destes payzes⁵.

Não temos quaisquer dados biográficos de Costa Peixoto para além dos que ele próprio nos apresenta no manuscrito, isto é, diz-se natural do concelho de Felgueiras, do atual distrito do Porto, na então província de entre Douro e Minho; em 1741 vivia em S. Bartolomeu, perto de Vila Rica, hoje Ouro Preto, Minas Gerais; e escrevia manuais da língua Mina, para vender:

Tenho dado fim aó que premeti, no principio deste caderno; e pesso ao dono delle, o estude, de sorte que dê por bem empregado o lemitado despendio:

4 A Direção dos Serviços de Censura foi mantida, até 1944, sob a tutela do Ministério do Interior, data em que passou a estar na dependência do Secretariado Nacional de Informação.

5 Na transcrição do manuscrito, utilizámos os seguintes critérios: mantivemos a grafia original, com as variações gráficas, as letras maiúsculas ou minúsculas; desdobrámos as abreviaturas, colocando em *itálico* esse desdobramento (em redondo em caso de título) e baixando os sobrescritos ao nível do texto, colocando-os em redondo; e, considerando que nem sempre fica evidente a intenção do autor, optámos por separar as preposições, conjunções e pronomes dos substantivos e outras classes de palavras que, eventualmente, no manuscrito se encontram unidos.

E que o não empreste, nem treslade, nem dé a treslado a ninguem, e finalmente me emculque curiosos *pera* que me comprem outros velumes, que com ansia e fervor, fico dando ao prello. e breve *mente* sahirão:

E do *contrario* me darey por *muito* mal servido; e saptisfeito pois notorio e publico, a *grande* despeza, e *esplendido* gasto, que tenho feito, nesta nova ofesina: (PEIXOTO, 1741, p. 41-42).

Se acrescentarmos a estes dados as duas estrofes (décimas) em redondilha, escritas por um amigo de Peixoto, possivelmente António de Souza Coimbra, a quem dedica a obra, fica a ideia de que Peixoto terá sido tradutor / intérprete de escravos minas:

Desimas de hũ amigo ao Auctor

Com pulicia, modo, e primor
 escreve Antonio da Costa
 a Lingoa minna, e gosta
 della pois ser o Auctor,
 hé de fama tradutor
 em estas minas Gerais
 e hinda posso diser mais
 que hé de *emgenho* subtil
 pois nas *partes* do Brazil
 sabe a lingoa mais *que* os mais

De verdade que o Autor
 desta nova traduçaõ
 declara com destinaçaõ
 todo o methodo de compor,
 Bem se pode chamar senhor
 e Mestre da lingoa minna
 poiz *quem* tambem a ensigna
 no compor e descrever
 deste se pode dizer
 que faz obra perigrina (PEIXOTO, 1741, p. 2)

Estes dois textos levantam também questões de natureza sociológica, especialmente na complexidade das relações entre o senhor e os escravos e entre os próprios escravos. Se Peixoto escrevia manuais para vender e era tra-

dutor dos escravos minas é porque havia quem comprasse os manuais e podia usufruir dos seus conhecimentos de tradutor. Contudo, não parece crível que ele pudesse sobreviver economicamente vendendo os seus serviços apenas aos senhores dos escravos! É bem provável que outro tipo de público adquirisse os seus serviços, especialmente “os que os [escravos] não têm”, os “moradores, e ábitantes destes payzes” e até os simples “curiosos” com alguma capacidade financeira.

Por outro lado, a formação escolar de Peixoto não deverá ter sido longa, pois, embora escrevesse razoavelmente para a época, não era um especialista na língua portuguesa. Por exemplo, a sua ortografia regista variantes regionais do Português europeu da época, ainda hoje assinalados no dialeto setentrional de Portugal. O fato linguístico mais manifesto é a “troca dos bês pelos vês”, permuta entre os grafemas e <v> , isto é, a consoante oclusiva bilabial oral sonora [b] e a consoante fricativa labiodental sonora [v]: “souvecem” (PEIXOTO, 1741, p. 5) por “soubessem”; “barrer” (PEIXOTO, 1741, p. 25) por varrer; “bem” (PEIXOTO, 1741, p. 29) por “vem”...

Logo no “Prologo aó Leitor”, Peixoto admite essa falta de formação inicial:

Hoje he o dia, e tambem agora, em que se rezolveo o meu lemitado discurso, sahir aó teatro do mundo, com a novidade de traduzir aó nosso igdioma portugues, a lingua geral de Minna. Não a descrevo com aquelle fundamento e distincão que a nossa pulcicia pede, causa de me faltarem as letras nos annos que a ellas me pudera aplicar:

Não duvido que nesta a Merica e Minas, hajaõ Auctores famosos, graduados nesta facultade, o que eu não ignoro, nem tambem ó ignorará quem os tiver visto, mas como thé o presente não vice obras dos tais talentos, me resolvi fazer esta nova traduçaõ por entender ser de muita utellidade o saberem todos esta taõ emportante sabedoria. (PEIXOTO, 1741, p. 5).

2. Língua Mina.

Os textos de António da Costa Peixoto já foram estudados, especialmente a partir da segunda edição impressa. Destacamos os importantes estudos de Yeda Antonita Pessoa de Castro e Aryon Dall’Igna Rodrigues, bem como da jovem investigadora Sílvia Margarete Cunha Souza, que estudou sobretudo a predicação nesta obra. Para Castro (1983, p. 97; 2002, p. 47), a língua aí descrita é predominantemente uma língua Fõ (cerca de 82%), a que propôs a designação

de Mina-Jeje e situou-a dialetologicamente no grupo da Língua Aja (das Línguas Gbe). Para Rodrigues (2003, p. 95), “(...) trata-se da língua Ewe (ou Gbe), mais proximamente de seus dialectos Fõ e Gum, tais como falados hoje no Benim”. Já em 1945, Lopes (1945, p. 45) referia que, “(...) por *Ogunu*, *Gunu*, *Gu* ou alada, entende-se uma variedade do *Fon* ou daomé, um dos dialectos que constituem a língua *evæ*, falada por aproximadamente um milhão de almas. O dialecto em questão foi no Brasil setecentista a língua geral da Mina de que se ocupa António da Costa Peixoto”. Acresce ainda que na *Obra Nova* aparece a palavra “guno” como sinónimo de “gente mina” (PEIXOTO, 1741, p. 12). Em síntese, o povo mina ou “guno” falava uma língua Ewe-Fon pertencente à família Kwa, caracterizada por um sistema de 3 tons, 7 vogais orais e 5 nasais, uma estrutura silábica CV (Consoante-Vogal) e uma estrutura sintática SVO (Sujeito-Verbo-Objeto), sem a distinção de género nem de verbos derivados (CASTRO, 2005, p. 38).

Há, no entanto, nestes estudos um fato que tem passado despercebido e não nos parece deva ser descurado: Manuel de Lima, S.J. (ca. 1667–1718)⁶ escreveu um *Catecismo na língua dos Ardas* (ca. 1708), como ele próprio referiu numa carta, datada de 28 de julho de 1708, ao Preósito Geral dos jesuítas, Michelangelo Tamburini (1648–1730), 14.º Superior Geral da Companhia de Jesus entre 1706 e 1730. Nessa carta, Manuel de Lima refere que falava Quimbundo (sua língua materna) e era o único padre da Companhia de Jesus a conhecer a língua dos Ardas, de que fez um catecismo enquanto missionava na Bahia, para converter à fé católica os escravos oriundos da Costa dos Escravos, na Baía do Benim do Golfo da Guiné (LEITE 1949, VIII, p. 318). Infelizmente, não encontramos, até ao momento, outros elementos que nos permitam inferir a validade desse depoimento, mas não podemos deixar de acreditar nele e, portanto, na existência desse catecismo em forma manuscrita, que terá circulado na Bahia entre os jesuítas, pelo menos, no primeiro quartel do século XVIII.

O reino de Arda (situado a este de S. Jorge de Mina, no atual território da República do Benim) estava na jurisdição de Portugal, dependia religiosamente da diocese de São Tomé, desde 1534, e era o mais poderoso reino nesta área nos séculos XVI e XVII. Arda foi conquistado em 1724 por Agaja (ca. 1673-1740), rei de Daomé e anteriormente vassalo do rei de Arda, e integrado no seu território (VERGER, 1964, p. 14). Desconhecemos o número de escravos existentes na Bahia, oriundos do reino de Arda, no início do século XVIII, mas podemos deduzir que devem ter sido muitos, por forma a justificar a composição de um

6 Manuel de Lima nasceu em Luanda, Angola, passou os primeiros anos da sua vida a estudar no colégio dos jesuítas de Angola e faleceu na Bahia em 1718 (LEITE, 1949, VIII, p. 318).

catecismo especificamente nessa língua africana. Estima-se, contudo, que, até 1671, a média anual de escravos saídos de Arda era de cerca de 3000 e, em 1678, o entreposto comercial inglês de Ofra, um dos portos mais importantes de Arda⁷, exportava cerca de 6000 a 7000 escravos por ano (AKINJOGBIN, 1967, p. 34). Acresce ainda o fato de o reino de Arda ter sido extinto e conquistado por Daomé em 1724, o que deve ter tido como consequência, como era habitual, que todos os seus líderes, políticos e militares, incluindo todas as suas famílias, fossem condenados perpetuamente à condição de escravos (Soares 2004).

Apesar de o *Catecismo na língua dos Ardas* de Manuel de Lima continuar desaparecido, há uma outra fonte anterior a que podemos aceder para conhecermos a língua dos Ardas e compará-la com a obra de Peixoto.

Com efeito, em 1658, o rei de Arda, Toxonu (?-ca.1661) (MANCKE, 2005, p. 120), enviou ao rei de Espanha, Felipe IV (1605-1665), um emissário (acompanhado por um intérprete) com o nome de Bans, que foi batizado com o nome Felipe Zapata⁸ durante essa estadia em Espanha, solicitando missionários para o seu reino (CARROCERA, 1949, p. 529, p. 545-546), com o propósito de estabelecimento comercial e o aumento da venda de escravos. Felipe IV, ainda na qualidade de Rei de Portugal⁹ (BRÁSIO 1981, XII, p. 176-177, p. 240-251; 1991, VI, II Série, p. 137-140), enviou doze missionários capuchinhos da província da Andaluzia (dez padres e dois irmãos leigos), liderados por António de Salamanca. Os missionários deixaram Cádiz em 25 de novembro de 1659 e chegaram a Ofra, a 14 de janeiro de 1660. A capital de Arda, chamada “Zima”, onde vivia o rei, estava localizada a cerca de 40 quilómetros para o interior e tinha, na altura, aproximadamente 30000 habitantes. Foram recebidos por Mateus Lopes, um mestiço português, que era o tradutor de Toxonu. Esta missão foi um insucesso total em termos religiosos¹⁰, uma vez que o rei, especialmente por

7 O outro porto importante de Arda era Jakin.

8 Bans escolheu o nome cristão de Felipe Zapata em homenagem ao rei de Espanha (Felipe) e ao seu padrinho (Zapata), Pedro Zapata, Governador-Geral de Cartagena de las Indias.

9 A Espanha e a Igreja Católica apenas reconheceram a independência de Portugal em 1668 (REGO, 1940, p. 63), depois do Tratado de Lisboa (13 de fevereiro de 1668), um tratado de paz entre Portugal e Espanha assinado já no Reinado de Carlos II de Espanha (1661-1700) mas sob a regência de sua mãe Maria Ana da Áustria (1634-1696).

10 Cinco missionários morreram em poucos dias e os outros não tiveram grande sucesso. Só quatro missionários deixaram o reino e apenas três chegaram a Espanha — António de Salamanca morreu na viagem de regresso e os freis José de Nájera e Agustín de Villabáñez e o irmão Cipriano de Madrid, depois de terem ficado algum tempo no reino vizinho de Popó, partiram para a Venezuela num navio holandês e chegaram à Missão de Cumana (Venezuela) em setembro de 1661 (CARROCERA, 1949, p. 542-543).

causa da monogamia exigida pelo Catolicismo, não se converteu e não permitiu que eles missionassem no seu território (BRÁSIO, 1981, XII, p. 378-388)¹¹.

Durante a preparação para a missão ao reino de Arda, os Capuchinos escreveram um catecismo bilingue, em Espanhol e Arda, liderados por José de Nájera (1621-1684) com a colaboração direta de Felipe Zapata, para ajudar os missionários a ensinar as orações e a fé Católica à população nativa, intitulado *Doctrina Christiana, y explicacion de sus misterios, en nuestro idioma Español, y en lengua Arda* (Madrid 1658). Trata-se de uma língua similar à descrita por Peixoto e há termos comuns aos dois documentos (FERNANDES, 2012), como, por exemplo, as palavras relacionadas com Deus (“vodum”) e filho (“vi”):

<i>Doctrina Christiana</i> (1658)		<i>Obra Nova</i> (1741 - Ms)
porque nos libre Dios	Vodu ¹² demitoe (1r)	náhipou hihá vou vòdum pou = fiquece com Deos Nosso <i>Senhor</i> (33)
al Sacerdote	Voduno (11v)	Avòduno = Padre (12)
de la Santa Madre Iglesia	Vodugue (6r)	máhi avòduno chuhê = vou acaza de hũ <i>Padre</i> (24)
		Avòdum chuhê = Igreja (13)
		máhivòdumchuhê = vou <i>pera</i> a Igreja (20)
		avòdumgê = contas de rezar (13)
		avòdumcû = coresma (13)
por Pasqua Florida	por Pasqua Florida	avòdum nhi = pascoa (13)
los Domingos	(6r)	avòdum zambe = Domingo (13)
y Fiestas de guardar	gresube (6r)	avòdum zampê = dia santo (13)
oyr Missa entera	vnebe (6r)	máhipom vòdum = vou a Missa (19)
confessar	mise misa brebu (6r)	máhihò vodum = vou comfesarne (19)
	confessar (6r)	máhichlevòdum = vou rezar (20)
Hijo	Vi (9r)	vi = filho (10)

Com efeito, apesar de os autores da *Doctrina Christiana* não terem traduzido alguns vocábulos religiosos com palavras da língua Arda, como, por exemplo, “páscoa”, “missa” e o verbo “confessar”, e Peixoto o ter feito, estas ocorrências demonstram que, possivelmente, havia população arda entre os “gunos” descritos por Peixoto e que as línguas Arda e Mina pertenciam à mesma família linguística.

11 Em 1670, o rei Tezifon (ca. 1661-1682), o sucessor de Toxonu (MANCKE, 2005, p. 345), enviou Mateus Lopes ao rei de França, Louis XIV (1638-1715), o que provocou a presença dos franceses em Arda ainda nesse ano (AKINJOGBIN, 1967, p. 29).

12 Os negritos, quer da edição de 1658 quer do manuscrito de 1741, são da nossa responsabilidade e usámo-los para mais facilidade de comparação entre os dois documentos.

3. Vocabulário censurado na *Obra Nova*.

Há, ainda, um outro aspeto que ainda não foi estudado, em particular as palavras censuradas, primeiro pelo próprio autor, e, depois, por Luís Silveira, nas edições de 1944 e 1945.

A *Obra Nova* tem, no total, 899 palavras africanas, 426 palavras isoladas e 473 integradas em diálogos e pequenas frases (RODRIGUES, 2003, p. 93-94). Regista o mais importante, na perspetiva de Peixoto, dos aspetos socioculturais daquela realidade específica, como o relacionamento entre donos e escravos, atividades profissionais, processos de socialização, situações domésticas, doenças e bem estar, corpo humano e as suas funções, casa, família, roupas, comida, bebidas, fauna e flora, divindade e o sobrenatural, instrumentos de trabalho, capacidades e imperfeições, e sexo e atividades sexuais, etc. (CASTRO, 2002, p. 151-185).

Quer no manuscrito de 1731 quer no de 1741, Peixoto não apresenta a tradução das expressões que ele intitula de “chingar”¹³, “(...) por serem palavras menos desentes a nossa pulícia” (PEIXOTO, 1741, p. 35):

<i>Alguns Apontamentos (1731 - Ms)</i>	<i>Obra Nova (1741 - Ms)</i>
Chingar Anunhatô cri cri // anunhatô veo // anohiho fou // anunhatô angalite plou plou, vhâ dummy // vhâ dumi chuba chû // (PEIXOTO, 1731, fól. 12r)	chingar. Anunhatô cri cri ¹⁴ // anunhatô veo ¹⁵ // anóhihó fou ¹⁶ // anunhatô angalito plou plou ¹⁷ // huhá dumi ¹⁸ // huhá dumi chuchû // ¹⁹ (PEIXOTO, 1741, p. 35)

13 Em nenhum dos 18 textos do *Corpus Lexicográfico do Português* disponibilizados pelo DICIweb (<http://clp.dlc.ua.pt/DICIweb/>) aparece a palavra “chingar”, grafada com “ch” ou com “x” (“xingar”), o que significa que não era uma palavra usual no Português europeu. Com efeito, o Dicionário da Academia das Ciências de Lisboa refere que “xingar” é brasileirismo, significa dirigir insultos, palavras ou xingos a alguém e deriva da palavra *kuxinga* do Quimundo (ACADEMIA, 2001, II, p. 3794). Também Houaiss e Villar (2004, p. 2897) e Mendonça (2012, p. 172) confirmam que o verbo xingar tem origem no Quimundo.

14 “Sua coisa ruim, ordinária” (CASTRO, 2002, p. 72).

15 “Sua coisa desgraçada, seu desgraçado” (CASTRO, 2002, p. 72).

16 “Seu coisa, vá te arreganhar” (CASTRO, 2002, p. 72).

17 “Sua coisa debochada, prostituta, filho / filha da puta” (CASTRO, 2002, p. 72).

18 “Venha me comer, foder” (CASTRO, 2002, p. 79).

19 “Venha me comer, seu cão leproso” (CASTRO, 2002, p. 79).

No entanto, há expressões / pequenas frases que foram totalmente esquecidas na edição de 1944, sem qualquer razão aparente, como:

- huhema hujáhi = cahiume o escripto (PEIXOTO, 1741, p. 17)
- máhibá nàquè = vou buscar lenha (PEIXOTO, 1741, p. 20)
- máhichó hinhono = vou compar hua negra (PEIXOTO, 1741, p. 23)
- Aquhé = ouro / aquhé tum tum = dinheiro / aquhé gèrè ga = balanssa de pezar ouro (PEIXOTO, 1741, p. 36)
- lelo dótô = mentirozo (PEIXOTO, 1741, p. 37)

Contudo, esta gralha parece ter sido parcialmente detetada pelo editor, uma vez que duas frases foram reintroduzidas na edição de 1945:

- máhibá nàquè = vou buscar lenha (PEIXOTO, 1945, p. 26)
- máhichó hinhono = vou compar hua negra (PEIXOTO, 1945, p. 29)

Há, ainda, palavras e frases omitidas quer nas edições de 1944 quer de 1945, por razões alegadamente de pudor, para evitar o uso impróprio do vocabulário ou, nas palavras de Silveira:

Advirta-se que se julgou conveniente não transcrever a tradução de alguns passos (poucos de resto) que pela extrema licenciosidade eram desagradáveis e cuja falta não altera, substancialmente, o livro, nem priva o estudioso de elementos importantes (SILVEIRA, 1944, p. 8).

Curiosamente, na edição do ano seguinte, substituíu “extrema licenciosidade” por “sua escabrosidade” (SILVEIRA, 1945, p. 9). Ainda nesta edição, na “Observação” final, que não existe na edição de 1944, Silveira refere que:

A censura moral, de cuja necessidade só pode duvidar quem não conhece o Ms., deu motivo, no decurso deste trabalho, a numerosas hesitações. Importa dizer que se suprimiu, por inútil a tradução de diálogos inteiros em que a intenção residia unicamente em expressões impossíveis de manter. Isto não prejudica a compreensão dos verdadeiros estudiosos da língua; não os impede de traduzir e decompor as frases e os vocábulos. Para que a edição não resulte desfalcada pela incidência da censura na parte léxica, bastará notar as *palavras quibus organa generationis nuncupantur, scilicet: do (membrum), necam (scrotum), necnom cam (hymen)*. (SILVEIRA, 1945, p. [67])

A estratégia editorial da edição de 1944 foi a de simplesmente eliminar algumas dessas palavras e frases, como:

- chulefum = fasa o pentelho / huhà chùlè nàme = ande fazermos (PEIXOTO, 1741, p. 35)
- nóhé name ayó parê = mai dame hu bocado de cono // (sic) Pregunto fihá náhinà nauhê = aónde / (sic) hó hey dehir dar (PEIXOTO, 1741, p. 40)
- cum chibê = ando com o sangue // (sic) sóhá mápom = mostra pera ver (PEIXOTO, 1741, p. 40)
- mématim aquhé má hó hayò hâ = quem não tem ouro, não fode. // (sic) name ayo dim beré siê ná nauhê aguhé = da me agora ó cono, equal quer dia te darey o ouro // (sic) nhimá ná ayóche achó hâ = eu não dou o meu cono fiado (PEIXOTO, 1741, p. 41)

A edição de 1945, contudo, apresenta a maior parte delas, mas omite a tradução portuguesa, colocando reticências entre parêntesis retos. O quadro-síntese seguinte é bastante elucidativo:

Peixoto (1741 - Ms)	Peixoto (1944)	Peixoto (1945)
vfum – pentelho (p. 8)	vfum – pentelho (p. 15)	vfum – [...] (p. 17)
do = pica (p. 8)	do – pica (p. 16)	do – [...] (p. 18)
necam = colhoiz (p. 8)	necam – colhois (p. 16)	necam – [...] (p. 16)
ayó = cono (p. 8)	ayó – cono (p. 16)	ayó – [...] (p. 18)
migoume = o cú (p. 8)	migoume – o cú (p. 16)	migoume – [...] (p. 18)
hinhahom – peido (p. 38)	hinhahom – peido (p. 34)	hinhahom – [...] (p. 38) * Latine <i>crepitus</i> (nota de rodapé)
Pregunto gui geroi ayô = <i>vocem-ece quer</i> cono (p. 26)	Preg. ^{to} , qui geroy ayô – vm. ^{cc} q. ^r cono (p. 27)	Preg. ^{to} , qui geroi ayô – vm. ^{cc} q. ^r [...] (p.30)

<p>Cazos extra ordinarios; e eu o afirmo, por alguns lemitados, que a mim (p. 39) proprio me tem sucedido, mas pera que não aleguem Ignorancia, escrevo o seguinte e fujaõ delle: // (sic) nóhé name ayó parê = mai da me hu bocado de cono // (sic) Pregunto fihá náhiná nauhê = aónde / (sic) hó hey de hir dar // huhà mi hi zume = vamos pera o mato // zume hé mihom = o mato está humido // huhà mi hi zamgi = vamos pera a cama // hu hà mi hi = vamos // (p. 40)</p>	<p>Cazos extraordinarios; e eu o afirmo, por alguns lemitados, que a mim proprio me tem suced., mas pera que não aleguem Ignorancia, escrevo o seg. ^{te} e fujaõ delle: // ... huhàmihizume — vamos p.^a o mato // Zume hémihom — o mato está humido // huhà mi hi zamgi — vamos p.^a a cama // huhà mi hi — vamos // (p. 35)</p>	<p>Cazos extraordinarios; e eu o afirmo, por alguns lemitados, que a mim proprio me tem suced., mas pera que não aleguem Ignorancia, escrevo o seg. ^{te} e fujaõ delle: // huhàmihizume — [...] // Zume hémihom — [...] // huhà mi hi zamgi — [...] // huhà mi hi — (p. 38)</p>
<p>dirâ tambem hum chibê = ando com o sangue // sóha mápom = mostra pera ver // hum cu hunham = (p. 40) eu tenho vergonha // humbê = não quero // hé hú nihê = aqui está // nhi mágerou nâpom gumthó hé hâ = eu não quero ver o teu sangue // Cá milhor praxe de que eu uzo, alguas vezees (sic), hé esta: nhi matim aquhé dim hâ = eu não tenho agora ouro // mématim aquhé má hó hayó hâ = quem não tem ouro, não fode. // name ayo dim beré siê ná nauhé aguhê = da me agora ó cono, equal quer dia te darey o ouro // nhimá ná ayóche achó hâ = eu não dou o meu cono fiado & (p. 41)</p>	<p>dirá tambem: hum cu hunham — eu tenho vergonha // humbê — não. quero // héhu'nihê — aqui está // nhimá — gerou nâpom gumthó hé hâ — eu não. quero ver o teu sangue // (p. 35) Cá milhor praxe de que eu uzo, algúas vezees, hé esta: Nhimatim aquhédimhâ — eu não. tenho agora ouro // ... (p. 36)</p>	<p>dirá tambem: humchichê — [...] // sóhá mápom — [...] // hum cu hnnham = eu tenho vergonha // humbê — [...] // héhu'nihê — [...] // nhimá — gerou nâpom gumthó hé hâ — [...] // Cá milhor praxe de que eu uzo, algúas vezees, hé esta: Nhimatim aquhédimhá = eu não. tenho agora ouro // mématim aquhe ma hóhayo hâ — [...] // name ayo dim, beré siê na nanhe aquhé — [...] // nhi ma na ayó he achóhâ — [...] = // & (p. 39).</p>

Realizada uma pesquisa nos dicionários portugueses coevos, o que nos apresenta mais elementos relativos a este vocabulário popular relacionado com o sexo e a atividade sexual é Jerónimo Cardoso (1508-1569), na obra *Hieronymi Cardosi Lamacensis Dictionarium ex lusitanico in latinum sermonem* (Coimbra, 1562), como “pissa” (*mentula, ae*), “colham” (*coleus, ei*), “cu” (*podex, cis*), “peido” (*crepitus, us*), “pentelho” (*pubex, cis*) (<http://clp.dlc.ua.pt/DICIweb/>).

Apenas as palavras “cono” e “caralho” não merecem qualquer referência em nenhum dos dicionários consultados. Em contrapartida, o *Vocabulário Portuguez e Latino* (1712-1728) de Rafael Bluteau (1638-1734), o mais importante dicionário setecentista português, omite a quase totalidade do vocabulário de cariz sexual registado por Peixoto.

Conclusão.

O manuscrito *Obra nova de lingua geral de mina* (1741) de António da Costa Peixoto é um registo histórico importante que demonstra a existência de uma língua Kwa (e não um crioulo) falada em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII, utilizada como *lingua franca* pelos próprios escravos oriundos da região do Golfo da Guiné, denominados entre si por “gunos”.

Trata-se de um dos primeiros documentos (senão o primeiro) em território brasileiro a descrever essa língua. Há, contudo, a referência a um *Catecismo na língua dos Ardas* (ca. 1708) do jesuíta Manuel de Lima (ca. 1667–1718), embora ainda desaparecido, elaborado na Bahia e cuja língua é similar e pertence, pelo menos, à mesma família linguística.

A importância do(s) manuscrito(s) de Peixoto não reside apenas na descrição diacrónica dessa língua africana na expressão que lhe foi dada pelos escravos minas, mas também do Português brasileiro e do Português europeu da primeira metade do século XVIII. Com efeito, o lexema “chingar” (PEIXOTO, 1741, p. 35), por exemplo, é claramente um brasileirismo, não se encontrando registado em nenhum dos lexicógrafos portugueses de seiscentos nem de setecentos. Brasileirismos são também construções com dupla negação, com a repetição do advérbio de negação “não” pré e pós-verbalmente (Alkmim, 2001), como, por exemplo, em: “màtim vihâ = não tem filhos naõ” (Peixoto 1741: 15); “hè mà gam dume hâ = naõ me mordeo naõ” (PEIXOTO, 1741, p. 37); e “hémá bouhâ = naõ corta naõ” (PEIXOTO, 1741, p. 39). Estes exemplos demonstram que essas repetições já se encontravam na língua africana com a utilização de dois advérbios diferentes (“mà” e “hâ”), conforme a posição na frase, podendo estar aí a origem deste brasileirismo (SOUZA & LUCCHESI, 2004).

Interessante é também o fato de Peixoto confirmar o uso de palavras do foro popular (ou mesmo do calão) pertencentes ao campo semântico sexual e estas se encontrarem registadas em poucos dicionários seiscentistas, como “colham” (CARDOSO, 1562, fól. 32r), “cu” (CARDOSO, 1562, fól. 37r), “peido” (CARDOSO, 1562, fól. 84v), “pentelho” (CARDOSO, 1562, fól. 85r) e “pissa” (CARDOSO, 1562, fól. 86r). Contudo, o manuscrito de Peixoto

tem ainda um valor acrescido pelo fato de ser o primeiro documento que conhecemos (MACHADO, 2012, p. 272-285) a registrar o uso de duas palavras não dicionarizadas até então, “caralho” e “cono”, dois termos vulgares para os órgãos sexuais masculino e feminino, respetivamente (NEVES & SANTOS, 2001, p. 34 e p. 39).

Referências bibliográficas

Fontes Primárias

PEIXOTO, António da Costa. *Alguns Apontamentos da Lingoa minna com as Palavras Portuguezas correspondentes*. Manuscrito, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1731 (F. 2355 Códice 3052).

_____. *Obra nova de Lingoa geral de mina, traduzida, áo nosso Igdioma por Antonio da Costa Peixoto, Naciognal do Reino de Portugal, da Provincia de Entre Douro e Minho, do comcelho de Filgueiras*. Manuscrito, Biblioteca Pública de Évora, 1741 (Códice CXVI/1-14).

_____. *Obra nova de língua geral de Mina de António da Costa Peixoto: Manuscrito da Biblioteca Pública de Évora publicado e apresentado por Luís Silveira*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1944.

_____. *Obra nova de língua geral de Mina de António da Costa Peixoto: Manuscrito da Biblioteca Pública de Évora publicado e apresentado por Luís Silveira e acompanhado de comentário filológico de Edmundo Correia Lopes*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1945.

Fontes secundárias

ABREU, Capistrano de. *Capítulos da História Colonial*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

ACADEMIA = Academia das Ciências de Lisboa. *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. 2 vols. Lisboa: Editorial Verbo, 2001.

AKINJOBIN, I[saac] A[deagbo]. *Dahomey and its neighbours, 1708-1818*. London: Cambridge University Press, 1967.

ALKMIM, Mônica Guieiro Ramalho de. *As negativas sentenciais no dialeto mineiro [manuscrito]: uma abordagem variacionista*. Tese de doutoramento. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

_____. “Negativa pré- e pós-verbal: implementação e transição”. In COHEN, Maria Antonieta Amarante de Mendonça & Jânia Martins RAMOS: *Dialeto*

- mineiro e outras falas*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2002, p. 169-182.
- BRÁSIO, António. *Monumenta Missionaria Africana*. I Série. 15 Vols. Lisboa: Agência Geral do Ultramar (vols. 1-11) / Academia Portuguesa de História (vols. 12-15), 1952-1988.
- _____. *Monumenta Missionaria Africana*. II Série. 6 Vols. Lisboa: Agência Geral do Ultramar / Academia Portuguesa de História, 1958-1979.
- BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario Portuguez e Latino*. Coimbra: Colégio das Artes (vol. 1-4); Lisboa: Pascoal da Sylva (vol. 5-8); *Suplemento ao Vocabulario Portuguez e Latino*, 2 vol.: Lisboa: Joseph Antonio da Sylva; *Vocabulario de Synonimos e Phrases Portuguezas*, vol. 2: Lisboa: Patriarcal Officina da Musica, 1712-1728.
- CARROCERA, Buenaventura de. “Misión Capuchina al Reino de Arda”. *Missionalia Hispanica* 6, 1949, p. 523-546.
- CARDOSO, Jerónimo. *Hieronymi Cardosi Lamacensis Dictionarium ex lusitanico in latinum sermonem*. Lisboa: João Álvares, 1562.
- _____. *Dictionarium latino-lusitanicum, et lusitanico-latinum*. Lisboa: Domingos Carneiro, 1694.
- CARDOSO, Suzana et alii (eds.). *Quinhentos anos de história lingüística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006.
- CARREIRA, António. *Notas sobre o tráfico português de escravos*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa / Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1983.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. “A sobrevivência das línguas africanas no Brasil: sua influência na linguagem popular da Bahia”. *Afro-Ásia* 4-5, 1968, p. 25-34.
- _____. “Das línguas africanas ao português brasileiro”. *Afro-Ásia* 14, 1983, p. 81-106.
- _____. *A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002.
- _____. “Das línguas africanas ao português brasileiro”. *Patrimônio — Revista Eletrônica do IPHAN*, 6 (janeiro-fevereiro). Disponível em <http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=214> (última consulta: 23 de julho de 2012), 2007, p. [1-4].
- _____. “African Languages an Brazilian Portuguese: A new approach”. PETTER & MENDES (eds.), 2009, p. 47-56.
- _____. “Prefácio – Renato Mendonça e «A influência africana no português do Brasil», um estudo pioneiro de africanias no português brasileiro”. MENDONÇA, Renato Firmino Maia de, 2012, p. 15-27.

- DICIweb = Corpus Lexicográfico do Português. Disponível em <http://clp.dlc.ua.pt/inicio.aspx> (última consulta: 30 de julho de 2012).
- FALOLA, Toyin & Matt D. Childs (eds). *The Yoruba Diaspora in the Atlantic World*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 2004.
- FELÍCIO, Zoraide Magalhães. *Nunca vi não: estratégias discursivas de negação na região oeste da Bahia*. Dissertação De Mestrado. Salvador: Universidade Do Estado Da Bahia, 2012.
- FERNANDES, Gonçalo. “Continuity and Rupture in the First Grammatical Descriptions of African Languages by Portuguese Missionaries”. Conferência proferida no *12th International Conference on the History of the Language Sciences (ICHoLS XII)*, Universidade de St. Petersburg, 2011.
- _____. “The *Arte da Lingua de Angola* (Lisbon 1697) by Pedro Dias: the first grammatical description of the Kahenda-Kimbundu”. No prelo.
- _____. “Translational Processes in two Works of the Arda (1658) and the Mina (1741) Languages”. Conferência proferida no *7th International Conference on Missionary Linguistics*, Institut Ibero-Amerika, Universität Bremen, 2012.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. 3.^a edição. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- HOUAISS, Antônio & Mauro de Salles VILLAR. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Instituto Houaiss e Editora Objetiva, 2004.
- LAW, Robin. *The slave coast of West Africa 1550-1750: the impact of the Atlantic slave trade on an African society*. Oxford: Clarendon Press, 1991.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. 10 vols. Lisboa: Livraria Portugália (vols. 1-2); Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (vols. 3-10), 1938–1950.
- LOPES, Edmundo [Arménio] Correia. “Os trabalhos de Costa Peixoto e a língua Evze no Brasil”. PEIXOTO, António da Costa, 1945, p. 41-66.
- LOVEJOY, Paul E. “The Yoruba Factor in the Trans-Atlantic Slave Trade”. FALOLA, Toyin & Matt D. CHILDS (eds), 2004, p. 40-55.
- MACHADO, José Barbosa. *Estudos de Língua e Cultura portuguesas: séculos XIV, XV e XVI*. Braga: Edições Vercial, 2012.
- MANCKE, Elizabeth & Carole SHAMMAS (eds.). *The Creation of the British Atlantic World*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2005.
- MENDONÇA, Renato Firmino Maia de. *A influência africana no português do Brasil*. Prefácio de Yeda Pessoa de Castro. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012 [1933].
- NEVES, Orlando & Carlos Pinto SANTOS. *Dicionário do palavrão e de outras inconveniências*. Lisboa: Editorial Notícias, 2001.

- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.
- PETTER, Margarida Maria Taddoni & Ronald Beline MENDES (eds.). *Proceedings of the Special World Congress of African Linguistics: Exploring the African Language Connection in Americas*. São Paulo: Humanitas, 2009.
- PETTER, Margarida Maria Taddoni. “Línguas Africanas no Brasil”. CARDOSO, Suzana *et alii* (eds.), 2006, p. 117:142.
- REIS, João José & Beatriz Gallotti MAMIGONIAN. “Nagô and Mina: The Yoruba Diaspora in Brazil”. FALOLA, Toyin & Matt D. CHILDS (eds), 2004, p. 77-110.
- RIBEIRO, Fernanda. “A Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e a ideologia do Estado Novo”. TORRALBA, Luís Reis & Heloísa PAULO (eds): *Estados autoritários e totalitários e suas representações: propaganda, ideologia, historiografia e memória*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 223-237.
- RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. “As línguas gerais sul-americanas”. *Papia: Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares* 4 (2), 1996, p. 6-18.
- _____. “Obra nova da língua geral de mina: a língua ewe nas Minas Gerais”. *Papia: Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares* 13, 2003, p. 92-96.
- _____. “As outras línguas da colonização do Brasil”. CARDOSO, Suzana *et alii* (eds.), 2006, p. 143-161.
- RONCARATI, Cláudia. “A negação no português falado”. MACEDO, A. T., C. RONCARATI & M. C. MOLLICA (eds): *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, pp. 97-112.
- SANTANA, Jan Carlos Dias de Santana & Priscila Brasileiro Silva do NASCIMENTO. “A Negação no Português falado da Matinha/Ba: Um estudo sociolinguístico”. *Letra Magna, Revista de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura*, 14, 2011, pp. 1-17.
- SILVEIRA, Luís. “Apresentação”. PEIXOTO, António da Costa, 1944, pp. 5-8.
- _____. “[Apresentação]”. PEIXOTO, António da Costa, 1945, pp. 5-10.
- SOARES, Mariza de Carvalho. “From Gbe to Yoruba: Ethnic Change and the Mina Nation in Rio de Janeiro”. FALOLA, Toyin & Matt D. CHILDS (eds), 2004, pp. 231-247.
- SOUZA, Arivaldo Sacramento de & Dante LUCCHESI. “Estrutura de negação em uma comunidade rural afro-brasileira”. *Hyperion Letras*, 7, 2004. Disponível em www.hyperion.ufba.br/_texts/2004-2/arivaldosouza.doc (última consulta: 11 de outubro de 2012).
- SOUZA, Sílvia Margarete Cunha. *A predicação na “língua geral de mina”: uma*

- proposta de descrição*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Lingüística, 2001.
- _____. “A Obra Nova de Língua Geral de Mina no Contexto da Produção Lingüística Brasileira dos primeiros séculos”. *Estudos Lingüísticos*, 32. Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo (GEL), 2003^a. Internet: <http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/32/htm/comunica/ci220.htm> (última consulta: 29 de setembro de 2012).
- _____. “A predicação na Língua Geral de Mina”. *Papia: Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares* 13, 2003^b, pp. 97-106.
- _____. “Os esquemas predicativos da língua geral de mina”. *Línguas e Instrumentos Lingüísticos* n° 13/14, 2004.
- VERGER, Pierre. *Bahia and the West Cost Tradee (1549-1851)*. Ibadan University Press / Institute of African Studies, 1964.
- ZIMMERMANN, Klaus. “La construcción del objeto de la historiografía de la lingüística misionera”. ZWARTJES, Otto & Even HOVDHAUGEN (eds.), 2004, pp. 7-32.
- _____. “Koloniallinguistik. Thesen aus iberoromanistischer Perspektive”. Workshop Koloniallinguistik Universität Bremen, 24 –25 März 2011. Disponível em http://www.fb10.uni-bremen.de/sksv/kolling2011/kolling_thesen_zimmermann.pdf (última consulta: 6 de agosto de 2011).
- ZWARTJES, Otto. *Portuguese Missionary Grammars in Asia, Africa and Brazil, 1550-1800*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins. [Studies in the History of the Language Sciences, 117], 2011.
- ZWARTJES, Otto & Even HOVDHAUGEN (eds.). *Missionary linguistics / Lingüística misionera: selected papers from the First International Conference on Missionary Linguistics, Oslo, March 13th-16th, 2003*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins. [Studies in the History of the Language Sciences, 106], 2004

ASPECTOS DO LÉXICO PORTUGUÊS E BRASILEIRO NO SÉCULO XVIII:
“PESOS E MEDIDAS” NO *ERÁRIO MINERAL* (1735),
DE LUÍS GOMES FERREIRA

Maria Filomena Gonçalves
Universidade de Évora

RESUMO: Este trabalho visa dar a conhecer o *Erario Mineral* (1735) como fonte linguística para o estudo de vários campos lexicais, entre eles o dos “pesos e medidas”. Publicada por Luís Gomes Ferreira, médico-cirurgião português que viveu durante duas décadas nas Minas do Brasil, a obra tem carácter técnico-científico, conciliando a medicina e a farmácia científicas com a farmacopeia popular. Este estudo demonstrará como o autor, além das unidades conhecidas em Portugal, também adequou estas ou criou novas, introduzindo assim uma “terminologia popular” no campo dos pesos e das medidas.

PALAVRAS-CHAVE: Léxico; Português; Brasileiro; Setecentos; pesos e medidas.

ABSTRACT: This paper aims to inform about the *Erario Mineral* (1735) as a linguistic source for the study of various lexical fields, including the one of “weights and measures”. Published by Luís Gomes Ferreira, a Portuguese surgeon who lived for twenty years in the Brazilian Mines, this text has a technical and scientific nature, whose scientific medicine and pharmacy is often substituted by a local pharmacopoeia. This study will demonstrate how the author, beyond the lexical units used in Portugal concerning weights and measures, also adapted or created new units or phraseological expressions, thus introducing a “popular terminology” in that lexical field.

KEYWORDS: Lexicon; Portuguese; Brazilian; 18th century; weights and measures.

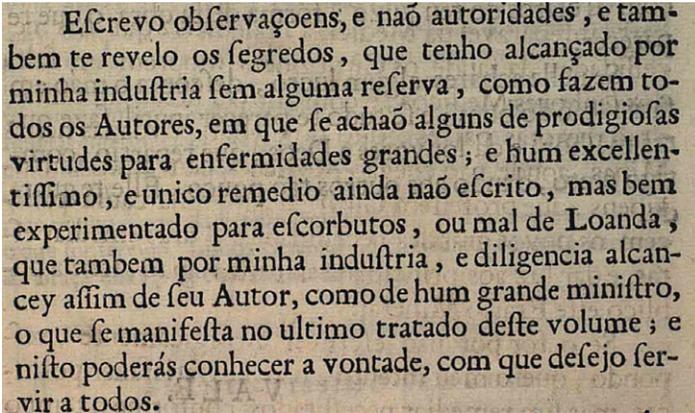
Preliminares.

Na última década, muitos têm sido os desenvolvimentos dos estudos diacrónicos do Português: da Sintaxe à Morfologia, da Linguística Variacionista à Linguística Cognitiva, os mais variados domínios e teorias têm contribuído de forma decisiva para o estudo histórico da língua. No mesmo período, também as chamadas Ciências de Léxico, à medida que iam definindo o respectivo âmbito e consolidando metodologias, conquistavam um espaço epistémico. Todavia, os avanços teóricos e práticos destas ciências verificaram-se mais na investigação descritiva ou sincrónica do que na perspectiva histórica, situação que fica patente na lista de títulos publicados nos volumes dedicados às chamadas Ciências do Léxico (OLIVEIRA e ISQUERDO 2001; ISQUERDO e KRIEGER, 2004; ISQUERDO e ALVES, 2007; ISQUERDO e FINATTO, 2010; ISQUERDO e BARROS, 2010).

Neste trabalho pretende-se demonstrar precisamente a relevância da perspectiva histórica aplicada a estas ciências, na linha defendida por Krieger (2010). Reivindica-se, pois, a importância do estudo do léxico tanto na sua diacronia como em cada uma das sincronias passadas. Com este propósito, são analisados alguns aspectos do *Erario Mineral* (1735), obra que ilustra as chamadas “linguagens especiais” (VERDELHO, 1998: 19-26) ou “tecnolectos” (VERDELHO, 1994) relativos à medicina e à farmacopeia nas primeiras décadas de Setecentos. Na sequência de trabalhos anteriores acerca do *Erario Mineral*, trazem-se agora novas achegas sobre o léxico presente na obra do cirurgião Luís Gomes Ferreira, que exerceu a sua actividade na região das Minas brasileiras durante mais de vinte anos. Importante testemunho linguístico que conecta e compara realidades e modos de dizer europeus e brasileiros, apesar de há pouco tempo ter sido objecto de uma edição acompanhada de alguns estudos (FERREIRA, 2008), continua a merecer uma análise sistemática não só do léxico em geral mas sobretudo das antigas terminologias, próprias da “botica da natureza” (HOLANDA, 1994), vale dizer, dos remédios feitos a partir de elementos nativos – plantas, animais e minerais – para curar as doenças. Com efeito, perante condições de vida muito diferentes das da Portugal, os cirurgiões e os boticários ora adoptavam o saber dos nativos ou “habitadores” acerca as propriedades curativas das plantas e outros produtos naturais, ora inventavam remédios feitos com tais elementos. Assim aconteceu com Gomes Ferreira que, confrontado com as mais variadas enfermidades e moléstias, causadas pelo clima e pelas condições de vida nas Minas do Ouro¹, para si reclama no Tratado VI (*Dos segredos, ou remedios particulares*,

1 Além das Minas, Gomes Ferreira também se refere à Bahia e ao Rio de Janeiro, por exemplo.

que o autor faz manifestos, e quaes saõ), a invenção de vários remédios, aspecto ao qual aludia no *Prologo ao leytor* (1735, iii):



Escrevo observaçoens, e não autoridades, e tam-
bem te revelo os segredos, que tenho alcançado por
minha industria sem alguma reserva, como fazem to-
dos os Autores, em que se achão alguns de prodigiosas
virtudes para enfermidades grandes; e hum excellen-
tissimo, e unico remedio ainda não escrito, mas bem
experimentado para escorbutos, ou mal de Loanda,
que tambem por minha industria, e diligencia alcan-
cey affim de feu Autor, como de hum grande ministro,
o que se manifesta no ultimo tratado deste volume; e
nisto poderás conhecer a vontade, com que desejo fer-
vir a todos.

Nesta ocasião (GONÇALVES, 2012), a amostra extraída do *Erario Mineral* visa contribuir para o estudo do campo lexical dos “pesos e medidas” no português setecentista, ao mesmo tempo que procura demonstrar o valor das obras “técnicas” para a história do léxico português e brasileiro.

1. O autor e a obra.

Cirurgião nas “Minas do Ouro” durante duas décadas, Luís Gomes Ferreira nasceu em S. Pedro de Rates, junto a Barcelos, no Minho. Aprendeu a arte de cirurgião-barbeiro com Francisco dos Santos, cirurgião da enfermaria Real de Dom Pedro em Lisboa, tendo completado a sua formação no Hospital Real de Todos-os-Santos. Esteve na Índia, onde terá tomado contacto com muitas plantas e outros produtos naturais cujas propriedades eram adequadas ao tratamento de diversas doenças². Viaja para Salvador da Bahia em 1708, onde permanece até 1710, ano em que vai para a região das Minas, passando pelas cidades de Sabará, Mariana e Vila Rica. Em 1711 integrou o exército recrutado para expulsar a

2 Os *Colóquios dos Simples e Drogas he Cousas medicinais da Índia* (1563), de Garcia de Orta (1501-1568), foi a obra que contribuiu para a divulgação na Europa de muitas dessas plantas e produtos. A tradução latina de Charles L'Écluse ou Clusius (1525-1609) tornou a obra do português acessível aos eruditos europeus. As plantas medicinais e as doenças tropicais (FURTADO, 2008, p. 131-136) já haviam sido descritas por Abraão Zacuto (1575-1642), Aleixo de Abreu (1568-1630) e Simão Pinheiro Mourão.

esquadra francesa que tinha invadido o Rio de Janeiro. Após vinte e três anos de exercício no Brasil, regressa a Portugal em 1731. O *Erario Mineral* sai dos prelos em 1735, mas já em 1733 estava redigido, conforme mostram as datas das Licenças do Paço e do Santo Ofício.

Embora não seja o primeiro tratado médico escrito no Brasil (EDLER, 2006, p.45)³, parece ser o primeiro a incluir a “clínica, a terapêutica e a cirurgia” (FERREIRA, 2005; 2008), motivo por que, ademais do seu valor histórico, se reveste de enorme importância para a história das linguagens específicas daqueles domínios.

Os dados biográficos recolhidos pela historiadora brasileira Júnia Furtado (2002, 2005, 2008) permitem dizer que Gomes Ferreira, como falante, representava a variedade minhota do português, aprendida na infância, e exposta depois a outros modos de falar, em particular o de Lisboa, cidade onde o cirurgião se formou, e na qual se localizava, já nas primeiras décadas de Setecentos, a variedade sociolinguisticamente mais prestigiada, consoante se conclui do testemunho de D. Jerónimo Contador de Argote (1725), gramático que traçou a primeira descrição das variedades diatópicas (e não só) do Português, e que no *Capítulo I da Quarta Parte da Grammatica Portuguesa*, ao caracterizar as variedades regionais toma como referência ou língua-padrão a Província da Extremadura (ARGOTE, 1725: 291-301).

Assim, dada a sua formação, o idiolecto de Gomes Ferreira caracterizava-se certamente pelo uso da terminologia própria dos cirurgiões e dos boticários, ao mesmo tempo que correspondia ao português culto do século XVIII. Contudo, consciente das concessões que fizera à linguagem do “povo”, e antecipando-se às possíveis críticas, no *Proemio* justifica o uso de uma linguagem mais acessível no trato com as gentes da região das Minas.

Note-se a preocupação linguística manifestada por Gomes Ferreira:

Se o for [censurado] por não escrever cirurgicamente, respondo, que o meu intento, não he satisfazer politicas, mas sim remediar necessitados, conforme o tempo deo lugar; e como havião de entender os ignorantes da Medicina, e Cirurgia, se não fossem ensinados com o modo ordinario, com que se explica o povo? (FERREIRA, 1735, *Proemio*).

O *Erario Mineral* divide-se em doze Tratados, dentre os quais merece destaque o *Tratado III – Da Miscellania de vários remédios, assim experimen-*

3 De acordo com este autor, “[...] o século XVIII foi o verdadeiro século das farmacopéias”.

tados, e inventados pelo autor, como escolhidos de varios Autores, e curiosos para variedade de doenças, ainda que os restantes tratados não sejam menos valiosos do ponto de vista linguístico. Com efeito, devido à natureza da matéria exposta – os remédios para várias doenças e achaques –, o *Tratado III* reúne preciosas informações sobre a “farmacopeia rústica” e a “medicina popular”⁴ no Brasil e, em especial, na região das Minas. Por isso, ciente da originalidade da sua obra, Luís Gomes Ferreira salienta ainda no referido *Proemio*:

Naõ sey, que haja professor algum que ate o dia de hoje tenha escrito das enfermidades das Minas, nem ainda do Brasil, e naõ haverá pessoa, que ignore serem os taes climas differentes dos de Portugal, e da Europa [...] (FERREIRA, 1735, *Proemio*).

E mais adiante sublinha as inovações da sua prática cirúrgica:

Escrevo observaçoens, e naõ autoridades, e tambem te revelo os segredos, que tendo alcançado por minha industria sem alguma reserva, como fazem todos os Autores, em que se achaõ alguns de prodigiosas virtudes para enfermidades grandes; e hum excellentissimo, e único remedio ainda naõ escrito, mas bem experimentado para escorbutos, ou mal de Loanda, que tambem por minha industria, e diligencia alcancey assim de seu Autor, como de hum grande ministro, o que se manifesta no ultimo tratado deste volume [...] (FERREIRA, 1735, *Proemio*).

O *Erario Mineral* descreve as experiências do cirurgião português em mais de vinte anos de exercício da profissão nas Minas, onde observa atentamente a natureza, as gentes e os costumes mineiros, descrevendo não só as enfermidades frequentes naquelas paragens mas também as terapêuticas caseiras usadas pelas populações locais. Os muitos comentários sobre o clima e as condições de vida dos habitantes daquela região, assim como as abundantes notas linguísticas e as comparações entre referentes brasileiros e portugueses⁵, conferem ao *Erario*

4 Não cabendo aqui uma extensa contextualização da história natural do Brasil nem da história da medicina no território brasileiro, remete-se, respectivamente, para Buarque de Holanda (1994) e Furtado (2002; 2005; 2008).

5 A título de exemplo da maneira como certas mezinhas caseiras eram adoptadas por Gomes Ferreira à realidade brasileira, com o nome respectivo, veja-se o seguinte trecho do *Tratado VII (Dos formigueyros)*: “Mas porque no Brasil naõ há as maçans de cipreste verde, e só poderã haver nas boticas as cascas de romans, sou de parecer, que em lugar das maçans de cipreste se lancem a coser no vinagre dous ginipapos verdes, e desta sorte se pôde fazer este remedio nas Minas, porque nos curraes perto dellas há esta fruta [...] (FERREIRA, 1735, p. 365).

Mineral o inestimável valor de fonte para o estudo do léxico setecentista, em Portugal e no Brasil.

2. O *Erario Mineral* como fonte da diacronia lexical.

Conforme demonstrado em trabalho anterior (GONÇALVES, 2012), o *Erario* é relevante como fonte para a datação e a retrodatação⁶ de muitas unidades lexicais relativas aos domínios contemplados na obra – principalmente a farmácia, a botânica e a medicina –, mas é igualmente precioso como testemunho da variação lexical que já então registava o português em território brasileiro, variação essa que se manifesta, por exemplo, na existência de várias palavras – indígenas e/ou portuguesas – para nomear o mesmo referente. Por outro lado, os nomes de muitos produtos naturais do Brasil, desconhecidos dos europeus, suscitam diversos comentários por parte do cirurgião, que se manifesta sensível à dinâmica da língua em solo brasileiro. Para lá do relevo da revisão de datações – antedatações ou retrodatações – fornecidas pela lexicografia portuguesa, como referido acima, o *Erario Mineral* mostra-se extremamente rico no que diz respeito aos domínios lexicais referentes à medicina, à farmacopeia e à botânica.

Como a descrição dos remédios requeria uma referência à quantidade exacta das substâncias ou produtos neles usados, é natural que o campo semântico dos “pesos e das medidas de capacidade” sobressaia no *Erario*, motivando até alguns esclarecimentos por parte do autor, prática bem exemplificada no *I Tratado, Capítulo XI – De outra breve, e precisa advertencia para os que não foram professores, e tiveram necessidade de saberem as medidas, e pezos de botica, em que hey de falar*, no qual o cirurgião esclarece as correspondências entre várias medidas, tanto de “secos” como de “molhados”. O excerto abaixo tem grande valor informativo e linguístico, porquanto Gomes Ferreira nele descreve o “antigo sistema” de pesos e medidas:

As libras de botica de cousas liquidas tem doze onças; cada huma destas onças he huma medidade metal, que levará pouco mais, ou menos tanto como hum ovo de galinha ordinario, onde tem pegada da outra banda a medida de meya onça, que he por onde se medem as aguas, os xaropes, e as cousas liquidas; e não são onças, nem libras de pezo, como muytos imaginarão. As cousas solidas, ou grossas, e

6 Sirvam de exemplo as unidades seguintes, que em Houaiss (2001) recebem uma datação posterior a 1735: “(pós) para-tudo” (em Houaiss, 1881), “poaia” (em Houaiss, 1801), “jalapa” (Houaiss, em 1801), “(erva) orelha de onça” (em Houaiss, 1899), “raiz de mil homens” (em Houaiss, 1789). Ver Gonçalves (2012).

secas se pezaõ por libras, onças, oytavas, e meyas oytavas dos marcos comuns. Estas libras tem dezasseis onças, as onças tem cada huma oyto oytavas; as oytavas tem cada huma setenta e dous graõs. Os escropulos tem cada hum vinte e quatro graõs; os meyo escropulos tem doze graõs; e estes pezos de escrópulos saõ huns pezos de folha de metal, que costumaõ vir nas balanças estrangeyras, e os ourives tem, os quaes tem seus numeros cada hum deles, que todos ordinariamente saõ seis; cada hum deles com letras de conta imprimidas de hum, dous, três, seis, dize, e vinte e quatro; que querem dizer hum graõ, dous graõs, três graõs, seis, doze, e vinte e quatro; e não são graõs de trigo, nem as onças de pezo, como muytos imaginaõ. As maõs cheyas, em que tenho falado, e hey de falar, he regularmente quanto póde abranger huma maõ com os dedos. E a palavra dóse, ou doses he o mesmo que huma porçaõ tudo o mais he o comum (FERREIRA, 1735, p. 21).

Esta descrição revela a importância das medidas e dos pesos tanto na actividade dos médicos e cirurgiões como na dos boticários, em cujas práticas era crucial conhecer e indicar, com precisão ou suficiente clareza, a quantidade das substâncias usadas na preparação dos remédios. Assim, as anotações do cirurgião português integram-se na história da metrologia portuguesa – vale dizer, da disciplina que “estuda e descreve os pesos e medidas” (PINTO, 1983, p. 381) – e contribuem, por conseguinte, para uma história dos pesos e das medidas, tanto em Portugal como no Brasil.

Publicado em 1735, o *Erario Mineral* apresenta o “sistema antigo”, ao qual pertencem as unidades da amostra aduzida. Por outro lado, é de salientar que muitas das designações das antigas medidas são evidentemente populares e têm uma origem antropomórfica, como é o caso de “mão”, uma das medidas referidas por Luís Gomes Ferreira, e que tem as variantes seguintes: “mão cheia” e “meia mão”.

Por último, importa referir que, ao longo da sua história, muitas das medidas estiveram sujeitas a variações porque, a partir de 1576⁷ e até ao século XIX, as medidas ficaram entregues à “determinação de cada concelho ou lugar” (PINTO, 1983, p. 30), o que explica as diferenças entre as praticadas no Brasil, nas Minas em particular, e as usadas em Portugal. Com efeito, embora Luís Gomes Ferreira refira acima que “tudo o mais he o commum”, por vezes vê-se na necessidade de estabelecer a correspondência entre as medidas usadas nas Minas e as de Portugal, conforme se conclui do exemplo seguinte: “[...] Em

7 É a data da “Carta de Lei de Almeirim”, que foi o último intento de reforma das medidas de capacidade. Em 1852 foi introduzido em Portugal o sistema métrico decimal (PINTO, 1983, p. 29).

meya medida das Minas, que corresponde a huma canada de Portugal [...]” (FERREIRA, 1735).

De facto, no *Erario* são muito frequentes as explicações sobre a equivalência entre algumas medidas, o que traduz a preocupação do autor com a identificação precisa das quantidades dos componentes dos remédios: “Doses he meya libra para cada vez, que he o mesmo que seis onças” (FERREIRA, 1735, p.113).

O quadro abaixo reúne algumas das unidades que integram a amostra.

Quadro 1

Tratado III
alqueire
arrátel
meio arrátel
canada
escrópulo
meio escrópulo
dedal (<i>didal</i>)
grão
libra
oitava
meia oitava
onça
meia onça
mão
mão cheia
medida
meia medida
meia medida das Minas
pataca
meia pataca
quarto
quartilho

Além destas, bem conhecidas no âmbito do “sistema antigo”, o cirurgião português recorre também a outras unidades lexicais que, não tendo o valor de “medida” como primeira acepção, no contexto do *Erario Mineral* funcionam como tal, pois servem para indicar a porção ou quantidade de certa substância ou produto. Trata-se, em regra, de medidas cujas denominações são mais populares do que as precedentes, porquanto nomeiam realidades ou utensílios tomados “por metonímia”, “por extensão” ou por analogia, como referência à porção ou quantidade de algo, como é o caso das seguintes:

Quadro 2

tacho
panela
colher ⁸
golpe ⁹
copo
copinho
frasco ¹⁰
coco
migalha
chicara (grafia antiga de <i>xícara</i> ¹¹)
dedada
pinga
ovo de galinha
com o que baste ¹² (do Lat. <i>Quantum satis</i>); a que basta ¹³

A consulta de qualquer dicionário actual confirmará que estas unidades não constituem, salvo em sentido metafórico ou por extensão, unidades de medida; porém, atendendo aos contextos em que elas ocorrem no *Erario Mineral*, não restam dúvidas de que tais unidades adquirem uma acepção própria, quando não exclusiva, integrando-se, por essa via, nas linguagens especiais da farmacopeia e da medicina, nas quais servem para indicar “medidas” que nem sempre são precisas ou rigorosas.

Do mesmo modo, se não restam dúvidas de que a prática do cirurgião português se adaptou ao meio (região das Minas), também é evidente que, perante a realidade brasileira, a sua terminologia no domínio dos pesos e das medidas passou a incluir produtos locais, de que é bom exemplo a unidade “coco”¹⁴ (fruto do coqueiro) para indicar a medida de líquido que naquele

8 No *Vocabulario Portuguez, e Latino*, de Bluteau (1712, p. 371), “colher, ou colherada. O que se pode tomar de huma vez com colher”.

9 Segundo Bluteau (1713, p.92) “golpe” equivale a “Copia. Quantidade”.

10 Sem referência a qualquer medida, para Bluteau (1713, p.204).

11 Segundo Houaiss (2001), a unidade “xícara” está atestada em 1706, significando “pequeno recipiente us. esp. para bebidas quentes, com asa para facilitar a manipulação *2 p.met.* a quantidade de bebida que comporta”. É precisamente nesta acepção metonímica que o autor do *Erario* usa a palavra.

12 Em Houaiss (2001) está atestada em 1854.

13 A expressão equivale à actual “quanto baste”, pertencente ao domínio terminológico da farmácia, segundo informa Houaiss (2001), cuja abreviatura “q.b” indica, no domínio da culinária, uma quantidade que não peque pela demasia ou pela escassez, sob pena de alterar o paladar.

14 Houaiss (2001) refere uma unidade de medida de origem japonesa: “METR medida de capacidade japonesa correspondente a seis alqueires (entre 12,5 e 13,8 litros)”. Contudo, no *Erario Mineral* “coco” não parece ter a ver com a medida referida por Luís Gomes Ferreira.

poderia caber. “Coco” adquire, pois, o valor de uma medida de capacidade. Apesar de o “coco” ser um fruto bem conhecido em Portugal no primeiro quartel de Setecentos, não seria certamente uma realidade quotidiana, a ponto de, em terras portuguesas, servir de medida entre boticários ou cirurgiões. Assim, na ausência de uma medida mais rigorosa, o autor do *Erario Mineral* adopta um referente local atribuindo-lhe uma função claramente “metrológica”.

No quadro abaixo, apresentam-se as medidas e os pesos mencionados por Luís Gomes Ferreira, acompanhados das definições fornecidas por obras lexicográficas de referência, a saber, António de Moraes Silva (1813), Fr. Domingos Vieira¹⁵ (1871-1874) e Houaiss (2001), cujas definições confirmam a maioria das unidades usadas pelo autor do *Erario Mineral*:

Quadro 3

	SILVA, 1813	VIEIRA, 1871-1874	HOUAISS ¹⁶ , 2001
ALQUEI- RE ¹⁷	medida de grãos: seis alqueires fazem um saco, e sessenta alqueires um moyo. § Alqueire de azeite são seis canadas (SILVA, 1813, p. 105) ¹⁸	Medida de capacidade para todo o género de grãos, sessenta das quaes fazem um moio. Também se dá este nome a uma medida de extensão, que era empregada antes do systema métrico, na Agrimensura (VIEIRA, 1871, p. 332).	antiga medida de capacidade us. sobretudo para cereais, mas de volume variável (na região de Lisboa equivalia a 13,8 litros) ¹⁹
ARRÁTEL ²⁰	peso que tem dezasseis onças (Silva, 1813, p. 186).	(Do arabe <i>arratle</i> ; Na linguagem popular ainda se diz Arratle). Pezo antigo de desesseis onças; trinta e dous formam uma arroba. (VIEIRA, 1871, p. 568).	<i>ant.</i> unidade de medida de peso correspondente a 459 g ou 16 onças; libra ²¹

15 Note-se que à data da publicação desta obra, em Portugal, já havia sido introduzido o sistema decimal.

16 Por se tratar da versão electrónica do *Dicionário Houaiss*, não se indica a página em que está registada cada unidade lexical.

17 Para Bluteau (1712, p. 282), alqueire é “[...] Medida de toda especie de grãos”. Também pode corresponder a uma medida de líquidos: “Alqueire de azeite, nos coutos de Alcobaça são seis canadas”.

18 Também segundo Moraes (1813, p. 105) “alqueirinho” é “meyo alqueire, e um selamim escasso” e Houaiss (2001) regista “alqueirão” definido como “medida de um alqueire de trigo”, com datação de 1899, correspondente ao Dicionário de Cândido de Figueiredo.

19 Segundo Houaiss (2001), esta forma já está atestada desde 1111.

20 Em Bluteau (1712, p.549) , “[...] Antigamente entre os Romanos o que chamamos Arratel era hum peso de doze onças; entre os “Portuguezes pesa o Arratel deseseis onças”.

21 De acordo com Houaiss (2001), a unidade “arrátel” já se registava em 1339.

CANADA	Medida de líquidos, contém quatro quartilhos, a duodecima parte de um almude [...] (SILVA, 1813, p. 333).	(Temos canna significando uma medida d’extensão, nada pois mais simples do que um derivado do thema canna designar uma medida de capacidade. [...] Medida portugueza de líquidos. (VIEIRA, 1873, p. 73).	antiga medida de líquidos (vinho, azeite etc.) que equivalia a quatro quartilhos ²² .
DEDADA ²³	Quantidade que se tira com um dedo (SILVA, 1813, p. 518).	A quantidade que se tira de uma só vez com o dedo [...] (VIEIRA, 1873, p. 729).	quantidade que se retira de uma só vez com o dedo ²⁴
DEDAL	Instrumento de metal, que cobre a cabeça do dedo mayor, com que costureiras, e alfayates empurraõ a agulha carregando na parte do fundo (SILVA, 1813, p. 518).	Pequeno instrumento de metal ou de marfim, com que se cobre a ponta do dedo para que se não pique ao cozer, empurrando a agulha. ---Figuradamente: Pequena porção [...] (VIEIRA, 1873, p. 729).	fig. porção mínima de alguma coisa
DOSE ²⁵	DÓSE, s.f., V. <i>Dósis</i> . DÓSIS. T. de Med. A porção de medicamento, que se póde dar sem prejuízo do doente, havendo respeito á idade, e outras circumstancias: v.g. a dose de tal remedio é de 2, até 4 grãos (SILVA, 1813, p. 640).	DOSE, ou DOSIS. Certa porção ou quantidade de alguma cousa. Termo de Pharmacia. Quantidade exacta de cada um dos ingredientes que devem entrar em um medicamento composto. Termo de Medicina. Quantidade determinada por pezo ou medida, de um medicamento, que se deve tomar todo de uma vez (VIEIRA, 1873, p. 1131).	FARM quantidade determinada de uma ou mais substâncias us., p.ex., na composição de medicamentos; dose; 2 p.ext. qualquer quantidade (concreta ou abstrata) constante de determinada coisa ²⁶ .

22 Segundo Houaiss, “canada” já se registava em 1114.

23 De acordo com Bluteau (1712, p.32), “Chamamos Dedo a medida pequena de hum dedo travêsso, & tomase por huma pequena cantidade, como quando dizemos *Beber hum dedo de vinho*”.

24 Baseado em Bluteau, Houaiss (2001) situa a palavra em 1713.

25 Em Bluteau (1712, p. 296), DOSIS (Termo de Medico). He palavra Grega. Val o mesmo que o peso, ou a medida das drogas, ou ingredientes, que entraõ na composição de hum medicamento, ou cantidade de remedio, que o Medico receitou para o enfermo”. Por sua vez, na nomenclatura de Domingos Vieira também figura o verbo DOSAR, definido como “Termo da medicina. Dividir, regular a dose de um medicamento” (VIEIRA, 1813, p. 1131). Houaiss (2001) situa o verbo “dosar” em 1839. Porém, graças ao *Erario Mineral*, esta unidade já tem atestação, no mínimo, em 1735. Saliente-se que Houaiss não aponta uma datação para “dosear”, cuja definição equivale à de “dosar”, donde se poderá concluir que esta é a forma mais antiga.

26 Em Houaiss (2001), a palavra estará atestada desde 1543.

ESCRÓ- PULO	Escropulo (escrúpulo) é o “peso de 24 grãos” (SILVA, 1813, p. 744).	Peso de 24 grãos, a terça parte da oitava. [...] O escrúpulo corresponde, aproximadamente, a um gramma e dous decigramas do novo systema decimal de pesos e medidas (VIEIRA, 1873, p. 280)	□ antiga medida de peso para pedras preciosas, equivalente a 1,125g ETIM lat. <i>scrupulum, i</i> ou <i>scripulum, i</i> ‘pedrinha, seixinho; escrúpulo, 24ª parte da onça ²⁷
FRASCO	Vaso de vidro para líquidos, e talvez de barro vidrado, de feição dos de vidro [...] (SILVA, 1813, p. 57).	(Do francez <i>flacon</i>). Garrafa que se fecha com uma rolha de vidro ou de metal. Nos laboratorios, significa vaso de vidro ou de crystal, de forma cylindrica, de fundo chato, e munido de um ou mais gargalos estreitos, de bordos reviarados [...] (VIEIRA, 1873, p. 765).	medida que corresponde a dois litros.
GRÃO	peso: 24 grãos fazem um escrúpulo, ou escrúpulo. (SILVA, 1813, p. 99).	Pequeno peso, que representa a vigésima quarta parte do antigo escrúpulo. O grão equivale, aproximadamente, a cinco centigrammas no novo systema de pesos e medidas. A oitava era de três escrúpulos ou de setenta e dous grãos. A onça constava de oito oitavas, ou quinhentos e setenta e seis grãos. Esta espécie de peso era muito usada na dosagem das substancias dos medicamentos activos. (VIEIRA, 1873, p. 913).	antiga unidade de medida de peso, no valor de 1/4 do quilate (49,8 miligramas)
LIBRA	equivale ao “peso de doze onças dos Botica-rios” (SILVA, 1813, p. 222).	Peso que commumente consta de dezeseis onças, ainda que tem diversos valores, segundo o uso de alguns paizes. ou províncias. Medida de líquidos que contém o peso de uma libra, com pequena diferença. [...] <i>Libra de botica</i> : a que usam os boticários, e é de 12 onças, em diferença da libra comum de 16 onças, que se chama <i>libra de peso</i> . (VIEIRA, 1873, p. 1309).	METR m.q. <i>arrátel</i>

27 “Escrúpulo, de acordo com Houaiss (2001), já está atestado no século XV.

MEDIDA ²⁸	Qualquer grandeza conhecida, de que usamos para examinar as desconhecidas, e termo de padrão dellas: v.g. a medida, de que os alfayates, e sapateiros usão, para tomar a altura, grossura, e longor do corpo, braços, pés, &c. a vara, e covado dos mercadores; os almudes, canadas, quartilhos, dos líquidos, ou molhados; os alqueires, &c. dos grãos, ou seccos [...] (SILVA, 1813, p. 281).	Qualquer unidade convencional comparada com os objectos para se conhecer a relação que há entre eles. Medida de comprimento, de capacidade, de solidez, de peso, etc. [...]. -- Particularmente medida é um vaso de grandeza determinada que serve para medir os cereaes e outros objectos. - Medida cheia; pequena medida ; grande medida . - Fazer boa medida ; meia medida . (VIEIRA, 1873, p. 178)	recipiente que serve para estabelecer capacidade ou volume <m. de litro> <certos medicamentos já trazem as m.> 5 p.met. a quantidade contida nesse recipiente <a dose recomendada foi de duas m. por dia>
MIGALHA	pequena porção de qualquer coisa” (SILVA, 1813, p. 298).	Pequena porção d’alguma cousa, porçõesinha. [...] -- figuradamente: Parcela pequena [...] (VIEIRA, 1873, p. 234).	porção diminuta de qualquer coisa comestível; bocadinho, bobéia, migalho
OITAVA ²⁹	“Oitava” é “uma parte de oito partes iguaes, em que se divide a onça da Libra, ou Marco” (SILVA, 1813, p. 361).	Uma das oito partes iguaes em que qualquer cousa é dividida. Uma das oitos partes em que divide a onça da libra ou marco (VIEIRA, 1873, p. 538).	parte oito vezes menor que a unidade
ONÇA ³⁰	[...] se for “das Boticas” tem oito dracmas; nas casas de Moeda é uma oitava do Marco. Medida de líquidos do Boticario; leva liquido, que pesa uma onça”. (SILVA, 1813, p. 365).	Decima parte do antigo arrátel, e a oitava do marco. A onça dos boticários tem 8 drachmas; e nas casas de moeda corresponde a ¼ demarco. (VIEIRA, 1873, p. 550).	1 METR antiga unidade de medida de peso de diversos países, com valores que variam entre 24 g e 33 g 1.1 antiga medida de peso equivalente à décima sexta parte do arrátel (28,69 g)

28 De acordo com o *Vocabulario* de Bluteau (1716, p. 389), “medida” é “qualquer cousa que serve para dar a conhecer a extensão da quantidade continua, ou a multidão da quantidade discreta”.

29 No verbete “oitava”, Bluteau (1720, p. 51) considera esta unidade como “Termo de Botica”, logo como unidade terminológica própria da linguagem dos boticários.

30 No seu *Vocabulario*, Bluteau (1720, p.75) define “onça” como “pezo”, acrescentando: “He a duodecima parte de uma libra Romana. Nas boticas de Portugal, a onça tem oito gramas, a grama tres escrópulos. O escropulo vinte & quatro grãos, & assim a onça Portugueza tem quinhentos, & setenta & seis grãos. Na casa da moeda se divide a onça de outro modo. A onça he a oitava parte de hum marco, & cada onça tem oito oitavas, & cada oitava tem de grãos grandes quatro, & meyo, & de pequenos, setenta, & dous, &c. [...]”. Na linguagem especial dos boticários, onça é “huma medida de latão, ou arame, que faz o mesmo pezo, que o licor que a enche” (Bluteau, 1720, p. 76).

PATACA	Moeda de prata do valor de 750. Reis, e são as de Castella. § No Brasil, a <i>Pataca</i> vale 320. Reis [...] (SILVA, 1813, p. 410).	Moeda de prata do valor de 750 a 800 reis, hoje 920 reis [...]. -- No Brazil, moeda do valor de 320 reis. [...]. (VIEIRA, 1873, p.700).	1 NUMS <i>B</i> moeda antiga de prata, que valia 320 réis. [...] meia p. quantia pequena, insignificante.
QUARTILHO ³¹	quarta parte de huma canada. No Brasil corresponde á canada do Reino. (SILVA, 1813, p. 535).	A quarta parte de uma canada. Medida portugueza para líquidos que contem quatro quarteirões ou a 48ª parte do almude. [...] No Brazil corresponde esta medida á canada de Portugal (VIEIRA, 1874, p. 23)	<i>ant.</i> unidade de capacidade para líquidos correspondente à quarta parte de uma canada, ou seja, cerca de 0,665 l, ou, atualmente, a meio litro, no Norte de Portugal ³²
QUARTO ³³	medida que tem a quarta parte de outra maior: <i>v. g. hum quarto de pipa</i> : <i>v.g.</i> o quarto de Lisboa, tem mais de 6 almudes: noutras terras, e segundo outros Foraes variava [...]. (1813: 535).	Quarta parte d'um todo. (VIEIRA, 1874, p. 23).	a quarta parte de uma dimensão ou medida <um litro e um q.> <dois q. de metro”
XÍCARA (Chicara ³⁴)			pequeno recipiente us. esp. para bebidas quentes, com asa para facilitar a manipulação

Para ilustrar o uso das denominações de algumas das medidas acima, vejam-se os exemplos seguintes:

31 Segundo Bluteau (1720, p. 23), quartilho é uma “medida de vinho, leyte, &c. O quartilho da Bahia no Brasil, he hũa canada de Lisboa. O quartilho de Lisboa he a quarta parte de hũa canada”.

32 Em Houaiss (2001) tem datação de 1302.

33 Segundo Morais Silva, “quarta” é “huma porção de hum todo, que se divide em quatro partes; *v.g. huma quarta da vara*; *huma quarta de assucar*, por não dizer, *huma quarta de hum arrátel de assucar*. [...] (SILVA, 1813, p. 533).

34 No *Erario Mineral*, esta unidade aparece sempre grafada desta maneira, não como “xícara”.

Quadro 4

Cosão huma raiz de capeba com **meya mão cheya** de folhas de alfavaca, ou de almeirão em **hum frasco** de agua, que diminua mais da **terça parte**, e fique em pouco mais de **ametade**, e na ultima fervura se lhe ajunte **duas oytavas** de senne, e tirado do fogo se coe, e torne a elle com **meya libra** de assucar, com o qual dará algumas fervuras, e tirado se coe outra vez, e se guarde para o uso [...] (FERREIRA, 1735, p.104).

De agua de malvas libra, e meya, xarope, ou lambedor violado **oyto onças, ou seis onças morno** pela manhã em jejum, e antes do Sol posto outro tanto [...] (FERREIRA, 1735, p. 110).

De trincal **duas oytavas, e meya**, trociscos de mirra **hum escropulo**, tudo se faça em pó sutil, e se misture, e depois se divida em **duas partes iguaes**, as quais se usarão cada huma por sua vez em agua de poejos, e de artimija, de cada huma *onça, e meya* (FERREIRA, 1735, p. 110).

De mirra, castorio, e estoraque, de cada cousa **meya oytava**, mel o que baste, se misture, e se dará **meya oytava** dos pós por cada vez desfeytos em vinho com **huma migalha** do dito mel [...] (FERREIRA, 1735, p. 110).

De agua da fonte **quatro libras**, ponha-se a ferver em cachão, e tirada do fogo, se lhe lance logo de bom senne **hũa onça**, de bom manná **onça, y meya**, cremor tartari, ou crystal mineral **meya oytava, pós de canella hum boa dedada** como de tabaco, e huma casca de azedo machucada [...] (FERREIRA, 1735, p. 113).

A preocupação com o valor das medidas e dos pesos percorre toda a obra, ao ponto de Gomes Ferreira lhes dedicar os capítulos XI e XII do *I Tratado* para esclarecer o leitor português sobre as medidas usadas nas Minas, distinguindo-as das portuguesas.

Vejam-se os exemplos do quadro abaixo.

Quadro 5

Da aveya meya oytava de hum alqueyre, a que em **muytas partes chamaõ salamim**; de raiz de almeirão verde hum molho [...].

meya medida de azeite doce que corresponde **pouco mais, ou menos a huma canada de Portugal**

Em meya medida das Minas, que corresponde a **huma canada de Portugal** [...].

Ao longo do *Erario Mineral* encontram-se inúmeras ocorrências das formas compiladas nos quadros 3 e 4, verdadeiras unidades de medida ou de peso, mas também de outras que, fora do contexto do *Erario Mineral*, são unidades do léxico comum, conforme ilustra o quadro seguinte:

Quadro 6

huma maõ chea de avenca
...golpe de vinagre...
... libras de botica...
... levará pouco mais, ou menos tanto como hum ovo de galinha...
... meia pataca...
...quartilho...
...dose...
huma colher..... tres colheres....
... hum copo...
...hum copinho
... tres frascos...
...didal
...huma migalha de sal...
...meyo arratel...
...onça...
... a medida de meya onça...
um coco de agua....
... meio escropulo, que são doze graõs..
dez graõs...
terça parte....
tres quartos de pezo

Conforme se pode observar acima, por metonímia certas denominações de recipientes referem-se igualmente ao conteúdo destes, podendo por isso ser incluídas entre os nomes de pesos e medidas, conforme exemplificam os casos “chicara”, “copo”, “colher” e “frasco”, unidades cujas definições metonímicas foram registadas por Houaiss (2001):

Quadro 7

<i>chicara</i> (xícara)	1706 [...]. <i>p.met.</i> ³⁵ a quantidade de bebida que comporta [...].
copo	<i>p. met.</i> o conteúdo de um copo; quantidade correspondente a um copo [...].
colher	o conteúdo desse utensílio
frasco	medida que corresponde a dois litros

35 Esta abreviatura assinala a introdução de uma acepção metonímica (por metonímia) na micro-estrutura.

Os exemplos acima permitem dizer que a referência ao “conteúdo pelo continente” nem sempre recebe em Houaiss uma marca específica (*p. met.*), ainda que tal definição apareça, com numeração própria, depois da definição sinonímica ou descritiva. Definida como “copo pequeno” e derivada de “copo”, a unidade “copinho” não foi alvo de marcação relativa ao conteúdo do objecto nomeado. Quanto a “migalha” e ao valor de medida que a unidade assume no *Erario Mineral*, trata-se, evidentemente, de uma unidade mínima, mas muito imprecisa.

Notas finais.

Embora a amostra extraída do *Tratado III* represente a riqueza do *Erario Mineral* no domínio metrológico, é grande a variedade de unidades lexicais relativas ao âmbito do peso de sólidos e da medida de líquidos.

Os exemplos acima aduzidos permitem concluir que tanto a lexicografia como os estudos diacrónicos do léxico terão muito a ganhar com o contributo de obras especializadas como o *Erario Mineral*. Com efeito, textos desta natureza podem contribuir decisivamente não só para uma cronologia lexical mais adequada mas também para a história das terminologias ou linguagens especiais. Em relação ao Brasil, o interesse de tais obras é redobrado, pois só com o recurso a fontes de várias naturezas e finalidades se poderá compreender como o léxico português se adaptou e recriou em solo brasileiro, como aí foi integrando novas acepções, restrições ou ampliações de uso, como alterou o significado inicial ou adquiriu novas acepções ou campos referenciais.

Por outro lado, a amostra relativa ao domínio terminológico dos pesos e medidas revela que nenhum projecto, seja lexicográfico, seja de estudo diacrónico do léxico, pode prescindir de obras do universo das linguagens especiais, sob pena de se obter um quadro incompleto do léxico de determinado período. Para o português setecentista, fica aqui demonstrado que o *Erario Mineral* é, sem dúvida, uma obra a ter conta.

Referências.

- ARGOTE, D. Jerónimo Contador de. *Regras da Lingua Portugueza, Espelho da Latina, ou disposição para facilitar o ensino da Lingua Latina pelas regras da Portugueza*, 2ª impressão. Lisboa Occidental: Officina da Musica, 1725.
- BLUTEAU, D. Rafael. *Vocabulario Portuguez e Latino*. Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, Brasilico, Comico, Critico, Chimico,

- Dogmatico, Dialectico, Dendrologico, Ecclesiastico, Etymologico, Economico, Florifero, Forense, Fructifero, Geographico, Geometrico, Gnomonico, Hydrographico, Homonymico, Hierologico, Ithyologico, Indico, Isagogico, Laconico, Liturgico, Lithologico, Medico, Musico, Meteorologico, Nautico, Numerico, Neoterico, Ortographico, Optico, Ornithologico, Poetico, Philologico, Pharmaceutico, Quidditativo, Qualitativo, Quantitativo, Rhetorico, Rustico, Romano; Symbolico, Synonimico, Syllabico, Theologico, Therapeutico, Technologico, Uranologico, Xenophonico, Zoologico. Coimbra: Colegio das Artes da Companhia de Jesus: I (1712); II (1712); III (1713); IV (1713); Lisboa: Oficina de Pascoal da Silva: V (1716), VI (1720), VII (1720), VIII (1721); Oficina de José António da Silva: Supplemento, Parte I (1727); Patriarchal Oficina da Musica: Supplemento, Parte II (1728).
- EDLER, Flávio Coelho. *Boticas & Pharmacia. Uma história ilustrada da farmácia no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.
- FERREIRA, Luís Gomes. *Erario Mineral dividido em Doze Tratados, Dedicado e offerecido á Purissima e Serenissima Virgem Nossa Senhora*. Lisboa: Lisboa Occidental, 1735.
- FERREIRA, Luís Gomes. *Erário Mineral*, 2 vols. Organização Júnia Ferreira Furtado. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais/Fundação Oswaldo Cruz, 2002.
- FURTADO, J. F. Arte e segredo – o licenciado Luís Gomes Ferreira e seu caleidoscópio de imagens. In: FERREIRA, L. G.. *Erário mineral*. Organização Júnia Ferreira Furtado. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais/Fundação Oswaldo Cruz, vol.1, 2002, p. 3-30.
- FURTADO, J. F. Barbeiros, cirurgiões e médicos nas Minas coloniais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, XLVI – Julho-Dezembro, 2005, p. 87-105.
- FURTADO, J. Tropical empiricism: making medicinal knowledge in colonial Brazil. In: DELBOURGO, J.; DEW, N. (eds). *Science and empire in the Atlantic world*. New York/Abingdon, Oxon: Routledge, 2008, p. 127-152.
- GONÇALVES, M. F. A «botica da natureza» no Dicionário Histórico do Português do Brasil (séculos XVI-XVIII): o *Erario Mineral* (1735), fonte para a história do léxico brasileiro”. In: LOBO, T.; CARNEIRO, Z.; SOLEDADE, J.; ALMEIDA, A.; RIBEIRO, S. (org.), *ROSAE - Lingüística Histórica, História das Línguas e outras histórias*. Salvador, EDUFBA, 2012, p. 908-925. CDRom.

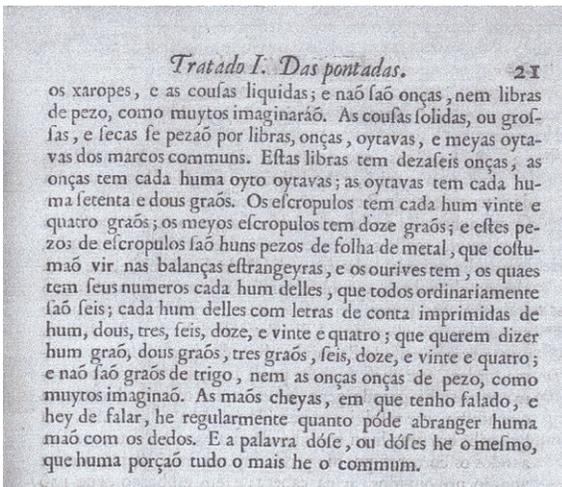
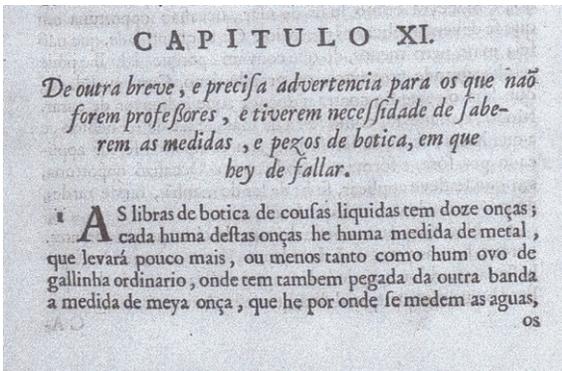
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. 1.1. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia da Língua Portuguesa, 2001 CDRom.
- ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. G. (org.). *As ciências do léxico*, v. II. Campo Grande: Editora da UFMS, 2004.
- ISQUERDO, A. N.; ALVES, I. M. (org.). *As ciências do léxico*, v. III. Campo Grande: Editora da UFMS/São Paulo: Humanitas, 2007.
- ISQUERDO, A. N.; FINATTO, M. J. B. (org.). *As ciências do léxico*, v. IV. Campos Grande: Editora da UFMS/Porto Alegre: Editora da UFGRS, 2010.
- ISQUERDO, A. N.; BARROS, L. A. (org.). *As ciências do léxico*, v. V. Campo Grande: Editora da UFMS, 2010.
- KRIEGER, M. da G.. Lexicologia e lexicografia diacrônicas: qual o papel desse tipo de pesquisa. In: ISQUERDO, A. N.; BARROS, L. A. (org.). *As Ciências do Léxico*, vol. V. Campo Grande: Editora da UFMS, 2010, p. 135-152.
- OLIVEIRA, A. M. P. P. de; ISQUERDO, A. N. (org.). *As ciências do léxico*, v. I. Campo Grande: Editora da UFMS, 2001.
- ORTA, Garcia de. *Coloquios dos simples, e drogas he cousas medicinais da India, e assi dalgũas frutas achadas nella onde se tratam algũas cousas tocantes amediçina, pratica e outras cousas boas, pera saber*. Impresso em Goa: Ioannes de Endem, 1563.
- PINTO, Adelina. Angélica Isoléxicas portuguesas (antigas medidas de capacidade). *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVIII. Coimbra, 1983, p. 367-248.
- SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa por Antônio de Moraes Silva*. Edição comemorativa do primeiro centenário da independência do Brasil. Photographada pela “Revista de Lingua Portuguesa” sob a direcção de Laudelino Freire. Rio de Janeiro: Officinas da S. A, Litho-Typographia Fluminense, 1922, 2ª edição, 1813.
- VERDELHO, Telmo. “Terminologias na língua portuguesa. Perspectiva diacrónica”. In: BRUMME, Jenny (ed.). *La història dels llenguatges iberoromànics d’especialitat (segles XVII-XIX): solucions per al present*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada/ Universitat Pompeu Fabra, 1998, p. 98-131. Disponível em: http://clp.dlc.ua.pt/Publicacoes/Terminologias_lingua_portuguesa.pdf

VIEIRA, Fr. Domingos. *Grande Diccionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portugueza*, 5 vols. Porto: Em Casa dos Editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1871-1874.

Anexo 1 - Frontispício do *Erario Mineral*



Anexo 2 - Imagem do Tratado I, Capítulo XI do Erário Mineral



PARA UMA REVISÃO DO DICIONÁRIO HOUAISS – VOCABULÁRIO E DATAÇÕES

Volker Noll

Universidade de Münster

RESUMO: O *Dicionário Houaiss* é o dicionário mais abrangente da língua portuguesa. Contudo, é óbvio que, na sua redação, obras de referência importantes, assim como algumas fontes escritas bem conhecidas não foram avaliadas de forma sistemática. Este artigo o comprova pela verificação da datação dos primeiros registros e sublinha a necessidade de revisar a concepção dessa obra monumental.

PALAVRAS-CHAVE: dicionários portugueses, primeiros registros, avaliação ampla das fontes

ABSTRACT: The Brazilian *Dicionário Houaiss* is the most comprehensive dictionary of Portuguese. However, it becomes obvious that in compiling the material, a certain number of important reference works and written sources were not fully made use of. This article proves it by double-checking the dating of first records and points out the importance of revising the concept for this extraordinary dictionary.

KEYWORDS: making of Portuguese dictionaries, first records, comprehensive use of data

Considerações iniciais.

No âmbito das línguas românicas, o processamento histórico-etimológico do vocabulário português, é, de modo geral, menos desenvolvido que o do francês e do espanhol. Até o final do século XX, isso era válido especialmente para o português brasileiro, dado que a obra de referência da época, o *Dicionário etimológico da língua portuguesa* de MACHADO (DELP, ³1977), junto com outros trabalhos publicados em Portugal, se ocupava pouco com o vocabulário de origem brasileira. Com o *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa* (DENF, ¹1982) de A. G. da CUNHA, a pesquisa etimológica brasileira assumiu a liderança na área. Na virada do século, a edição do monumental

Dicionário Houaiss (H), embora se trate de um dicionário geral da língua, foi mais um grande passo adiante. Semelhante aos prestigiosos dicionários gerais franceses como o *Grand Robert* e o *Trésor de la langue française*, o Houaiss apresenta informações etimológicas breves, no entanto, de forma mais desenvolvida do que os dicionários Aurélio (A) e Michaelis (M), e sobretudo, inclui também a datação dos primeiros registros das palavras.

Com 228 mil verbetes, o *Dicionário Houaiss* é o mais completo dos dicionários do português, o que aumenta de forma considerável o número de informações históricas doravante acessíveis. Editado também em 2001, o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa, com 70 mil lemas, inclui igualmente breves informações etimológicas, mas não as datações. Ao contrário do *Dicionário Houaiss*, não foi adaptado ao Acordo Ortográfico, entrado em vigor no Brasil em 2009. Como outros dicionários editados em Portugal, o DLPC carece de muitos brasileirismos, e, com suas 4 mil páginas, tão pouco está disponível em CD-ROM.

Apesar dos traços inovadores e vantagens expostas, o *Dicionário Houaiss* apresenta também falhas e carências metodológicas, como já observou BARME:

“[...] tanto em relação à etimologia e história das palavras quanto em relação à datação dos primeiros registros e à classificação de certas palavras como *brasileirismos* essa obra revela algumas graves deficiências e - o que é ainda muito mais sério - grande número dessas falhas se explica por um (surpreendente) defeito metodológico por parte dos lexicógrafos da equipe do Houaiss” (Barme 2006: 237).

Quanto às etimologias, é claro que um dicionário geral da língua não pode nem resumir as questões às vezes bastante complexas ou controversas e, portanto, tem que se limitar a fornecer as informações básicas. Porém, no que se refere à metodologia, qualquer lexicógrafo deve necessariamente avaliar de forma sistemática as obras de referência reconhecidas como dicionários e outras publicações lexicográficas relevantes da área. Quando se trata de um projeto monumental como o do Houaiss, isso compreende também a consideração do acervo literário, das fontes históricas e de outros escritos acessíveis.

Documentação.

Em 2009, por ocasião da implementação do Acordo Ortográfico no Brasil, uma nova edição do *Dicionário Houaiss* foi publicada. Apesar de certas falhas evidentes, resumidas na crítica de Barme (2006), constatamos que a obra não foi emendada. Trabalhando com fontes para a história do português brasileiro,

observamos com frequência uma grande discordância na datação dos primeiros registros e a falta de palavras justamente típicas do Brasil no vocabulário relativo à fauna e à flora do país. Gostaríamos de ilustrar isso, tomando como exemplo vários textos bem conhecidos há muito tempo.

Começemos com a palavra *brasileiro*. Segundo o *Dicionário Houaiss* é atestada pela primeira vez em 1706 (H, s.v.). Conforme a documentação da Companhia de Jesus, na edição de Serafim Leite, o padre Belchior Pires designou, em 1663, como “Brazileiros”, alguns confrades que, contrariamente a ele, haviam nascido no Brasil: “praedictos Patres despiciatus Brazileiros vocat” (LEITE, 1938-50: VII, 42). Esta é a primeira ocorrência da forma *brasileiro*.

A datação de outros etnônimos característicos do Brasil, *tupi*, *guarani* e *tapuia*, é aceita só de segunda mão: *tupi* (H: sXVIII, abonado no DELP), *guarani* (H: 1864, abonado em J. de Alencar) e *tapuia* (H: 1858, abonado na 6ª edição de Morais Silva). Porém, as três designações juntas já se encontram na *História do Brasil* do frei Vicente do Salvador (1982: 77). É difícil de entender por que esse texto básico de 1627 não foi avaliado pelo *Dicionário Houaiss*.

Cadê, um brasileiroismo frequente na linguagem coloquial, é datado pelo *Dicionário Houaiss* como de 1912. Lopes Gama citava, contudo, essa palavra já em 1842, no seu jornal satírico, *O Carapuceiro*: “Diz *cadê elle?* em vez de que he delle?” (fac-símile apud M. Pessoa, 1994: 78)

É consabido que a descrição do português brasileiro começou em 1826, com uma caracterização preponderantemente lexical, elaborada por Domingos Borges de Barros, Visconde de Pedra Branca. Além da caracterização da variedade brasileira, Pedra Branca apresentou, em duas listas, o primeiro contraste lexical entre o português europeu e o brasileiro. As listas foram inicialmente publicadas por BALBI (1826: 173-175). Cem anos depois, João RIBEIRO apresentou o material com pequenos comentários (1933: 30-37, ¹1921). As listas formam reproduzidas também por PIMENTEL PINTO (1978-81: I, 6-7) e, na versão mais recente, de WANKE & SIMAS Filho (1991: 20-21). Referimo-nos à segunda lista de Pedra Branca, na qual apresenta palavras supostamente bem brasileiras da época, dado que Pedra Branca as considera como desconhecidas em Portugal. As palavras seguintes, documentadas em 1826, aparecem, com data incerta ou posterior no *Dicionário Houaiss* de 2009:

caçula (DENF: XIX; DELP: 1850; H: s.d.), *capeta* (DENF, H: 1899), *charquear* (DENF: 1881; H: 1858), *cipoada* [Pedra Branca: *sipoada*] (DENF, H: 1871), *cangote* (DENF, H: 1899), *fadista* (DENF: XIX; DELP, H: 1876), *farofa* (DENF, H: 1899), *mascate* (DENF: 1873; H: a1858), *mascatear* (DENF: 1881; DELP:

1890; H: 1877), *molambo* (DENF, H: 1848; DELP: 1890), *muxiba* (DENF, H: 1899), *muxoxo* (DENF, H: 1899), *nanica* (*nanico*, DENF: 1899; H: 1836), *piquirá* (DENF, H: 1842), *presiganga* (DENF: s.XIX; DELP; H: 1846), *quindim* (DENF: s.XIX; DELP s.XIX; H: 1880), *quitute* (DENF: 1890; H: 1858).

Admira que, apesar da publicação em 1921 e sobretudo das versões subsequentes, o vocabulário não tenha sido considerado pelo *Dicionário Houaiss*.

Do início do século XIX é conhecido um texto intitulado *Poranduba Maranhense* (< tupi *poranduba* ‘notícia, pergunta, informação’), um relato em 33 capítulos sobre a “Província do Maranhão”, seguido do *Dicionário da língua geral do Brasil* e publicado na *Revista Trimensal do Instituto Histórico* em 1891. O manuscrito, oferecido ao Instituto por Francisco de Varnhagen em 1843, foi redigido em 1819-20 pelo frade capuchinho Francisco [de Nossa Senhora] dos Prazeres (1790-1852) que era de origem portuguesa e se chamava Francisco Fernandes Pereira de nome secular. Em 1812, o religioso partiu para o Brasil, onde completou o noviciado. Na sua nota ao leitor, Francisco dos Prazeres informa que pôs “mãos á obra na cidade de São-Luiz em 1819” (Prazeres 1819-20: 7). O subtítulo da obra indica que descreve os acontecimentos no Maranhão até 1820, ano no qual o frade regressou definitivamente a Portugal. Conforme o parecer publicado, o manuscrito foi aprovado pelo convento de São Francisco de Vila Real em 1826.

No *Dicionário Houaiss*, os vocábulos seguintes, relativos à fauna e à flora do Brasil e enumerados na *Poranduba* (cap. XXX-XXXIII)¹ no início do século XIX, aparecem sem data (s.d.), com data posterior a 1819-20 ou não figuram (-). Nesse contexto, gostaríamos de chamar a atenção para uma obra importante em preparação, o *Dicionário histórico dos nomes populares dos animais do Brasil* com mais de 48.000 verbetes e 8.000 referências, que poderá ajudar a remediar a falta de recepção lexicográfica ou erros na datação na área da fauna. A fim de completar a documentação disponível, o biólogo Nelson Papavero teve a gentileza de colocar à minha disposição, desde já, alguns resultados da sua pesquisa nos documentos históricos que citamos também a seguir sob a referência (D).

1 Na enumeração subsequente dos termos da fauna e flora maranhense, utilizamos a ortografia atual. Na grafia de Francisco dos Prazeres, acontecem substituições (<g> por <j>), <k> por <qu>, alternâncias de e/i e o/u: <pepira> por <pipira>, troco de b/v devido ao tupi: <páo de envira> por <pau-de-embira>, uso de <h> para separar duas sílabas: <terahira> por <teairá>, mudanças na nasalização: <merim> por <miri> e falta do hífen: <páo de remo> por <pau-de-remo>. Se uma palavra não aparecer na ordem alfabética das quatro listas, indicamos o verbo no qual é citada (s.v. ...).

PLANTAS (PRAZERES 1819-20):

abacateiro (H: 1881), *açouta-cavalo* (H: s.d.), *angico* (H: 1871), *ateira* (H: 1899), *axixá* (H: -), *bacurizeiro* (H: s.d.), *cacauzeiro* (H: 1881), *cafezeiro* (H: 1836), *cajuru* (H: 1914), *capoeiraçu* (H: s.d.), *capoeira-mirim* (H: s.d.), *caraoúba* (H: -), *condeceira* (H: -), *contra-erva* (H: s.d.), *copaúba* (H: a1958, DHPT: 1618; var. de *copaíba*, H: 1576), *cotiúba* (H: -), *criuri* (H: -), *croatá* (H: 1914), *erva-de-bicho* (H: s.d.), *erva-de-chumbo* (H: s.d.), *erva-de-passarinho* (H: s.d.), *erva-de-rato* (H: 1899), *gororoba* (H: a1958), *guabiju* (H: 1890), *guabirabeira* (H: -; DHPT: 1817), *guandi* (H: -), *guarapirarga* (H: -), *imburagiá* (H: -), *imburaité* (H: -), *inhaúba* (H: s.d.; var. de *inaúba*, DHPT: a1667), *iriri* (H: -), *jacaré-catinga* (H: -), *jaracatutiba* (H: -), *jepió* (H: -), *jeribeba* (H: -; var. de *jurubeba*, DHPT: 1627), *jerupari-bora* (H: -; cf. *jurupari*), *joão-gomes* (H: 1881), *juredá* (H: -), *jutai* (H: 1881), *malícia-de-mulher* (*malícia das mulheres*) (H: s.d.), *mapá* (H: s.d.), *mastruz* (H: s.d.), *miri* (*merim*) (H: 1899), *moconambi* (H: -), *murutim* (H: -), *paparaúba* (H: -; var. de *paparaíba*), *pau-d'arco* (H: 1899), *pau-de-breu* (H: 1899), *pau-de-embira* (*pá de envira*) (H: 1899), *pau-de-lacre* (H: 1899), *pau-d'estopa* (H: -), *pau-de-rato* (H: s.d.), *pau-de-remo* (H: s.d.), *pau-mamaluco* (H: -), *pau-roxo* (H: 1899), *pau-santo* (H: 1899), *parura* (H: -), *pente-de-macaco* (H: s.d.), *pequipocuba* (H: -), *pequizeiro* (H: 1956), *perinã* (H: s.d.), *quiabeiro* (*kiabeiro*) (H: 1836), *quina* (H: 1836), *raiz-de-cobra* (H: 1899), *saboneteiro* (H: s.d.), *sacaca* (H: s.d.), *sambaíba* (H: 1874), *são-caetano* (H: 1899), *sicantã* (H: -), *taquipé* (H: -), *tauari* (H: 1833), *tocoara* (H: -), *temtem* (H: -), *tuterubazeiro* (H: -), *violete* (H: -).

– s.v. *Jeruparibora*: *pau-ferro* (H: 1899).

– s.v. *Sapo*: *cururucica* ‘resina medicamentosa’ (H: s.d.).

QUADRÚPEDES E OUTROS ANIMAIS (PRAZERES 1819-20):

bicho-do-pé (*bixo dos pés*) (H: sXIX, D: sXVIII), *cachorro-do-mato* (H: sXX, D: 1648), *gato-bravo* (H: -, D: sXVI), *guaxinim* (H: 1877, D: sXVIII), *micuim* (H: s.d.), *papa-mel* (H: 1877, D: 1775), *porco-do-mato* (H: s.d.), *rabo-torto* (s.d.), *teraira* (H: s.d.).

– s.v. *Aranha*: *caranguejeira* (H: s.d.).

– s.v. *Cobra*: *catimbóia papa-ovos* (H: -; var. de *acutimbóia*, H: s.d.; *cutimbóia*, H: 1833; *papa-ovo*, H: 1899, D: 1816), *cobra-cipó* (H: s.d.), *cobra-coral* (H: s.d., D: sXVI), *cobra-de-duas-cabeças* (H: s.d., D: 1627), *cobra-de-veado* (H: s.d., D: 1618), *surucucu* (H: 1881, DHPT/DENF: a1576, GÂNDAVO c1570), *surucucu-de-fogo* (H: s.d.), *surucuju* (H: -; D: 1775).

– s.v. *Formiga*: *formiga-correição* (H: s.d.), *formiga-corriqueira* (H: -), *formiga-*

- de-cupim* (*formiga cupim*) (H: s.d.), *formiga-de-fogo* (H: s.d.), *formiga-saiúva* (*formiga saúba*) (H: s.d.), *tapiúba* (H: s.d.), *tucanguirá* (H: -).
 – s.v. *Macaco*: *capijuba* (H: -), *jerupari* (H: -), *macaco-do-mangue* (H: -), *macaco-prego* (H: 1899, s.v. *prego*).
 – s.v. *Maritacaca*: *cangambá* (H: 1858, D: 1817).
 – s.v. *Mocura* (*mucura*): *saruê* (H: 1899; var. de *sariguê*, H: 1560).
 – s.v. *Onça*: *onça-pintada* (H: s.d.), *onça-mestiça* (H: s.d.), *onça-tigre* (H: s.d.), *onça-verdadeira* (H: s.d.).
 – s.v. *Porco-do-mato*: *tacuité* (H: s.d.).
 – s.v. *Rato*: *sabujá* (H: s.d.).
 – s.v. *Tamanduá*: *tamanduá-bandeira* (H: s.d.), *tamanduái* (D: 1648), *tamanduá-jaleco* (H: s.d.).
 – s.v. *Tatu*: *tatu-bola* (H: s.d., D: 1817), *tatu-verdadeiro* (H: s.d.), *tatuxima* (*tatu-chima*) (H: s.d.).
 – s.v. *Teju*: *caruaru* (H: s.d., D: 1730).
 – s.v. *Teraíra* (*terahira*): *troíra* (H: -).
 – s.v. *Veado*: *veado-campeiro* (H: s.d., D: 1804), *veado-catingueiro* (H: s.d., D: 1804), *veado-galheiro* (H: s.d., D: 1817), *veado-mateiro* (H: s.d.).

AVES E INSETOS VOLÁTEIS (PRAZERES 1819-20):

- alma-de-gato* (H: 1871, D: 1817), *bacurau* (H: 1863, D: 1769), *carapirá* (H: s.d., D: 1587), *cigana* (H: s.d.), *colhereira* (H: -, D: 1618; var. de *colhereiro*, H: 1616), *jacamim* (H: 1833, DHPT/DENF: c1631), *japi* (H: 1899, D: XVII), *japiaçóia* (H: -), *marrecão* (H: 1899, D: 1750), *mãe-da-lua* (H: s.d.), *meuá* (H: s.d.), *mulata-dá-caga* (H: -), *papa-arroz* (H: 1877, D: 1728), *pato-bravo* (H: s.d., D: sXVIII), *pato-de-crista* (H: s.d.), *passarinho-de-gaiola* (H: -), *pipira* (H: 1938), *pica-pau* (H: 1836, D: 1618), *socó-boi* (H: s.d., D: 1804), *tejuju* (H: -), *tesoura* (H: s.d.), *unicorne* (H: 1881, DLGB sXVIII).
 – s.v. *Abelha*: *boca-de-barro* (H: 1922), *manuel-de-abreu* (H: 1899), *mosquitinho* (H: 1877, D: 1817), *tiúba* (H: -), *tubi* (H: 1899, DHPT/DENF: 1817), *viúva* (H: s.d., D: 1817), *xupé* (H: - ; D: 1769).
 – s.v. *Carapirá*: *mercador* (H: -).
 – s.v. *Garça*: *garça-azul* (H: s.d.), *garça-morena* (H: s.d.), *garça-real* (H: s.d., D: 1775).
 – s.v. *Gavião*: *gavião-rapina* (H: s.d.), *gavião-real* (H: s.d.).
 – s.v. *Marreca*: *marreca-viúva* (H: s.d.), *poteriaçu* (H: - ; D: sXVII), *poteri-péua* (H: -).
 – s.v. *Papagaio*: *curica-grande* (H: - ; *curica*, H: 1576), *curica-pequena* (H: - ;

curica, H: 1576), *curu* (H: -), *maracanã-amarela* (H: - ; *maracanã*, H: 1576), *maracanã-verde* (H: -), *urubu-grande* (H: - ; *urubu*, H: 1587).

– s.v. *Periquito*: *periquito-d’anta* (H: s.d.; *periquito*, H: 1665), *periquito-do-campo* (H: -), *periquito-do-mato* (H: -).

– s.v. *Pomba*: *pomba-pucaçu* (H: s.d.), *pomba-trocaz* (H: s.d., D: 1817), *tona* (H: s.d.).

– s.v. *Praga*: *meruçoca* (H: s.d.; var. de *muruçoca*, H: 1833, D: 1750), *meruim* (H: s.d.).

– s.v. *Rola*: *fogo-pagou* (H: s.d., D: sXVIII; H: *fogo-apagou*), *rola-grande* (H: - ; A), *rola-pequena* (H: -), *rolinha* (H: s.d.).

– s.v. *Urubu*: *urubu-jereba* (H: s.d.), *urubu-negro* (H: s.d.).

PEIXES E ANFÍBIOS (PRAZERES 1819-20):

anujado (H: - ; var. de *anujá*, D: sXVIII), *cascardo* (H: s.d., D: 1772-76), *curu-matá* (*crumatan*) (H: a1958, D: 1618), *jabutim* (H: 1840-64, D: 1585), *lírio* (H: -), *negra-velha* (H: -), *peixe-boi* (H: 1899, DLGB sXVIII, s.v. *goarabá*, GÂNDAVO c1570).

– s.v. *Jacaré*: *curucuru* (H: - ; A), *jacarerana* (H: sXX), *tenterê* (H: - ; A).

– s.v. *Negra-velha*: *bagralhão* (H: -).

SIGNIFICADOS PORTUGUESES NO *DICIONÁRIO DA LÍNGUA GERAL DO BRASIL* (sXVIII):

bicho-da-madeira, s.v. *yçaçoca*, *yçoca* (H: -); *maçarico-real* (ave), s.v. *maçarica* (H: s.d.); *mero* (peixe), s.v. *conapú* (H: 1881); *ouriço-cacheiro*, s.v. *cuandú*, (H: s.d.); *peixe-boi*, s.v. *goarabá* (H: 1899), *porco-montês*, s.v. *taiaçú eté* (H: s.d.); *unicorne* (ave), s.v. *inhúma* (H: 1881).

LEMAS TUPIS NO *DICIONÁRIO DA LÍNGUA GERAL DO BRASIL* (sXVIII):

arapaçu ‘pica-pau’ (H: 1949), *atiati* ‘gaivota’ (H: 1857), *guabiru* ‘rato’ (H: 1899), *guarabá* ‘peixe-boi’ (H: s.d.), *ituituí* ‘maçarico pequeno’ (H: s.d.), *maracabóia* ‘cobra cascavel’ (H: s.d.), *senembi* (*cenemby*) ‘camaleão’ (H: 1858, DHPT: 1587), *taciba* ‘formiga’ (H: s.d.), *taoca* ‘formiga-correição’ (H: 1899?), *tarauíra* ‘espécie de lagartixa’ (H: s.d.), *xerimbabo* ‘animal domestico ou domesticado’ (H: 1888).

Nas datações exibidas acima, chama particularmente a atenção o número de árvores citadas na *Poranduba Maranhense*, que o *Dicionário Houaiss* registra só a partir do final do século XIX (*gororoba*, H: a1958; *pequizeiro*, H: 1956). A *pipira* (ave), bem que a sua etimologia seja tupi, não é atestada no

Dicionário Houaiss antes de 1922. A falta de documentação afeta igualmente muitas designações de origem puramente portuguesa, como as composições com *pau*, *cobra*, *formiga*, *veado*.

Quanto à documentação tardia do *peixe-boi* (H: 1899), esse animal é atestado não só na *Poranduba Maranhense*, mas também no *Dicionário da língua geral do Brasil* (sXVIII), no qual aparece como tradução portuguesa do lema tupi *guarabá* (DLGB, s.v. *goarabá*). Outros termos a ser pré-datados com o auxílio dos significados portugueses no *Dicionário da língua geral do Brasil* são, p. ex., *porco-montês* e *unicorne* (ave). É possível estender as pré-datações até à parte dos lemas tupis do *Dicionário da língua geral do Brasil*, dado que o testemunho de termos da fauna e flora na língua geral deixa pressupor seu uso sincrônico em português, se essas palavras existem em português hoje em dia. É o caso de *arapaçu* ‘pica-pau’ que, portanto, provavelmente não data de 1949, como informa o *Dicionário Houaiss*, mas do século XVIII.

Conclusão.

A interpretação do material examinado acima nos conduz às seguintes conclusões:

(1) Existem datações registradas no *Dicionário etimológico Nova Fronteira* (DENF) e no *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi* (DHPT) que não aparecem no *Dicionário Houaiss* ou figuram nele com data posterior. Isso significa que, na redação do *Dicionário Houaiss*, não foram consultados, de forma sistemática, os dicionários etimológicos citados.

(2) O número impressionante de pré-datações e novas atestações a respeito dos verbetes do *Dicionário Houaiss*, decorrentes da leitura da *Poranduba Maranhense*, não só comprova a importância dessa obra para a história do léxico brasileiro, como também revela outra falha na concepção atual do *Dicionário Houaiss*. É óbvio que o *Dicionário Houaiss* ainda não conseguiu incorporar o vocabulário de alguns textos históricos fundamentais, como a *Poranduba Maranhense* ou a *História do Brasil* do frei Vicente do Salvador de 1627. Por conseguinte, há palavras que passaram despercebidas, como, p. ex., *peixe-boi* e *surucucu*, atestadas já no *Tratado da terra do Brasil* (MAGALHÃES GÂN-DAVO c1570, p. 31 e p. 60), com datações atualmente absurdas no *Dicionário Houaiss* (H: 1899; H: 1881).

(3) Quanto ao léxico da fauna e flora, p. ex., parece oportuno o *Dicionário Houaiss* ser assessorado por especialistas versados também na historiografia da matéria, como demonstram os valiosos resultados do biólogo Nelson Pa-

pavero no projeto do *Dicionário histórico dos nomes populares dos animais do Brasil* (D).

(4) Quanto à apresentação das datações no *Dicionário Houaiss*, em casos de homonímia ou polissemia, não é sempre claro a qual dos significados a data se refere (p. ex., *unicorne*, H: 1881, com as acepções ‘rinoceronte’ e ‘anhamé’). Nesses casos, seria necessário exibir verbetes alceados (p. ex., ¹*guará* ‘ave ciconiiforme’ e ²*guará* ‘lobo-de-crina’ (H, s.v.) ou indicar a referência exata.

Os casos expostos apontam claramente para a necessidade de submeter o vocabulário inteiro do *Dicionário Houaiss* a uma revisão. A modificação da concepção atual, assim como a emenda das falhas observadas tornariam essa obra impressionante numa ferramenta lexicográfica ainda mais valiosa.

Nesse contexto, convém levar em consideração também que a valoração de um dicionário na atualidade – e sobretudo quando se trata do tamanho do *Dicionário Houaiss* – se realiza plenamente só numa plataforma digital. Ao lado dos usuários comuns, são os adeptos de linguística, estudantes como especialistas, que apreciam rotinas de busca para alistar, p. ex., classes de palavras, o dicionário inverso para os sufixos, a busca combinada, a busca textual. Lembramos que a primeira versão eletrônica do *Dicionário Houaiss* de 2001 permitia até pesquisas de datação por épocas, traço único entre os dicionários eletrônicos nas línguas românicas, que, lamentavelmente, foi suprimido na versão subsequente. Seria de suma importância garantir a implementação de uma seleção desenvolvida dessas rotinas, com possibilidade razoável de exportação dos resultados de cada pesquisa.

Revisar o conteúdo e oferecer ao público uma obra de consulta de concepção digital aberta será o desafio do novo *Dicionário Houaiss*.

Referências bibliográficas.

- A: ANJOS, M. dos, FERREIRA, M. Baird (Orgs.). *Novo dicionário eletrônico Aurélio*. Versão 6.0. Curitiba: Positivo, 2009.
- BALBI, A. *Introduction à l’atlas ethnographique du globe*, [...] I. Paris, Rey et Gravier, 1826.
- BARME, S. O *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*: etimologias, datações e brasileirismos. *Zeitschrift für romanische Philologie* 122, 2006, p. 237-246.
- D: PAPAVERO, N.; TEIXEIRA, Dante Martins. *Dicionário histórico dos nomes populares dos animais do Brasil* (em preparação).
- DELP: MACHADO, J. P. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 5 vol. Lisboa: Horizonte, ³1977.

- DENF: CUNHA, A. G. da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, ²1991.
- DHTP: CUNHA, Antônio G. da. *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*, São Paulo: Melhoramentos, ³1989.
- DLGB: Dicionário da língua geral do Brasil. *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil* 54, 1891, p. 189-277.
- GÂNDAVO, Pero de Magalhães. Tratado da terra do Brasil. In: Id. *Tratado da terra do Brasil. História da Província de Santa Cruz*. São Paulo: Itatiaia, 1980, p. 19-65. [c1570]
- H: HOUAISS, A.; MARINHO, João Carlos PASSOS. *Houaiss eletrônico. 1.0*, Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. 10 vol. Lisboa/Rio de Janeiro, 1938-50.
- M: DICMAXI. *Michaelis português. Moderno dicionário da língua portuguesa*. Versão 1.0. DTS Software, 1998.
- NOLL, V. *O português brasileiro. Formação e contrastes*, São Paulo: Globo, 2008.
- PESSOA, M. «A lingoagem bordalenga de muita gente»: o conteúdo lingüístico de importante fonte para o conhecimento do português brasileiro do século XIX. *Lusorama* 25, 1994, p. 70-80.
- PRAZERES, Frei Francisco dos. Poranduba maranhense ou Relação historica da provincia do Maranhão. *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil* 54, 1891, 4-281. [1819-20]
- RIBEIRO, J.: A geografia linguística (Brasileirismos)”. *Revista da Academia Brasileira de Letras* 41, 1933, p. 422-37.
- SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil, 1500-1627*. São Paulo, Itatiaia, ⁷1982. [1627]
- WANKE, E. T.; SIMAS Filho, R. *Dicionário lusitano-brasileiro (Expressões, palavras e acepções comuns em Portugal, porém desconhecidas ou pouco utilizadas no Brasil)*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1991.

O PERFIL SOCIOLINGUÍSTICO DE UM CASAL NÃO ILUSTRE:
UMA ANÁLISE GRAFEMÁTICA ATRAVÉS DA EDIÇÃO
DE CARTAS PARTICULARES

Érica Nascimento Silva

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Célia Regina dos Santos Lopes

Universidade Federal do Rio de Janeiro

RESUMO: A presente análise tem como objetivo traçar o perfil sociolinguístico de um casal comum que viveu no Rio de Janeiro, na década de 1930. Propomos a utilização de uma nova metodologia apoiada no programa de edição – *E-dictor* (PAIXÃO DE SOUSA; KEPLER, 2010) –, a fim de apontar aspectos referentes à grafia dos remetentes. Para tanto, levamos em conta os trabalhos como Marquilhas (1996) e Barbosa (1999) para tratar das questões pertinentes à escrita dos missivistas e identificar o seu grau de letramento. Os resultados empíricos, com base em técnicas eletrônicas de edição, conseguiram mostrar que a remetente feminina apresenta menor domínio formal da escrita do que o remetente masculino.

PALAVRAS-CHAVE: Aspectos grafemáticos; grau de letramento; perfil sociolinguístico.

ABSTRACT: The aim of this study is to trace the profile sociolinguistic an ordinary couple who lived in Rio de Janeiro, in the 1930s. Thus, it is proposed to use a new methodology supported by the editing program – *E-dictor* (PAIXÃO DE SOUSA; KEPLER, 2010) – in order to point aspects concerning the spelling of senders. For this, papers will be used as Marquilhas (1996) and Barbosa (1999) to address the issues pertaining to the writing of the letter writers and identify the level of literacy of them. The empirical results, based on electronic editing techniques, showed the female writer presented less formal writing domain than the male writer.

KEYWORDS: Aspects graphematic; degree of literacy; sociolinguistic profile.

Introdução.

O objetivo desse trabalho é apresentar uma técnica piloto de natureza filológica para a caracterização do perfil social de dois missivistas desconhecidos do início do século XX. A documentação transcrita e editada é constituída por cartas de amor escritas por um casal de noivos¹ residentes no estado do Rio de Janeiro nos anos de 1936 e 1937. Trata-se de um material ímpar e de grande relevância para a sociolinguística histórica do português do Brasil por ser constituído de manuscritos pessoais do início do século passado que refletem o discurso de indivíduos comuns em sua vida cotidiana. A sua edição² e análise será de grande ajuda para futuros estudos sobre a formação do português popular brasileiro.

A necessidade de uma análise de cunho filológico se justifica sobretudo pela ausência de dados sociais dos remetentes dessas cartas da esfera privada. O fato de serem pessoas comuns que não faziam parte da elite da época inviabilizou o resgate, em arquivos ou acervos públicos, de informações extralinguísticas sobre sua origem, escolaridade, faixa etária, profissão, etc.

Na tentativa de suprir tal lacuna, resgatando dados fundamentais na caracterização de fontes utilizadas em estudos de sociolinguística histórica, utilizamos uma ferramenta computacional alternativa com o objetivo de traçar o grau de letramento dos remetentes. A análise centra-se em aspectos textuais e grafemáticos dessa documentação remanescente. Para tal tarefa os manuscritos foram submetidos ao programa de edição eletrônica *E-dictor* (PAIXÃO DE SOUZA; KEPLER, 2010). Propomos discutir alguns desdobramentos desse programa como um aparato metodológico complementar na coleta automatizada de itens que permitam evidenciar o nível do domínio de escrita por parte dos autores das cartas.

O artigo está estruturado da seguinte maneira. Na seção (1), são apresentados os pressupostos teóricos e a metodologia utilizada. Partimos de uma breve descrição da amostra, seguida por preceitos básicos de cunho filológico e as hipóteses a serem testadas. Na sequência, descrevemos como funciona a ferramenta computacional de edição que cria uma versão digital conservadora e uma modernizada do documento. A partir desse ponto, discutimos como as notações que controlam as intervenções do editor puderam nos auxiliar no levantamento de dados para os propósitos desse estudo. Na seção (2), analisamos

1 Para proteger à identidade dos autores das cartas, faremos referência a ambos pelas iniciais de seus nomes. O noivo será identificado por JOS e a noiva MRC.

2 A edição das cartas está disponível em Silva (2012) e no site: www.letas.ufrj.br/laborhistorico

os resultados quantitativos obtidos a partir da lista obtida no “léxico de edições” gerada pelo programa, comentando os dados relevantes para a análise do perfil social dos missivistas. Nas últimas seções, apresentamos as considerações finais do artigo e as referências bibliográficas.

1. Pressupostos teórico-metodológicos.

1.1 A constituição da amostra e um breve perfil dos remetentes.

O material de análise é composto de 96 missivas particulares trocadas por um casal de noivos residentes no estado do Rio de Janeiro. Da noiva, dispomos de 29 cartas escritas, em sua maioria, na cidade de Petrópolis. Do noivo há 68 cartas remetidas da cidade do Rio de Janeiro, sendo duas dessas missivas, poemas.

As cartas foram descartadas numa lixeira pública localizada em um bairro suburbano do Rio de Janeiro. Apesar das diversas visitas feitas a cartórios, ao endereço que constava nos envelopes e aos arquivos históricos, não foi possível obter informações sobre os autores dessas missivas. A descrição das características sociais dos remetentes está respaldada na própria documentação, a partir da análise da estrutura das cartas, do conteúdo temático, das propriedades da escrita referentes à grafia e da organização do próprio texto.

Por informações que constam das cartas, a noiva MRC era mãe solteira e tinha dois irmãos e uma irmã. MRC residia em Petrópolis com sua irmã que tinha dois filhos. Os seus irmãos moravam com os pais na capital, na Rua São Francisco Xavier, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. O fato de MRC ter uma filha não agradava à mãe de seu noivo JOS. Ele trabalhava em uma empresa de importação e exportação de produtos têxtis situada na Rua Buenos Aires, 160, no Centro da então capital federal³. Por morar em um bairro localizado no subúrbio da cidade, JOS costumava se deslocar para o trabalho por meio de bonde e tinha como hábito ir à igreja da Penha.

Além dessas informações, a leitura das cartas nos deixou entrever aspectos bastante relevantes sobre esse casal que viveu no primeiro quartel do século passado. Os seus manuscritos testemunham claramente o discurso de pessoas comuns em sua vida cotidiana. Nitidamente chama à atenção certas diferenças quanto ao grau de letramento dos missivistas e ao conhecimento formal de modelos de escrita.

3 Os endereços constam nos envelopes das cartas.

Além de uma estruturação sintática simples, as cartas da MRC apresentam vários desvios ortográficos, ausência de sinais de pontuação e forte insegurança da missivista no reconhecimento do limite vocabular das palavras, como destacamos em (1):

- (1) eu não queria te dizer eu fui aumedico no dia 20 de manha por que eu passei mal de noite não pude dormir com muita no meu coração e com falta de ar o medico me deu calmante elle me perguntou se eu tinha me a borecido eu dise que sim elle falou que era por causa disso de meaborecer que eu estava muito nervosa mas agora vou melho com a graça de Deus. a pesar de voce me mandar uma carta alegre a indanão estou comformada eu veijo a carta do dia 17 as minhas lagrima comesão a cair. (MRC/JOS – 21/01/1937)

As cartas do noivo, ilustradas no trecho (2), não apresentam tantos desvios grafemáticos. Notamos o emprego de palavras que remetem a um discurso mais poético com uma escolha vocabular mais expressiva:

- (2) Para mim tu es maior que toda a riqueza que há neste mundo, Tu és toda a minha fortuna a minha riqueza, e meu ser, a minha maior ventu- ra neste mundo é amar-te e querer-te cada vez mais. Sinto que em ti é que esta toda a minha existencia, por isso quero-te muito para poder viver eternamente, sempre em teus braços recebendo as caricias tuas, que tanto me acalentam e me dão vida. (JOS/MRC – 02/03/1937)

Se é possível perceber, a partir de um olhar holístico do material, uma sutil diferença entre os dois missivistas quanto ao conhecimento formal da escrita, teríamos como mensurar empiricamente tal comportamento? Seria possível categorizar esses dois informantes quanto ao seu contato com modelos de escrita? Que parâmetros são tradicionalmente utilizados nos trabalhos filológicos para medir essa diferença quanto ao grau de letramento? Há atualmente ferramentas computacionais que facilitem tal tarefa dando maior confiabilidade na caracterização do perfil social de gente comum em seus manuscritos de sincronias passadas? São essas as principais questões que pretendemos responder em nosso artigo.

1.2 A contribuição da filologia: breves considerações.

Para discussão inicial dos parâmetros de natureza filológica para análise do material, partimos do clássico trabalho de Marquilhas (1996) com base em

manuscritos do português clássico do século XVII e da aplicação mais recente de Barbosa (1999) com cartas de comércio setecentistas. A proposta da autora mede o grau de letramento dos redatores dos documentos editados por meio da observância de alguns critérios que qualificam os indivíduos como de “mãos hábeis” ou “mãos inábeis”. Os primeiros seriam aqueles com mais domínio do registro escrito e os inábeis, em contrapartida, seriam os redatores com menos habilidade escrita. Nesse caso, as características identificadas seriam: 1) *ausência de cursus*; 2) *uso de módulo grande*; 3) *ausência de regramento ideal*; 4) *traçado inseguro*; 5) *tendência às letras desenquadradas*; 6) *irregularidade da empaginação*; 7) *elenco limitado de abreviaturas*; 8) *falta de leveza ao conjunto*; 9) *uso de maiúsculas no interior das palavras*; 10) *hipersegmentação*.

Os critérios funcionam como referência balizar para auxiliar na identificação dos escreventes com menos intimidade com o registro escrito, por isso dizem respeito à qualidade da forma da letra do indivíduo. É de se imaginar que pessoas com mais habilidade na escrita consigam ter traços mais firmes, letras mais arredondadas e interligadas, mantendo uma cursividade homogênea. Esses critérios isolados, entretanto, não foram suficientes para comprovar o grau de letramento dos redatores dos documentos analisados por Marquilhas (1996). Em termos linguísticos, o conteúdo dos escritos também deixa transparecer um nível de letramento mais elevado. Nesse caso, a autora tomou por base a ortografia com intuito de obter uma descrição mais sólida acerca dos escreventes analisados. Assim, agrupou os aspectos grafemáticos em dois grupos: o de aquisição da escrita e o de marcas de oralidade na escrita. Para os manuscritos do português clássico, identificou, como relevantes, as seguintes marcas de oralidade: *monotongação / ditongação*; *síncope de vogais pretônicas*; *variação entre <e> e <i> / <o> e <u>*; *alteamento das vogais [e] e [o] quando pretônicas*; *variantes em [i] e [u] em monossílabos*; *abaixamento das vogais [i] e [u]*; *centralização*; *epênteses*; *nasalização e variação entre [b] e [v]*.

Outro aspecto observado por Marquilhas (1996) e Barbosa (1999) refere-se à presença de formas etimologizadas. Os manuscritos investigados por Marquilhas (1996) foram escritos no chamado de período etimológico (ou pseudoetimológico). Nessa fase eram privilegiadas as grafias mais antigas em função da sua origem grega e latina. Nesse sentido, era comum encontrar, em alguns documentos manuscritos do português clássico, termos etimológicos como um subterfúgio do escrevente de se fazer passar por letrado.

No século XVIII, Barbosa (1999, p. 190) também identifica a presença de formas etimologizadas como vestígios de letramento. Havia um esforço por parte das pessoas do período para tentarem reproduzir as formas de origem latina,

a fim de garantir um nível de letramento maior aos textos que essas escreviam.

Até o começo do século XX, vigoravam textos com grafias etimologizantes ou pseudoetimologizantes (tentativas errôneas de etimologização) na língua portuguesa. É de se esperar que essa tradição gráfica se estendesse por algumas décadas além da vigência de 1911, conforme atesta Barbosa (2005, p. 30) ao observar que a etimologização era um recurso utilizado por redatores do século XIX para se mostrarem mais letrados. O conhecimento da origem da palavra utilizada no texto demonstrava mais domínio estilístico que valorizava a própria produção escrita. Essa afirmação está de acordo com a análise feita com base nas cartas da família Ottoni trocada entre o casal Barbara e Cristiano no final do século XIX (BARBOSA, 2005). Nessas missivas, o autor observou que a esposa de Cristiano Ottoni, Barbara, recorreu menos ao uso de palavras de natureza etimologizada, não tendo, além disso, um arcabouço variado de vocábulos desse tipo. O marido, em contrapartida, utilizava com mais frequência uma gama maior de palavras de origem latina, cometendo, ainda, menos equívocos. Em uma breve análise, Barbosa (2005) constatou que o marido Cristiano Ottoni, através de evidências gráficas referentes não só à etimologização, como à variação grafemática, tinha mais domínio da norma escrita, ou seja, apresentava um grau de letramento maior que sua esposa. Ela, ao que parece, detinha uma cultura mediana: sabia ler e escrever mais não tinha contato com textos formais.

Como as cartas analisadas neste estudo são bastante recentes e escritas por brasileiros, foram necessárias adaptações e atualizações dos aspectos discutidos por esses dois autores para darmos conta da natureza da amostra. A variação entre [b] e [v], por exemplo, não foi observada, visto que não era um fenômeno tão recorrente em textos contemporâneos brasileiros com baixíssima frequência no *corpus*.

Com base na discussão teórica levantada a partir de Marquilhas (1996) e Barbosa (1999, 2005) sobre as marcas de oralidade no texto escrito e a transposição de propriedades da fala para a modalidade escrita, formulamos as seguintes hipóteses tendo em vista uma visão escalar: [+] ou [-] letramento:

- a) A ausência ou presença de desvios grafemáticos pode ser um indicio do grau de letramento dos remetentes, por isso esperamos que as taxas de frequência desses desvios sejam mais altas na produção dos missivistas com pouco domínio da norma escrita. A transposição da oralidade para a escrita é um fator que contribui para que haja mais realizações de desvios grafemáticos, portanto, é um indicio de baixo letramento do missivista, uma vez que evidenciaria pouca intimidade com textos escritos.

- b) O uso de variadas palavras etimologizadas ou pseudoetimologizadas pode indicar que o missivista tenha tido mais contato com textos escritos e, por isso, tenha maior letramento, conforme trabalho de Barbosa (2005).
- c) A variabilidade de abreviaturas pode ser um indicativo de maior domínio por parte do remetente desse artifício linguístico. Esperamos que o missivista que detenha um maior aporte linguístico-cultural seja capaz de utilizar esse recurso mais eficientemente – embora não seja esse o critério mais relevante para o nivelamento de letramento dos remetentes.
- d) A segmentação e a junção silábica e/ou vocabular⁴ são os principais aspectos para caracterização dos missivistas em mais ou menos letrados, pois são questões que refletem o contato e domínio dos mesmos com textos escritos, como aponta Marquilhas (1999).

1.3 Questões metodológicas.

1.3.1 A edição de *corpora* diacrônicos.

Os estudos no âmbito da linguística histórica que fazem uso de macro *corpora* diacrônicos sempre se depararam com dois problemas aparentemente insolúveis. Por um lado, há a preocupação de uma edição o mais possível fidedigna do documento e, por outro, existe o afã de obter, por buscas automáticas, um número significativo de textos de épocas passadas⁵. Dessa forma, uma ferramenta que confira a integridade do texto e que, ao mesmo tempo, tenha a agilidade do sistema computacional torna-se cada vez mais necessária, uma vez que cresce a demanda por mecanismos que possibilitem mais facilmente o acesso a textos antigos diversificados de vários gêneros e autores com perfis distintos.

A edição facsimilada ainda é a melhor solução para os estudos com manuscritos únicos como é o caso das cartas da esfera privada que compõem o *corpus* do nosso projeto.⁶ Nesse tipo de edição se disponibiliza a imagem do manuscrito ao lado de uma transcrição literal ou quase literal do texto. As

4 Chama-se de segmentação neste trabalho vocábulos fragmentados, como: *a qui, com migo e estaç-ão*. A junção, por sua vez, é o processo inverso no qual há a união de elementos que deveriam estar separados, como em *mezango e pramin*.

5 Não serão discutidos aqui, os problemas advindos de análises baseadas em textos escritos para retratar a língua de um dado momento no tempo.

6 As cartas do corpus compartilhado diacrônico estão disponíveis no site www.letras.ufrj.br/laborhistorico.

principais vantagens são o acesso rápido ao documento para ser manuseado pelo pesquisador e a permanente possibilidade de conferência da transcrição por qualquer estudioso. Para uma análise linguística mais rigorosa, priorizamos a reprodução fiel do texto original com mínima interferência do editor⁷. A variação gráfica recorrente em textos antigos, entretanto, pode prejudicar a pesquisa automática de determinados dados pertinentes ou itens lexicais em uma grande massa de textos de diferentes épocas. As ferramentas computacionais facilitam esse trabalho, seja pelo armazenamento de uma quantidade significativa de material seja pela edição fidedigna dos manuscritos transcritos. O acesso ao programa *E-dictor* nos permitiu conciliar esses dois objetivos. Trata-se de uma ferramenta que garante essa tarefa, uma vez que é um editor que resguarda informações do texto original na versão conservadora que é de interesse linguístico e filológico e, ao mesmo tempo, gera a versão modernizada empregada nas buscas automáticas.

1.3.2. O E-dictor.

O programa *E-dictor*⁸ foi criado primeiramente para atender às necessidades do *Corpus* Anotado Tycho Brahe⁹, conforme ressalta Paixão de Sousa (2009). Esse *Corpus* consiste em um grande arquivo de textos de autores portugueses do século XIV ao XIX. A finalidade era desenvolver uma ferramenta que pudesse auxiliar no processo de edição de escritos antigos. Um dos aspectos de maior vantagem no uso do *E-dictor* refere-se ao fato de ele dar agilidade a processos de busca e facilitar notações de expressões editadas, tornando possível ver versões atualizadas e antigas de um mesmo documento.

O funcionamento do *E-dictor* consiste em gerar arquivos XML – responsáveis por facilitar buscas e possibilitar notações diversas no texto editado. Há diversas opções quanto à manipulação do texto editado, conforme aponta Paixão de Souza (2009)¹⁰.

7 As edições chamadas diplomáticas apresentam esse perfil, diferenciando-se das semidiplomáticas que sofrem maior interferência como, por exemplo, o desenvolvimento de abreviaturas.

8 O E-dictor pode ser obtido gratuitamente através do endereço eletrônico <http://www.ime.usp.br/~tycho/corpus/manual/prep/index.html>

9 <http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/>.

10 As opções descritas por Paixão de Souza são: conversão do texto transcrito para XML, informações dos mecanismos a serem utilizados no documento; edição de propriedades do texto (título, ano de produção, autor, ano de nascimento e extensão do texto - parcial ou completo), bem como registro de comentários gerais sobre este (comentários de edição/codificação); inserção de cabeçalho e rodapé; e inserção de número de paginação.

Não interessa aos objetivos de nosso estudo discutir todos os recursos, possibilidades e vantagens que o programa disponibiliza ao usuário. O intuito é centrar no processo de edição da versão original para a versão modernizada e nas listas que podem ser obtidas durante a edição do documento.

Durante o processo de edição do texto, informações são indicadas pelo usuário para que seja possível, a qualquer tempo, comparar ou acessar a versão original e a modernizada. O *E-dictor* atribui uma hierarquização dessas propriedades conforme a vontade do editor, sendo essa característica que torna possível ver todos os níveis de mudança que uma palavra sofreu durante a edição.

O primeiro momento do processo de edição consiste na transcrição literal do documento. Nessa fase não há intervenção do editor, mas a reprodução fiel do que se lê no manuscrito original. Nem mesmo as abreviaturas são desenvolvidas para que seja possível ter acesso à versão mais conservadora do texto que se quer editar. Na tela do programa reproduzida na figura (1) a seguir, tal etapa corresponde à aba “transcrição”.

O segundo passo corresponde à aba edição, reproduzida na mesma figura (1). É nesse momento que o usuário poderá ativar diversos mecanismos de edição previstos no programa (*junção, segmentação, sobrescrito, ilegível, rasurado, subscrito, tachado, expansão*). Nessa etapa, o usuário indica como aparece a forma original e, na sequência, ativa uma das opções indicadas conforme a necessidade do texto. Na figura a seguir, a título de exemplificação, marcamos a palavra “poçível” que foi modernizada, acrescentando-se a acentuação gráfica ausente no texto original e substituindo o <ç> grafado pelo redator por <ss> que representa a grafia vigente. No box “lista de edições” aparece o tipo de intervenção feita:

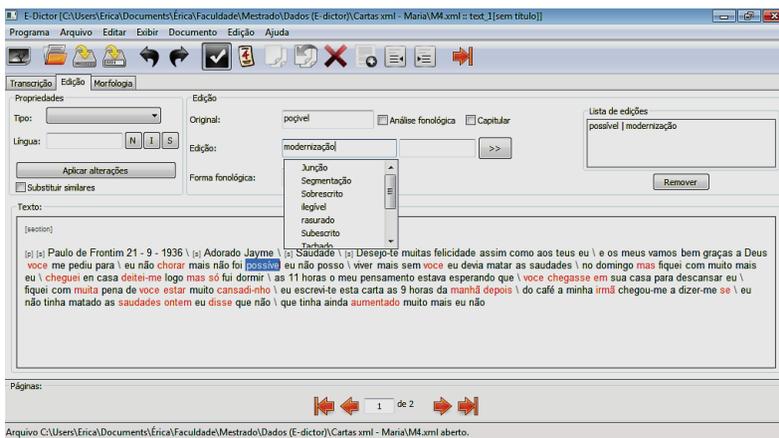


Figura 1: Tela de edição do E-dictor

Essa marcação é feita em todas as palavras que apresentam algum aspecto das notações indicadas. A depender da natureza do texto algumas notações são mais produtivas que outras. No caso das cartas do casal de noivos, a *junção*, a *segmentação*, a *modernização* e a *expansão* foram as intervenções mais recorrentes como veremos na análise dos dados.

O mecanismo de *junção*, como o próprio nome diz, serve para alinhar em um mesmo vocábulo elementos que, pelas regras ortográficas atuais, aparecem separados pelo espaço em branco. O parâmetro é sempre a forma modernizada da palavra. Essa separação nos textos antigos pode ocorrer por vários motivos, entre eles: distração ou equívoco do autor do texto; pouco contato com padrões de escrita vigentes na época da escritura do documento, não delimitação precisa do vocábulo formal e fonológico, etc.

Em (3), há a separação da primeira sílaba da palavra em relação ao restante do vocábulo como se fosse um vocábulo distinto. Os itens *amor*, *aqui* e *comigo* aparecem segmentados e precisam ser unidos na edição atualizada (junção de partes da palavra). No processo de edição através do *E-dictor*, o comando “junção” une todos os vocábulos, sílabas ou letras que deveriam estar contíguas, mas que, por alguma razão, aparecem separadas:

- (3) “J. isto não entereça o que entereça e o nosso **a mor** eu tenho chorado muito con saldades tuas **a qui** e muito triste era bom sevoce estivese **a qui com migo**.” (MRC/JOS – 10/09/1936)

A *segmentação* é um processo oposto à junção, pois em vez de juntar elementos, separam-se. Em (4) há o artigo *a* unido ao pronome *minha* como se houvesse apenas um vocábulo. Em (5), no lugar de *apoderar-se*, o noivo grafou *apoderarce*. No processo de edição, tal palavra sofreu duas marcações: segmentação (*apoderarce* > *apoderar-ce*) e modernização (*apoderar-ce* > *apoderar-se*).

- (4) **Aminha** distração sam são as tuas cartas ¹¹ eu leio toda as noites antes de me deitar e olho para os teus retratos que tantas saudades me dar (MRC/JOS – 26/01/1937)
- (5) A saudade começa a **apoderarce** se mim ja sinto que tua ausencia é para mim um martírio [...] (JOS/MRC – 11/09/1936)

11 Todas as ocorrências de barra nos fragmentos de cartas indicam quebra de linha.

A *modernização* é o critério mais abrangente, pois engloba todas as palavras que atualmente são grafadas de maneira distinta da apresentada no documento antigo. Essa marcação exigiu certo cuidado na hora da edição do texto, pois entre esses estavam processos que não eram interessantes para esta análise – como a acentuação e separação silábica.

O exemplo (6), retirado da carta de JOS, mostra os vocábulos *hontem* (por *ontem*) e *sahi* (por *sai*) grafados de maneira diferente da atual. Em (7), houve a ausência de acentuação gráfica e de letra inicial maiúscula em (*petropolis* > *Petrópolis*; *voce* > *você*). Na forma *chegei*, notamos a falta de domínio da representação gráfica do dígrafo:

- (6) Hoje e que o Nelzinho deve entregar-me a tua carta registrada, porque **hontem** não a fui buscar porque são **sahi** de casa, (JOS/MRC – 13/10/1936)
 (7) Eu **chegei** muito bem em **petropolis** mais estou com muitas saudades tuas eu sonhei muito com **voce** na noite de Domingo (MRC/JOS – 15/03/1937)

A *expansão* consiste em expandir a palavra, ou seja, transformá-la em um item que não seja uma sigla ou abreviatura. Em (8-10), foram expandidas as seguintes abreviaturas: *D.* > *Dona*; *S.* > *Senhora*; *N.S.* > *Nossa Senhora*.

- (8) Lembranças a **D.** Marietta E deste teu apaixonado noivinho recebe muitos beijos e abraços (JOS/MRC – 06/04/1937)
 (9) **A S.** Marietta manda-te lembranças e pedete para não esqueceres de rezares. (MRC/JOS – 22/02/1937)
 (10) [...] eu vou muito triste e com muitas saudade tuas, neta vai uma santinha que e **N. S.** da Penha para tu guardares com tigo e não se esquesa de ir 3 vese a missa que tu prometeste [...] (MRC/JOS – 05/10/1936)

Depois de feitas as devidas indicações, o programa *E-dictor* permite que sejam listadas todas as palavras marcadas – através do comando ARQUIVO > EXPORTAR > LÉXICO DE EDIÇÕES – de maneira ordenada e agrupada segundo a notação proposta. A partir desse recurso, que permite uma visualização mais isolada de todos os itens anotados na edição, é possível identificar, e até mesmo quantificar, o nível de atuação do usuário no processo de edição. A figura 2 reproduz a tabela gerada pelo programa. Na primeira coluna ficam os itens, ou seja, as palavras marcadas no texto e nas demais colunas, os aspectos referentes às notações.

```

|:| [[10-MJ-11-10-1936]
|:| : "text_1[sem título]"
|:| Lista dos Itens Editados ["Ordenados", 'Agrupados']
    
```

Item	Junção	Segmentação	sobrescrito	ilegível	rasurado	subscrito	tachado	expansão	modernização
a simesmo	asimesmo	asim mesmo							assim mesmo
amuitos		a muitos							
chuvia									chovia
coreio									correio
e									é
ja									já
mui- tas	mui- tas								muitas
notícias									noticias
registar									registrar
sabado									sábado
voce									voçê

Figura 2: Tela léxico de edições do E-dictor.

1.3.3 Os critérios gerais de análise das missivas.

Embora todos os aspectos arrolados na figura (2) tenham sido utilizados para fins de edição do *corpus*, nos deteremos aos resultados referentes aos mecanismos de edição que foram essenciais para a análise proposta¹²: 1) *segmentação/junção*; 2) *modernização*; 3) *expansão*. Levamos em consideração as observações feitas por Barbosa (1999) e Marquilhas (1996), que atestam a segmentação e junção vocabular como um dos pontos que evidenciam as mãos inábeis. Por isso, esses dois aspectos foram ordenados em primeiro lugar, seguidos pela modernização e expansão como critérios complementares.

Para a *segmentação* e *junção* de vocábulos, observamos o limite silábico e vocabular das palavras assinaladas com o *E-dictor*, a fim de salientar os contextos de ocorrência das mesmas nas cartas do JOS e da MRC. Segundo Marquilhas (1996), a hipersegmentação é um critério que serve para demonstrar o grau de habilidade do indivíduo com textos escritos, pois – conforme Barbosa (2005) – o fato de haver uma segmentação que não corresponde à norma, pode apontar a pouca familiaridade do sujeito com a escrita.

O segundo critério adotado na análise foi a *modernização*, já que esse é um aspecto que mostra as diferenças grafemáticas por parte dos missivistas. Apesar de o programa *E-dictor* ter agrupado todas as manifestações gráficas no critério *modernização*, preferimos nesse trabalho separar os vocábulos segundo duas características: desvios grafemáticos e etimologização. Os desvios grafemáticos são importantes indícios para traçar o grau de letramento de um indivíduo, pois é um fator que pode indicar o contato que ele tem com textos

¹² O detalhamento das edições que podem ser feitas com o auxílio do *E-dictor* encontra-se em SILVA (2012).

escritos. Através da análise dos traços gráficos que aludam a aspectos fonético-fonológicos da língua oral da época, é possível identificar o nível de domínio da escrita por parte do autor do texto. Por essa razão, foi necessário observar os tipos de desvios de grafia presentes nas cartas ressaltando as características que pudessem revelar a transposição da língua oral para a escrita, o que já seria um indício de que o indivíduo que as realizasse com maior frequência teria menos contato com a escrita.

Ainda dentro desse grupo de palavras que foram modernizadas, encontram-se as que são etimologizadas ou pseudoetimologizadas (tentativas errôneas de etimologização). Como apontou Barbosa (2005, p. 30) a tradição de etimologização era um recurso utilizado por redatores do século XIX para demonstrar maior domínio estilístico na produção escrita. Por essa razão, separaram-se as etimologizações, uma vez que essas trazem consigo a informação de que o indivíduo que as utiliza, no mínimo, tem algum contato com textos escritos, o que pode ser uma importante evidência para a caracterização do perfil sociolinguístico dos missivistas.

Por fim, o último critério analisado foi a *expansão* de abreviaturas. Embora essa questão seja colocada em Marquilhas (1996) como um ponto que pode não ser tão eficaz na identificação de mãos hábeis e inábeis, dada a repetição e pouca variedade das abreviaturas, optamos por fazer um levantamento de todas as ocorrências desse tipo que apareceram nas cartas.

A seguir serão apresentados os resultados gerais do levantamento quantitativo realizado e, nas seções subsequentes, serão apresentadas as análises de cada um deles acompanhados de exemplos.

2. Resultados obtidos: a análise das formas linguísticas submetidas a critérios de edição.

Na tabela (1), consta o resultado da quantificação das formas linguísticas que sofreram algum tipo de intervenção no processo de edição. Foram marcadas 1353 palavras correspondentes a esses critérios. Na primeira coluna estão dispostos os parâmetros de medição utilizados para apurar o grau de letramento dos missivistas, de forma que [-] domínio da escrita implica em números mais elevados de *segmentação/junção* e *desvios grafemáticos*, ao passo que [+] domínio da escrita resulta em frequência maior de *etimologização* e *abreviatura*. Nas colunas seguintes são apresentadas as ocorrências dos critérios nas cartas de JOS e MRC:

	Critérios	JOS (noivo)	MRC (noiva)	Total
[-] domínio de escrita	Segmentação / Junção	21 8%	255 92%	276
	Modernização (grafia)	126 14%	748 86%	874
[+] domínio de escrita	Modernização (etimologização)	122 73%	45 27%	167
	Expansão (abreviaturas)	21 58%	15 42%	36
	Total	290 - 100%	994 - 100%	1353

Tabela 1: Distribuição geral dos critérios nas cartas de amor

Na quantificação geral das intervenções feitas durante o processo edição, verificamos uma discrepância significativa no número de palavras analisadas segundo esses critérios nas cartas do casal de noivos. Foram localizados 290 dados nas missivas do noivo e 994 nas da noiva. Esse resultado evidencia um número significativo de intervenções no processo de modernização das cartas de MRC. Os resultados da modernização da grafia demonstram que ela apresentava mais desvios grafemáticos do que seu noivo – 86% contra 14%. Foram encontrados, nas cartas da personagem feminina, 748 desvios de grafia e nas do remetente masculino, apenas 126.

Em relação à segmentação e junção das palavras encontradas nas missivas podemos afirmar que MRC apresenta 255 dados referentes a esse critério – o que corresponde a 92% – enquanto que JOS, apenas 21 (8%).

Esses dois critérios analisados – segmentação/junção e desvios grafemáticos – apontam a redatora MRC como sendo uma pessoa com menos domínio da escrita, uma vez que a frequência de dados correspondentes a esses aspectos são maiores do que as observadas nas cartas do remetente masculino.

Outro resultado que reforça tal postulação está relacionado ao controle das etimologizações. Nesse caso, ao contrário do observado na segmentação/junção e nos desvios de grafia, quanto maior a presença de termos etimologizados maior o grau de letramento do informante. Na tabela observamos que JOS apresenta 73% de dados (122 palavras etimologizadas) e MRC apenas 27% (45 palavras). Tal aspecto será melhor discutido mais adiante.

O número pouco expressivo de abreviaturas que foram expandidas no processo de edição e a proximidade numérica entre os remetentes (21 dados de JOS e 15 de MRC) não nos pareceu relevante para referendar a hipótese da

diferença entre a habilidade com a escrita dos dois informantes.

No geral, esses resultados quantitativos preliminares já são claros em mostrar que em termos escalares o remetente masculino apresentava em sua escrita mais evidências do seu maior contato com variados textos e modelos de escrita e, conseqüentemente, o seu maior grau de letramento se comparado com o perfil de escrita de sua noiva. MRC não demonstrou em suas cartas ter muito domínio da norma escrita, visto que cometeu mais desvios referentes à segmentação e à grafia das palavras. A presença significativa de palavras latinizantes nas cartas de JOS, mesmo que nem sempre o missivista seja feliz nessa tentativa de resgatar a forma etimológica, demonstrou certo contato de JOS com o texto escrito e sua preocupação em parecer mais letrado.

A seguir, será analisado de maneira pormenorizada cada um dos critérios adotados na análise.

2.1. Segmentação/Junção¹³.

Observando o número de dados retirados das cartas dos noivos, percebemos que as missivas da noiva apresentam maior incidência de vocábulos que sofreram algum tipo de segmentação e/ou junção de sílabas ou palavras. A análise dos dados mostrou ainda que a natureza da intervenção foi distinta nos dois missivistas como discutiremos a seguir.

A tabela 2 apresenta alguns casos de junção e segmentação encontrados nas cartas de JOS. Indicamos, na primeira coluna, o dado na versão original, seguido por todas as etapas da edição (junção, segmentação e modernização). Na última coluna da tabela, temos o número total de ocorrências da forma editada:

Dado	Junção	Segmentação	Modernização	Frequência
ati	_____	a ti		2
sentil-o	_____	senti lo	senti-lo	2
a onde	aonde	_____		1
dizerte	_____	dizer-te		1
enaltece-me	_____	enaltecer me	enaltece-me	1
extasiarte	_____	extasiar te	extasiar-te	1
falarte-ei	_____	falar te ei	falar-te-ei	1

¹³ Estão sendo considerados *segmentação* e *junção* quaisquer desvios quanto à separação silábica do vocábulo segundo a grafia moderna.

fazme	_____	faz me	faz-me	1
guardal-a	_____	guarda-la	guardá-la	1
informarte	_____	informar te	informar-te	1
ouvil-os	_____	ouvi los	ouvi-los	1
vel-as ,	vel-as,	vê-l-as,	vê-las,	1
se quer	sequer	_____		1

Tabela 2: Frequência dos dados analisados nas cartas de JOS

É possível perceber na análise da tabela que a maioria das ocorrências de segmentação nas cartas do JOS aconteceu em função do pronome objeto em posição de ênclise ou mesóclise – à exceção de *ati*, *a onde* e *se quer*. O noivo sistematicamente juntava o pronome ao verbo com hífen, como em (11) ou sem hífen como em (12):

- (11) ou então pareço ouvir teus labios a dizer-me que tam- bem sentes saudades minhas ou pareço **ouvil-os** suplicantes a pedirem beijos [...] (JOS/MRC – 20/08/1936)
- (12) Não posso **informarte** quando podemois conversar. mais farei o possível para ser o mais breve (JOS/MRC – 19/01/1937)

Vale ressaltar que as segmentações/junções indevidas nas cartas de JOS com os clíticos *me* e *te* ocorreram em poucos vocábulos, sendo observados em verbos raros nas cartas, como *enaltece-me* e *informarte*. Já o pronome *-lo* e suas variantes sempre apareceram segmentados equivocadamente, tendo em vista as normas atuais.

Nas cartas de MRC, por outro lado, foi identificado um número bastante significativo de junções/segmentações no processo de modernização (255 ocorrências). A tabela a seguir reproduz apenas algumas ocorrências identificadas nas cartas da noiva para um comentário contrastivo:

Dado	Junção	Segmentação	Modernização	Frequência
tam bem	também	_____	também	11
com migo	commigo	_____	comigo	10
de pois	depois	_____		10
a qui	aqui	_____		8
a sim	assim		assim	6

a te	ate	_____	até	5
au- guma	au-guma	_____	alguma	5
a mor	amor	_____		4
a quele	aquele	_____		4
aminha	_____	a minha		4
com tigo	contigo	_____	contigo	4
a cabar	acabar	_____		3
a quela	aquela	_____		3
atua	_____	a tua		3
com binar	combinar	_____		3
m- uito	m-uito	_____	muito	3
medar	_____	me dar		3
melevantei	_____	me levantei		3
a legria	alegria	_____		2
a onde	aonde	_____		2
aumedico	_____	au medico	ao médico	2
com tente	comtente	_____	contente	2
da quela	daquela	_____		2
em velope	emvelope	_____	envelope	2
memandace	_____	me mandace		2
na quele	naquele	_____		2
o fendeu	ofendeu	_____		2
sem pré	sempre	_____		2
sevoce	_____	se voce	se você	2
vou menbora	voumenbora	voume enbora	vou-me embora	2

Tabela 3: Frequência dos dados analisados nas cartas de MRC.

Nessa listagem, mesmo que parcial, percebemos que MRC apresentou diferentes tipos de junções e segmentações. Um uso bastante recorrente da missivista foi a separação do resto da palavra da vogal inicial de vocábulos iniciados por “a” e “o”: *alegria* por *a legria*, *aquele* por *a quele* e *ofendeu* por *o fendeu*. Aparentemente, MRC hesitava no reconhecimento do limite vocabular de palavras iniciadas por vogal, segmentando como se houvesse um artigo definido. A mesma incerteza ocorreu quando havia semelhança entre parte da

palavra e certas preposições como *em*, *com*, *na*, etc. Isso ocorreu em: *em com tra*, *com tinua*, *na quele*, além de *vou menbora*. Houve casos, entretanto, como em *pramin*, em que a missivista uniu o que deveria estar separado. Tais incertezas constantes quanto ao limite vocabular na escrita evidenciam que MRC tinha pouco contato com modelos de escrita, comportando-se como uma escrevente que ainda considera a fala como um contínuo fônico que se reflete na escrita (OLIVEIRA, 2009, p. 163).

Outro aspecto que ratificaria tal comportamento da remetente refere-se à separação silábica que fazia das palavras, desvio que o missivista não cometeu. Houve dados em que a noiva isolava consoantes, como em *m-uitos* e *gr-aças*, por não ter noção da segmentação das palavras.

Outro diferencial entre as missivas da MRC e do JOS, no que diz respeito à segmentação e junção, foi o fato de ela juntar o pronome enclítico e proclítico ao verbo com frequência. Nas cartas do JOS, como mencionamos, a junção só ocorreu com o pronome posposto ao verbo e, mesmo assim, com baixa frequência em vocábulos menos usuais. Nas cartas da MRC, esses dois processos foram recorrentes independentemente da posição do pronome, como vemos nos exemplos (13) e (14), respectivamente, *pergunto-me* e *mezango*. Destacamos que, no exemplo (14), a autora escreveu *mandou-me* com o verbo devidamente separado do clítico pelo hífen. Isso parece demonstrar que a noiva não tinha segurança quanto à segmentação das palavras na escrita formal, o que a levava a alternar grafias e estruturas similares:

(13) [...] levei o dia inteirinho chorando muito que a D. Carmen mandou-me eu madeitar ella **perguntome** [...] (MRC/JOS – 12/01/1937)

(14) Eu não **mezango** com voçe [...]” (MRC/JOS12/01/1937)

2.2. Desvios grafemáticos¹⁴.

Os desvios grafemáticos foram contabilizados separadamente, ou seja, não foram incluídos os casos de segmentação e junção. A ausência do acento gráfico não foi considerada como desvio grafemático, uma vez que os dois remetentes não costumavam usá-la com rigidez, sendo, por isso seria desnecessário analisar esse aspecto para fins de diferenciação dos remetentes.

14 Para fins de sistematização, neste trabalho estão sendo considerados desvios grafemáticos as variações na escrita que difiram da grafia moderna, excetuando-se os casos relativos à acentuação. Além disso, foram abarcadas neste grupo as palavras com variação meramente fonética – correspondendo a uma transposição da língua oral para a escrita, como, por exemplo, “quzer”.

A maior parte dos desvios grafemáticos encontrada nas cartas do JOS foi provenientes de certa insegurança quanto ao sistema ortográfico vigente com uma escrita um tanto fonética. Os desvios ocorreram principalmente por uma tentativa, comum na fase de alfabetização, de criar uma biunivocidade grafema-fone, como podemos observar em: *dansei, fantazia, durmi e constitue*. Embora essa questão revele algo sobre o perfil sociolinguístico dos noivos, a sua presença na escrita não foi o fator mais eficiente para mensurar o grau de letramento dos missivistas, mas sim os tipos de fenômenos observados e a frequência com que os mesmos ocorreram.

Na análise de qualquer material grafemático o objetivo é averiguar a relação entre o respectivo sistema grafemático e o sistema fonológico ou, se possível, o grau de correspondência entre as unidades das formas escrita e falada da língua nessa época. (MAIA, 1986).

As cartas de MRC apresentaram aspectos que evidenciaram uma aquisição irregular da escrita, pois houve dados, como o deslocamento de /r/ na posição de coda, que caracterizariam “mãos inábeis”:

(15) voçe **pregunta** au neuzinho o que elle falou com elle. (MRC/JOS – 12/02/1937)

Nesse trecho do exemplo (15), MRC trocou a consoante *r* de posição, alterando o padrão de CVC para CCV. Isso ocorreu também com a forma *prefeita* por *perfeita*.

A insegurança da missivista poderia ainda ser ratificada na identificação de um processo inverso *registar* por *registrar*, desfazendo o encontro consonantal de CCV para CVC:

(...) a ortografia irregular de formas com cadeias de consoantes que incluam /r/ constituem a característica mais recorrente das mãos inábeis seiscentistas. O traço não é histórico, nem específico da escrita do português. Entre inábeis franceses de 10 anos dos séculos XIX e XX observou-se igual comportamento, descrito como “fenômeno de deslocação na ordem das letras, especialmente do *r*, deslocado (...)”. Por outro lado, o traço não é específico da aprendizagem da escrita, porque entre crianças que adquirem o português como primeira língua, há “trilhões de problemas” relacionados com a produção da vibrante simples na posição silábica. (MARQUILHAS, 1996, p. 238-239)

A seguir, serão descritos alguns fenômenos grafo-fonéticos que podem evidenciar a transposição para a escrita de aspectos da pronúncia dos sons da

fala. A forte presença dos desvios mostrou a falta de conhecimento do sistema ortográfico do português e o pouco contato dos remetentes com textos escritos.

2.2.1. Monotongação e ditongação.

No *corpus* analisado, identificamos outros fenômenos fônicos que foram transpostos da fala para a escrita fornecendo indícios do português popular brasileiro no início do século XX. A tabela abaixo mostra que tanto a MRC quanto o JOS apresentaram dados de monotongação e ditongação, tendo a noiva uma ligeira superioridade no número de ocorrência desses processos:

	Ditongação		Monotongação	
MRC	dezeijo	<i>desejo</i>	perguntome	<i>perguntou-me</i>
	esteije	<i>esteje</i>	troçe	<i>trouxe</i>
	veijo	<i>vejo</i>	queras	<i>queiras</i>
	ou brigado	<i>obrigado</i>		
JOS	passeiando	<i>passeando</i>	troçe	trouxe

Tabela 4: Monotongação e ditongação.

No exemplo (16), a remetente ditongou a forma verbal, registrando *esteije* por *esteje* (sic!). Além disso, chamou a atenção, nesse fragmento, a variação de formas no mesmo trecho. Notamos a presença do mesmo verbo escrito sem a ditongação – *estejes* (sic!) – o que mais uma vez corrobora com a hipótese de que MRC era mais insegura quanto a grafia das palavras do que seu noivo.

- (16) Espero que ao receberes esta estejes passando bem de saúde e que os teus pais **esteije** mais cal- mos com você (MRC/JOS – 14/02/1937)

2.2.2. Alternância entre [e] e [i] e entre [o] e [u].

Essa flutuação entre as variantes [e] e [i], [o] e [u] é resultado de transformações fonéticas em posição átona e de restaurações eruditas ou semi-eruditas. Teyssier (1980), sobre o português europeu, afirma que essas vogais átonas [e] e [o] em variação com [i] e [u] datam do século XVIII, e foram influenciados pela ausência de uma ortografia oficial.

Esse tipo de desvio grafemático reflete a oralidade ou, em alguns casos, pode ser resultado de uma hipercorreção. As variantes gráficas entram em conflito com as representações fonético-fonológicas, gerando essa flutuação na escrita e dúvidas do escrevente quanto à forma convencional:

MRC (noiva)		JOS (noivo)	
defiçel	<i>difícil</i>	irrevugavel	<i>irrevogável</i>
devi	<i>deve</i>	constitue	<i>constitui</i>
duer	<i>doer</i>	durmente	<i>dormente</i>
estante	<i>instante</i>	durmi	<i>dormi</i>
intrega	<i>entrega</i>	enesquecível	<i>inesquecível</i>
iscondido	<i>escondido</i>	escretorio	<i>escritório</i>
podece	<i>pudesse</i>		
recibí	<i>recebi</i>		
peor	<i>pior</i>		

Tabela 5: Alternância entre *e* e *i* e entre *o* e *u*.

Nas cartas do casal, a flutuação na realização das vogais átonas foi mais recorrente na produção escrita de MRC¹⁵ – com 9 ocorrências. Dentre os vocábulos coletados nas missivas do JOS, a exceção de *constitue* – que apresenta uma vogal átona final – todos possuem uma variação na posição pretônica. As palavras *irrevugavel*, *durmente* e *durmi* apresentaram alteamento da vogal [o] para [u] e as demais, abaixamento de [i] para [e].

As cartas da MRC apresentaram dois dados de palavras cujas vogais que variaram eram as postônicas de [e] para [i], sofrendo um alteamento: *devi* e *defiçel*, destacando-se que, no primeiro vocábulo (*devi*), a vogal que apresentou essa flutuação era a final. Nas outras palavras, a variação ocorreu em posição pretônica (ocorrendo também em *defiçel*), com abaixamento da vogal – *estante*, *peor* ([i] > [e]) e em *podece* ([u] > [o]) e alteamento em *duer*, *intrega*, *iscondido* e *recibí*.

2.2.3. Apagamento da nasalidade.

A nasalização ocorreu em apenas um dado nas cartas do JOS - *mendigo* > *mendingo* -, mas nas cartas da MRC todos os vocábulos coletados sofreram algum tipo de desnasalização. Notamos na verdade uma tentativa de representar o ditongo que se realizava nesses casos com inserção de semivogais representadas pelos grafemas <i> e <o>:

¹⁵ É importante ressaltar que a MRC apresentou mais dados de desvios referente à flutuação das variantes [e]>[i] e [o]>[u] do que o JOS, embora tenha o número total de cartas seja bem menor.

MRC (noiva)	JOS (noivo)
<i>bou</i>	mendingo
ei quato	
maisinha	
nei	
peissei	
quei	
tam bei	
teis	
belicois	

Tabela 6: Apagamento da nasalidade e nasalização.

(17) [...] voçe **nei** prezizavas pedir pela carta o meu amor e sego [...] (MRC/JOS – 12/01/1937)

(18) Tu telembra da queles **belicois** no Do- mingo, eu estou toda marcada chega-me duer [...] (MRC/JOS – 07/10/1936)

Nos exemplos (17) e (18), retirados das cartas da MRC, notamos a representação grafemática dos ditongos sem a presença da marca de nasalidade: *nei* por *nem*; *beliscois* por *beliscões*. Nesses dados, MRC deixou de marcar a nasalidade e não utilizou o til ou a consoante nasal de travamento representada por <m> ou <n>. JOS, por outro lado, não apresentou nenhum dado semelhante.

2.2.4. Síncope de vogais e consoantes.

Nesse *corpus*, não só as vogais átonas como também as tônicas e algumas consoantes sofreram algum tipo de apagamento, sobretudo nas cartas de MRC. As síncopes foram mais frequentes em consoantes nas cartas dos noivos:

MRC (noiva)		JOS (noivo)	
atrite_za	<i>a tristeza</i>	camo	<i>calmo</i>
com p_ar	<i>comprar</i>	emora	<i>embora</i>
fr_o	<i>frio</i>	idal	<i>ideal</i>
lo_ge	<i>longe</i>	netar	<i>néctar</i>
ma_do-te	<i>mando-te</i>	istante	<i>instante</i>
ne_ta	<i>nesta</i>		
tri_te	<i>triste</i>		

Tabela 7: Síncope de vogais e consoantes.

Nas cartas da noiva, a síncope ocorreu de diferentes maneiras, desde consoantes em grupos complexos (CCVC) (*trite* por *triste*), até a supressão da nasalização (*loge* por *longe*, *mado-te* por *mando-te*). Nos dados presentes nas cartas de JOS, os desvios foram pontuais com grafia variante em outros momentos do texto.

2.3. Etimologização.

A etimologização é um processo em que se recorre à origem latina ou grega do vocábulo. Esse fenômeno estava presente nas cartas de ambos os remetentes analisados, embora seja mais recorrente nas missivas do JOS, como já mostrou a tabela (1). Apesar de a etimologização não poder por si só identificar indivíduos mais ou menos letrados por ser uma estratégia reforçada pelo tradicionalismo, o seu uso indica um pouco do perfil social de quem faz uso desse recurso. Devemos atentar, no entanto, para o fato de que nem todas as palavras grafadas com duplas vogais, por exemplo, remetiam a vocábulos helênicos ou latinos, constituindo uma tentativa de etimologizar termos aleatoriamente. Em algumas situações, o indivíduo recorreu à etimologia de maneira equivocada e, por isso, não pode ser considerado letrado – Barbosa (1999) e Marquilhas (1996).

Nas cartas de MRC localizamos apenas dois vocábulos que aparentaram estar de acordo com a etimologia dos mesmos: *elle* (e variações, como *ella*, *pellos*) e *cousa*. Identificamos também *hia* por *ia* que é uma falsa latinização.

Já nas cartas de JOS, encontramos inúmeros vocábulos que remetem à origem latina deles. Embora o noivo também tenha cometido falsas etimologizações, percebemos que, além de acertar a maioria, ainda utilizou uma variedade de vocábulos muito mais ampla que MRC: como *ahi* (aí), *assumpto* (assunto), *contacto* (contato), *estrela* (estrela), *ceo* (céu), *logar* (lugar), *comprehendes* (compreendes), *egreja* (igreja), etc. É importante salientar que, dos 46 lexemas levantados, apenas 3 não estavam de acordo com a etimologia da palavra.

- (19) Meu amor cresce tanto Que já parece um **trophéo** Pois de tanto crescer, já... (MRC/JOS – 30/06/1936)
- (20) Cada vez **compreendo** melhor, o que seria o mundo para mim sem você [...] (JOS/MRC – 25/08/1936)
- (21) fais mal. as fotografias ainda não estão prontas nois fizemos mal de deichar as chapas com **elle** por que **elle** e muito m- ole. (MRC/JOS – 23/09/1936)
- (22) “Apesar de ter te visto **hontem** de manhã não queiras saber a saudade que invade meu peito.” (JOS/MRC – 27/06/1936)

Em síntese, JOS demonstrou ter mais conhecimento vocabular quanto à etimologia da palavra, fazendo uso, por isso, de um leque mais variado de lexemas. MRC, por sua vez, utilizou um número restrito de palavras etimologizadas, fato esse que já evidenciava o menor contato da noiva com textos escritos da época.

2.4 Expansão de abreviaturas.

As abreviaturas foram elencadas na análise, embora não tenham tido uma contribuição efetiva para os resultados, visto que ambos – JOS e MRC – utilizaram esse recurso nos mesmos itens. A frequência de uso de abreviaturas por MRC foi maior, mas com repetição do mesmo item. Os exemplos a seguir mostram algumas ocorrências de abreviações nas cartas de JOS e de MRC:

(23) Lembranças a **D.** Marieta (JOS/MRC – 13/04/1937)

(24) a Thereza sabe que a jente mora na rua **S.** Francisco Xavier (MRC/JOS – 12/02/1937)

Nos exemplos (23) e (24) aparecem duas abreviaturas: uma retirada da carta do JOS em que ele mandava lembranças à Marieta tratando-a como *dona* e outra extraída da carta de MRC.

Considerações finais.

O levantamento das características gráficas presentes nas cartas mostraram uma diferença entre o grau de habilidade dos missivistas no que concerne às normas de escrita. Apesar disso, não podemos afirmar que os redatores das cartas ocupam posições extremas quanto a esse aspecto, já que os dois apresentaram evidências de transposição de aspectos fonético-fonológicos em seus textos.

A partir da análise das intervenções feitas no processo de edição das cartas com o *E-dictor*, foi possível identificar diferenças quanto ao grau de letramento de ambos. A síntese dos aspectos analisados, no que se refere aos desvios cometidos pelos missivistas, pode ser utilizada para situar os dois missivistas na escala proposta a partir da dicotomia [-] letrado para [+] letrado:



Esquema 1: *Continuum* sobre o grau de letramento dos missivistas.

Com base no *continuum* proposto, podemos dizer que JOS, embora apresentasse menos desvios grafemáticos e uma gama de vocábulos de origem latina em seus textos, não era um indivíduo com grau máximo de letramento. Se comparado à MRC, no entanto, podemos dizer que o noivo detinha um nível de conhecimento relativo a textos escritos e um maior contato com modelos de escrita que sua noiva, uma vez que ela apresentava mais ocorrências de desvios grafemáticos e segmentação/ junção de palavras.

Os resultados mostraram que MRC apresentava “precário conhecimento formal da escrita” (OLIVEIRA, 2009, p. 152), pois identificamos, em suas cartas particulares, erros constantes na grafia de palavras, problemas de jun-

ção/segmentação (ausência/presença de espaço em branco entre palavras), uso escasso de etimologizações, etc. O uso indevido de vocábulos desnasalizados, monotongados e ditongados trouxe para sua escrita traços de oralidade que seriam também indícios da norma popular brasileira.

Em termos da configuração do perfil sociolinguístico dos dois missivistas, podemos dizer que MRC era uma moça com cultura mediana, nos termos de Barbosa (2005), pois sabia ler e escrever, mas tinha pouco domínio das regras de escrita. As cartas de MRC seriam uma fonte preciosa para o conhecimento da norma popular do português brasileiro da primeira metade do século XX. JOS, por outro lado, demonstrou ter um grau de letramento um pouco maior que a noiva. Não se tratava de um informante completamente escolarizado por também apresentar certos desvios de grafia e marcas de oralidade em seu texto, mas certamente teve mais acesso aos bancos escolares que sua noiva.

O uso dos recursos disponíveis no programa computacional de edição *E-dictor* (PAIXÃO DE SOUZA; KEPLER, 2010) mostrou-se bastante eficaz como ferramenta auxiliar para caracterizar os missivistas. A análise de outros materiais, utilizando as mesmas técnicas propostas nesse estudo, poderá refinar a metodologia piloto apresentada em nosso trabalho.

Referências.

- BARBOSA, Afranio Gonçalves. *Para uma história do português colonial: aspectos lingüísticos em cartas de comércio*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, tese de doutorado em Língua Portuguesa, 1999, 484f.
- _____. Tratamento dos corpora de sincronias passadas da língua portuguesa no Brasil: recortes grafológicos e lingüísticos. In: LOPES, Celia Regina dos Santos (org.). *Norma brasileira em construção: fatos lingüísticos em cartas pessoais do século XIX*. Rio de Janeiro: Pós-Graduação em Letras Vernáculas/FAPERJ, 2005, p. 25-43.
- SILVA, Érica Nascimento. *Cartas amorosas de 1930: o tratamento e o perfil sociolinguístico de um casal não ilustre*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, dissertação de mestrado em Língua Portuguesa, 2012, 135f
- MARQUILHAS, Rita. *Leitura e Escrita em Portugal no Século XVII*. 1996. 420fl. Tese (Doutorado em Linguística Portuguesa). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- OLIVEIRA, Klebson. *Do português arcaico ao português brasileiro: outras*

histórias / Klebson Oliveira, Hirão F. Cunha e Souza, Juliana Soledade (orgs.). Salvador: EDUFBA, 2009.

PAIXÃO DE SOUSA, M. C. Conceito material do texto digital. *Texto Digital*, 2009, p. 6.

PAIXÃO DE SOUSA, M.C.; KEPLER, F.N.; FARIA, P. E-dictor: Novas perspectivas na codificação e edição de corpora de textos históricos. In: SHEPHERD, Tânia; SARDINHA, Tony Berber; PINTO, Márcia Veirano (Org.). *Caminhos da linguística de corpus*. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007 [1980].

UM PATRIMÓNIO LINGUÍSTICO EM VIAS DE EXTINÇÃO OU
A SABEDORIA LINGUÍSTICA DOS IDOSOS ANALFABETOS:
O ARADO, O CARRO DE BOIS E O LINHO ¹

Helena Rebelo

Universidade da Madeira

Centro de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro

RESUMO: Actualmente, em Portugal, a escolaridade obrigatória é de 12 anos, mas nem sempre foi assim. As mudanças políticas fizeram com que a população tivesse níveis de escolaridade diferentes. Muitos idosos com mais de 70 anos não tiveram acesso a qualquer educação escolar. São analfabetos que, embora não sendo escolarizados, têm uma sabedoria linguística impar. Os seus conhecimentos técnicos constituem um vasto património linguístico que se extinguirá progressivamente, se não for conservado. Pretende-se fazer uma demonstração que comprove isso mesmo, através de um levantamento lexical (relacionado com o arado, o carro de bois e o linho) testado com estudantes universitários.

PALAVRAS-CHAVE: património linguístico, arado, carro de bois, linho, idosos analfabetos, estudantes universitários.

ABSTRACT: Currently, Portugal, compulsory education is 12 years, but it was not always so. The political changes have meant that the population had different levels of education. Many elderly people over 70 years have not had access to any education. Who are illiterate, although not educated, have an odd linguistic wisdom. Their expertise is a vast linguistic heritage that gradually extinguished, if not conserved. It is intended to demonstrate that proves just that, through a survey lexical (plowshare, bullock cart and linen) tested with university students.

KEYWORDS: linguistic heritage, plowshare, bullock cart, linen, illiterate elderly, college students.

¹ A base deste artigo foi uma exposição apresentada na secção “O Envelhecimento e a Educação”, no colóquio “Olhares sobre o Envelhecimento, realizado na Universidade da Madeira (Portugal), a 11 e 12 de Outubro de 2012.

1. Património linguístico e agricultura.

Em 1972, a UNESCO, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, definiu o “património cultural” com três componentes: “monumentos”, “conjuntos” (“grupos de construções”) e “locais de interesse”. Em 2003, especificou essa noção com o conceito de “material”, por um lado, e de “imaterial”, por outro. No ponto 2 do artigo 2º desta convenção, surgiram indicados os domínios em que se manifesta a definição do conceito “património cultural imaterial” e, nesse ponto, há uma referência explícita à língua, mas entendida como “vector do património cultural imaterial” de “tradições e expressões orais”. Não ocorre nenhuma referência directa à linguagem. Porém, crê-se que, do Património Imaterial da Humanidade, por constituir uma das principais realidades da actividade humana, fará parte o património linguístico por si só (e não apenas entendido como “vector”). Poderemos, então, falar em Património Linguístico como o conjunto de “bens linguísticos”, incluindo, sobretudo, o léxico, mas não só, herdados e transmitidos de geração em geração, numa determinada comunidade de falantes. Fará lembrar a ideia saussuriana de “langue”, pelo seu carácter social, e a metáfora do “tesouro”. Se é incontestável que este tesouro vai sendo enriquecido, também o é o facto de ir sendo dilapidado. Será como se se preservassem umas “peças” de que os falantes não se quisessem desfazer, mas se gastassem outras em função da sua sobrevivência ou se perdessem umas quantas pela acção deterioradora do tempo, visto não serem usadas por deixarem de ter utilidade.

Esta deteriorização ocorre, por exemplo, nos países ocidentais, essencialmente os mediterrânicos, com influências românicas e árabes bastante fortes, como Portugal. Com o passar dos séculos, vai desaparecendo um vasto vocabulário em todas as línguas vivas que se vão como que regenerando. Perdem-se tradições, usos e costumes, mas também um número considerável de vocábulos. Frequentemente, este é específico e remete para uma determinada área da actividade humana. É o caso das técnicas, dos métodos e dos utensílios agrícolas de que as gerações mais novas não se sentem herdeiras, mas que os mais idosos ainda preservam, tanto em vestígios de instrumentos que guardaram, como na memória, relembrando os usos que deles faziam no seu quotidiano, hoje alterado. A linguagem técnica do âmbito da agricultura de subsistência, de uma riqueza lexical incomensurável, tem-se perdido paulatinamente, mesmo se muitos desses termos entraram na linguagem comum, como acontece com “o arado”, “o jugo”, “o fuso” ou “a meada”. Trata-se de uma perda dupla: a das técnicas em si e a dos nomes que designavam os objectos e os instrumentos.

Por vezes, aquelas ficam preservadas em registos fotográficos ou videográficos, enquanto estes vão desaparecendo, caindo em desuso, conservando-os apenas as gerações mais velhas. Muitos idosos sem qualquer escolaridade, isto é, formação estruturada, são considerados analfabetos, mas, por dominarem toda uma terminologia em vias de extinção, são uns sábios guardiões a estimar e a valorizar. A sua sabedoria lexical é extensa e técnica, reportando-se a áreas específicas do saber, como a agricultura. Os seus conhecimentos relativamente a determinado assunto concreto do âmbito agrícola foram aprendidos e transmitidos de geração em geração oralmente. Essas pessoas são, assim, garantes de um património cultural imaterial e de um património linguístico inestimável, mesmo não tendo educação, entendida como escolarização.

Num rápido olhar do presente para o passado, é evidente que a sociedade ocidental, incluindo a ligada à agricultura, mudou muito. Hoje, fala-se, por exemplo, em agricultura biológica. Há múltiplos conhecimentos científicos que aperfeiçoaram as tecnologias do passado para rentabilizar o esforço humano ou animal. Vários saberes antigos, como acontece, por exemplo, com os ligados ao **arado**, ao **carro de bois** e ao **linho**, foram sendo esquecidos e substituídos. O progresso trouxe facilidade à vida dos camponeses e aos criadores de gado. Os actuais agricultores – maioritariamente engenheiros agrícolas – tiveram uma formação que os antepassados não conheceram. Um grande número deles é especializado e seguiu cursos superiores, enquanto as gerações anteriores eram predominantemente analfabetas. Assim, a linguagem dos agricultores terá, ela também, passado por diversas alterações. O caso português é paradigmático.

Em Portugal, as novas gerações de agricultores são completamente distintas das anteriores, tanto a nível da formação como das técnicas ou da linguagem. Os idosos aprenderam o seu saber fazer e o “saber dizer” com os próprios pais porque as tradições eram transmitidas, oralmente, de pais para filhos como um real património e, desde o século XX, os jovens aprendem nas escolas. Quase tudo mudou. Por exemplo, os agricultores já não cultivam linho, sobretudo por causa do seu complexo e laborioso processo, mas também porque é um produto que, aparentemente, perdeu qualquer interesse para a comunidade. Quanto aos utensílios e aos meios de transporte, em vez da charrua, do arado, do carro de bois, os jovens agricultores portugueses têm tractores, aos quais associam uma verdadeira panóplia de utensílios muito sofisticados. Além disso, a agricultura foi, durante muito tempo, marginalizada e esquecida face a uma tendência maciça de fuga para os grandes centros urbanos. Os campos foram abandonados, ao longo de décadas. Todavia, a situação, devido à crise económica mundial, modificou-se e as novas gerações estão a regressar à terra para a cultivar, mas os

recursos disponíveis são bem diferentes dos do passado e bem menos cansativos. Esta feliz evolução tecnológica viu esquecer, e em cada dia desaparecer, um rico vocabulário que pertence ao património linguístico da comunidade de falantes. As novas gerações, essencialmente as que seguiram estudos universitários, seja qual for a área de estudos, já não conhecem muitos termos que deveriam fazer parte da memória colectiva. É o que se procura demonstrar neste estudo.

2. Recolha lexical: idosos e dicionários.

Procedeu-se à recolha de informação relacionada com actividades agrícolas – o arado, o carro de bois e o linho – junto de dois idosos analfabetos, um casal oriundo da Beira Alta (um homem de 83 anos e uma mulher de 79 anos). Estes dois informantes acederam a ser gravados numa entrevista minimamente estruturada e conduzida, assumindo-se, por vezes, como conversa livre e espontânea, em jeito de explicação. Uma primeira parte da gravação foi individual, com cada um deles separadamente, e uma segunda tinha os dois presentes. Pela distribuição tradicional e social das tarefas entre os sexos, o homem foi questionado sobre o arado (a sua constituição e funcionalidade) e o carro de bois (peças constitutivas). A mulher abordou todo o processo do linho. Na presença de ambos, verificou-se que os dois conheciam a terminologia específica daqueles três tópicos agrícolas, deixando de ter efeito a diferenciação entre “o trabalho do homem” (arado e carro de bois) e “o trabalho da mulher” (linho) para o domínio do vocabulário.

Porque na sua juventude a escolaridade não era obrigatória, em termos de educação (frequentemente sinónima de “escolarização”, como em “Ministério da Educação”), é possível dizer que estes dois idosos não tiveram acesso a qualquer “educação”. São idosos analfabetos socialmente despromovidos por serem considerados, ainda hoje, “ignorantes”, visto não saberem nem ler, nem escrever. Muitas vezes, estas pessoas desprestigiam-se a elas próprias, considerando que “não sabem nada” pelo mesmo motivo, ou seja, não tiveram instrução formal. Os últimos censos populacionais revelam que os analfabetos ainda subsistem na sociedade portuguesa, mesmo se diminuíram, e, na sociedade contemporânea, ainda há discrepâncias sociais, embora tenham vindo a atenuar-se a partir de finais do século XX. As políticas educativas portuguesas mudaram e a escolaridade tornou-se obrigatória, passando de 4 anos a 6 anos, destes a 9 anos, e finalmente a 12 anos, havendo no ar uma possibilidade de retrocesso devido à recessão económica que se está a viver. De momento, por causa desta evolução,

a população tem níveis educativos diferentes e extremos, coabitando, por exemplo, analfabetos e universitários, no mesmo seio familiar. É o que sucede com aqueles dois informantes. Com mais de 80 anos, o homem está reformado, tendo sido agricultor e exercido, ocasionalmente, outras profissões. Sabe os números e contar, além de conseguir assinar o nome. É possível dizer, porém, que não lê, nem escreve, embora faça tentativas e vá reconhecendo letras. Frequentou a escola durante algum tempo, mas não concluiu nenhum ano de escolaridade, inserindo-se, perfeitamente, no perfil de “analfabeto”. Quase a chegar aos 80 anos, a mulher está, igualmente, reformada, tendo também ela sido agricultora e tido, pontualmente, outras profissões. Sabe os números e contar muito bem, embora não assine o nome, nem leia ou escreva. Frequentou a escola durante alguns dias. Pertence, por isso, também ao grupo dos analfabetos.

A partir destas entrevistas, fez-se um levantamento lexical. A recolha gravada em suporte áudio e em formato WAV continha uma riqueza lexical bem maior do que a simples listagem que se elaborou. O número limitado de termos foi definido em função da organização do inquérito que se pretendia aplicar a estudantes universitários. A listagem constituiu-se, portanto, com 30 vocábulos, isto é, o seguinte *corpus*, que se apresenta por ordem alfabética: “arado”, “argadilho”, “baganha”, “barela”, “cabeçalha”, “canga”, “chavelha”, “cheda”, “chedeiro”, “costal”, “dobar”, “estadulho”, “estopa”, “estopada”, (uma) “estriga” (Foi necessário o artigo para identificar o substantivo, distinguindo-o, assim, de uma forma verbal.), “estrigar”, “fazer novelos” (É a única expressão da lista e o verbo servia para especificar o sentido de “novelo”.), “fuso”, “jugo”, “maçaroca”, “meada”, “rabela”, “rabiça”, “relha”, “roca”, “sarilho”, “sebe”, “soga”, “tamoeiro” e “travessas”.

No sentido de atestar a sua existência enquanto património linguístico português, verificou-se se este conjunto lexical estava dicionarizado. Comprovou-se a sua pertença à comunidade de falantes de Língua Portuguesa, tendo-se registado no dicionário de José Pedro Machado (1991) e/ou no Houaiss (2001). Poderia ter-se alargado a consulta a outros dicionários e a outras obras, mas essa tarefa não correspondia à intenção aqui pretendida. Estas duas referências revelaram-se suficientes para provar a existência dos termos proferidos pelos idosos analfabetos, com a mesma significação, embora, ocasionalmente, com variantes fonéticas. A partir daí, concebeu-se o inquérito que seria aplicado a estudantes universitários de 1º ciclo de estudos, ou seja, de licenciatura. O objectivo almejado era observar a solidez da tese que se apresenta para este trabalho, ou seja, os idosos analfabetos dominam muito vocabulário desconhecido de estudantes universitários, não podendo ser tidos como “ignorantes” apenas

por não terem uma instrução formal. Conservam um património linguístico em vias de extinção, mesmo se dicionarizado, de que os mais novos e mais instruídos não parecem querer saber e que se vai perdendo com o tempo, se não for preservado e vivificado. É indispensável evitar a extinção progressiva e motivar a transmissão desta riqueza às presentes gerações para a preservação do património linguístico, embora as actividades ou as técnicas usadas outrora já não façam hoje sentido, mas “preservar” o património linguístico da comunidade não significa que se defenda a insistência nos meios antiquados de existência e a sua utilização perene.

3. Aplicação de um inquérito.

Decidiu-se elaborar um inquérito com o *corpus* previamente obtido e aplicá-lo a estudantes universitários, fazendo, assim, a oposição entre os idosos analfabetos, sem qualquer instrução formal, e os universitários, no último nível de estudos de toda a escolaridade regular e convencional. Quanto ao conhecimento, encontram-se em pólos completamente opostos, sendo dois extremos. Nesta oposição, pressupõe-se, no geral, que o domínio lexical é maior num universitário, com um saber teórico alargado, mesmo a nível lexical, do que num analfabeto, com um conhecimento lexical restrito. Porém, nem sempre assim sucede. Este era o fundamento da tese apresentada.

Responderam ao inquérito 123 universitários de vários anos e de diversos cursos, de ambos os sexos. Eram portugueses de diversas proveniências. Contudo, a maioria, por diversas razões práticas, foi da Região Autónoma da Madeira. Porém, o factor da origem geográfica tanto dos idosos gravados, como dos universitários considerou-se irrelevante, já que os termos questionados não são específicos de uma determinada região, mas, no geral, pertença da cultura nacional (e não só). Portanto, o teste de que se dá conta considera o domínio lexical com base na escolaridade, em vez de qualquer outro critério, e a diversidade de respostas surpreendeu, mesmo se se antevia parcialmente.

3.1 Resultados obtidos.

Na TABELA 1, dá-se conta do número total de respostas afirmativas (cf. respostas dos gráficos identificadas como “Sim, conhece” e “Sim, outra definição”) revelado pelos universitários questionados. Para o tratamento dos resultados em percentagens e a sua visualização em gráficos (do GRÁFICO 1 ao GRÁFICO 24), reagruparam-se as respostas obtidas em três grupos: “Não

conhece o termo.” (Não conhece.) / “Diz conhecer o termo, mas não apresenta a acepção pretendida” (Sim, outra definição.) / “Sim, conhece o termo na acepção pretendida” (Sim, conhece.).

Do conjunto dos 30 termos, apenas 6 não obtiveram qualquer resposta: “cheda”, “chedeiro”, “estadulho”, “rabela”, “relha” e “soga”. Em contrapartida, realçam-se os que obtiveram mais de 26 respostas afirmativas relativamente ao conhecimento. São apenas 4 termos: “arado”, “chavelha”, “fazer novelos” e “a maçaroca”. Se se adicionarem a estes os que conseguiram acima de 20 respostas positivas, devem, ainda, considerar-se neste subconjunto “fuso” e “sarilho”, tendo obtido entre 21 a 25 respostas. Para o vocabulário abaixo das 21 respostas, encontram-se (de 1 a 5) como termos menos conhecidos: “argadilho”, “barrela”, “cabeçalha”, “costal”, “estopa”, “estopada”, “estriga”, “estrigar” e “jugo”. Entre as 6 e as 10 respostas, ocorreram: “baganha”, “canga” e “tamoeiro”. De 11 a 15 respostas, registaram-se: “dobar”, “meada”, “rabiça”, “roca” e “sebe”. O termo “travessas” obteve 16 respostas.

Embora os estudantes tivessem sido avisados, oralmente, antes de começarem a responder ao inquérito, e por escrito, por figurar como observação no próprio formulário do inquérito, que os termos sobre os quais eram questionados se reportavam à área da agricultura, um considerável número das respostas refere-se a outras actividades, como se comprova pelas definições que facultaram e se transcrevem abaixo para cada termo. Reagiram aos vocábulos em si, ultrapassando o âmbito da agricultura, concentrando-se exclusivamente no lexema e se o conheciam ou não, fosse qual fosse a acepção que tivesse para eles.

A aplicação do inquérito pressupôs que os estudantes conhecessem as realidades questionadas. É necessário lembrar que Portugal, e a Região Autónoma da Madeira em particular, ainda têm fortes características rurais bem genuínas. Aliás, muitos universitários são oriundos da província com profundas raízes agrícolas. Por exemplo, as cidades do arquipélago madeirense têm-nas vincadas na sua paisagem. O próprio Funchal, até há bem pouco tempo a única cidade, as possui. Ultimamente, a edilidade decidiu aproveitar terrenos para construir o que designa “hortas urbanas”. Em plena cidade, são atribuídas parcelas de terreno (para funcionarem como hortas, essencialmente com o cultivo de legumes) aos funchalenses que aderiram em grande número à iniciativa municipal. Há uma lista de espera elevada a aguardar a constituição de novas hortas. Além disso, os mercados com produtos da agricultura biológica vão surgindo em diversas localidades do arquipélago.

TABELA 1- Respostas afirmativas

	Termos	Respostas afirmativas O inquirido diz conhecer o termo.
1	arado	53
2	argadilho	2
3	baganha	6
4	barrela	2
5	cabeçalha	5
6	canga	7
7	chavelha	38
8	cheda	0
9	chedeiro	0
10	costal	1
11	dobar	11
12	estadulho	0
13	estopa	2
14	estopada	1
15	(uma) estriga	1
16	estrigar	3
17	fazer novelos	35
18	fuso	21
19	jugo	4
20	maçaroca	81
21	meada	14
22	rabela	0
23	rabiça	10
24	relha	0
25	roca	13
26	sarilho	22
27	sebe	14
28	soga	0
29	tanoeiro	6
30	travessas	16

É indispensável lembrar que os museus, incluindo os regionais, nomeadamente os etnográficos, preservam grande parte das técnicas agrícolas. Um pouco por todas as Casas do Povo, fazem-se mostras e exposições. Existem muitos grupos etnográficos, incluindo os de folclore, que tentam manter vivos os usos e costumes, assim como algum vocabulário. Portanto, os universitários, à partida, são conhecedores do ambiente rural porque rodeados por ele. Se, porém, não o são na prática, sê-lo-ão na teoria por estarem habituados a ler sobre o assunto.

3.2 Listagem.

Na listagem abaixo apresentada, explanam-se as respostas obtidas, com o conhecimento que os inquiridos revelaram ter. Separam-se com barra oblíqua. Transcrevem-se tal e qual como surgiram nos inquéritos (coocorre, por exemplo, a ortografia pré e pós *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* de 1990). Apresentam-se na sua quase totalidade, mesmo as que parecem repetir-se porque vão revelando pequenas diferenças. Por vezes, aconteceu indicarem conhecer os termos, mas não os definiram, nem os explicitaram ou exemplificaram. Este tipo de resposta vai assinalado com o símbolo *X* maiúsculo, significando que o inquirido conhece o termo, mas não o definiu. Entre parênteses, coloca-se o número de vezes (com *x* maiúsculo) que se obteve aquela resposta precisa em diferentes inquéritos. Começa-se por dar conta das aceções dicionarizadas e do conhecimento dos idosos. Depois, listam-se as respostas dos inquiridos para observar as diferenças. No sentido de facilitar a apresentação, sistematizam-se os dados através de listagem, reagrupando-se os termos que obtiveram respostas por três subconjuntos: ARADO, CARRO DE BOIS e LINHO.

3.2.1 O arado.

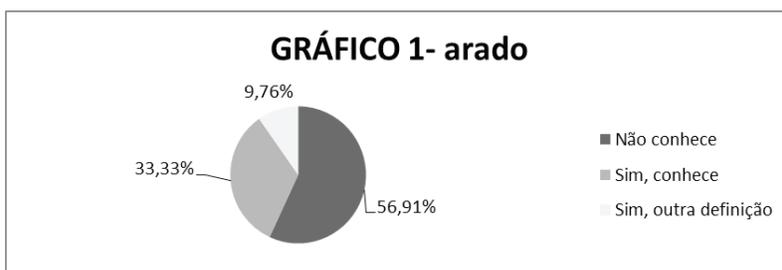
O arado é um instrumento bem antigo e muito utilizado na agricultura de subsistência. É constituído por diversas peças cujos nomes não são muito conhecidos. Decidiu-se incluir no questionário o próprio termo, a par dos nomes das diversas partes que o compõem. Kate Brüdt (1938, pp. 324-327) refere o arado como sendo um instrumento conhecido há muito no arquipélago madeirense.

“arado”

IDOSOS e DICIONÁRIOS: trata-se de instrumento agrícola que serve para lavrar a terra; aradoiro/ nome dado à charrua em algumas regiões/ “charrua”: aparato de tração animal ou mecânica cuja peça essencial (relha) tem a função de rasgar o solo com o fim de revolver e afogar a leiva.

RESPOSTAS: Instrumento de agricultura (2x)/ Instrumento acoplado a animais para arar a terra/ Instrumento utilizado na agricultura tradicional (2x)/ Usado na agricultura/ puxado por bois/ Serve para cavar a terra para a tornar pronta para a cultivar/ Utensílio de cavar a terra, utilizando animais (bois)/ Objeto para revolver a terra/ É um instrumento de agricultura, usado para lavrar as terras/ Instrumento para a lavoura/ Alfaia agrícola/ É uma estrutura em que um boi arrasta uma ferramenta que ara a terra/ Agricultura: algo que prende as carroças aos bois/ É uma espécie de borracha que se usa para prender os animais

aos carros/ Ferramenta utilizada para trabalhar a terra/ Quando o terreno está limpo, cavado ou cultivado/ instrumento de arar a terra/ Objecto utilizado para revolver a terra, antes das novas plantações/ ex.: Prendeu-se um arado ao boi para levantar a terra/ Usado para cavar a terra/ Instrumento de/para lavar o campo (2x)/ Característica do terreno agrícola/ ex.: Os terrenos agrícolas portugueses são arados./ Instrumento de lavar a terra/ Instrumento manual que serve para arar os terrenos/ Quando se prepara a terra para ser semeada./ Sítio que serve para cultivar/ Terreno cultivado; ex.: A terra está arada./ É considerado uma pradaria ou prado./ Campo sem cultivo/ Instrumento que serve para lavar os campos (2x)/ Característica do terreno agrícola/ É um utensílio agrícola, utilizado para trabalhar a terra./ Cultivado/ Para lavar a terra/ Instrumento agrícola/ Instrumento que o gado utiliza (sic) para trabalhar a terra/ Instrumento para lavar a terra, preso ao carro de bois (sic)/ Lavra a terra/ Tratar do solo de forma que ele fique apto ao plantio de novas culturas de alimentos/ Objecto puxado por força animal com o fim de lavar o espaço agrícola/ Instrumento com variadas peças pontiagudas que servem para lavar um terreno; ancinho serve para arar/ Para utilizar quando se cultiva a terra/ Grade usada para revolver a terra de cultivo/ Equipamento utilizado no campo agrícola que auxilia a lavar a terra/ Instrumento utilizado para lavar a terra/ Máquina de lavar a terra puxada por bois/ Serve para puxar animais/ Instrumento usado para cavar a terra; é arrastado pelos bois./ Engenho agrícola composto por pegas afiadas que aram o solo/ Tratar a terra a fim de misturar o solo com oxigénio (sic)/ Dispositivo agrícola utilizado para cavar a terra, movido pela força animal.



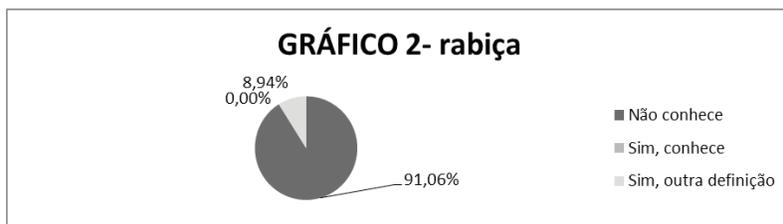
Inesperadamente, a maioria dos inquiridos (56,91%) revela desconhecer o termo “arado” como se observa no GRÁFICO 1 e 9,76% indicam conhecer o termo, mas não apresentam a aceção que se previa. Ocorreu considerarem o adjectivo, em vez do substantivo, como se pode ver em “terreno cultivado”. Estes resultados são surpreendentes porque este vocábulo acaba por ser um

termo genérico, usado pela população na linguagem comum e um elemento da cultura geral mesmo para nunca viu nenhum.

“rabiça”

IDOSOS e DICIONÁRIOS: Rabo do arado; a parte que o lavrador empunha, quando trabalha com ele/ cada um dos dois braços de um arado, que o lavrador empunha para trabalhar a terra; rabelo.

RESPOSTAS: Nabos/ Raízes da batata doce/ Vomitar (2x)/ Legume – nabos/ Batata doce estreita/ Um bebé que rabiça, que faz de tudo, que faz barulho para chamar a atenção de alguém/ Vomitar; ex.: Ela, sempre que bebe, rabiça./ Um legume (2x)/ Batata pequenina.



O termo “rabiça” é desconhecido da generalidade dos inquiridos, ou seja, de 91,06%. Aliás, é possível dizer que, com a aceção pretendida, a totalidade dos inquiridos o desconhece, já que quem indicou que o conhecia refere significações (8,94%) que em nada se relacionam com uma parte do arado. Parece que a alfaia agrícola, no seu todo, é desconhecida dos inquiridos, já que os outros termos a ela associados neste *corpus* (“rabela” e “relha”) não obtiveram qualquer resposta. Estranha-se que os conhecimentos de cultura geral dos universitários não os tenham auxiliado neste caso.

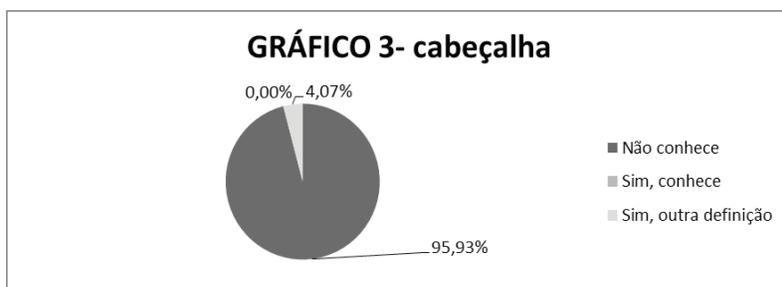
3.2.2 O carro de bois.

Em muitas localidades portuguesas, principalmente nos meios rurais, ainda hoje se vêem carros de bois, assim como carros (carroças) puxados por burros ou cavalos. No Porto Santo, muitos turistas passeiam por toda a ilha em modelos adaptados. O carro de bois foi uma realidade no Funchal até meados do século XX. Destinado à lavoura, pelo relevo da ilha da Madeira, não era muito usado, sendo-o bem mais na ilha do Porto Santo. Porém, era habitual na cidade do Funchal transportar pessoas ou mercadorias em carros de bois, como o explica Kate Brüdt (1938, pp. 313-322) que, inclusive, desenha os diversos tipos, dando conta dos nomes das suas partes constitutivas.

“cabeçalha” ou “cabeçalho”

IDOSOS e DICIONÁRIOS: (de cabeça) parte central do chedeiro do carro de bois, prolongada para diante e para fora/ peça dianteira dos carros de tração animal e das carroças, à qual se prendem pela cabeça ou pescoço os animais e pela qual o movimento destes é transmitido ao veículo.

RESPOSTAS: Início de um rego/ Rego/ Parte de cima de alguma coisa/ Pessoa com uma grande cabeça/ Significa algo que fica no topo de algo, em cima de alguma coisa.



A quase totalidade dos inquiridos manifesta desconhecer o termo “cabeçalha”² (95,93%) e apenas uma minoria indica conhecê-lo, mas não na acepção pretendida (4,07%). Portanto, no fundo, todos os inquiridos desconhecem este termo, quando associado ao carro de bois identificado pelos idosos. Tanto o homem, como a mulher estavam familiarizados com este vocábulo.

Por não haver uma substancial distinção entre “canga” e “jugo”, decidiu-se apresentar concomitantemente os dados de ambos os termos. São vocábulos de uso comum na língua por se empregarem, com relativa frequência, no sentido figurado como sinónimos de “prisão”, “opressão” ou “grilhão”.

“canga”

IDOSOS e DICIONÁRIOS: serve para atrelar os bois para a lavoura/ peça de madeira usada para prender a junta de bois a carro ou arado.

RESPOSTAS: Objecto utilizado nos bois para puxar o arado/ Calão de “mentira”, ex. O que acabaste de dizer é uma canga/ Nome que se dá à carga transportada pelas pessoas; ex. transporte de batatas às costas/ Homem que trabalha no cemitério/ Objecto de pôr no pescoço dos bois/ Objeto que se usa

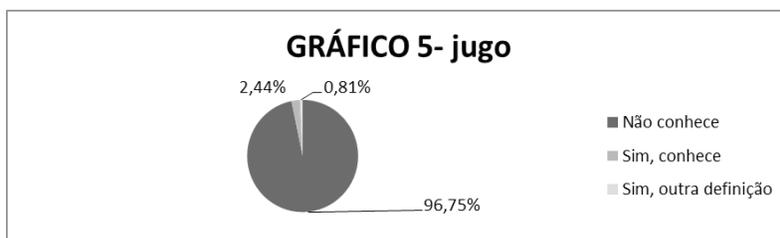
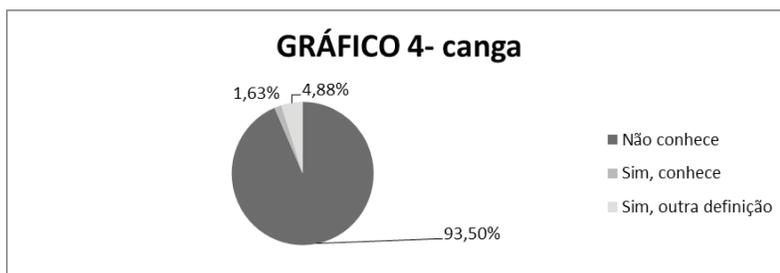
² A opção pelo feminino, já que o masculino (cabeçalho) é igualmente uma possibilidade, deveu-se ao facto de ter sido a forma usada pelos idosos.

para montar os animais/ Instrumento que serve para matar animais/ Conjunto de indivíduos.

“jugo”

IDOSOS e DICIONÁRIOS: canga com que se junguem os bois para puxarem carro ou arado/ peça de madeira assentada sobre a cabeça dos bois para os atrelar a uma carroça ou arado/ canga.

RESPOSTAS: Instrumento para os bois conseguirem transportar a carga/ Instrumento utilizado nos bois para puxar as carroças/ Fazer uso da força do pescoço (jugo) dos animais/ Sumo [Confusão com “suco”?].

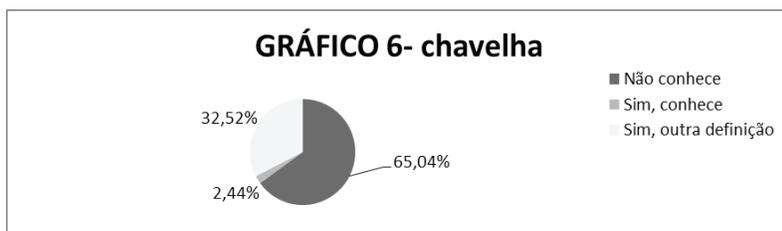


Mesmo se um pequeno número ainda os conhece na acepção pretendida, quer “jugo”, quer “canga” não fazem parte do vocabulário da quase totalidade dos inquiridos. Todavia, são termos da linguagem comum, em sentido figurado, que reaparecem na literatura em geral e, por exemplo, na linguagem bíblica (ex: “O meu jugo é leve.”).

“chavelha”

IDOSOS e DICIONÁRIOS: espiga de pau que se enfia nas extremidades dos cabeçalhos dos carros, junto da canga / nos carros de boi, cunha que se introduz no cabeçalho para os prender à canga.

RESPOSTAS: Barco de pesca (2x)/ Pessoa com pronúncia acentuada/ É considerado aquele ou aquela que, de certo modo, não tem muito estatuto enquanto pessoa/ Indivíduo proveniente de Câmara de Lobos, ex. Aquele rapaz fala como um chavelha./ São as pessoas de Câmara de Lobos, ex. Aquele rapaz é chavelha./ Pessoa natural do concelho de Câmara de Lobos (4x)/ Calão das pessoas que vivem em Câmara de Lobos, ex. Aquela miúda é chavelha/ Natural de Câmara de Lobos/ Pessoa que vive no Estreito de Câmara de Lobos/ Homem ou mulher que vive ou é natural de Câmara de Lobos/ Espiga de pau/ NÃO (só conhece para as pessoas do concelho de Câmara de Lobos)/ A palavra surge, normalmente, associada aos típicos barcos de Câmara de Lobos; ex.: Entraram na chavelha e lançaram-se ao mar./ É uma pessoa que vive no meio rural. Cá na Madeira, usam o termo para uma pessoa do campo./ Podemos dizer que é uma pessoa do campo, que tem um sotaque acentuado e se veste de uma maneira antiga; trabalha no campo e pode ser homem ou mulher/ Uma pessoa (predominantemente do sexo masculino) que vive no campo ou que tem um sotaque forte; ex.: Aquele é mesmo um chavelha./ Pessoa com pouca escolaridade ou dinheiro que vive no Estreito de Câmara de Lobos; ex.: Tem cuidado que aquele é chavelha./ Peça comprida do carro ou do arado que se atrela aos animais que puxam/ Um tipo de barco/ Pessoa que vive em Câmara de Lobos/ Indivíduo que reside em Câmara de Lobos/ Pessoa que anda descalça/ Pessoas que andavam descalças/ Peça comprida pertencente ao carro ou arado, onde se atrelam os animais que puxam o carro ou o arado (2x)/ Barco piscatório/ Indivíduo que vive em Câmara de Lobos (zona piscatória), com uma característica única, um vocabulário típico de uma zona piscatória/ Indivíduo de Câmara de Lobos/ Pessoa residente em Câmara de Lobos/ Típico madeirense/ Pessoa natural de Câmara de Lobos (2x)/ Indivíduo da zona de Câmara de Lobos ligado ao mar/ Indivíduo natural do concelho de Câmara de Lobos e ligado à actividade do mar/ Barco pequeno tipicamente de Câmara de Lobos utilizado para actividade piscatória/ População que vive em (sic) e trabalha no mar/ Barco pequeno ou natural de Câmara de Lobos/ X (2x).

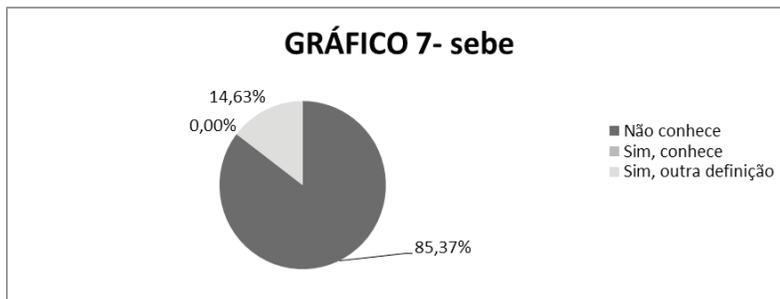


O termo “chavelha”, na acepção identificada por um número substancial dos inquiridos, poderá ser considerado como um regionalismo madeirense (embora não seja aqui o âmbito deste estudo), havendo quem, no arquipélago, o grafe “xavelha” (o que também acontece a nível musical com o termo “charamba”/ “xaramba”). Poucos inquiridos – apenas 2,44% – o conhecem na acepção referida pelos idosos e corroborada nos dicionários.

“sebe”

IDOSOS e DICIONÁRIOS: Tapume de vimes ou varas delgadas com que se cerca o tabuleiro dos carros de bois para amparar a carga/ parede de taipa.

RESPOSTAS: Vedação (3x)/ É um lugar, ex. A sebe de futebol [Confusão com “sede”?]/ Definição de um muro com uma planta que o cobre por completo/ “vedação” natural que pode ser feita por arbustos geralmente usada como corta vento e para delimitar os terrenos/ Vedação; serve para dividir terreno/ Arbustos delimitantes num terreno/ Protecção para as culturas, normalmente com verga/ Um terreno/ Relacionado com os cavalos/ Estrutura vegetal para delinear uma área; ex.: Apara-me a sebe que está muito alta!/ Usado para separar jardins ou áreas agrícolas, feito de plantas, madeira ou outros materiais/ Arbusto pequeno./ Espécie de divisão que separa os terrenos/ Delimita os limites do terreno (sic)/ Delimita o terreno/ X.

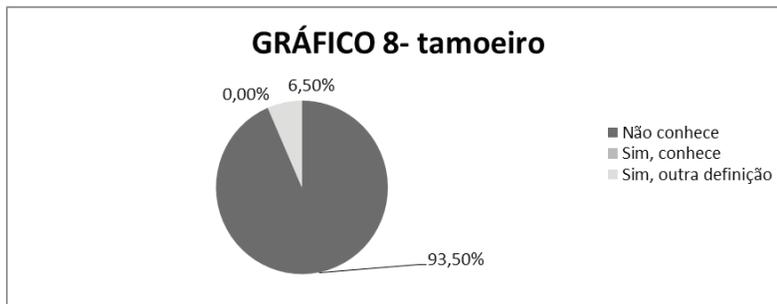


Nenhum dos inquiridos revela conhecer o termo “sebe” relacionado com o carro de bois. Quem diz saber o que é associa-o a “vedação”, não do carro, mas de um terreno. Esta será uma acepção usual na actualidade.

“tamoeiro”

IDOSOS e DICIONÁRIOS: A haste do carro de bois/ peça de coiro na parte superior do jugo, na qual se prende o cabeçalho do carro/ no carro de bois, peça de madeira colocada entre os animais/ peça de couro que prende a canga ao carro de bois, ao arado etc.; apeiro.

RESPOSTAS: Objeto utilizado para transportar água/ É o que se usa para moer algo/ Planta (3x)/ Objecto relacionado com o vinho/ Local onde são pousadas as batatas/ X.



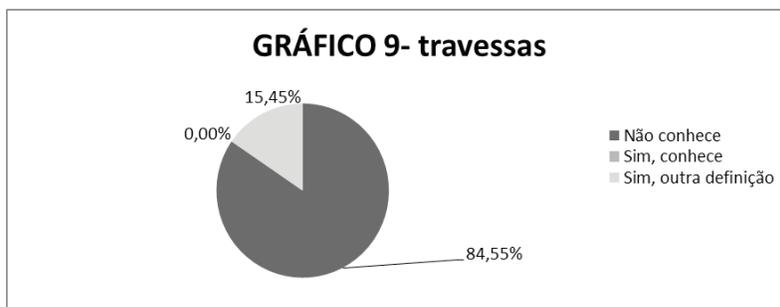
Nenhum dos inquiridos conhece, efectivamente, o termo “tamoeiro” no sentido mencionado pelos idosos e registrado nos dicionários. Mais de 90% reconhece não saber o que significa aquele vocábulo e 6,50%, que o definem, não indicam a acepção aqui pretendida.

“travessas”

IDOSOS e DICIONÁRIOS: Cada uma das peças que ligam entre si as chedas e a cabeçalha do carro de bois, atravessando este/ peça de madeira disposta transversalmente sobre tábuas; través.

RESPOSTAS: Ruas/ Rua ou beco/ Rua/ Bandejas; tabuleiros; ex. Traz aí essas travessas para pôr o comer/ Rua ou prato estreito, ex. Quero meter o picado³ em uma travessa / É considerado como ruas ou serve para usar para guardar comida, ex. Um (sic) travessa com fruta/ Travessas de loiça/ Objecto de pôr na cabeça, objecto de levar comida à mesa/ Caminhos/ Para pôr comer, pôr no cabelo, nome de sítio, etc./ Becos, travessas, pequenos arruamentos, ex. Travessa dos moinhos/ Paus que seguram as bananeiras, tomateiros, etc./ Objeto utilizado para fixar algo/ “Ruazinhas / becos” ou um prato comprido onde se serve comida/ Uma pessoa que faz muitas partidas; alguém com ideias diferentes e com intenção de fazer algo contra alguém/ Os regos para passar a água/ Travessas para os tomateiros/ Espaço onde passa a água/ X.

3 “Picado”: prato confeccionado com pedacinhos de carne, servido com molho e batatas fritas num recipiente de onde todas as pessoas picam com os respectivos garfos para comer (Gastronomia Tradicional da Madeira e do Porto Santo (2013). Serviço de Publicações (Coord.) SRCTT e DRAC, Funchal.)



Uma larga maioria dos inquiridos (84,55%) desconhece o termo “travessas”, normalmente usado no plural na aceção em estudo. Dos que dizem conhecê-lo (15,45%), nenhum o associa ao carro de bois. Foram apresentadas outras aceções actuais do termo, mas não a esperada. Portanto, o uso técnico referido pelos idosos (que também conhecem o termo nas aceções indicadas pelos inquiridos porque foram questionados neste sentido) não foi mencionado por nenhum dos universitários.

Assim, e sintetizando os dados até este momento, a generalidade dos termos ligados ao arado e ao carro de bois revelam ser desconhecidos pelos jovens universitários inquiridos, como se verifica pelos gráficos apresentados (cf. do GRÁFICO 1 ao GRÁFICO 9). Esperar-se-ia que vocábulos como “jugo”, “canga” ou “arado”, elementos da cultura geral de qualquer cidadão jovem ou adulto, fizessem parte dos conhecimentos de todos os estudantes de 1º Ciclo, mas tal não aconteceu para a maioria, já que apenas alguns, pouquíssimos, responderam que conheciam os termos nas aceções esperadas. Como se verificará, com o léxico relativo ao linho, a situação é basicamente idêntica.

3.2.3 O linho.

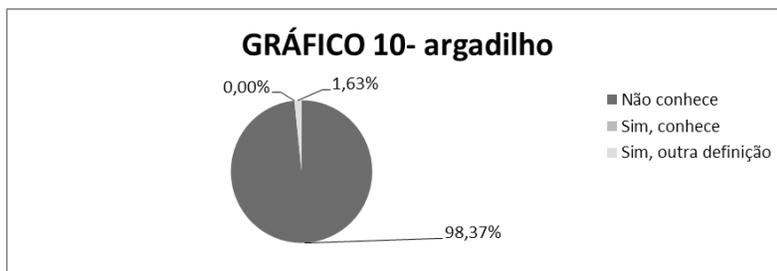
O processo do cultivo do linho foi descrito pelos idosos como muito longo, trabalhoso e pouco compensador, o que explicará o facto de já ninguém (ou quase) se dedicar ao seu cultivo em Portugal. Para a ilha da Madeira, acontece o mesmo porque já não é semeado em largas quantidades. Existe uma descrição de Kate Brüdt (1938, pp. 329-340) para todo o processo no Arquipélago da Madeira. É de realçar que o bordado madeirense típico era feito em toalhas de linho. Recentemente, na costa norte, mais precisamente em Santana, encontrou-se, numa zona turística, uma pequena plantação para dar a conhecer a planta aos turistas. Por vezes, nas feiras e exposições tradicionais, promoções turísticas, ainda se vêem mulheres a fiar ou a tecer. Como o vocabulário ligado a esta área

de actividade é muito rico e impressionantemente extenso, seleccionaram-se para este trabalho apenas alguns termos, escolhidos sem critérios precisos.

“argadilho”

IDOSOS e DICIONÁRIOS: Sinónimo de dobadoiro (**dobadoiro/ dobadoiro/ dobadoira:** artefacto em que se dispõem as meadas de linho, lã, algodão, etc. para se processar a dobagem).

RESPOSTAS: Venda de produtos artesanais/ Fabricação e venda de produtos artesanais.



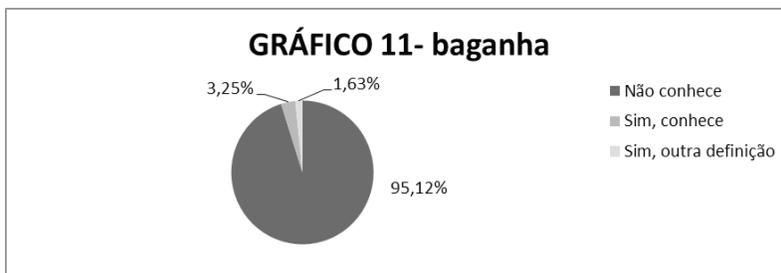
A quase totalidade dos inquiridos revela desconhecer o termo (98,37%). As raras respostas obtidas (1,63%) não relacionam “argadilho” com um instrumento usado para dobar o linho. Portanto, é possível dizer que a totalidade dos universitários ignora a acepção usada pelos idosos e dicionarizada como sinónima de “dobadoira” com as variantes “dobadoiro” e “dobadoiro”.

“baganha”

IDOSOS e DICIONÁRIOS: (De bago) cápsula da semente do linho/ película que envolve a semente do linho e da uva, entre outras.

RESPOSTAS: Coisa pequena, ex.: sementes⁴ pequenas/ Película que envolve a semente/ Serve para cobrir as sementes/ Película que envolve a semente de algumas plantas/ Película que envolve a semente do linho e de outras plantas/ Instrumento.

⁴ Este regionalismo madeirense equivale a “batata”, no nível comum da variedade normativa.

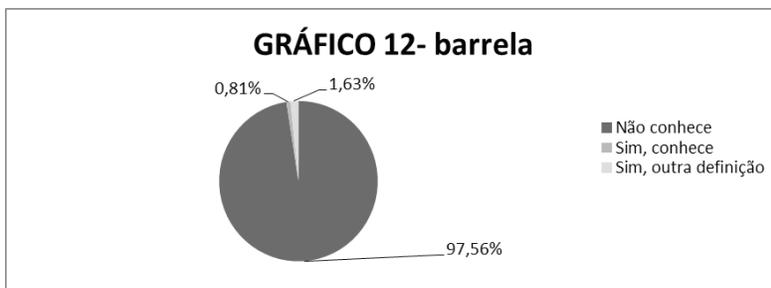


O termo “baganha” é conhecido por alguns universitários na acepção usada pelos idosos (3,25%), o que é de realçar, embora a maioria o desconheça (95,12%) e alguns dos inquiridos tenham apresentado definições diversas das esperadas (1,63%).

“barrela”

IDOSOS e DICIONÁRIOS: Dissolução alcalina, que serve para branquear o linho e, no geral, a roupa; é a lixívia das lavadeiras/ caldo coado de cinzas vegetais ou de soda, usado para clarear.

RESPOSTAS: Espécie de caldo obtido da cinza da queima de algumas espécies/ Segundo o que costumo ouvir, significa “camada” de algo/ Pequeno terreno de cultivo.

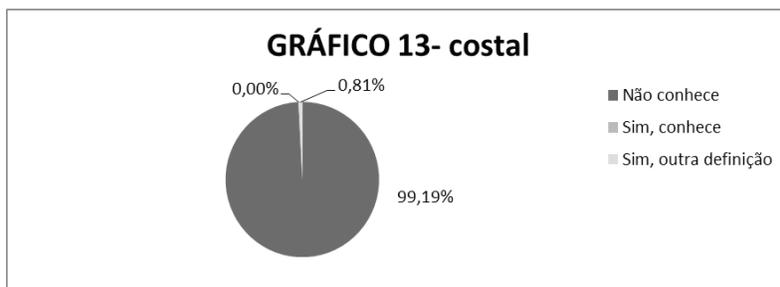


Recorrentemente, na linguagem comum, associa-se a “barrela” ao lavar (branquear) roupa através de um método que recorre à cinza. Esperava-se, por isso, que este termo relacionado com a “lavagem” do linho fosse reconhecido por bastantes universitários. Tal não aconteceu, já que 97,56% disseram não o conhecer. Contudo, houve quem respondesse tratar-se de algo formado a partir da cinza, considerando-se válida a resposta relativamente ao conhecimento, embora esteja incompleta.

“costal”

IDOSOS e DICIONÁRIOS: conjunto de fios que atam a meada, para evitar que emaranhe.

RESPOSTAS: Algo perto de uma costa, ex: Funchal é uma zona costal [Confusão com “costeira”?].

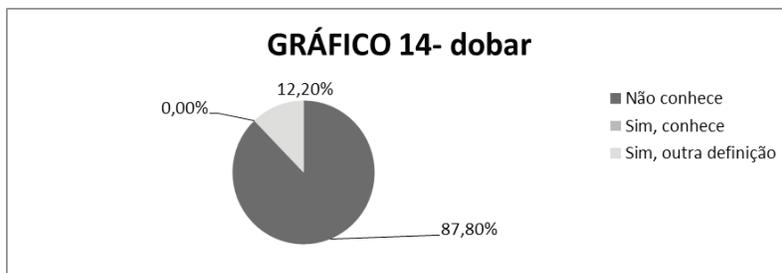


Sem contabilizar a resposta que parece confundir “costal” com “costeira”, verifica-se que todos os inquiridos desconhecem o termo, havendo uma clara maioria (99,19%) que reconhece a sua ignorância quanto a este termo.

“dobar”

IDOSOS e DICIONÁRIOS: Enrolar em novelos o fio da meada com dobadoura ou sem ela; enovelar/ enrolar (fio de meada de linho, lã, algodão etc.), formando novelo; enovelar.

RESPOSTAS: Tornar algo mais pequeno: folha de papel, roupa, vestuário, etc. (Confusão com “dobrar”?)/ Relacionado com cavar; regar as plantas/ Deitar adobo (sic) nas plantas, terra, plantações/ Dobar a terra; deitar adubos; ex.: a deitar adubo na plantação de batatas/ Deve ter a ver com adubar a terra/ Acto de descascar; ex.: A Sofia gosta de dobar o feijão./ Líquido que se deita nas plantas/ Deitar adubo na plantação/ Duplicar algo/ Deitar adubo na terra para fertilizá-la (sic)/ Cobrir o terreno com fertilizante com o intuito de fazer crescer a plantação/ Colocar / deitar adubos nas terras (2x) / X (2x).



Dizem não conhecer o termo “dobar” 87,80% dos inquiridos, o que é considerável. Afirmam conhecê-lo 12,20%, mas, na prática, uma parte substancial confunde-o com “adubar”. Isto acontecerá por razões fonéticas, devido à aférese (“adubar” > “dubar”) e à proximidade de “dubar” com “dobar”. Portanto, é possível constatar que os inquiridos não conhecem o termo na acepção em que os idosos a empregaram e que está dicionarizada.

Pela proximidade semântica entre “estopa” e “estopada”, decidiu-se apresentar estes dois termos um a seguir ao outro, juntando-os para observar melhor os resultados conseguidos por um e pelo outro.

“estopa”

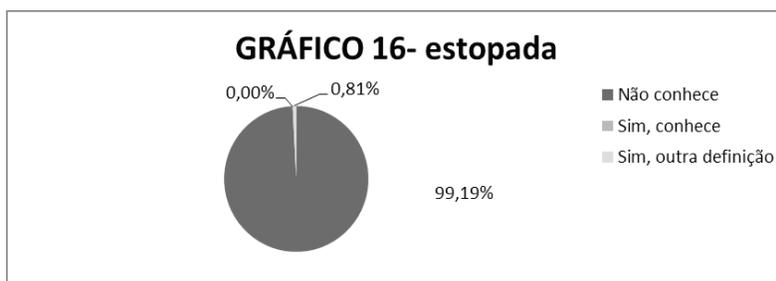
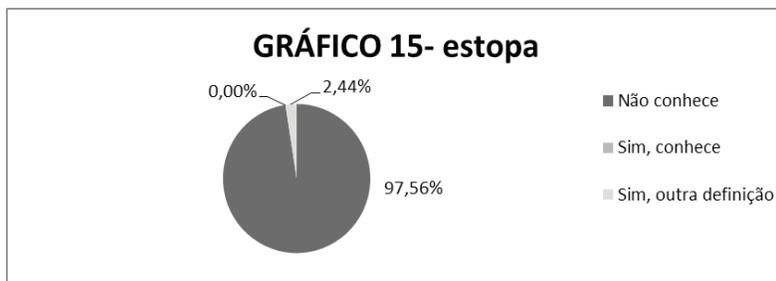
IDOSOS e DICIONÁRIOS: Parte grossa do linho que fica quando o assebam/ A parte mais grosseira do linho, que é separada deste com a ajuda de um sedeiro.

RESPOSTAS: Termo usado para dizer que a terra está mole, fácil de lavar; ex.: a terra é estopa/ Usa-se para pôr nos tornos das pipas; é um tipo de “palha”/ X.

“estopada”

IDOSOS e DICIONÁRIOS: porção de estopa, estopa de chumaçar/ porção de estopa para fiar, enchumaçar, acolchoar, etc..

RESPOSTAS: Trabalho difícil.



Pelas respostas dadas, os inquiridos não conhecem, efectivamente, os termos “estopa” e “estopada”, nem os relacionam com “tecido”. Este facto estranha-se mais para o primeiro do que para o segundo, já que aquele é frequente na linguagem corrente, usando-se para designar um género de tecido.

Pela sua proximidade semântica e lexical, juntaram-se “estriga” e “estrigar”. Os resultados são semelhantes aos de “estopa” e “estopada”.

(uma) “estriga”

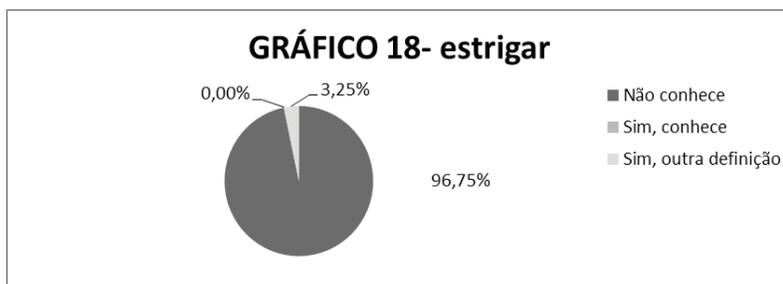
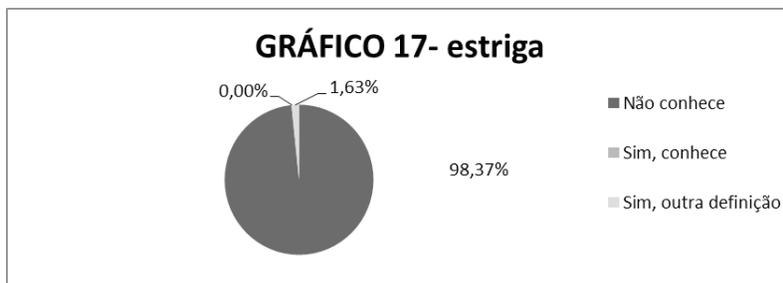
IDOSOS e DICIONÁRIOS: Porção de linho que se põe de cada vez na roca/ meada de linho atado que se põe de cada vez na roca para fiar.

RESPOSTAS: Uma discussão, ex. Ter uma estriga com um colega/ X.

“estrigar”

IDOSOS e DICIONÁRIOS: Dividir o linho e atá-lo em estrigas; enastrar; assedar/ separar e unir em estrigas (o linho)/ enastrar, entrelaçar (fios) de estriga.

RESPOSTAS: Discutir/ Ato de retirar palha ao trigo/ Está relacionado com o trigo./ Triturar o trigo; ceifar.



Nenhum dos inquiridos revelou conhecer as acepções dos termos “estriga” e “estrigar” aqui em análise. Os resultados são categóricos quanto ao desconhecimento dos universitários.

Embora os significantes não tenham uma origem comum, associaram-se “fazer novelos” e “meada” pela proximidade de ambos no processo do linho. São termos correntes da linguagem comum, empregando-se para diferentes tipos de fio, incluindo o linho.

“fazer novelos”

IDOSOS e DICIONÁRIOS: Rolo que se forma com o fio dobrado/ amontoado de fios têxteis enovelados, enrolados, nomeadamente para o linho.

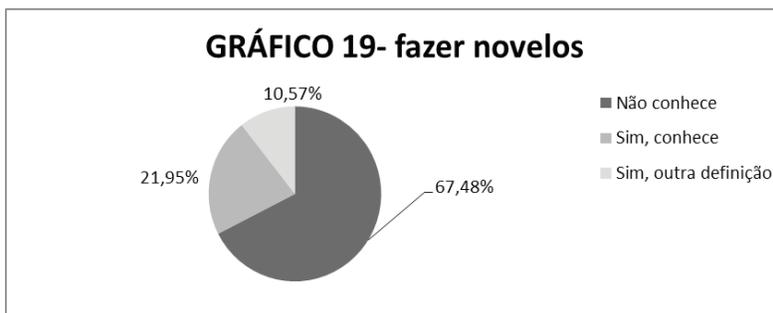
RESPOSTAS: Lã (4x)/ Novelos de lã/ Conjunto de linhas/ Pesar em lã e enrolar até formar os novelos/ Trabalho que consiste em colocar os fios de linho ou lã de uma forma mais acessível de usar; normalmente em forma de esfera/ Fazer nó/ Enrolar lã ou linho/ Fazer bolas de linha quer de fio comprado em lojas, quer com folhas secas de bananeira/ Feitas através de lã/ Fazer “bolas” em tecido (lã)/ Conjunto de linhas/ Enrolar alguém, com mentiras; não ser directo, nem explícito num assunto/ Usar a lã/ Relacionado com lã/ Já ouvi chamar novelos aos fardos de palha; agora não sei se se refere a isso/ Determinação (sic) de um

conjunto de linhas que, no seu todo, emaranhadas, forma o chamado novelo/ Novelos de lã/ Fio que provém do linho, que se enrola para fazer roupas; ex.: novelo de lã ou linho/ Processo de enrolar os fios de linho entre os braços de uma pessoa; ex.: Depois de fiado, começou-se o processo de “fazer novelos”/ Emaranhado, de forma circular, feito com fios/ Montes de palha (3x)/ Acto de enrolar na forma de novelo/ Enrolar a linha formando novelos/ Enrolar lã/ Enrolar determinadas coisas/ É uma técnica utilizada para plantar certo tipo de leguminosas, como a batata./ Fazer bolas de lã ou com outro material/ Fazer uma espécie de rolos de lã/ Fazer um novelo de palha de milho/ Juntar em forma de bola ou oval, algo que esteja em fio ou linha/ São bolas de lã ou linho./ A lã das ovelhas desfiada e enrolada, formando novelos/ X (4x).

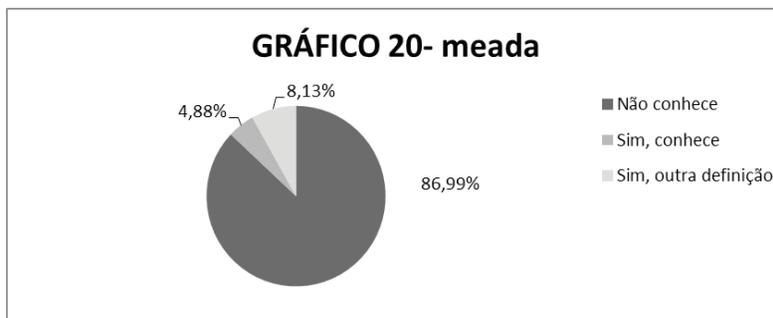
“meada”

IDOSOS e DICIONÁRIOS: Porção dobrada de fio, de seda, de linho, etc./ quantidade de fio de linha, seda, lã etc. dobrada (‘enovelada’) frouxamente inúmeras vezes e amarrada de maneira a não se emaranhar.

RESPOSTAS: Lã/ Uma porção/ Meada de linhas/ Termo para vários conceitos/ Pedaçó de lã/ Uma certa quantidade de lã, novelo/ Meada de lã; novelo/ O mesmo que “novelos”; bola feita com fios enrolados/ Meada de arame; É um fio de arame junto, no seu total/ Pode ser um jogo, ex. jogo da meada⁵/ Jogo das pedrinhas/ Um jogo com moedas entre duas pessoas ou mais / Alguma coisa ou parte, apenas, de alguma coisa/ Um conjunto de alimentos agrícolas amontoados/ X (2x).



5 A “milhada” (termo grafado por este informante como “meada”) é a designação de um jogo conhecido em Portugal Continental como “o jogo das pedrinhas”. Na Região Autónoma da Madeira, recebe o nome de “milhada” porque se joga com “milhos”, isto é, três grãos de milho. Estes podem ser substituídos por feijões, pedras, entre outros elementos, incluindo os próprios dedos. Ver, por exemplo, REBELO (2013).



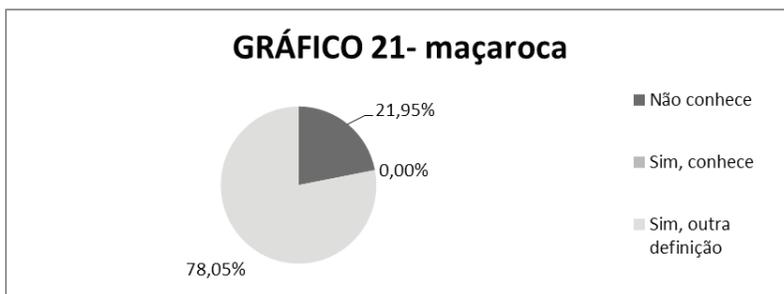
É surpreendente que a maioria dos universitários revele desconhecer “fazer novelos” e “meada”. Comparando as respostas para ambos os termos, há mais a dizerem conhecer “fazer novelos” do que “meada” porque 67,48% desconhecem o primeiro e 86,99% o segundo. Alguns inquiridos aplicaram “fazer novelos” e “meada” à lã e considerou-se a resposta válida porque o processo é idêntico ao linho, mudando apenas o tipo de fio.

“maçaroca”

IDOSOS e DICIONÁRIOS: Fio que o fuso enrolou em volta de si; o que se fiou/ fio torcido e enrolado no fuso.

RESPOSTAS: Alimento (17x)/ Milho doce (4x)/ Milho (18x); ex.: Vou comer uma maçaroca./ Alimento de milho/ Alimento que se integra na categoria dos cereais/ É um alimento, ex. maçaroca do milho/ Alimento da terra/ Vegetal que se reproduz através do milho/ De onde vem o milho/ Definição de um fruto da terra/ Vegetal, reproduz-se através do milho/ Onde está o milho (conjunto dos vários grãos de milho)/ Outro nome para o milho/ Milho – maçaroca, milho em grão/ Milho doce ou não/ Igual a milho – regionalismo/ Proveniente do milho; fruto do milho/ Produto comestível; milho/ Vegetal da planta de milho; ex.: maçaroca (milheiro)/ Espiga de milho (5x); ex: Ele gosta de maçaroca. / Ele comeu a última maçaroca./ “fruto” do milho/ É um fruto que provém do milho/ Um legume amarelo, típico da Madeira/ Comida/ Alimento que se pode associar ao milho e à farinha/ Produto que provém da terra, denominado por maçaroca de milho/ Estrutura natural onde se agrupam os grãos de milho; ex.: Maçaroca assada é muito bom!/ Cultivada no campo; é uma espiga de milho/ Legume (3x)/ Legume destinado ao consumo/ É algo composto por milho./ Milho – cereal (3x)/ Fruto do milho (É nesta [sic] que se obtém o alimento para moer.)/ Legume de onde provém o milho/ Vegetal que dá o milho doce/ Verdura que provém da terra/ Fruto ou legume que nasce dos milheiros/ Onde

extraímos (sic) o milho doce/ Produto agrícola/ Produto alimentar; nasce da maçaroca (sic), dando “milho”/ Produto agrícola composto por milho doce/ Comestível/ Fruto do milho/ Ex.: Comer maçarocas/ Vegetal que produz o milho/ É um vegetal – milho. (2x)/ Vegetal de onde provém o milho em grão/ Alimento, nomeadamente o milho/ Instrumento/_X (4x)/.



Contrariamente aos restantes termos deste *corpus*, “maçaroca” é indicado como conhecido por 78, 05% dos inquiridos, uma vasta maioria. Porém, a acepção indicada não tem nada a ver com o linho. Para os universitários, na maioria madeirenses, o sentido de “maçaroca” está relacionado com o milho, que é, como o linho, um produto agrícola. Não se previu que tal confusão pudesse ocorrer, aquando da concepção do inquérito. É indispensável considerar que o milho é um ingrediente importante da alimentação, sobretudo madeirense. Assume, neste caso uma relevância que não terá na culinária portuguesa em geral com contornos regionais, que não se pretendiam questionar neste trabalho. No arquipélago, o milho aparece em múltiplos preparados, sendo os principais as “papas de milho”, simplesmente “milho”, “milho frito” (cubos da papa de milho fria que se douram na frigideira para acompanhar pratos de peixe ou de carne) e “maçaroca” (cozida e comida assim, sozinha, ou na sopa). Portanto, nenhum dos inquiridos, nem os não madeirenses, conhece a acepção referida pelos idosos.

Associaram-se, sequencialmente, “fuso” e “roca” por estarem relacionados. Reencontram-se estes termos, com frequência, nos contos populares e em especial nos destinados a crianças, onde as princesas têm um papel determinante, fiando na maior parte das vezes. Estes dois termos integram a linguagem corrente devido às tradições, ao património colectivo, presente, por exemplo, nos provérbios como “Cada roca tem seu fuso e cada terra tem seu uso.”. Pressupunha-se que fossem ambos conhecidos dos estudantes universitários porque são termos do âmbito da cultura geral.

“fuso”

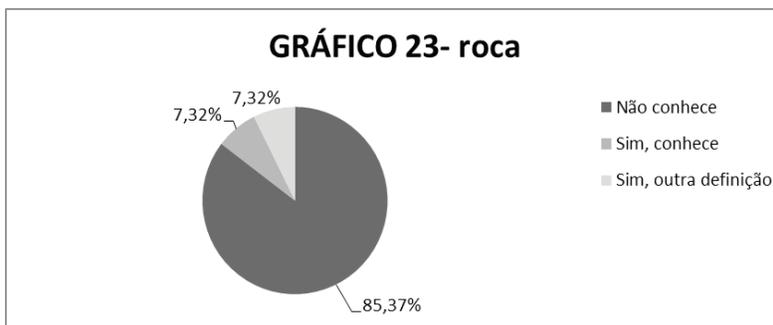
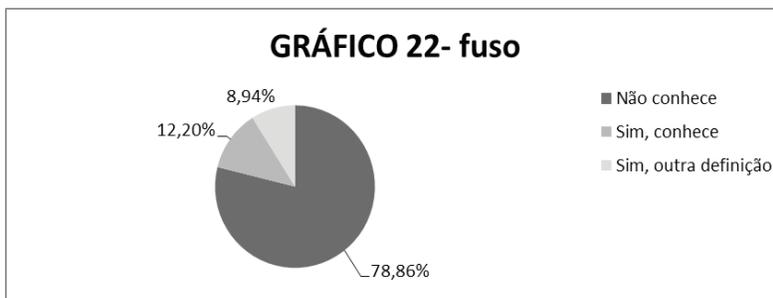
IDOSOS e DICIONÁRIOS: Pequeno instrumento roliço ou mais grosso no meio e que vai adelgaçando, sobre o qual se forma a maçaroca ao fiar/ pequeno instrumento de madeira, arredondado, mais grosso no centro e pontiagudo nas extremidades, usado para fiar, torcer e enrolar o fio de trabalhos feitos na roca.

RESPOSTAS: Máquina de fiar/ Aquele ou aquela que não tem muitos rendimentos económicos/ É fazer um “plano”, ex. Cumprir o fuso horário./ Fuso horário (2x)/ Roca, instrumento para tecer (alguns séculos atrás)/ Agulha de uma máquina de fiar/ Instrumento para desfilar lã (linho)/ Associado à máquina de tear; ponta aguçada?/ Material usado nas vindimas; ex.: ferro que ajuda a fazer o vinho/ Um homem ou uma mulher muito magro(a), muito elegante, fora do normal/ Máquina para transformar a lã/ Relacionado com lã (2x)/ Para trabalhar o linho/ Objecto afunilado, alongado e rodopiante onde, através de um movimento induzido, se enrolam os vários fios de linho num mais grosso; ex.: Pega no fuso para enrolar o linho./ Objecto em forma de rosca, usado nos lagares e na produção de vinho/ Agulha da máquina de tecer a lã/ Pico da roca/ Pau que faz parte do lagar/ Baixa mar – o fuso para espremer o vinho [sic]/ Usado para fazer fio de linho/ Onde se fazia a farinha (era esmagada)/ Objecto que integra a máquina de fiar/ X (2x).

“roca”

IDOSOS e DICIONÁRIOS: Vara de madeira ou de cana com que se enrola a estriga ou rama do linho/ pequeno bastão com um bojo na extremidade, no qual se enrola o algodão, a lã ou o linho a ser fiado.

RESPOSTAS: Máquina de fiar/ É um instrumento/ Brinquedo para bebés / para fiar tecido/ Máquina de cozer [sic]/ Instrumento de tear/ Associado à máquina de tear; parte rotativa?/ Para fiar o linho/ Objecto pontiagudo para fiar/ Instrumento agrícola usado no carro dos bois/ Instrumento utilizado para trabalhar a lã/ Instrumento utilizado para moer o milho/ Um aparelho que serve para fiar linho/ Máquina de fiar/ Utilizado para moer o trigo/ X (4x).



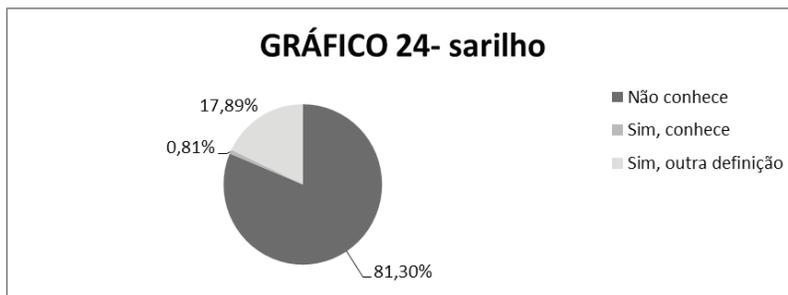
Embora uma larga maioria diga desconhecer os termos “fuso” (78,86%) e “roca” (85,37%), uma parte dos inquiridos indicou saber, efectivamente, ambos nas acepções aqui pretendidas. O termo “fuso” (12,20%) é mais conhecido do que “roca” (7,32%).

“sarilho”

IDOSOS e DICIONÁRIOS: espécie de dobadoura em que se enrolam os fios das maçarocas para fazer meadas/ espécie de dobadoura na qual se enrolam os fios das maçarocas para fazer meadas

RESPOSTAS: Uma confusão, desentendimento, problema; ex. Isto é que é um sarilho/ Confusão, intriga, ex. Não te metas em sarilho com a tua profesora./ Pode ser considerado como “problema”, ex. Se meter em algo que não é correto/ Sarilho com um amigo/ [Quando] alguém se põe em apuros/ Problema (3x); ex.: Isto é mesmo um sarilho!/ Confusão/ Briga, conflito, fazer asneira, ex. Estou metido num sarilho/ Expressão (sic) que quer dizer o mesmo que “Vais apanhar uma malha.”, “Vou-te bater.”, “Vais levar no sarilho”/ Problema / arranjar confusão/ Conflito entre pessoas, um problema por resolver; alguém que comete ou traz problemas é um sarilho/ Arranjar um problema/ Sinónimo

de problema; ex.: Estás metido num grande sarilho / Alguma intriga entre um indivíduo e outro/ Confusão (2x)/ Algum problema/ Alhada/ Uma briga, confusão/ / Objecto relacionado com a tecelagem/ Nome de uma planta, erva; ex.: nos campos.



Com este último termo do *corpus* listado, comprova-se que os estudantes universitários inquiridos desconhecem grande parte dos termos apresentados no inquérito, sobretudo os ligados ao linho. Quanto a “sarilho”, 81,30% revelaram desconhecê-lo. Houve, contudo, quem indicasse conhecer o termo na acepção pretendida (0,81%).

Conclusão.

Dos 30 vocábulos do *corpus*, poucos foram os indicados como conhecidos pelos universitários. Este fenómeno de “esquecimento” ou “apagamento” lexical generalizado das novas gerações, mesmo das mais formadas, corrobora a tese do maior conhecimento linguístico em áreas específicas do saber por parte de idosos analfabetos do que de estudantes universitários. Com a sistematização dos resultados dos 123 inquéritos, a demonstração (cf. listagem) comprovou a tese apresentada. Os termos “cheda”, “chedeiro”, “estadulho”, “rabela”, “relha” e “soga”, já “desapareceram” do conhecimento dos estudantes universitários por não terem tido qualquer resposta, contrariamente aos restantes 24. Para estes, há uma maioria de inquiridos que revela desconhecimento. Porém, uma parte substancial da minoria que indica conhecer os termos apresenta, nas suas definições, outros sentidos que não os esperados e facultados pelos idosos. Deste modo a perda do Património Linguístico é relativa porque o que se perde não é o lexema em si, mas uma das suas acepções que, todavia, está registada nos dicionários consultados (o Houaiss e o de José Pedro Machado). Muitas respostas afirmativas apontaram acepções diversas das pretendidas e apenas uma minoria

dos universitários demonstrou um conhecimento lexical real comparativamente aos idosos. Consequentemente, no seu todo, os resultados confirmam a extinção do património linguístico agrícola que deveria ser preservado, mesmo se uma parte dos 30 vocábulos não desapareceu completamente. É mantida viva porque usada com outras acepções. Para compreender este fenómeno, basta ver a multiplicidade de respostas obtidas, por exemplo, para “travessas”.

Posto isto, é incontestável que os conhecimentos técnicos e linguísticos dos idosos que dedicaram a sua vida à agricultura e que não foram escolarizados constituem um vasto património linguístico que se apagará progressivamente, se não for conservado. O papel dos antigos agricultores para a transmissão deste saber cultural e linguístico é, então, de extrema importância. Aos linguistas, caber-lhes-á constituir uns *corpora* para a sua preservação. Labores sobre a língua falada, sobretudo ao nível do léxico, poderão ajudar a manter viva a memória linguística da comunidade. Trata-se de um património linguístico precioso que é indispensável compilar. Tornam-se primordiais os levantamentos lexicais, ultrapassando os simples registos em entradas dicionarizadas. O trabalho a fazer é mais do que o que está associado a um dicionário. Os atlas linguísticos (cf., por exemplo, o ALEMPS – o *Atlas Linguístico-Etnográfico da Madeira e do Porto Santo*) vão procurando colmatar estas perdas, mas não podem ser os únicos meios de preservação deste léxico. Os museus também jogam um papel preponderante neste aspecto da preservação lexical, embora se concentrem mais nas tradições. Fazem, por isso, todo o sentido museus dedicados à Língua Portuguesa.

Portanto, parece fundamental o papel dos linguistas para: valorizar os conhecimentos dos idosos analfabetos porque dominam toda uma terminologia ignorada por quem estudou; preservar (ensinar, usar) estes termos, nas suas acepções técnicas, porque fazem parte do nosso Património Linguístico; evitar a completa extinção destes termos, embora estejam dicionarizados; impedir o desaparecimento das tradições (apesar de não se defender um regresso ao passado a nível tecnológico) porque com elas se extingue um número muito elevado de vocabulário, ou de acepções, dando-se um empobrecimento linguístico considerável; fazer recolhas a fim de preservar o vocabulário e realizar estudos como este no âmbito do Património Linguístico, uma área de investigação linguística de muito interesse para as comunidades de falantes, nomeadamente as de Língua Portuguesa.

Referências bibliográficas.

- BRÜDT, Kate *Madeira. Estudo Linguístico-Etnográfico*, Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos de Lisboa, 1938.
- Dicionário Eletrónico Houaiss da Língua Portuguesa* (versão 1.0) Instituto Antônio Houaiss, Editora Objetiva, 2001.
- MACHADO, José Pedro *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1991.
- REBELO, Helena “Património Linguístico Madeirense. Alguns Aspectos Lexicais, Fonéticos, Morfológicos e Sintáticos”, comunicação apresentada no *Congresso Internacional La Lengua Portuguesa*, organizado pela Universidade de Salamanca de 27 a 31 de Maio de 2013 e a aguardar publicação.
- REBELO, Helena e NUNES, Naidea. “Atlas Linguístico-Etnográfico da Madeira e do Porto Santo. Da Criação de Gado à Fauna e Flora Marinhas”, *Revista Islenha. Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, nº 44, Janeiro-Junho, Funchal, DRAC, 2009, 5-24.
- SERVIÇO de Publicações (coord.). *Gastronomia Tradicional da Madeira e do Porto Santo*, Funchal: 2013.
- UNESCO, *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*, Paris: ONU, 23-11-1972.
- UNESCO, *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*, Paris: ONU, 17-10-2003.

CONEXÃO DE ORAÇÕES: EXPRESSÃO DO TEMPO EM REDAÇÕES DE ALUNOS DO SEGUNDO SEGMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Maria Luiza Macêdo de Lima
Universidade Federal Fluminense

Jussara Abraçado
Universidade Federal Fluminense

RESUMO: Neste artigo são analisadas, com os parâmetros propostos por Lima-Hernandes (2004), as formas de conexão de orações envolvendo a expressão do tempo. Pretende-se aqui, com o respaldo teórico do funcionalismo linguístico, verificar e quantificar, em termos percentuais, as formas pelas quais a noção de tempo é estabelecida nas redações, buscando desvelar as motivações que influenciam tal organização. Nos resultados encontrados, destacam-se evidências de que a manifestação de tempo em orações complexas se dá, preferencialmente, através de orações hipotáticas finitas, havendo clara preferência, em termos de ordenação, por alocar em posição inicial a oração que carrega a marca temporal.

PALAVRAS-CHAVE: Conexão de orações. Expressão do tempo. Funcionalismo linguístico.

ABSTRACT: In this article are analyzed, with the parameters proposed by Lima-Hernandez (2004), forms of sentences connection involving expression of time. It is intended here, with the backing of theoretical linguistic functionalism, verify and quantify, in percentage terms, the ways in which the notion of time is established in student's writings, seeking to uncover the motivations that influence this organization. In the results, we highlight evidence that the manifestation of time in complex sentences takes place preferentially through hypotactic finite clauses, with a clear preference in terms of ordering by allocating in initial position the sentence that carries the time expression.

KEYWORDS: Clauses connection. Time expression. Linguistic functionalism.

Introdução.

O propósito deste trabalho é o de investigar, em redações de alunos do segundo segmento do ensino fundamental de duas escolas públicas do Rio de Janeiro, de que maneiras são estabelecidas as conexões das orações nas quais se verifica a expressão do tempo. A análise leva em conta os parâmetros propostos em estudo de Lima-Hernandes (2004) sobre estágios de gramaticalização da noção de tempo em português e processos de combinações de orações. Pretende-se, com o respaldo teórico do funcionalismo linguístico, verificar e quantificar, em termos percentuais, as formas pelas quais a noção de tempo é estabelecida em orações complexas pelos alunos em suas redações, buscando desvelar as motivações que influenciam a organização de tais orações. Para tanto, este trabalho organiza-se da seguinte forma: em (1) é abordada a noção do tempo em língua portuguesa; em (2) são destacadas as formas de expressão do tempo em língua portuguesa; em (3) é desenvolvida a análise dos dados; e em (4) são discutidos os resultados encontrados na análise realizada em (3).

1 A noção do tempo em língua portuguesa.

A ideia de tempo, objeto de estudo e reflexão desde o começo do mundo, é indicada por períodos de duração de algo ou duração entre dois eventos. É possível dizer que um evento acontece *depois* (ou antes) de outro; e pode-se medir o *quanto* de tempo ocorre esse depois (ou o antes). O tempo, portanto, faz parte do sistema de medições que sequencia eventos ou compara a duração de tais eventos.

Nunes (1995, p. 17), partindo de relógios de sol e ampulhetas que marcam o tempo físico, destaca que o conceito de tempo, desde Newton – com seu tempo absoluto – e Einstein – com a concepção plural da relatividade do tempo –, é influenciado pelos estudos da física. De acordo com o autor, Newton, no século XVII, separou o tempo relativo, “aparente e vulgar”, do tempo absoluto, “verdadeiro e matemático”, cujo funcionamento seria uniforme em correlação com o espaço. Já no século XX, o tempo físico foi relativizado por Einstein, que levou em conta acontecimentos simultâneos. Dessa forma, em vez do relógio universal e único proposto por Newton, Einstein formulou a ideia de interdependência do espaço e do tempo admitindo um relógio para cada sistema de relação entre eventos e cada porção do espaço (*ibid.*, p. 18).

Vindo do tempo físico, surgiu o tempo cronológico, que é organizado através de calendários. Ainda conforme Nunes, o conceito desse tempo público

apresenta recortes ligados a fenômenos socioculturais, dentre outros: tempo litúrgico (usado em celebrações religiosas); tempo político (usado para a periodicidade de eventos cívicos); e tempo histórico (usado para marcar períodos de determinados acontecimentos socialmente relevantes).

Ao lado de tais concepções, há, ainda, o tempo linguístico, o tempo do discurso. Os eventos, no tempo do discurso, são ordenados a partir do presente da enunciação, que é o eixo temporal discursivo (NUNES, 1995, p. 22). Dessa forma, é possível falar sobre o que está acontecendo, o que acontecerá ou o já acontecido partindo-se do momento da fala – o referencial temporal da linguagem.

Em língua portuguesa, de acordo com Costa (2002), a enunciação de tempo é bastante complexa e sua manifestação se dá através de construções compostas por verbos, preposições, pronomes, conjunções e advérbios.

Para expressão de referência ao tempo, em língua portuguesa, são usadas duas categorias linguísticas: o tempo e o aspecto. Embora ambas sejam categorias temporais, pois têm por base referencial o tempo físico, diferem, em um ponto de vista semântico, pela concepção de tempo interno (o aspecto) e tempo externo (o tempo).

Conforme Comrie (1976), as noções semânticas relativas ao tempo apontam para a localização do fato enunciado relacionada ao momento da enunciação. Tais noções semânticas são as ideias de presente, passado e futuro. Por outro lado, as noções relativas ao aspecto (*ibid.*) apontam para a duração do processo verbal estabelecendo início, curso, instantaneidade e fim de tal processo. O aspecto está ligado, dessa forma, à codificação linguística da situação, e não à localização cronológica e formaliza seus limites temporais: global, quando não há interesse em definir a constituição temporal interna, aspecto representado pelo perfectivo; ou com alguma delimitação temporal interna, aspecto representado pelo imperfectivo.

Para tratar do tempo em uma língua, concordam Marçalo e Lima-Hernandes (2010, p. 7), é preciso “localizar os acontecimentos linguísticos em relação ao momento em que se encontra o falante”. Dessa maneira,

o tempo assim compreendido, ao que se chama em sentido lato, o tempo do discurso, organiza-se em torno do ponto deíctico da enunciação que designa o ponto temporal e espacial em que o falante está situado no momento em que fala (T°). Aos acontecimentos linguísticos que ocorrem no momento em que o falante produz o enunciado atribuímos o tempo presente. Por conseguinte, os outros tempos subdividem-se, conforme a localização que têm com o presente, em: passado (que situa acontecimentos linguísticos antes do momento em que

se fala), e o futuro (que situa os acontecimentos linguísticos depois do momento em que se fala). (*Ibid.*)

Da mesma forma, Fonseca (*apud* ABRAÇADO, 2006, p. 142) explica que presente, passado e futuro, vistos através da linguagem, não são noções absolutas, pois são relativos ao momento da enunciação. Essa relativização é justamente o que formaliza a dêixis temporal, já que a “interpretação semântica de advérbios temporais como *hoje, ontem, amanhã*, ou de tempos verbais como *estou, estive, estarei*, pressupõe uma prévia identificação pragmática do momento de enunciação” (*ibid.*).

É possível, portanto, corresponder todos os acontecimentos linguísticos a um dos três tempos naturais (presente, passado e futuro) partindo-se da anterioridade, simultaneidade ou posterioridade que tenham eles em relação ao momento da enunciação (MARÇALO e LIMA-HERNANDES, 2010, p. 7).

Conforme Marçalo e Lima-Hernandes (2010), os tempos verbais são estabelecidos em correspondência com os tempos naturais. O presente é um tempo indivisível; mas, considerando-se “indicações cronológicas mais precisas”, passado e futuro podem ser subdivididos. Ainda segundo as autoras, como em língua portuguesa não há marcação de aspecto nas formas verbais, o tempo escolhido é que aponta o valor aspectual.

Costa (2002, p. 29) expõe que aspecto e tempo são as duas categorias pelas quais o tempo físico é manifestado em todas as línguas, mas é do falante a escolha de marcar aspectualmente ou não o enunciado. A importância dada pelo falante à temporalidade interna do que enuncia determina tal marcação. No entanto, ainda de acordo com Costa, dificilmente é possível essa escolha em relação ao tempo, pois “sendo esta uma categoria dêitica, impõe limites muito mais rígidos ao falante, que não pode furtar-se ao seu próprio estar no mundo” (*ibid.*).

2. A expressão do tempo em língua portuguesa.

Em língua portuguesa, a noção e as relações referentes à expressão do tempo podem ser expressas de diferentes formas, através de diferentes categorias, conforme será detalhado a seguir.

2.1 Verbo e adjunto adverbial.

A categoria gramatical principal para expressar as relações temporais que há na enunciação é o verbo. Para Cunha (1975, p. 368), “tempo é a variação que indica o momento em que se dá o fato expresso pelo verbo”. Azeredo (2008, p. 180) diz que o verbo ocorre “para a expressão das categorias de tempo, aspecto, modo, número e pessoa. Destas cinco categorias, o tempo é a que caracteriza mais objetivamente o verbo”.

Segundo Reichenbach (*apud* ILARI, 2001, p. 13), a categoria tempo tem como função relacionar de forma cronológica três momentos estruturalmente relevantes na expressão linguística do tempo. O primeiro é o momento no qual o processo expresso no enunciado se realiza, é o momento do evento (ME). O segundo é o momento no qual é feita a enunciação do evento, é o momento da fala (MF). O terceiro é o momento que situa as relações de anterioridade, simultaneidade ou posterioridade entre o momento do evento e o da fala, é o momento da referência (MR).

Para Reichenbach, portanto, as formas verbais localizam no tempo físico os fatos do enunciado em relação ao ato da fala. No entanto, a relação entre o momento do evento e o momento da fala é mediada pelo momento de referência. Embora haja treze relações possíveis de serem expressas entre os três momentos, muitas vezes é necessário o uso de advérbios e auxiliares verbais para expressar tais relações.

Usando como base as relações entre os três momentos do enunciado, a semântica atribuída às relações e os tempos verbais empregados no momento da referência, Ilari (2001, p. 27) apresenta as seguintes conclusões relativas à língua portuguesa:

- não há necessidade de explicitar o momento de referência, em alguns casos, em razão da relação estabelecida entre os tempos verbais utilizados em determinado texto garantir a localização cronológica;
- o emprego do imperfeito no começo dos contos infantis, além de mostrar que o momento do evento é diverso do momento de referência, mostra que os acontecimentos expressos pelo imperfeito é referência do momento do evento que em seguida será enunciado com o pretérito perfeito;
- nos contextos que são tipicamente narrativos, o momento de referência de uma sentença está, geralmente, no momento do evento da sentença anterior (tal disposição garante a sequência linear dos fatos narrativos);
- uma sequência de sentenças no perfeito do indicativo normalmente é interpretada como referencial a fatos sucessivos (o momento da referência da segunda sentença seguinte é posterior ao da anterior);

- em uma narrativa, uma sequência de sentenças no imperfeito do indicativo é interpretada como indicativo de que o momento de referência é único para todas as sentenças, produzindo um efeito de descrição.

Também os adjuntos adverbiais de tempo, conforme explica Pontes (1992, p. 70), expressam relações de anterioridade, simultaneidade e posterioridade entre o momento do evento e o momento da fala. Da mesma forma que os tempos verbais, os adjuntos adverbiais são dependentes do contexto discursivo. Segundo Pontes (*ibid.*), em razão da concepção de tempo ser dependente das orientações entre dois ou mais espaços, “advérbios de lugar são usados metaforicamente para indicar tempo, conservando todos os seus traços significativos como espaço”. Ainda de acordo com a autora, locuções adverbiais, preposições e locuções prepositivas podem igualmente indicar tempo quando empregadas metaforicamente.

2.2 Circunstanciadores temporais.

Martelotta (1993, p. 16), em seu estudo sobre a ordenação dos circunstanciadores temporais (advérbios, adjuntos adverbiais, orações adverbiais e operadores argumentativos que expressam a noção de tempo), parte da ideia do discurso narrativo estruturar-se nos planos figura e fundo, para discorrer sobre a aplicação desses planos em discurso não narrativo:

Na narrativa, a oposição figura/fundo se manifesta do seguinte modo: tendem a funcionar como figura os eventos marcados pelos traços [+específico], [+perfectivo], [+cinético], [+punctual]. E, como fundo, as situações levam basicamente os traços [-específico], [-perfectivo], [-cinético], [-punctual].

O discurso não-narrativo também apresenta essa distinção. Funcionam como figura eventos marcados pelos traços [+específico], [+perfectivo], [+cinético], [+punctual]. E, como fundo, as situações que levam os traços [-específico], [-perfectivo], [-cinético], [-punctual] (MARTELLOTA, 1993, p. 17).

Há, conforme o autor (*ibid.*, p. 16), dois níveis de distinção entre figura e fundo. No primeiro nível, existe a intenção do falante de direcionar o fluxo do discurso para a narrativa ou para a não narrativa. Se o falante está produzindo uma narrativa, os eventos e as situações não narrativos servem como fundo; se, por outro lado, o falante está comentando ou descrevendo, as situações e

os eventos narrativos servem como fundo e agem evidenciando o comentário ou a descrição. Ao ser direcionado o fluxo discursivo para um dos planos, fica estabelecido o segundo nível de distinção entre figura e fundo, encontrada nos traços semântico-gramaticais que os caracterizam.

Em seu trabalho, Martelotta (1993, p. 21) demonstra que a noção de circunstância é adaptável aos aspectos pragmático-discursivos que permeiam o ato da comunicação. Dessa forma,

não só a circunstância temporal assume formas diferentes, expressando noções temporais determinadas, indeterminadas, simultâneas, iterativas e delimitativas, como também as diferentes noções circunstanciais acabam se adaptando umas às outras ou se adaptando à expressão de diferentes relações lógicas no texto.

Martelotta (*ibid.*, p. 18) adota a seguinte classificação de tipos circunstanciadores de tempo:

a) Circunstanciadores de tempo determinado — dão uma indicação relativamente precisa do momento em que ocorre o evento. Aparecem normalmente em eventos específicos, mas também podem aparecer em eventos não específicos desde que apresentem o traço [+punctual].

Ex.: Hoje, ontem, semana passada, às sete horas, quando ele chegou etc.

b) Circunstanciadores de tempo indeterminado — dão a ideia de que eventos e situações ocorrem não em um momento específico, mas ao longo do tempo. Aparecem normalmente ligados a eventos e situações marcados pelo traço [–específico].

Ex.: Sempre, geralmente, atualmente, nunca, nunca mais etc.

c) Circunstanciadores iterativos — indicam a frequência com que os eventos não específicos ocorrem ao longo do tempo.

Ex.: Às vezes, duas vezes por semana, de vez em quando etc.

d) Circunstanciadores de simultaneidade — delimitam eventos ou situações indicando início e/ou fim de sua permanência no tempo.

Ex.: Há três anos, até hoje, durante três meses etc.

A expressão do tempo em língua portuguesa muito frequentemente ocorre em enunciados constituídos de orações complexas. Sendo o alvo principal de atenção deste estudo, tais enunciados merecerão uma abordagem mais detalhada na seção que se segue.

2.3 Manifestação no nível da sentença: orações complexas.

Tradicionalmente rotulados de períodos compostos, os enunciados constituídos de orações complexas são aqueles formados por: (1) orações autônomas, que podem “ocorrer no discurso realizando um ato enunciativo completo, independente de qualquer segmento verbal precedente ou subsequente”, ligadas umas às outras por coordenação (AZEREDO, 2008, p. 290); (2) por orações que desempenham alguma função em alguma das outras orações, havendo, portanto, um processo de subordinação; (3) por ambos os tipos.

Coordenação (ou parataxe) e subordinação (ou hipotaxe) são, conforme Azeredo (*ibid.*), processos de construção. A coordenação liga partes do texto — palavras, sintagmas ou orações — que são equivalentes formal e funcionalmente; a subordinação liga partes que são distintas tanto formal quanto funcionalmente.

A chave desta distinção é a noção de “hierarquia”. Com isso estamos dizendo que, ao se combinarem numa construção, as unidades gramaticais — palavras, sintagmas, orações — se associam por dois modos básicos distintos: ou elas se situam no mesmo nível de modo que a presença de uma independe da presença da outra (coordenação ou parataxe), ou elas se situam em níveis distintos, imediatos ou não, de modo que uma delas é a base e a outra serve de complemento ou de termo adjacente (hipotaxe ou subordinação) [*Ibid.*, p. 294].

Estudiosos de visão funcionalista, pautando-se em dados provenientes da língua em uso, têm apontado fatores importantes para o desencadeamento de novos sentidos nas relações entre orações. Halliday (1985), por exemplo, propõe a análise das orações complexas em duas dimensões: sistema tático, referente à interdependência entre elementos; e sistema lógico-semântico, referente à relação entre processos, sem vínculo com o modo de organização e estruturação do enunciado.

Nas palavras de Braga (2001),

Halliday analisa as orações complexas segundo duas dimensões: tipo de relações semântico-funcionais e dependência. O sistema da interdependência, ou sistema tático, inclui a *parataxe* e a *hipotaxe* e aplica-se a todos os complexos, sejam palavras, grupos, sintagmas ou orações. Hipotaxe é uma relação entre um elemento dependente e seu dominante, “the binding of elements of unequal status” (1994, p. 221) enquanto parataxe é uma relação entre elementos com estatuto igual, “the linking of elements of equal status” (1994, p. 221), um iniciando e o outro continuando a sequência. As orações paratáticas, em princípio, são simétricas e

transitivas, enquanto as hipotáticas são assimétricas e não-transitivas. A primeira dimensão, isto é, a das relações semântico-funcionais que constituem a “lógica” das línguas naturais, inclui a *expansão* e a *projeção* e é específica das relações inter-oracionais. A projeção e a expansão, por seu turno, incluem subvariedades. Com referência à última, a oração secundária expande a primária por *elaboração*, *extensão* ou *realce*. Com respeito à primeira, a oração secundária, projetada através da primária, pode instanciar uma locução ou uma idéia.

Portanto, para Halliday, eixo tático é referente à interdependência entre os elementos – que podem ser cláusulas, sintagmas ou palavras –, e nele há dois tipos de interdependência: paratática e hipotática. Na parataxe, há uma simples relação de *continuum* entre os elementos; na hipotaxe, porém, há uma relação de dominação entre o elemento modificado (o elemento dominante) e o elemento modificador (o elemento dependente). As relações de encaixamento não pertencem ao eixo tático, pois não estabelecem relações táticas com outras orações, mas apenas relações lógico-semânticas.

O sistema das relações semântico-funcionais forma o eixo lógico-semântico, que é a lógica das línguas naturais, e mostra a relação entre processos. Nesse eixo, há a projeção e a expansão e suas subvariedades.

Emprestando a expressão *hipotaxe de realce* de Halliday, Matthiessen e Thompson (1988) não consideram que as orações adverbiais façam parte da subordinação afirmando que os termos *subordinação* e *coordenação*, assim como os termos *dependente* e *independente*, são limitados à sentença, e não envolvem, muitas vezes, o contexto no qual estão as orações. Dessa forma, segundo tais autores (*ibid.*), a interdependência das orações de um enunciado complexo é completada com sua função discursiva, isto é, não é possível ser vista só no nível interno da sentença, pois cada unidade básica do discurso mantém alguma relação funcional com a unidade que a precede ou sucede.

Para Braga (2001, p. 26), Matthiessen e Thompson

se valem do rótulo *hipotaxe de realce*, mais adequado para eles do que subordinação, uma vez que livre das conotações associadas ao último termo. A utilização do rótulo não significa, todavia, uma adesão estrita à proposta do linguista inglês. Com efeito, para os dois primeiros autores, encaixamento inclui, além das orações relativas restritivas, os complementos oracionais que funcionam como sujeito e objeto. Recorde-se que, para Halliday, a categoria *encaixamento* compreende, além das orações que funcionam como pós-modificadores, apenas aquelas denominadas *atos* e *fatos*.

De acordo com Matthiessen e Thompson (1988), a organização retórica do discurso é refletida na gramática de combinação de cláusulas. Assim, diferentes tipos de relações retóricas que ocorrem nos textos são atualizadas por diversos processos de articulação de cláusulas. É possível, dessa forma, estabelecer uma analogia entre relações retóricas e hipotaxe: a hipotaxe faz o papel de gramaticalização da estrutura retórica, pois proporciona uma forma para a estrutura frasal. É nesse caminho que Matthiessen e Thompson consideram as relações, como as de condição, concessão, tempo e causa, relações retóricas existentes em qualquer parte do texto que podem se gramaticalizar na combinação de orações.

Na estrutura retórica do texto estão as relações núcleo-satélite e as multinucleares. Para Neves (2006, p. 33), “tais orações-satélites são termos opcionais, e, por isso mesmo, particularmente ligados a escolhas do falante, na sua busca natural do melhor cumprimento de funções no seu enunciado”. As relações retóricas que são formadas entre satélites e núcleos são relações pragmático-discursivas porque os satélites, geralmente, criam o contexto que é imprescindível para a compreensão de informações consideradas mais importantes. Os satélites são imprescindíveis para o entendimento do texto, de acordo com Matthiessen e Thompson (1988), por serem o meio através do qual o falante determina certos objetivos na comunicação. É também através deles que se torna possível ao ouvinte ter direções que o levam ao objetivo do texto.

Neves (2006, p. 34) explica que, por outro lado, as cláusulas de listagem ou multinucleares, nas quais não há partes servindo a outras partes, funcionam como núcleo. A autora complementa dizendo que o enunciador já constrói o texto com uma certa expectativa do julgamento do ouvinte. É, portanto, na situação do próprio discurso, na língua em uso, que é processado o caráter nuclear ou suplementar das partes.

Além desse conteúdo proposicional expresso pelas orações; há, no texto, proposições chamadas relacionais (MANN e THOMPSON, 1983, p. 45) que são implícitas. Elas aparecem pela combinação de partes do discurso que não estão necessariamente lado a lado. De acordo com os autores, quando uma proposição relacional estabelece alguma relação entre partes do texto, os argumentos discursivos não são correspondentes a pedaços literais do texto; tais argumentos estão vinculados a entidades conceituais originadas daquelas porções. Em outras palavras, para Mann e Thompson (*ibid.*), é possível a coexistência de várias proposições relacionais entre orações de um período complexo. Tais proposições relacionais aparecem em razão de combinações de partes do texto e são codificadas por estruturas sintáticas diferentes. Dessa forma, não é possível dizer que essas proposições estariam no bojo de uma

oração que estivesse desvinculada do contexto.

Decat (1999, p. 24) estabelece que é “muito mais funcional do que formal” a caracterização da proposição relacional, “levando-se em consideração a competência comunicativa do usuário da língua para fazer fluir a informação pertinente ao momento da interação verbal”. Por isso, elementos conectores não são primordiais para estabelecer as relações de sentido entre as orações, pois tais relações podem ser estabelecidas por outros meios. Essas várias possibilidades de uma cláusula ser articulada a outra mostram uma das propriedades básicas do discurso.

Um dos fatores considerados cruciais na conexão de orações para a interpretação de sentido é a ordem relativa das orações (NEVES, 2000, p. 787). Além disso, Neves (*ibid.*) aponta que “também tem grande importância a existência ou não de pausa entre a oração nuclear e a oração temporal”.

Givón (*apud* LIMA-HERNANDES, 2004) considera que as orações, preferencialmente, devem ser ordenadas de acordo com relações conceptivas ou temporais. Outro fator que ordena as orações, de acordo com o pesquisador, é o grau de importância delas, pois o mais urgente e importante é sempre dito antes.

Para Thompson (1985), diferentemente, as posições das orações temporais estão relacionadas aos diferentes papéis textuais. As orações que vêm antes da oração-núcleo criam o “pano de fundo”; são elas que orientam os eventos apresentados nas orações seguintes no eixo temporal. As orações que vêm postostas às nucleares restringem o dito na oração-núcleo.

2.3.1 Os processos de combinação de orações temporais.

A divisão das orações complexas em subordinação e coordenação, especificamente em relação à subordinação, não é bem aceita em muitos estudos teoricamente pautados no funcionalismo linguístico, perspectiva teórica aqui adotada. Thompson (1985), por exemplo, considera não haver critérios razoáveis para explicar tudo o que é classificado como subordinação. Assim, a pesquisadora considera dois tipos de subordinadas: (1) orações que desempenham função em outra oração – há neste tipo dois subgrupos de acordo com o termo relacional: se construídas com nome, são orações relativas (equivalentes às orações adjetivas restritivas); se construídas com verbo ou preposição, são orações-complemento (equivalentes às reduzidas de infinitivo e às objetivas respectivamente); e (2) orações que não desempenham função em outra oração e, por isso, não são dependentes.

Já Lehmann (*apud* HOPPER, 1991, p. 217) lança mão dos seguintes

fatores, na caracterização das subordinadas: hierarquia gradual de orações subordinadas; nível sintático do constituinte a que a oração subordinada se liga; dessentencialização da oração subordinada; gramaticalização do verbo principal; entrelaçamento das duas orações; e explicitude do elo conectivo.

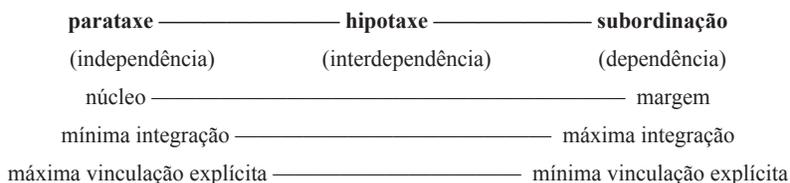
Com a combinação desses fatores, o pesquisador organiza dois parâmetros, elaboração e condensação, que refletem a organização dos processos de ligação de orações em graus:

Elaboração	β-----à	Condensação
Fraco parataxe	Rebaixamento hierárquico da cláusula subordinada	Forte encaixamento
Alto sentença	Nível sintático	Baixo palavra
Fraco cláusula	Dessentencialização	Forte nome
Fraco Verbo lexical	Gramaticalização do verbo principal	Forte afixo gramatical
Fraco Cláusulas disjuntas	entrelaçamento	Forte Cláusulas
Máximo sindética	Explicitude de articulação	Mínimo assindética

Quadro 1: Organização dos processos de ligação de orações em graus.
Fonte: HOPPER, 1991

Hopper e Traugott (1993), sob a perspectiva da gramaticalização, postulam haver um *continuum* no processo de integração de cláusulas, em que se verificam os seguintes estágios: parataxe (caracterizado pela independência entre as orações que compõem a sequência); hipotaxe, (caracterizado pela interdependência entre as orações combinadas, havendo uma oração-núcleo e uma ou mais orações com relativa dependência, as orações-satélite); subordinação (caracterizado pelo grau máximo de dependência, com uma das orações funcionando como constituinte de outra).

As relações entre os estágios apresentados são representadas por Hopper e Traugott (*ibid.*) da seguinte forma:



Quadro 2: relações entre os estágios do processo de integração de cláusulas.

Fonte: Hopper e Traugott (1993)

Em seu trabalho, Lima-Hernandes (2004) traça o *continuum* de estágios de gramaticalização de orações complexas que codificam a noção de tempo, utilizando-se da representação anteriormente mostrada. Para tal, a autora, com o fim de evitar confusão de nomenclaturas, substitui o termo *subordinação* por *encaixamento*. Lima-Hernandes (2004) discute os graus de gramaticalização das orações de tempo do português e, com base em dados dos dialetos carioca e popular paulista, propõe a descrição dos usos e explanação das implicações sintáticas para os processos de combinação de orações sob a perspectiva da gramaticalização.

É importante destacar que a análise de Lima-Hernandes se baseia em dados de natureza sincrônica. Tendo em vista esse aspecto, explica a autora que

já que a mudança linguística se concretiza de forma lenta e gradual, num estudo sincrônico, como é o caso deste, é possível observar as variações de uso que podem ou não desencadear mudanças lingüísticas. Em outras palavras, em sincronia, é possível identificar layerings, camadas de usos que convivem, mas com idades diferentes. Para identificar essas camadas ou graus de gramaticalização, a observação das conjunções é essencial como índice de uma gramática que está sempre em construção, sempre se renovando, embora, conforme HARRIS & CAMPBELL (1995), valendo-se dos recursos já existentes na língua. Uma vez que gramaticalização também é processo evolutivo pelo qual itens gramaticais surgem (CRAINING 1991:45), a observação do elemento articulador das orações não pode ser desprezada.

A noção de tempo, no português do Brasil, conforme Lima-Hernandes (2004), pode ser formalizada através dos processos de combinação envolvendo parataxe, hipotaxe, encaixamento e, ainda, estruturas intermediárias, conforme

detalhado a seguir, com exemplos extraídos do *corpus* formado por redações de alunos do segundo segmento do ensino fundamental¹.

2.3.1.1 Parataxe – estruturações justapostas e intermediárias.

O processo no qual as orações aparecem lado a lado sem conectores ligando-as é chamado justaposição. Nos exemplos a seguir, retirados do *corpus* formados por redações dos alunos do segundo segmento do ensino fundamental, foram marcadas: (1) em *itálico*, a cláusula correspondente à estrutura justaposta, (2) em **negrito**, a estruturação intermediária 1, que corresponde às ocorrências nas quais as cláusulas são acompanhadas de sequenciadores narrativos do tipo *e, então, aí e depois*².

[1] *Chegou o dia* todos se reuniu no mesmo lugar (ZS7-33);

[2] **Aí chegou lá** o médico disse: ele vai levar 7 pontos (ZN7-4);

[3] **Então a menina foi lá**, [...] e falou (ZS7-34);

2.3.1.2 Hipotaxe – graus em finitude.

As orações que codificam o tempo da ação expressa na oração-núcleo são classificadas como hipotáticas de realce. Essas aparecem no português em duas formas distintas, em termos de grau de finitude do verbo da hipotática: finitas e não finitas.

As orações finitas de tempo equivalem às orações tradicionalmente denominadas *subordinadas adverbiais temporais desenvolvidas*:

[4] **Quando eu era criança** fazia muita bagunça (ZN9-28);

As orações não finitas usam verbos nas formas nominais, equivalem a uma oração temporal quando desenvolvidas. As orações que codificam o tempo da ação expressa na oração-núcleo são as hipotáticas de realce:

[5] **chegando lá** me arrumei para jogar bola (ZN8-11);

1 As redações estão codificadas da seguinte forma: ZN para as redações da primeira escola e ZS para as da segunda; o número a seguir indica o ano escolar do aluno; e o último número determina apenas a ordem em que se encontra o texto entre as redações daquele ano escolar no corpus. Assim, a referência ZN7-8 refere-se a um dado da oitava redação pesquisada entre os textos de alunos do 7º ano da primeira escola.

2 Nos casos das coordenadas prototípicas, os conectores costumam estar entre as orações; contudo, isso não ocorre nos exemplos apresentados, já que os conectivos aparecem na primeira oração.

2.3.1.3 Encaixamento – graus intermediários e prototipicidade.

A oração encaixada faz parte de uma sequência na qual integra, como complemento, uma outra oração, que é chamada matriz. Lima-Hernandes (*ibid.*, p. 188) considera

estruturas de encaixamento as seguintes: estruturação intermediária 2 e estruturação de encaixamento prototípico. A estruturação intermediária 2 representa um conjunto de estruturas compostas por oração matriz e oração de tempo numa noção de encaixamento próxima ao da formação por relativização da gramática gerativa. A diferença resume-se em dois aspectos: ao tipo de pronome relativo empregado e à equivalência morfológica da oração.

A autora explica que, nas estruturas intermediárias 2, de acordo com a gramática gerativa, o pronome *que* é sempre empregado, tornando a oração funcionalmente equivalente a um adjetivo. Já nas estruturas intermediárias de encaixamento prototípico, *quando* é usado como pronome relativo, tornando a oração equivalente morfológicamente a um advérbio. Acrescenta ainda a autora:

tanto em uma estrutura quanto em outra, o rótulo é aplicável a construções que podem desempenhar funções sintáticas de adjunto adnominal e de aposto. Os dados do português revelam exemplos de orações combinadas num processo muito próximo da “relativização” em dois níveis: um nível mais encaixado, mais integrado, mais necessário para o sentido da oração matriz e outro nível menos encaixado, mais independente, menos necessário para o sentido da oração matriz. Esses dois níveis de encaixamento com o emprego do conectivo quando resultaram em dois tipos de orações (determinativa e apositiva) [...]. (*ibid.*)

São classificadas como determinativas as estruturações cujos conectores relacionam a proposição posterior ao termo antecedente, restringindo-o ou especificando-o. Tal informação é tida como imprescindível ao sentido pretendido pelo falante, o que é mostrado no exemplo seguinte:

[6] Na quele dia, **quando eu acordei** eu já sabia que não ia ser um dia normal (ZS7-31).

São consideradas apositivas as estruturas oracionais cujo conector desempenha a função sintática de relacionar a proposição posterior ao termo antecedente. O relativo *quando*, neste tipo de oração, introduz uma informação

acessória. As orações apositivas representam, assim, uma informação tida como prescindível em relação ao termo antecedente, parte da oração matriz:

[7] Hoje **quando eu vinha vindo pra escola pra fazer essa tal de “Cronica”**.
Eu encontrei uma mulher (ZN8-4).

A estruturação intermediária 3 – encaixamento, de acordo com Lima-Hernandes (2004, p. 189),

representa parcialmente o conjunto das chamadas subordinadas na gramática tradicional, uma vez que identifica as orações com funções de substantivo e de adjetivo dentro de outras orações. Todas as orações que funcionam como constituinte sintático substantivo da oração matriz fazem parte deste conjunto de encaixamento prototípico. É importante notar que essas orações assumem um caráter ambíguo: ao mesmo tempo em que admitem uma classificação de oração-complemento, podem perfeitamente admitir uma classificação de oração-satélite, daí o rótulo estruturação intermediária.

Assim sendo, são orações que desempenham funções dentro da oração matriz:

[8] Era um belo dia **quando Luciane estava indo para a aula de teatro** (ZS7-20);
[9] mas o ruim é **quando você se apega ao animal** (ZN9-22);
[10] Não gosto **quando as pessoas mentem pra mim** (ZS6-10).

Das orações encaixadas que têm função adjetiva junto à matriz, fazem parte todas as orações combinadas pela noção de tempo que integrariam o conjunto das orações adjetivas pela gramática tradicional. Elas são formalmente diferenciadas pela finitude do verbo. Tais orações são introduzidas pelo pronome relativo *que* antecedido por um sintagma nominal:

[11] só que teve um dia **que eu estava tomando banho** e ele [um fantasma] apareceu (ZS6-41);
[12] na hora **que ela ia fala a ideia dela** a mãe delas chamaram elas (ZS7-33).

Na sequência, a análise dos dados considerando os processos de combinação envolvendo parataxe, hipotaxe, encaixamento e estruturas intermediárias.

3. A análise.

Como anteriormente assinalado, a análise dos dados se desenvolveu na esteira da descrição proposta por Lima-Hernandes (2004). Assim sendo, no *corpus*, constituído de 150 redações, foram pesquisadas e contabilizadas, em termos percentuais, as ocorrências das diferentes formas de conexão das orações nas quais verificou-se a expressão do tempo: parataxe, hipotaxe, encaixamento e estruturas intermediárias. Foram avaliadas, ainda: (1) a ordenção das orações complexas em que se observou a expressão do tempo, (2) as ocorrências dos conectivos utilizados para introduzir as orações temporais.

As ocorrências foram quantificadas por aluno/redação e não pelo número de vezes em que apareceram em cada redação. Desta forma, por exemplo, mesmo que determinada estruturação tenha ocorrido dez vezes em uma mesma redação, foi computada apenas uma ocorrência. Tal opção se deu em função da discrepância, em termos de extensão, que se verificou entre as redações que constituem o *corpus*, além de basear-se em observação preliminar que demonstrou haver uma tendência à utilização reiterada, pelos alunos em geral, de um mesmo tipo de estruturação em seus textos.

Ainda, em relação ao *corpus* que forneceu os dados aqui analisados, cumpre informar que as redações que o compõem foram escritas por alunos dos quatro anos finais do ensino fundamental do Rio de Janeiro, recolhidas em duas escolas municipais³, com a seguinte distribuição: 51 do 6º ano, 52 do 7º ano, 18 do 8º ano e 29 do 9º ano, perfazendo um total de 150 redações⁴.

Embora a natureza do *corpus* e dos dados por ele fornecidos se prestem a investigações e indagações de ordens diversas (poder-se-ia, por exemplo, considerar a distribuição por ano escolar e, assim, observar se há, ou não, na medida em que se aumenta a escolaridade, uma aproximação da modalidade escrita ensinada na escola), o propósito deste artigo se restringe a verificar de que maneiras, nessas redações, são estabelecidas as conexões das orações nas quais se verifica a expressão do tempo, buscando desvelar e entender as motivações que influenciam a organização de tais orações complexas. Ficam,

3 As escolas têm padrão semelhante: são escolas públicas com grande parte da clientela oriunda de comunidades carentes do Rio de Janeiro (uma na zona norte, cuja maioria dos alunos é proveniente do Jacarezinho; e uma na zona sul, frequentada por moradores da Rocinha). As duas possuem Salas de Leituras e de Informática. A escola S possui, ainda, um laboratório de Ciências.

4 O corpus foi constituído por Lima (2012), para sua pesquisa de Dissertação de Mestrado, que serviu de base para este trabalho.

portanto, para trabalhos futuros, o desafio de abordar o fenômeno sob outras perspectivas.

A seguir, são apresentados exemplos extraídos do *corpus* e o percentual correspondente ao tipo de ocorrência em análise.

3.1 Parataxe – estruturas justapostas e intermediárias.

A parataxe engloba as estruturação justaposta e a estruturação intermediária 1. As orações temporais, na parataxe, têm um grau máximo de independência, pois não são constituintes da oração matriz. Segundo Lima-Hernandes (2004), a noção do tempo dessas estruturas é resultante da entonação especial atribuída às duas orações justapostas. A estruturação justaposta foi encontrada em apenas duas redações (1,33%):

[13] **Chegou o dia** todos se reuniu no mesmo lugar (ZS7-33).

Na estruturação intermediária 1, as orações temporais ocorrem acompanhadas de sequenciadores narrativos como *e*, *então*, *ai* e *depois*. De acordo com Lima-Hernandes (2004), como o conector se encontra na primeira oração na sequência do período, não é possível considerar tais orações como coordenadas. Este tipo de estruturação foi encontrado em 10 redações (6,66%):

[14] **E passano o tempo** ela veio se transformado (ZS6-35);

[15] **ai eu estava passando** ai vi um homem se afogando (ZN7-5);

[16] **Ai passou uns tempos** a polícia parou o ônibus e prendeu os dois (ZN7-8);

[17] mais tinha dois caminhos então ele tinha duas opção um ele já sabia ir o outro não **então ele já estava no meio do caminho** então ele perguntou pra irmã dele (ZN7-14).

Há casos, como em [15], por exemplo, nos quais só uma das ocorrências do sequenciador narrativo *ai* foi interpretada como referente ao tempo, tendo sido a outra entendida como redundante. Nesse exemplo, há uma estruturação intermediária 1 somente se for considerada a primeira ocorrência de *ai* como marcador temporal.

3.2 Hipotaxe – graus em finitude.

As orações hipotáticas ocorrem, em língua portuguesa, de duas formas diferenciadas pelo grau de finitude do verbo. Podem ser finitas ou não finitas.

Nas redações analisadas, as hipotáticas finitas somaram 99 ocorrências (66%):

[18] ela foi a procura de uma escola para se formar, **enquanto ela trabalhava em uma loja (ZS7-43)**;

[19] Num certo dia **enquanto uma velinha atravessava a rua** ela tropeçou **(ZS6-48)**;

[20] **Quando eles foram embora para casa**, brigaram **(ZN8-3)**;

[21] **Quando o meu time tomou o gol** eu pensei que o meu time ia perder **(ZN7-7)**.

Do grupo das hipotáticas não finitas, fazem parte todas as hipotáticas com o verbo nas formas nominais. Foram encontradas, no *corpus*, apenas duas ocorrências de oração com o verbo no infinitivo (1,33%) e uma com o verbo no particípio (0,66%); todos os outros casos de hipotáticas não finitas ocorreram com verbos no gerúndio (15,33%). Há um total de 26 ocorrências com esta estruturação (17,33%):

[22] Eu queria que todos morressem de raiva **ao saber que eramos tudo isso (ZN9-27)**;

[23] **Passado um dia** Maria ficou pensando em que ia dizer a sua mãe **(ZS7-16)**;

[24] Um belo dia eu fui treinar no flamengo meu time preferido e **chegando lá** me arrumei para jogar bola e fui treinar **(ZN8-11)**.

3.3 Encaixamento – graus intermediários e prototipicidade.

Há dois casos com esse tipo de estruturação: a estruturação intermediária 2 e a estruturação intermediária 3.

Na estruturação intermediária 2, a oração iniciada pela conjunção *quando*, que age como um pronome relativo, é considerada uma oração encaixada e ocupa, morfologicamente, o lugar de um advérbio.

Nesta estruturação há dois subtipos: determinativo e apositivo. No determinativo, a oração temporal iniciada pelo conector equivale a um adjunto adnominal, conforme demonstram os exemplos a seguir. Verificaram-se ocorrências deste subtipo em 11 redações (7,33%):

[25] Hoje **quando eu vinha vindo pra escola** [...] eu encontrei uma mulher (ZN8-4);

[26] Um dia **quando Joãozinho estava brincando** ele caiu (ZN6-30);

[27] Na escola **quando as pessoas vinham me zoar** eu nem dava confiança (ZN9-21).

No segundo subtipo, o apositivo, a oração de tempo traz uma informação acessória sobre o termo antecedente. Esta estruturação parece dar conta da necessidade de se reforçar a ideia de tempo já exposta na oração anterior. A estruturação apositiva observou-se em 3 redações (2%):

[28] ela sentou numa cadeira e ficou relembando quando era jovem **quando podia brincar correr, pular** (ZN9-17).

Passando para a estruturação intermediária 3, que reúne orações com funções de substantivos ou adjetivos da oração matriz, conforme os exemplos a seguir, cumpre assinalar que este tipo de estrutura verificou-se em 16 redações (10,66%):

[29] Ninguém sabe **quando uma adolescente pode se transforma em um adulto** (ZN7-17);

[30] Era uma quarta-feira **quando eu fui busca meu irmão na escola** (ZS7-39).

3.4 Ordenação das orações complexas em que há expressão do tempo.

Como se pode observar nos exemplos [22] e [23] e [27], as orações temporais podem estar em posições diferentes nos enunciados em que figuram. Nos dados analisados, foram encontrados 114 casos (76%), contra 36 (24%), em que a oração que carrega a marca de tempo ocorre antecedendo a(s) outra(s).

Dada a importância já mencionada de se observarem os conectores utilizados para estabelecer as relações entre as orações, a seção seguinte é dedicada à quantificação dos conectores empregados para estabelecer relações de tempo nas redações analisadas.

3.5 Conectores empregados no estabelecimento de relações de tempo.

Considerando-se um total de 121 ocorrências de conectores nos dados em análise, constatou-se o emprego predominante do conector prototípico *quando*, 97 ocorrências, para expressar o tempo da oração matriz (80%). Os demais

conectores utilizados, somados perfazem um total de 24 ocorrências (20%).

A seguir, são apresentados exemplos que ilustram as ocorrências dos conectores encontrados nas redações analisadas.

- Uso de *quando*: 97 empregos (80%):

[31] **Quando Luciane foi na cozinha** ela chamou a sua mãe para ir com ela (ZN7-3).

- Uso de *sempre que*: 4 empregos (3,3%):

[32] **sempre que ela saia da escola** as outras meninas se formava em grupo, e seguia a Lorena (ZN8-18).

- Uso de *assim que*: 2 empregos (1,65%):

[33] **assim que** ele chegou agiu de uma forma diferente (ZN7-1).

- Uso de *logo após*: em 1 emprego (0,82%):

[34] e **logo após de Marta se centar** ela puxou a cigarra (ZS6-22).

- Uso de *toda vez que*: 3 empregos (2, 48%):

[35] **toda vez que Kely ia pra lá** ela e sua amiga comesava a inventar várias coisas (ZS7-19).

- Uso de *depois (que, de)*: 6 empregos (4,96%):

[36] **depois dele conseguir subir na vida** ele só foi ganhando prêmios e mais prêmios (ZN8-16).

- Uso de *após*: 1 emprego (0,82%):

[37] **após encontrar a casa**, ela foi a procura de uma escola para se formar (ZS7-43).

- Uso de *antes de*: 2 empregos (1,65%):

[38] converçamos **antes da seção começar** ela perguntou por você (ZS6-39).

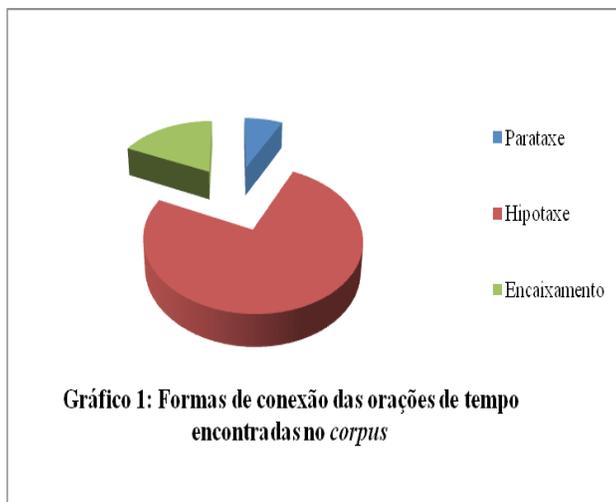
- Uso de *enquanto*: 5 empregos (4,13%):

[39] **Enquanto elas estavam brincando** veio um dragão (ZS7-51).

4. Discussão dos resultados.

Este trabalho se propôs a levantar e analisar as diversas ocorrências e formas de conexão das orações de tempo em redações de alunos do segundo segmento de duas escolas públicas do Rio de Janeiro. A partir dos resultados encontrados, é possível apresentar algumas conclusões.

A primeira delas diz respeito à supremacia no uso de estruturações hipotáticas, relativamente às paratáticas e encaixadas, conforme demonstra o gráfico a seguir.



Considerando-se particularmente as hipotáticas, é importante ainda destacar que 79% de suas ocorrências (99 casos em 125) correspondem a orações finitas.

Entre as hipotáticas não finitas encontradas, em que prevalece o emprego do gerúndio, há três ocorrências com verbo no infinitivo e uma com verbo no particípio. Esses casos podem representar um uso específico da linguagem escrita, já que não foram registradas ocorrências como essas no *corpus* de linguagem oral pesquisado por Lima-Hernandes (2004).

Outra conclusão a que se chega, com base nas orações complexas analisadas, é a de haver clara preferência, em termos de ordenação, de a oração temporal anteceder a(s) outra(s). Tal tendência pode ser explicada pelo Princípio de Iconicidade; pois, conforme Givón (*apud* LIMA-HERNANDES, 2004), as orações, preferencialmente, são ordenadas de acordo com relações conceptivas ou temporais.

No que se refere ao emprego de conectores, pode-se concluir que o conector *quando* é o mais utilizado pelos alunos para estabelecer a noção de tempo (80%). As ocorrências de outros conectores atingiram um percentual bem inferior (20%), principalmente se se considera que tal percentual relaciona-se ao emprego de 8 diferentes conectores. Tal quadro pode ser melhor compreendido se considerado o fato de que *quando* é um conector bastante utilizado na linguagem corrente.

Por fim, com base nos achados relatados, pode-se concluir que os resultados desta pesquisa demonstram não só a confirmação de alguns pressupostos funcionalistas, mas também uma influência acentuada da modalidade oral na produção escrita dos alunos cujas redações serviram de base à análise realizada.

Como já destacado, existem outros aspectos a serem investigados, relativamente ao fenômeno em estudo, que deverão ser objetos de pesquisas futuras. Entretanto, como em qualquer pesquisa que se desenvolve, o primeiro passo é conhecer, ou seja, descrever o fenômeno em investigação. Este primeiro passo foi dado com este trabalho.

Referências.

- ABRAÇADO, J. A unidirecionalidade e o caráter gradual do processo de mudança por gramaticalização. *SCRIPTA* 2006. 9(18):130-48.
- AZEREDO, J. C. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro: Publifolha, 2008.
- _____. Processos de combinação de orações: enfoque funcionalistas e gramaticalização. *SCRIPTA* 2001. 5(9):23-34.
- COMRIE, B. *Aspect: an introduction to the study of verbal aspect and related problems*. New York: Cambridge University, 1976.
- COSTA, S. B. B. *O aspecto em português*. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2002. (Coleção Repensando a Língua Portuguesa)
- CUNHA, C. F. *Gramática da língua portuguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro: FENAMÉ, 1975.
- DECAT, M. B. N. Uma abordagem funcionalista da hipotaxe adverbial em

- português. In: CAMPOS, Odette A. S. (Org.). Descrição do português: abordagens funcionalistas. Série Encontros. Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da UNESP, Campus de Araraquara, ano XVI, n.1, p. 299-318, 1999.
- ESTEVES, E.; FONSECA, M. C.; GONÇALVES, O.; VILELA, A. L.; SILVA, A. A. In: MARÇALO, M. J.; LIMA-HERNANDES, M. C. (eds.). *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*. Évora: Universidade de Évora, 2010.
- HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. Baltimore: E. Arnold, 1985.
- HOPPER, P. J. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (eds.). *Approaches to grammaticalization*. Vol.I: Focus on theoretical and methodological issues. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1991.
- HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- ILARI, R. *A expressão de tempo em português*. São Paulo: Contexto, 2001.
- LIMA-HERNANDES, M. C. Estágios de gramaticalização da noção de tempo — processos de combinação de orações. VEREDAS 2004. 8;(1):183-94.
- LIMA, M. L. M. *Conexão de orações: a expressão do tempo em redações de alunos do segundo segmento do ensino fundamental*. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) — Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.
- MANN, W. C.; THOMPSON, S. A. *Relational proposition in discourse*. California: University of Southern, 1983.
- MANN, W. C.; THOMPSON, S. A. *Assertions from discourse structure*. California: University of Southern, 1985.
- MARTELOTTA, M. E. T. *Os circunstanciadores temporais e sua ordenação: uma visão funcional*. 1993. Tese (Doutorado em Linguística) — Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- MATTHIESSEN, C.; THOMPSON, S. A. The structure of discourse and “subordination”. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. (eds.). *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1988.
- NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000. _____ *Texto e gramática*. São Paulo. Contexto, 2006.
- NUNES, B. J. V. C. *O tempo na narrativa*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1995.
- PONTES, E. *Espaço e tempo na língua portuguesa*. Campinas: Pontes, 1992.

IDEOLOGIA, IDENTIDADE E TEXTO JURÍDICO

Gerson Rodrigues

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

RESUMO: O presente artigo trata de elementos concernentes à produção do texto jurídico e suas idiossincrasias, como a impossibilidade de, em muitas situações, de haver cooperação entre autor e leitor. Partindo dessas premissas, compreende-se que se necessitaria de uma teoria linguística a explicar o funcionamento do discurso jurídico da melhor maneira, a partir da qual se entenderiam melhor as lacunas e se encontrariam as melhores maneiras de preenchê-las, sempre observando a relevância social, já que o sentido não se construiria no texto de per si, mas a partir do conjunto de observações e dados das diferentes áreas do saber, de onde viriam os diferentes sentidos.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso Jurídico, Identidade, Ideologia

ABSTRACT: This article deals with the production concerning elements of the legal text and its idiosyncrasies, such as the inability, in many situations, there is cooperation between authorities and leitor. Partindo these premises, it is understood that require a linguistic theory to explain the functioning of legal discourse in the best way, from which to understand better the gaps and find the best ways to fill them, always observing the social relevance, since the sense not to build in the text per se, but from the set of observations and data from different areas of knowledge, where would the different senses.

KEYWORDS: Legal Discourse, Identity, Ideology.

Introdução.

O texto jurídico tem em sua origem características que o distinguem dos demais textos produzidos em distintos domínios discursivos. Primeiramente, cabe a consideração de que nesse gênero textual tenta-se preservar o caráter autoral. Segue-se uma tradição filológica de uma forma para um sentido, o que, para alguns, se traduziria como a utopia do legislador, ao querer atribuir apenas um sentido para suas construções, quando se trata da confecção de leis, mais especificamente.

Entretanto, o texto doutrinário e a jurisprudência, que são tratados como fontes primárias do direito, acabam por acrescentar sentidos novos, interpre-

tações distintas para o que o legislador entendia como algo passível de apenas um entendimento. Assim, tanto doutrina, como jurisprudência, ao adicionarem novas possibilidades de interpretação da norma, contribuiriam para que decisões se tornassem mais justas.

A partir disso, entende-se que uma teoria que desse conta da compreensão do processo de produção do texto jurídico deveria levar em conta não apenas uma perspectiva filológica de análise das construções, mas também os diferentes elementos que contribuíram para a gênese do discurso em si.

Segundo Possenti¹,

(...) a AD pretende ocupar o espaço da filologia, operando em relação a ele com procedimentos fundados em outras concepções de língua, de autor-sujeito e de conjuntura. Em suma, a AD rompe com a concepção de sentido como projeto de autor; com a de um sentido originário a ser descoberto; com a concepção de língua como expressão das idéias de um autor sobre as coisas; com a concepção de texto transparente, sem intertexto, sem subtexto; com a noção de contexto cultural dado como se fosse uniforme.

De acordo com o autor, a relação língua-mundo não é clara e unívoca, nem poderia ser explicitada por uma teoria semântica universal. Seguindo essa proposta, a língua teria um funcionamento parcialmente autônomo, “segundo processo discursivo de que se trata numa certa conjuntura” (idem).

Partindo dessas premissas, compreende-se que se necessitaria de uma teoria lingüística a explicar o funcionamento do discurso jurídico da melhor maneira, a partir da qual se entenderiam melhor as lacunas e se encontrariam as melhores maneiras de preenchê-las, sempre observando a relevância social, já que o sentido não se construiria no texto de *per si*, mas a partir do conjunto de observações e dados das diferentes áreas do saber, de onde viriam os diferentes sentidos.

Sucedem que, para o estabelecimento de ordem consolidada, o Estado precisa de textos de caráter coercitivo, de caráter explanatório, que não apresentem ambigüidades e que mantenham a ordem social. Isso caracterizaria a identidade dos gêneros textuais do domínio discursivo do direito, todavia é tarefa das mais severas tentar manter esse controle, visto que, mesmo que se queira um texto com interpretações equilibradas, conforme a “vontade do legislador”, não há garantias de que isso realmente vá ocorrer.

1 POSSENTI, Sírio. “Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas”. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina (Orgs.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004. P.353

Levando-se em consideração o fato de que a interpretação das normas, além do caráter gramatical/filológico, pode ser de caráter histórico, sociológico, teleológico etc., entende-se que uma única teoria lingüística *strictu senso* também não daria conta dos sentidos porventura construídos. Posto isso o emprego de uma perspectiva cognitivista de análise se faria relevante.

Assim, discussões tais que questionem se toda língua – como proposto por Lacan (apud POSSENTI, 2004) – seria uma alíngua² não caberiam nesta pesquisa de maneira aprofundada, ou mesmo superficial, entretanto discute-se que a ambiguidade – exemplo citado pelo autor – não seria algo intrínseco a qualquer das línguas, visto que o direito não poderia trabalhar com essa possibilidade.

As análises feitas neste trabalho devem levar em consideração aspectos que vão além da análise lingüística pura, mas que também observem o caráter interpretativo que advém da pesquisa no direito, ou seja, os sentidos que se constroem. Não se pode analisar o discurso jurídico sem que se observem, também, as consequências que a elaboração de uma lei, ou a aplicação dessa lei de maneira razoável ou positiva podem apresentar nas relações sociais. É importante observar, também, qual relevância no trato social esse discurso traria. De que maneira se poderia construir um discurso efetivamente acessível, justo, mas, ao mesmo tempo, de caráter controlador? Isso porque o Estado necessita desse controle para que as relações entre os indivíduos se mantenham de maneira ordeira.

2 Papéis sociais e produção do texto jurídico.

O entendimento de que o texto normativo é um instrumento de controle social do estado encontraria respaldo na idéia de que a inacessibilidade não somente aos serviços do judiciário, como também à justiça, interessa a uma parcela da sociedade. Grosso modo, poder-se-ia dizer que isso se trataria de uma distorção do entendimento de Durkheim (1968:61), que ensina ser o crime algo necessário, uma vez que é indispensável à evolução do direito e da moral. Ou seja, haveria o paradoxo de que o judiciário promoveria uma espécie de exclusão, antes de fazer a justiça propriamente dita.

Tal exclusão se evidenciaria justamente no discurso, pois grande parte dos interessados – ou mesmo a maior parcela – simplesmente não tem acesso não só ao vocabulário jurídico em si, que o identifica em relação a outros discursos,

2 Citando Milner (1987), Possenti afirma que a alíngua é antes de tudo a língua materna; depois, qualquer língua. A alíngua seria o registro que consagra ao equívoco. p.361

mas no que diz respeito ao próprio português padrão. A questão básica é se há alguma forma de se corrigir tal problema. A hipótese básica é a de que solução haveria, entretanto não seria algo que preencheria por completo os anseios sociais. Isso porque a parcela detentora do poder, a quem interessariam as lacunas, as protelações, não se satisfaria. Assim sendo, uma vez que a representatividade social dessa parcela é maior, todo procedimento de aceleração de processos e agilidade, com o intuito de promover a justiça, seria travado.

O juiz, como representante do Estado, exerce papel social com determinações que podem tanto facultar-lhe determinados poderes na interpretação do texto normativo e do fato a analisar. Contudo há o entendimento de que não extrapolará esse papel, mesmo com o entendimento de um bem maior, que seria a justiça.

3. O normal e o patológico.

Durkheim assevera, quando da distinção entre normal e patológico³, que o crime é algo normal. Assim, entende-se que a exclusão seria, também, a partir dessa perspectiva, um fenômeno social também normal nos termos que propõe o autor. O papel do advogado é, portanto, de alguma forma, tentar reduzir essa lacuna, todavia haverá limites para isso. Leve-se em conta, por exemplo, o que se trata por dano moral. Dano moral é algo de improvável quantificação, tanto que, na produção de uma petição inicial, é tratado como pedido e não requerimento⁴. Nesse contexto, é o advogado que interfere, contribuindo com sua interpretação, no intuito de reduzir essa exclusão.

Questão fundamental é enxergar que é por meio do discurso jurídico, que é produzido a partir de observações de fenômenos sociais, que se poderia alcançar a justiça. Entretanto, a existência de mecanismos de controle acabam tornando o texto hermético, sem a possibilidade de ter sentidos construídos por meio de interação entre autor e leitor. Por conta disso, cabem observações sobre o que

3 Em *As regras do método sociológico* o autor propõe-se a diferenciar o que, socialmente, seria o *normal* nas relações sociais, e o que seria o *patológico*. O autor tratava como normais os fatos que apresentavam as formas mais gerais; enquanto os patológicos seriam aqueles que constituiriam exceções.

4 Entende-se, em direito, que existe um pedido e um requerimento na produção de um texto da área cível. Requerimento seria solicitação do autor da ação, algo que lhe é de direito, como, por exemplo, a citação da parte contrária, ou a gratuidade dos serviços do judiciário. Pedido seria algo que não fosse realmente de direito, e que dependesse do arbítrio do julgador. Assim, a indenização por dano moral seria um pedido e não um requerimento, visto que dependeria do arbítrio no que diz respeito ao *quantum* indenizatório.

entendem as principais teorias que dão conta da produção do texto e do discurso. Entretanto, essa cooperação entre autor e leitor em produções forenses, visto que, em primeiro lugar, as partes atuam intermediadas por um juiz, que precisa ser provocado. Essa provocação deve se dar de tal maneira que ele aja conforme as orientações propostas pelo advogado de uma parte ou de outra. Ou seja, o papel de juiz, em alguns casos, seria reduzido a de um mero reproduzidor de decisões com base em textos normativos e pedidos e requerimentos.

Para Berger e Luckman (2002:104), “toda conduta institucionalizada envolve um certo número de papéis. (...) Os papéis representam a ordem institucional.” Para ilustrar tal condição, os autores ensinam que empenhar-se em julgar é representar o papel de juiz, que se relacionará com outros papéis, cuja totalidade compreende a instituição da lei. Ora, entende-se que o juiz, por não ser soberano em suas decisões, acaba por não contribuir de maneira efetiva para o cumprimento do que se enxergaria como justiça. Muitas vezes, o mais justo não é aquilo que se decide, não é aquilo que se proclama em uma sentença.

Berger e Luckman acentuam que o juiz pode, em determinadas situações, representar a integração da sociedade, funcionando como representante do aparelho legitimador dessa sociedade. Assim, decisões tomadas representariam a vontade não apenas de um beneficiado em um caso particular, mas toda uma gama de pessoas que por analogia viessem ao judiciário requerer os mesmos direitos. Daí o valor da jurisprudência para o direito.

Entretanto, outros elementos com função de integração social apresentam lacunas que acabam levando a críticas e a uma não contribuição à justiça. Casos como o da chamada Súmula Vinculante⁵, a cujo conteúdo se deveria recorrer em situações cujos fatos seriam de caráter idêntico. O texto da Súmula, para isso, não deveria apresentar qualquer tipo de lacuna que viesse a esmaecer sua determinação - já criticada de início, por apresentar cunho normativo, sem ser produzida pelo Legislativo, mas pelo Judiciário. Entretanto, severas críticas têm sido apresentadas contra a instituição das súmulas vinculantes com valor de norma, justamente pelo fato de apresentarem lacunas que impedirão que se dê conta dos casos de maneira mais completa. Para isso, não haveria necessidade de complementação de texto normativo com a criação dessa nova possibilidade, que só criaria mais discurso e menos eficiência.

5 A súmula vinculante é um mecanismo pelo qual os juízes são obrigados a seguir o entendimento adotado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), ou pelos tribunais superiores, sobre temas que já tenham jurisprudência consolidada. Dentre os argumentos que mais pesam em favor da súmula vinculante está o da celeridade da justiça, pois, devido à longa demora dos processos, vem sendo o Poder Judiciário, alvo de inúmeras críticas da sociedade.

Com isso, observa-se que o discurso jurídico acaba pecando onde se quer diferente dos outros tipos de discurso. Na tentativa de se limitar a possibilidade de ambigüidade e estruturas lacunosas, acaba criando novas lacunas e impossibilidades de interpretação de determinadas construções. Até que ponto isso pode ser um identificador do discurso jurídico?

Por exemplo, a própria formatação do texto normativo já impede, de alguma maneira, uma interpretação mais clara de seu conteúdo. Isso porque, de um modo geral, o texto normativo tem seus artigos apresentados em únicas frases. Dependendo do conteúdo, essas frases serão mais ou menos extensas, sendo complementadas em outros trechos – no caso, os parágrafos e os incisos -, que lhe acrescentarão conteúdo.

Assim como, no entendimento de Durkheim, o crime é normal na sociedade, assim também seria a injustiça. Isso pode ser entendido a partir do momento em que o próprio Judiciário prevê a possibilidade de se recorrer de uma decisão. Ou seja, não se trabalha – aliás, nem se deveria trabalhar- com a idéia de infalibilidade da justiça (institucional).

Ora, a injustiça social, tanto quanto a justiça, se exteriorizam por meio do discurso. Quando o discurso se materializa de forma tal que não se faz claro, ali também se exterioriza a injustiça. A forma com que se manifestam os julgadores, principalmente, não contribui para a manutenção de decisões inquestionáveis. Visto que sempre haverá oposição de interesses, é pouco provável que haja, seja em que circunstância for, uma decisão inquestionável. Assim é mais provável que a injustiça prevaleça, pois a justiça é apenas parcial.

Retomando o problema criado pela instituição da súmula vinculante, está o entendimento de que essa estratégia engessaria o trabalho de juízes, que se tornaria autômato. Isso aconteceria, pois tiraria dos julgadores a possibilidade de interpretar. Em um esforço para se estabelecer uma melhora processual, o Judiciário acaba por tornar a possibilidade de produção de discurso cada vez mais hermética.

Mais uma vez observa-se que não há possibilidade de se fugir de um dado social. Deve-se entender como normal o fenômeno da injustiça, que tem escopo de atuação bem maior que o da justiça. Normalmente, a justiça contemplará apenas uma parte. Sucede que a injustiça sempre atuará na segunda parte – a opositora-, além do que poderá atuar naquela que se entende vencedora, pois a insatisfação com qualquer decisão será entendida como resultado de um injusto.

Toda essa análise se faz necessária na observação do discurso jurídico, que acaba por se tornar hermético não apenas por conta de um vocabulário extremamente formal, mas também por conta do preenchimento de papéis

sociais: do juiz, do advogado, do Ministério Público (MP) etc. O estabelecimento de normas certamente prescreverá também interpretações não cabíveis, entendimentos errôneos a respeito do conteúdo do texto.

Bittar (2006:124), ao falar sobre a utopia do legislador, tenta demonstrar que o discurso jurídico funcionaria como qualquer outro tipo de discurso em que a autoria é relativa. Assim, o texto jurídico também não estaria imune à interpretação. O texto pertenceria à coletividade após sua produção pelo legislador.

Sucedem que esse legislador, na produção, entende que o sentido produzido deve ser único e mesmo sua interpretação deve obedecer a critérios pré-estabelecidos, que não permitiriam a um julgador tomar uma decisão de maneira soberana. Toda interpretação normativa deve levar em conta critérios históricos, sociológicos, teleológicos, gramaticais etc, que fundarão posteriormente o sentido a que se querará chegar.

4. Manipulação e construção do texto jurídico.

De acordo com Van Dijk (2006), a manipulação do discurso não envolve apenas poder, mas abuso de poder e dominação. Nas palavras do autor, a manipulação é essencialmente ruim. Entretanto, o próprio autor entende que a fronteira entre a persuasão e a manipulação é tênue. Ora, deve-se observar que em qualquer discurso em que se envolva a idéia do poder, a manipulação se fará presente.

Dessa forma, para uma efetiva atuação do Estado no controle das relações sociais, haverá um discurso manipulativo, que será reproduzido pela norma jurídica. Ou seja, as relações sociais só se mantêm de maneira ordeira por conta dessa manipulação.

O autor defende que a prática da manipulação é ilegítima, pois feriria o trato social, visto que privilegia os interesses de apenas uma das partes em detrimento da outra. Ele acrescenta que a prática da manipulação fere os direitos humanos do interlocutor recipiente. Para legitimar seu ponto de vista, o autor cita GRICE (1975) e suas máximas, dentre as quais se encontra a de que o locutor deve sempre “ser verdadeiro”. No discurso da manipulação, mente-se, ferindo-se, dessa forma, uma das máximas da conversação.

Uma observação a ser feita é a de que se poderia evocar alguns princípios de textualidade elencados por Beaugrande e Dressler (1981), que é o da intencionalidade. Entende-se que a manipulação ocorrerá se uma das partes realmente não compartilhar do mesmo conhecimento de mundo do interlocutor. Seria uma impossibilidade alcançar igualdade social por meio de normas que

identificassem formas de manipulação, como pretende o autor, pois, assim como o crime e a injustiça, ela é um elemento normal na prática social. A sua identificação no discurso enriqueceria, inclusive, a consciência coletiva sobre os seus direitos. Ou seja, é importante dado social que faz com que o cidadão se entenda como um sujeito de transformação social.

Interessante observar que o discurso de Van Dijk, ao afirmar que a manipulação produz e reproduz desigualdade, legitimaria práticas imperialistas que enxergassem manipulação em textos de governantes contra os quais estivessem em alguma disputa, o que acontece com países como Irã e Venezuela, cujos governantes são acusados de discurso manipulativo.

4.1 Mecanismos de controle e manipulação.

Para uma eficiente produção de resultados em uma argumentação jurídica, o locutor deve ter em mente a melhor forma de lidar com seu interlocutor, e em muitas situações a manipulação é inevitável. Exemplos de interrogatórios, em que um promotor tente retirar informações de um réu, são típicos atos de manipulação. Dessa forma, não se poderia entender a manipulação da fala do outro apenas como algo ruim, como propõe Van Dijk. Na verdade, no domínio discursivo do direito, a manipulação é ferramenta de um bom argumentador.

Por conta disso, poder-se-ia dizer mais uma vez que o discurso jurídico funcionaria de maneira distinta dos outros tipos de discurso, ou, na verdade, dever-se-ia criar outra forma de se discutir a formação dos discursos de uma maneira geral, sem necessariamente construir protótipos.

Ainda que se argumente que há em um interrogatório uma relação de poder, poder-se-ia dizer que assim o é em qualquer argumentação. Há, necessariamente, uma relação de poder entre as partes, em que a vencedora demonstrará a força maior de seus argumentos. Mesmo sendo o representante do Ministério Público (o promotor) alguém que faz parte do Estado, de uma de suas instituições, a relação de manipulação do discurso se faz necessária, sem que isso se traduza em abuso. Ou seja, por um bem maior – aqui, a busca pela verdade –, manipula-se o outro.

Com isso se faz necessária a retomada da discussão sobre o fato de o discurso jurídico legitimar-se em si mesmo, ou seja, a busca pela justiça é secundária, sendo necessário o estabelecimento e o cumprimento de determinações normativas. Essas determinações nasceriam, antes de mais nada, de uma prática de manipulação. Além disso, qualquer operador do direito é ensinado que a justiça se encontra nas lacunas da lei. Se isso ocorre realmente, não se entenderia a manipulação do discurso como algo essencialmente ruim.

4.2 A Teoria Pura do Direito e a influência na produção discursiva jurídica.

Ao se levar em conta que o direito se legitima em si mesmo – e isso se pode observar quando a justiça não se alcança, quando mecanismos processuais, produzidos para satisfazer parcela da sociedade, interferem e bloqueiam a possibilidade da justiça –, pode-se retomar o raciocínio do filósofo Hans Kelsen e sua Teoria Pura do Direito.

Não é papel desta pesquisa analisar de maneira aprofundada teorias filosóficas ou sociológicas do direito. Entretanto, entende-se que para analisar o discurso jurídico de forma mais aprofundada, faz necessária observação detida de determinadas teorias, para que se compreendam os mecanismos que acabam gerando a exclusão da maior parcela da sociedade a supostas garantias.

Kelsen entendia, como positivista que era, que a ciência do direito deveria ser compreendida e observada como o eram as ciências naturais, deixando-se de lado qualquer tipo de valoração. De acordo com essa visão, a metodologia seria indispensável para a observação do fenômeno, uma vez que garantiria a objetividade que se requereria.

Modernamente não se defende o pensamento positivista de Kelsen como algo a ser adotado na prática do direito justamente pelo fato de se entender o positivismo como doutrina não garantidora de direitos. Ora, se não se devem considerar valorações de caráter sociológico, filosófico, religioso ou psicológico, dificilmente se alcançariam soluções justas para grande parte das lides.

Sucedem que o pensamento Kelseniano não parece ter sido abandonado por completo, nem se poderia excluir no entendimento da norma jurídica, uma vez que a atividade de interpretação do texto legal pode apresentar caráter formal em maior ou menor escala. Nem sempre a razoabilidade é o procedimento adotado por julgadores na aplicação da norma, e a preferência por uma decisão mais formal é a que se revela mais adequada.

Tal procedimento pode trazer a compreensão para o direito de que os sentidos podem ou não ser compartilhados entre os diferentes participantes do discurso. Para a AD, a construção de sentidos não seria possível com a intenção do emissor apenas, haveria a necessidade do entendimento do interlocutor para que o sentido se completasse. Entretanto, a partir do momento em que promulga uma lei, não se deve entender que, para ela, se atribuirão diversos sentidos. O autor – no caso, o legislador – entende que haverá apenas uma aplicação. A pergunta a ser feita é se isso, de alguma maneira, contraria os pressupostos teóricos da AD. Aparentemente é o que acontece, todavia análises do discurso como um todo são necessárias para que se confirme a hipótese.

O exemplo citado alhures sobre súmula vinculante demonstra de que maneira o discurso jurídico tenta solidificar, a todo momento, a possibilidade de interpretação única, mesmo quando não há a intervenção do Poder Legislativo. Um ato do Poder Judiciário faria com que interpretações similares se transformassem em uma única possibilidade, ou seja, ter-se-ia um entendimento uniforme, mesmo que os casos concretos apresentassem qualquer idiosincrasia que os diferenciasse.

O exemplo da súmula vinculante parece trazer à tona o entendimento de Kelsen a respeito do que se deve entender por direito. Na verdade, o discurso jurídico serviria para legitimar o próprio discurso jurídico em si. A justiça seria consequência da cientificidade das observações. A partir de observação de fatos se poderia, em outro momento, desvincular-se de qualquer conteúdo axiológico em decisões futuras. A partir de uma estratégia indutiva se adotaria uma outra dedutiva, posterior.

Considerações finais.

Para WEBER (1972:33), a idéia de poder refere-se à imposição da vontade numa relação social, mesmo contra resistências. O autor entendia que qualquer pessoa poderia impor sua vontade numa situação dada. O autor assevera, ainda, que a situação de dominação estaria ligada à existência de alguém mandando em alguém de maneira eficaz, ou seja, a dominação estaria associada ao fato de que seus membros estivessem sujeitos a relações de dominação, em virtude de ordem vigente.

Para FOUCAULT (1980:98), numa provável retomada de conceitos weberianos, o poder seria organizado como uma rede, em que há, ao mesmo tempo, consentimento dos sujeitos-alvos do domínio, como articulação desses elementos. Em uma rede de poder, em Estado forte, existe a necessidade de controle, que só será alcançada por meio de uma idéia clara de dominador e dominado. Caso contrário, não haveria Estado como se conhece.

Uma das características do texto legislativo é justamente a coação, uma vez que necessita inibir comportamentos que venham a interferir no bem comum. Entende-se que a manipulação se encontra presente em textos dessa ordem e se faz necessária. Não apresenta caráter negativo como apregoaria Van Dijk. Sabe-se que também haverá essa possibilidade – a de haver manipulação per se -, entretanto o sistema não tem como escapar desse tipo de discurso. Em casos tais como a decisão monocrática do Ministro Marco Aurélio Mello, em que, por conta de uma clara demonstração de poder, decide favoravelmente a

um aborto – fora das previsões do Código Penal – com vistas a se manter em evidência na mídia. Ou seja, uma decisão de caráter positivo – para os pais, que, no caso, pleiteavam a prática do aborto por conta do quadro de anencefalia de seu filho – teria sido proferida com intenções outras que não apenas o bem da mãe e sua saúde.

De acordo com Van Dijk (2006:360):

Manipulating people involves manipulating their minds, that is, people's beliefs, their knowledge, opinions and ideologies which in turn control their actions. We have seen, however, that there are many forms of discourse-based mental influence, such as informing, teaching and persuasion, that also shape or change people's knowledge and opinions,⁶

O raciocínio presente no trecho só se justifica por conta de nos pressupostos teóricos da análise crítica do discurso se levar em conta uma possível transformação do comportamento social por meio do discurso. Ora, não se pretende apresentar nesta pesquisa um olhar pessimista da sociedade, mesmo porque não se trata de um trabalho de caráter sociológico. Entretanto, dada a riqueza do discurso e das possibilidades discursivas de produção de enunciados, deve-se considerar que sempre haverá possibilidades de manipulação em qualquer ato de fala. E, além disso, não se pode olvidar que os atos de informar, ensinar e persuadir são os meios pelos quais mais se manipulam as pessoas.

A tentativa de transformação do mundo por meio de práticas discursivas adequadas não surte o efeito desejado principalmente pelo fato de não se observarem as idiosincrasias dos diferentes grupos sociais. A visão aplicada apresenta muitas vezes caráter etnocêntrico, o que descaracterizaria a cientificidade da disciplina.

Tudo isso pode ser observado na construção de textos jurídicos, que acabam legitimando a idéia de poder do Estado. Para Zacchi (2006:88), ao citar Antonio Gramsci, uma visão de mundo hegemônica expressaria os interesses dos que detêm os meios de dominação, mas deveria levar em conta os interesses de setores subordinados. A dominação, nesse caso, pressuporia negociações para que se aceitassem as lideranças.

6 Manipular pessoas envolve a manipulação de suas mentes, isto é, tais como suas crenças, seu conhecimento, opiniões e ideologia o que faz com que se tome o controle de suas ações. Nós temos observado, entretanto, que há muitas formas baseadas no discurso de influência mental, tais como a informação, o ensino e a persuasão, que também moldam o conhecimento e as opiniões das pessoas.

O que se observa, entretanto, é que, ao tentarem estabelecer de formas se impunha uma ideologia, os autores deixam claro que é por meio da linguagem, do discurso. Cabe demonstrar se realmente há um contrato entre diferentes setores sociais, ou se existe, na verdade, uma manipulação da consciência coletiva, trazendo-se uma falsa impressão de que há realmente discussões para se exercer o poder. O Estado se constrói por meio do discurso e se impõe dessa forma.

Isso é o que se observa hoje por meio de medidas como a adoção textos de caráter legal para legitimar determinado tipo de desejo da máquina estatal, como na edição de Medidas Provisórias pelo Poder Executivo, ou mesmo na estratégia de edição das chamadas súmulas vinculantes pelo Poder Judiciário, o que, de alguma forma, estaria adentrando a esfera do Executivo.

Referências.

- BEAUGRANDE, R. A. ; DRESSLER, W.U. *Introduction to text linguistics*. Nova York: Longman, 1981.
- BERGER, Peter; LUCKMAN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BITTAR, Eduardo. *Linguagem jurídica*. São Paulo: Saraiva, 2005.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Organização de Alexandre de Moraes. 16 ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- _____. *Código processual civil*. Organização de Fred Didier. São Paulo: Saraiva, 2007.
- _____. *Código Civil*. Organização de Silvio de Salvo Venosa. São Paulo: Atlas, 2003.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Rio de Janeiro: Contexto, 2008.
- COULTHARD, Malcom. “Linguistas como peritos.” In: *Revista Linguagem em (dis)curso*. V.4:2004.
- DURKHEIM, Emile. *As regras do método sociológico*. 6 ed. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1974.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Texto e argumentação: um estudo de conjunções em português*. 2.ed. São Paulo: Pontes, 2001.
- MENDONÇA, Paulo Roberto Soares. *A argumentação nas decisões judiciais*. 2.ed. Rio de Janeiro: renovar, 2000.
- MUSSALIN, Fernanda ; BENTES, Anna Christina (orgs). *Introdução à linguística : fundamentos epistemológicos*, volume 1. São Paulo: Cortez, 2004.

- PERELMAN, Chaim; TYTECA, Lucie Olbrechts. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- POSSENTI, Sírio. “Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas”. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina (Orgs.). *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004.
- RODRÍGUEZ, Victor Gabriel. *Argumentação jurídica: técnicas de persuasão e lógica informal*. 2.ed. Campinas: LZN, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. 3ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- SVARTIVIK, J. *The Evans statements: a case for forensic linguistics*. Göteborg: University of Gothenburg Press, 1968.
- TORRES, Ana Paula Repolês. *Da teoria pura do direito de Hans Kelsen*. Brasília: Revista CEJ, n.33, p.72-77, 2006.
- VAN DIJK, Teun. “Discourse manipulation” IN: *Discourse and Society*. London:Thousand oaks, 2006. p.359-383
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 14.ed. Rio de Janeiro; Biblioteca Pioneira das Ciências Sociais, 1999.
- ZACCHI, Vanderlei. Linguagem e subjetividade em Gramsci e Bakhtin. *Revista Gragoatá*, Niterói, n.20, p.20-31, jan-jun, 2006.

CARACTERÍSTICAS FONOLÓGICAS EM MANUSCRITOS SETECENTISTAS PRODUZIDOS EM MATO GROSSO

Grasiela Veloso dos Santos
Universidade Federal de Mato Grosso

Elias Alves de Andrade
Universidade Federal de Mato Grosso

RESUMO: De um prisma filológico, este artigo abordará a relação grafemático-fonética de manuscritos do século XVIII, produzidos na Capitania de Mato Grosso, pertencentes ao Arquivo Público de Mato Grosso – APMT. Para isso, são apresentadas as edições fac-similar, que é a fotocópia ou digitalização dos documentos, e semidiplomática, transcrição do corpus, que se caracteriza por manter praticamente todas as características do original, apenas com o desdobramento das abreviaturas. As inconstâncias da escrita constituem uma das peculiaridades que incitaram à realização desse tipo de análise, pois possibilitam perceber que nem todos os escribas da época redigiam da mesma forma, sendo a poligrafia um material rico a ser observado.

PALAVRAS-CHAVE: Filologia. Edição. Manuscrito. Requerimento. Fonologia

ABSTRACT: From a philological perspective, this article will approach the phonetic-grafematic relationship on manuscripts produced in the Captaincy of Mato Grosso in the 18th Century, which nowadays belong to Mato Grosso's Public Archives - APMT. In order to cope with this aim, we present fac-similar editions, photocopying or scanning of documents, and semidiplomatic, transcription of the corpus, which is characterized by keeping virtually all characteristics of the original, only with the deployment of abbreviations. The inconsistencies of writing is one of the peculiarities that led us to resort to this kind of analysis. They allow realizing that, at that age, not all of the scribes used to draw up in the same way, and that polygraphy was a rich material to be observed.

KEYWORDS: Philology. Edition. Manuscript. Application. Phonology

Introdução.

Em uma das visitas feitas ao Arquivo Público de Mato Grosso, verificou-se a grande quantidade de manuscritos, sob a forma de requerimento, que apresentam poligrafia, em alguns casos sinalizando para características de natureza fonético-fonológica, questão que será abordada neste artigo. Para isso, serão feitas as edições fac-similar e semidiplomática de parte do *corpus* analisado, a primeira entendida como a fotografia do manuscrito e, a segunda, como a transcrição que preserve praticamente todas as características do testemunho, apenas com o desdobramento das abreviaturas, visando a facilitar sua leitura. A seguir, serão estudadas as características fonético-fonológicas percebidas, como traços do português trazido pelos bandeirantes paulistas, através das monções, para a então Capitania de Mato Grosso. Esta é uma atividade desenvolvida como parte dos projetos de pesquisa “Estudo do português em manuscritos produzidos em Mato Grosso a partir do século XVIII”, do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso – MeEL/IL/UFMT, e “Para a História do Português Brasileiro – Mato Grosso – PHPB-MT”.

1. Os requerimentos do século XVIII.

O requerimento, em linhas gerais, é um gênero discursivo¹, burocrático institucional e formal, que concretiza o ato de requerer, pedir. Os requerimentos selecionados aqui têm diferenças com os escritos nos dias atuais, tanto formais, quanto discursivas. Atualmente, são mais objetivos, simplificados, além de serem impressos. Os do século XVIII apresentam uma estrutura que se aproxima muito mais de uma carta, pelo seu caráter discursivo. A propósito de sua tipologia, Belloto (2002, p. 86) afirma:

Instrumento que serve para solicitar algo a uma autoridade pública e que, ao contrário da petição, está baseado em atos legais ou em jurisprudência. Muitas vezes, o requerimento faz menção a esses atos, que toma como base jurídica. Embora a definição possa ser a mesma para os requerimentos antigos e os atuais, o seu discurso é um pouco diferente num e noutro caso. Nos requerimentos da antiga administração colonial temos: **Protocolo inicial**: nome e qualificação do requerente. No caso da documentação colonial, muitas vezes o requerimento

1 Entende-se por gênero discursivo o que Maingueneau (2004, p. 61) define como “[...] dispositivos de comunicação que só podem aparecer quando certas condições sócio-históricas estão presentes [...] os gêneros de discurso pertencem a diversos tipos de discurso associados a vastos setores da atividade social.”

contém a palavra Diz antes do nome do interessado. **Texto:** a narração aludindo aos direitos e/ou interesses do signatário naquilo que pede. O pedido, à guisa de dispositivo. **Protocolo final:** ERM (e receberá mercê) e a assinatura do requerente (ou não) e data cronológica ausente. Nos requerimentos atuais, a estrutura do texto é: **protocolo inicial:** titulação e nome da autoridade a quem está dirigido o requerimento. **Texto:** nome, qualificação profissional e função do interessado. “Requer...”, seguindo-se a exposição da solicitação, fazendo alusão ao seu embasamento legal. **Protocolo final:** as palavras “Nestes termos. Pede deferimento”. Datas tópica e cronológica (grifos do autor).

Os requerimentos do século XVIII eram escritos quase como forma de súplica, pois havia uma forte relação do Estado Português com a Colônia, muitos deles endereçados a governadores da época, representantes da Coroa na Capitania. Os que se procurou abordar aqui se referem a pedido de carta de Sesmaria. As Sesmarias, conforme Siqueira (2002, p.39), “[...] eram extensões de terras doadas pelo rei, através dos capitães-generais, aos colonos que tivessem requerido, através de ofício, uma determinada porção de terra a que chamavam ‘data’.” No caso de Mato Grosso, essas terras eram concedidas aos colonos, no total de 6 léguas de terra em quadra, a mesma quantia de frente como de fundo, cedidas em número menor, devido ao temor da Coroa Portuguesa de que essas terras pudessem ser auríferas.

Na maioria destes requerimentos, há em anexo ou no próprio fôlio, uma carta ou parecer de um representante do governador, encontrando-se, em alguns deles, também a carta de cessão da sesmaria. O trâmite da concessão era um processo demorado, pois a cessão pelo governador era em caráter provisório, cujo pedido era remetido ao rei de Portugal a quem cabia expedir a carta definitiva.

2. A Filologia.

As modificações que o tempo causa nos documentos antigos, provocando muitas vezes seu desaparecimento, tornou a atividade filológica uma tarefa de suma importância para a conservação e preservação do patrimônio cultural escrito de nossa civilização. A filologia, entendida como o “[...] estudo global de um texto, ou seja, a exploração exaustiva e conjunta dos mais variados aspectos de um texto: linguístico, literário, crítico textual [...]. (CAMBRAIA, 2005, p. 18)”, tem papel relevante na preservação e preparação de textos antigos, a maioria deles manuscritos. Para tanto, prevê sua transcrição, cujos tipos, segundo Cambraia (2005, p. 91-107), podem ser: diplomática, semidiplomática,

crítica, crítico-genética e modernizada.

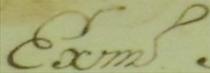
Nesse artigo, optou-se pela edição semidiplomática, que Spina (1977, p. 78-79) também define como diplomático-interpretativa, que “Vai mais longe na interpretação do original, pois já representa uma tentativa de melhoramento do texto, com a divisão das palavras, o desdobramento das abreviaturas [...]”.² Por sua vez, Cambraia (2005, p. 95) denomina esse tipo de edição de paleográfica, também chamada semidiplomática, paradiplomática ou diplomático-interpretativa.

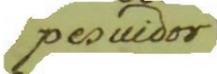
3. Edições fac-similar e semidiplomática.

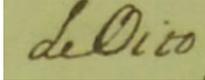
Para a edição semidiplomática, serão utilizados alguns critérios baseados no *II Seminário Para a História do Português Brasileiro*, ocorrido no período de 10 a 16 de maio de 1998, em Campos do Jordão, São Paulo.

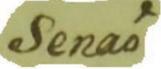
1) As linhas são numeradas de cinco em cinco à margem esquerda do editor.

2) As abreviaturas são desdobradas, marcando-se com itálico as letras omitidas.

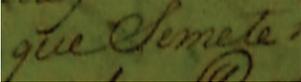
Ex.:  <Excellentissimo> (Ms2, 1)²

3) A grafia é mantida. Ex.:  <pesuidor> (Ms2, 9)

4) As fronteiras de palavras são mantidas. Ex.:  <deOito> (Ms2, 12).

5) A pontuação é mantida, assim como a acentuação, com presença ou não de diacríticos; Ex.:  <senaõ> (Ms2, 13).

As maiúsculas e minúsculas também são preservadas como no original;

Ex.:  <queSemete>

As intervenções por terceiros são transcritos entre chaves: { };

Os caracteres de leitura duvidosa são transcritos entre parênteses ();

As rubricas são transcritas como [rubrica];

² Leia-se (Ms 2,1) como manuscrito 2, linha 1.

Transcrição 1- Fólio 1r	
Código de identificação	BR. APMT. SES.RQ. 0102. CAIXA Nº 002
Assunto	Requerimento de Vicente de Oliveira Leme solicitando ao governador e capitão general da Capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, terras por carta de sesmaria.
Local	Vila Bela da Santissima Trindade – MT
Data	28 de outubro de 1777
Assinatura	Idiógrafo ³

{28.10.77}

InformeoDoutor Provedor daFazenda Real

ouvido oProcurador damesma, E daCoroa Villa

Bella 28 deoutubro de1777- Illustrissimo eExcellentissimoSenhor

5 Passe naforma dasOrdens Estabelecidas

[rubrica] VillaBella 22de Novembro de1777

[rubrica]

Diz Vicente deOliveiraLeme que elleSu

plicante intenta stabeleser humaFazenda de GadoVacúm,

10 Egoas, eBurras, nodestrito doCuyabá adonde hé maior para

aqual nesecita detresLegoas deCampos, eMattos napara

gem daMorraria daRayzama gunto ahumRibeiram

que desse daditaMorraria com vertentes para osPantana

is doSangradoro adondefasbarrafazendo osMattos pi

15 (am) emhumRibeiro queSemete no dito Ribeiram quemem

doNascente eos Campos dehumPantanal quefasbarra no

Pantanal doSangradoro eFigueirafazendo estes (piam) no

meyo do dito Pantanal E como nesecita haver portitulado

Sismaria as ditas tresLegoas deCampos, eMattos para

3 Cf. Cambraia (2005, p. 63), cada registro de um texto constitui um testemunho, nesse caso o testemunho é idiógrafo, fixado por outra pessoa com autorização do autor.

- 20 o referido estabelecimento queoSuplicante pertende por Seachar
com apocibilidade neseçaria para elle que hé emutilidade doPu
blico Eporiso
Passouse a 16 de (Setem)bro de1781
ParaVossaExcellencia Mefasamerce con
- 25 Seder em nome de Sua Magestade adita
Sismaria de Campos e Mattos na
forma que pede para opertendi
do stabelecimento da Sua Fazenda
naquele remoto Sertam
- 30 *Espera Receber Merce*

Transcrição 2- Fólio 1r	
Código de identificação	BR APMT SES. RQ. 0104. CAIXA Nº 002
Assunto	Requerimento de Felix M. Gonçalves Netto ao governador e capitão-general da Capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, pedindo mais extensões de terras por carta de sesmaria.
Local	Vila Bela da Santissima Trindade
Data	3 de junho de 1778
Assinatura	Idiógrafo

Informe oDoutor Provedor daReal *Illustrissimo e Excellentissimo Senhor*
Fazenda, ouvido oProcurador damesma
edaCoroaVilla Bella 3 de Iunhode1778-
{3-6-78}

5 Passe naforma dasOrdens *Villa Bella*
X[rubrica] — 19 de Iunho de1778—
[rubrica] —

Diz o Alferis Felis (*Gonçallv*)iz Netto morador navilla do
Cuyabá que elle *suplicante* hé pesuidor dehum Fazenda de Gado Va
10 cum e Cavallos na parajem Xamada Santa Anna Mar
jenš do Rio Xamado Bento Gomis epor*que* nadita Fazenda se
acham Mais deOito Mil Cabelas de Gado e para Sima dedu
zentas Egoas, que já Senaõ pode apasientar nos ditos pastos
e*porque* muinta parte do *dito* gado e Egoas Setem transportado *para*

15 Outros Campos Vezinhos que Sam os Campos *que* Se xamaõ digo *que*
Se acham deVolutos *que* partem daparte do puente Com Antonio
Pais Pedrozo Ribeiram da Figueira e daParte do Norte ou
Noro este Com- a istrada duMatto GrosodoSul Com- o Panta
nal deBento Gomiz *que* fas barra no sobre *dito* Ribeiram daFi
20 gueira e Como O *Suplicante* carese daistensam dos Sobreditos Campos
eMattos por Seacharem deVolutos, aquella instensam *que* *Vossa Excellencia*
For Servido Concederlhe por Carta de Sismaria E fazer pi(am

Onde Mais Conveniente lhefor atendendo *Vossa Excellencia* ao grande numero de Gado e Egoas *que* o Cupa dilatada Campanha e ainda tendo to
 25 dos os annos mais de Mil e quinhentos Bezerros deMutupliçasaõ
 eporiso.
Para aVossa Excellencia Seja Servido mandar pa
 sar ao *Suplicante* Sua Carta de Sismaria naforma
 requerida Com-aquela instensam de terras *que*
 30 *Vossa Excellencia* for Servido
Espera Receber Merce

4. Considerações sobre aspectos grafo-fonológicos dos manuscritos.

A inexistência de uma imprensa oficial em Mato Grosso tornava muito comum a prática manual da escrita, encontrando-se, assim, um grande número de documentos oficiais redigidos à mão no acervo histórico.

O que se percebe na escrita desses manuscritos talvez esteja bem longe do que seria de fato a fala da maioria da população da época, mas não há como negar a presença neles de alguns resquícios de oralidade. Sabe-se que poucos eram os privilegiados na instrução da leitura e da escrita neste período, sendo que, os que a tinham, na sua maioria, eram portugueses ou brasileiros com formação obtida em Portugal.

Fausto (1994, p. 237) assegura que, no final do período imperial, já passado um século da política pombalina, a taxa de analfabetismo da população brasileira, composta por homens livres, era de aproximadamente 80%, que, somando-se as mulheres, iria para 86%, a de escravos 99,9%.

Por isso, e mesmo considerando-se que os textos fossem produzidos por pessoas letradas, ou treinadas para isso, características da língua falada desse período são neles percebidas, fato estudado por Santiago-Almeida (2000), dentre outros, devendo-se, entretanto, ter o cuidado de atentar para as ocorrências de poligrafia, dado que não havia, à época, normatização ortográfica, embora se possa constatar certa regularidade de procedimentos de escrita⁴.

4 Apenas a partir de 1904, com a publicação de Ortografia Nacional, de Gonçalves Viana, buscou-se regulamentar o ortografia portuguesa.

O que se propõe a fazer nesse artigo, principalmente, é uma abordagem grafemático-fonética, com a elaboração de quadros das ocorrências encontradas que diferem da escrita atual, grafia que evidencia resquícios do período fonético da ortografia da Língua Portuguesa, na qual, segundo Coutinho (1970, p. 71), “[...] a língua era escrita para o ouvido”.

Observem-se as ocorrências encontradas nos manuscritos:

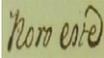
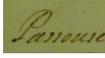
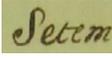
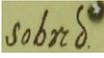
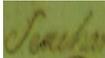
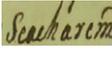
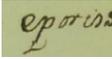
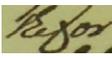
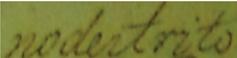
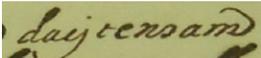
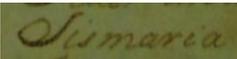
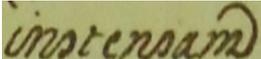
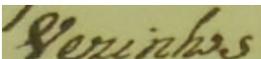
Separação		Junção	
Ms2	Ms1		Ms2
<Noro este> (18) 	<Passouse> (23) 	<Setem> (14)	
<sobre dito> (19) 	<Seachar> (20) 	<Seacharem> (21)	
		<eporiso> (26)	
		<Lhefor> (23)	

Tabela 1: Fronteiras de palavras – o vocábulo fonológico

No manuscrito, observam-se muitas ocorrências de junção de palavras, registrando-se na escrita o fato sobre o qual Mattoso Câmara (1969, p.36) afirma: “As pessoas mal alfabetizadas de hoje e os copistas medievais, escrevendo <olivro>, <sefala> e <falasse>, sem espaço em branco, estão adotando um critério fonológico” (grifo nosso). Na atualidade, observa-se que alunos em sala de aula demonstram dúvidas na escrita, se com fronteira entre palavras ou não, como em: <de repente> por <derrepente>, <com certeza> por <concereteza>, <de vereda> por <devereda>, <a partir> por <apartir>, <com defeito> por <condefeito>.

Ms1	Ms2
 <nodestrito> (10)	 <daistensam> (20)
 <Sismaria> (19, 26)	 <instensam> (21)
	 <Vezinhos> (15)

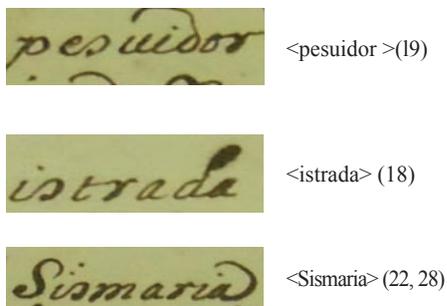


Tabela 2: Oscilação gráfica das vogais átonas pretônicas.



Tabela 3: Grafia das pós-tônicas.

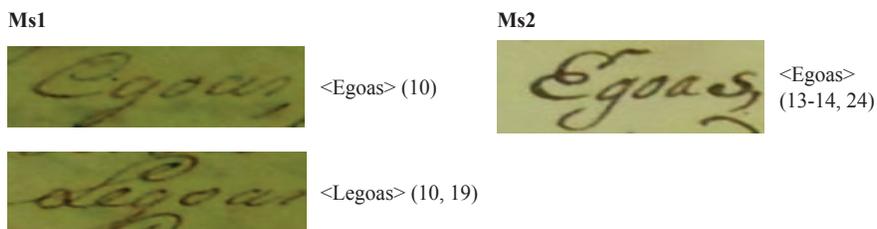


Tabela 4: Grafia de ditongos.

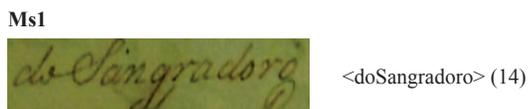


Tabela 5: Redução do ditongo decrescente ou monotongação.

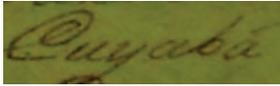
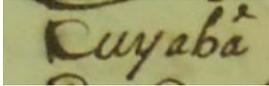
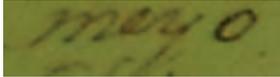
Ms1		Ms2	
	<Cuyabá> (10)		<Cuyabá> (9)
	<meyo> (18)		

Tabela 6: Uso da semivogal com <y>.

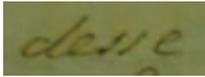
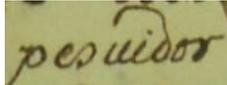
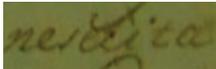
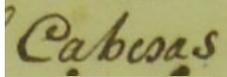
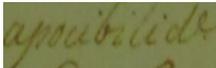
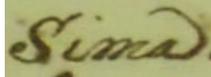
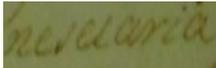
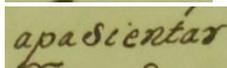
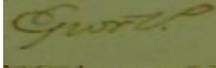
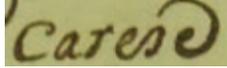
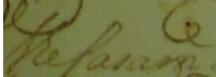
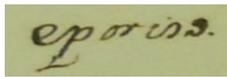
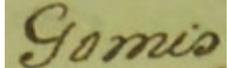
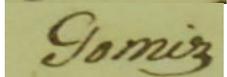
Ms1 Equivalente a /s/:		Ms2	
	<desse> (13) (correspondente ao verbo descer).		<pesuidor> (9)
	<necesita> (18)		<cabeças> (12)
	<apocibilidade> (21)		<Sima> (12)
	<neseçaria> (21)		<apasientar> (13)
	<Com Seder> (24-25) ⁵		<fas> (19)
	<Eporiso> (22)		<carese> (20)
	<Mefasamerce> (24)		<eporiso> (26)
			<Gomis> (11)
			<Gomiz> (19)

Tabela 7: Variações gráficas relacionadas aos fonemas fricativos /s/ e /z/.

5 A barra vertical (|) indica mudança de linha.

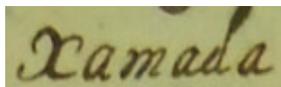
Ms1

<pertende> (l. 20)

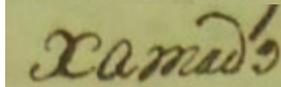


<opertendi|do> (27-28)

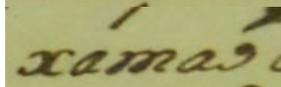
Tabela 8: Ocorrência de metátese.

Ms2

<Xamada> (10)



<Xamado> (11)



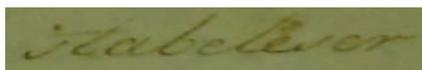
<xamaõ> (15)

Tabela 9: Grafia da sibilante palatal.

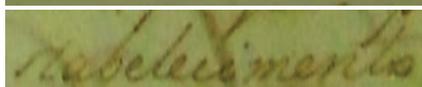
Ms2

<Felis> (18)

Tabela 10: Uso de /s/ no lugar do difono /x/.

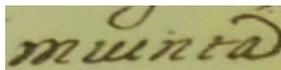
Ms1

<stabelecer> (9, 28)



<stabelecimento> (28)

Tabela 11: Apagamento da vogal átona pré-tônica.

Ms2

<muinta> (14)

Tabela 12: Prolação da nasalidade.

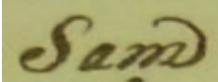
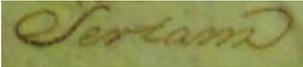
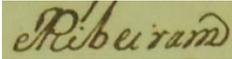
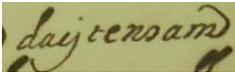
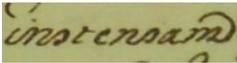
Ms1		Ms2	
	<Ribeiram> (12)		<Sam> (15)
	<Sertam> (29)		<Ribeiram> (17, 19)
			<daicensam> (20)
			<instensam> (21, 29)

Tabela 13: Uso da desinência <am> no lugar de ão.

Ms2

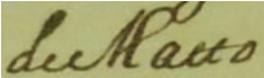
 <duMatto> (18)

Tabela 14: Troca da vogal <o> por <u>.

Ms1

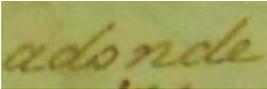
 <adonde> (10-14)

Tabela 15: Adição de vogal ao advérbio.

Ms2

 <mar|jens> (10-11)

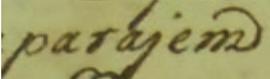
 <parajem> (10)

Tabela 16: Troca de <g> por <j>.

Ms1

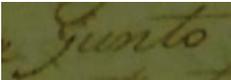
 <gunto> (12)

Tabela 17: Troca de <j> por <g>.

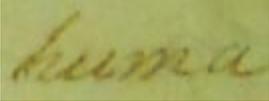
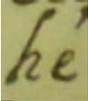
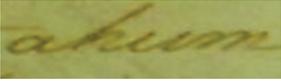
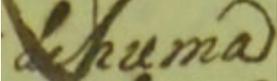
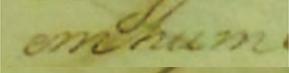
Ms1		Ms2	
	<huma> (9)		<hé> (9)
	<ahum> (12)		<dehuma> (9)
	<emhum> (15)		
	<dehum> (16)		
	<hé> (10, 21)		

Tabela 18: Uso da letra h (sinal etimológico, contado como letra e não como fonema).

A respeito do uso do <h>, Leão (1530-1608, p.7) assegura que, embora seja de “aspiração ociosa”, deve ser preservada para manter a ortografia dos nomes latinos e gregos para se conhecer sua origem e etimologia. Nos manuscritos, o <h> aparece grafado apenas em início de vocábulo, conforme Santiago-Almeida (2000, p. 76), “[...] por analogia a vocábulos de origem latina, o <h> acaba sendo grafado em posição inicial de vocábulo que, segundo seu étimo, não possui tal grafema: *huma, huns, hum (unus, a, um)*.”⁶

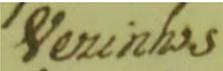
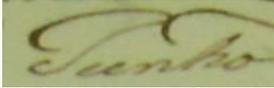
Ms2	
	<Vezinhos> (15)

Tabela 19: Uso do <z> equivalente a <v>.

Encontra-se também a presença de letra ramista, denominada dessa forma em razão do nome do humanista francês que as propôs no século XVI, *Petrus Ramus* ou *Pierre de La Ramée* (1515-1572), pois os escribas da Idade Média não diferenciavam <i> e <j> e nem <u> e <v> (HIGOUNET, 2003, p. 105). Exemplo:

6 O <h> ocorre também no interior do vocábulo.

Ms2



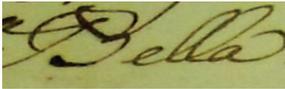
<Junho> (3, 6)

Tabela 20: Letra ramista: troca de <j> por <i>

Ms1



<Illustrissimo>
(4)



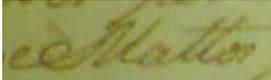
<Bella> (16)



<elle> (8, 21)

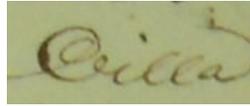


<osMattos> (14)



<eMattos> (19)

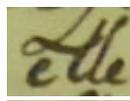
Ms2



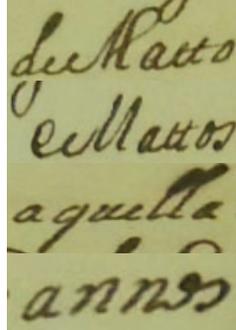
<Villa> (3)



<Bella> (3)



<elle> (9)



<duMattos>
(18)

<eMattos>
(21)

<aquella> (21)

<annos> (25)

Tabela 21: Duplicação de consoantes.

A duplicação de consoantes remete ao período pseudo-etimológico⁷ da ortografia da Língua Portuguesa, na qual os eruditos buscavam a representação da escrita em base etimológica.

Voltando-se para os diacríticos, para Acioli (2003, p. 53-54, “[...] são aqueles sinais que conferem às letras ou grupos de letras um valor fonológico especial. Atualmente, o til e a cedilha são considerados diacríticos.” Conforme

⁷ Cf. Coutinho (1970, p. 71-72) “[...] o que caracteriza este período é o emprego de consoantes geminadas e insonoras de gupos consonantais impropriamente chamados gregos [...]”

Oliveira (2010, p.70), esses sinais promovem mudanças prosódicas e fonológicas, indicando maior ou menor entonação na pronúncia. O uso dos diacríticos tinha a função de demarcar intensidade e entonação da pronúncia das sílabas. Em relação à marca de tonicidade expressa pelos diacríticos, percebe-se que não havia uma preocupação dos escribas em acentuar graficamente a vogal tônica como em <Egoas> (Ms1, 10, Ms2, 13, 14, 24), <Legoas> (Ms1, 11 e 19), <titulo> (Ms1, 18), <tres> (Ms1, 11 e 19), <neseçaria> (Ms 1, 21), <Publico> (Ms1, 21 e 22) e <Numero> (Ms2, 23 e 24).

Vale ressaltar o vocábulo <punte> (Ms2, 16), que é de origem espanhola e que, por isso, não foi descrito anteriormente como alguma oscilação.

Percebe-se ainda, em outros requerimentos coletados no Arquivo Público de Mato Grosso, a ocorrência de monotongação, como em <lavora>, fenômeno que também ocorre na fala do português atual, como nas palavras <peixe>: [peʃe], <feijão>: [feʒão], <queijo>: [queʒo], dentre outros. O vocábulo sesmária, por exemplo, pode ser encontrado em outros documentos grafado de três maneiras: <Cismaria>, <Cesmaria> e <Sismaria>, numa clara demonstração de poligrafia, característica da época.

Muitos destes aspectos tratados anteriormente podem ser percebidos na fala do português contemporâneo, principalmente em regiões que ficaram mais distantes do litoral brasileiro, após o período da colonização, ou que pertençam à “área de cultura caipira”, na visão de Ribeiro (1995).

Conclusão.

De fato, a escrita é um dos maiores legados que a humanidade construiu para preservar sua memória cultural. A fala é volátil, mas a escrita permite que futuras gerações conheçam sua história, com seus costumes e cultura, enfim. Pois, como afirmou Fernão Oliveira (1975, p. 43-45), “[...] os homens fazem a língua, e não a língua os homens”.

A utilização das edições fac-similar e semidiplomática teve por objetivo facilitar a leitura dos testemunhos, possibilitando seu estudo a leitores e pesquisadores de outras áreas de conhecimento, buscando preservar o mais fielmente possível as características dos manuscritos, representando graficamente os vocábulos tal qual se apresentam.

A descrição e análise dos grafemas/fonemas desse período podem contribuir com a história da Língua Portuguesa falada no Brasil e também com o próprio processo de ensino da língua, numa perspectiva diferente, abrindo novos olhares para o ensino que respeite as variações.

Referências bibliográficas.

- ANDRADE, Elias Alves de; BARONAS, Roberto Leiser; SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. *Plano de Guerra da Capitania de Matto Grosso-Janeiro de 1800*. Cuiabá: EdUFMT, 2012.
- _____. Cotejo de manuscritos do século XIX. In: *Revista Caligrama*, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, 2010, p. p 161–187.
- _____. Aspectos paleográficos em manuscritos dos séculos XVIII e XIX. In: *Revista Filologia e Linguística Portuguesa, FFLCH/ USP*, ISSN 1517- 4530, n. 10/11, 2010, p. 149-172.
- CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1970.
- BELLOTO, Heloíza Liberalli. Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo. Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, São Paulo 2002.
- FAUSTO, C. História do Brasil. São Paulo: EDUSP/FDE, 1994.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*/ Maria Helena Ochi Flexor. – 3. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- HIGOUNET, C. (2003) *História concisa da escrita*. [Tradução da 13ª ed. corrigida Marcos Marcionilo]. São Paulo: Parábola.
- FRANÇA, José Marcos de. Por uma prática da oralidade nas aulas de língua materna: escrita, letramento e gênero textual. Disponível em: <http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao05/refenli_francajm.php> Acesso em 13 de junho de 2012.
- LEÃO, Duarte Nunes de, fl. 1530-1608. *Orthographia da lingoa portuguesa : obra vtil & necessaria assi pera bem screuer a lingoa Hespanhol como a Latina & quaesquer outras que da Latina teem origem ; Item hum tractado dos pontos das clausulas / pelo licenciado Duarte Nunez do Lião*. - Em Lisboa: per João de Barreira, 1576. - [4], 78 f. ; 4º (20 cm) <http://purl.pt/15> . - Marca do impressor. - Assin: A//4,A-I//8,K//6. - Anselmo 225. - D. Manuel 154. - Palau 196757.
- OLIVEIRA, Fernão de. *A gramática da linguagem portuguesa*. Org. por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1975.
- OLIVEIRA, Helena de. *Edição Semidiplomática e análise diacrítica de manuscritos do século XIX da administração geral dos Correios em São Paulo*.

- São Paulo: USP, 2010. Dissertação de Mestrado.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. (2000) *Aspectos fonológicos do português falado na baixada cuiabana: traços de língua antiga preservados no Brasil* (Manuscritos da época das Bandeiras, século XVIII). São Paulo. Tese (Doutorado) “Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- _____. *Estudo linguístico de um manuscrito setecentista*. Revista Polifonia, nº 4, ISSN 0104-687X, p. 01-14, EduFMT, 2002.
- _____. *Grafemas e diacríticos em manuscritos setecentistas*. In: Cadernos do CNLF (CiFEFil), v. 10, p. 76-83, 2003.
- SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel M.; ARAUJO, Gabriel Antunes de. *Rastro fonológico no rastrum filológico*. p. 263-280. Disponível em <<http://www.fflch.usp.br/dlcvlport/flp/images/arquivos/FLP10-11/Santiago-Almeida,%20Araujo.pdf>> Acesso em 27 de julho de 2012
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.
- SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica*. São Paulo: editora Cultrix, 1977.
- Sites consultados
- <http://www.tabuleirodeletras.uneb.br/secun/numero_01/pdf/artigo_vol01_07.pdf> Acesso em 13 de junho de 2012.
- <http://www.fonologia.org/fonetica_consoantes.php> Acesso em 13 de julho de 2012.

TERRITORIALIDADE E PERTENÇA: IDENTIDADES EM LUSOFONIA

Dina Maria Martins Ferreira
Universidade Estadual do Ceará

RESUMO: Esse estudo pretende discutir a questão de identidade lusófona, partindo das expressões “nunca dantes” e nunca antes”, utilizada, respectivamente, por Camões em *Os Lusíadas* e por Lula, ex-Presidente do Brasil em seus discursos políticos. Discute-se a questão de territorialização e pertença que estas expressões evocam como dinâmica identitária. Utiliza-se das prerrogativas derridianas sobre o caminho bustrofédico da linguagem cujo arado sempre traz à tona resíduos de outras histórias pelo ‘re-aproveitamento’ e ‘re-significação’ de signos. Questiona-se, a partir do reaproveitamento ufânico de “nunca dantes”, se ele se constitui vetor de um *continuum* de identidade lusófona, mesmo que clamado em momentos históricos diferentes.

PALAVRAS-CHAVE: lusofonias, territorial, pertença, identidade.

ABSTRACT: This study discusses the issue of Lusitanian identity concerning the expressions “never before” used by Camões in the *Lusiads* and Lula, ex-President of Brazil in his political speeches. It discusses the issue of territorial belonging and how these expressions evoke identity dynamics. We use the Derrida’s prerogatives on the boustrophedon language movement, whose plow always brings out the waste of other stories by ‘re-utilization’ and ‘re-signification’ signs. We argue if the expression “never before” is a patriot lusophone continuum, even cried at different historical moments.

KEYWORDS: lusophonies, territorial, belonging, identity.

1. “Nunca (d)antes”.

Vejo-me diante de uma reportagem do colunista Reinaldo Azevedo, conhecido como o ‘cristo’¹ do ex-Presidente Luis Inácio Lula da Silva (mandatos 2002/2010). Este colunista comenta sarcasticamente que os discursos de Lula, continuamente, em seu tom exaltador e messiânico, se não demagógico, apresenta em seus pronunciamentos a expressão “nunca antes (nesse país)”, e algumas vezes “nunca dantes (nesse país)”. Imediatamente o verso de Camões, em *Os Lusíadas*, “mares nunca dantes navegados” veio ao pensamento. Tenho aí uma questão sobre a identidade lusófona: pergunta-se por que uma expressão como “nunca” dantes” sacralizada, em obra do século XVI, no território Portugal, ainda se repetia no século XXI, no mesmo tom de uma saga.

Não aventamos que o uso dessa expressão por Lula seja decorrente de recurso estilístico resultante de conhecimento de literatura portuguesa, nem de ter o objetivo de se comparar a Camões no ufanismo das descobertas de novas terras. A crença dessa prerrogativa também não se ancora no preconceito em relação ao nível de escolaridade do ex-Presidente – 5ª série do ensino fundamental² –, até porque o uso dessas expressões só ocorre em discursos que improvisa na prática do poder. Não há em seus discursos revisados e editados por sua equipe nenhuma ocorrência dessa ordem. Muitas outras justificativas podem ser levantadas: ter ouvido essa expressão de seus membros ministeriais, tais como do Ministro da Cultura, e tê-las reutilizada tendo em vista a percepção de seu tom ufanista; ser uma expressão ouvida durante a sua vida, mesmo sem noção de que teve um uso camoniano; ser resultado de um conhecimento enciclopédico; e simplesmente porque se apropriou da autoria da boca do povo. Seja qual for a justificativa do encontro de Camões com Lula, nenhuma delas é relevante para nosso estudo.

Enfim, o que verificamos são territórios que se cruzam em lusofonia, atravessando tempo e espaço – tempo dos séculos e terras diferentes na travessia de um rastro de identidade lusófona na prática ufânica.

O referido colunista, Reinaldo Azevedo, em constante crítica à fala do ex-presidente fornece dados quantitativos nos pronunciamentos presidenciais

1 Um indivíduo ser o ‘cristo’ de outro é uma gíria da língua portuguesa do Brasil, que indica ser uma pessoa tão ofensiva que se torna motivo de grande sofrimento a outro; faz o outro caminhar igual a Cristo, carregando uma cruz. Logo cruz pode ser considerada sinônimo de cristo pela equivalência de sentido de sofrimento.

2 Muitas das notas de rodapé têm o objetivo de esclarecer alguns significados a leitores lusófonos não-brasileiros. Ensino Fundamental corresponde as primeiras séries na escala da escolaridade brasileira. O ensino fundamental vai da 1a. a 8a. séries, seguido do Ensino Médio, da 1a. a 3as. séries, para em seguida continuar em nível universitário.

brasileiros: a expressão “nunca antes” teria em torno de 3000 ocorrências e a “nunca dantes”, 126. Muitas brincadeiras jocosas, muitas críticas ao tom ufânico dessa expressão, seja qual for sua variação de uso:

- Mais cultura, “menas” humildade

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem considerar repetitiva a expressão “nunca antes neste país”, que costuma preceder a enumeração de feitos do governo em seus discursos: “Mas é verdade”. “Está uma coisa tão repetitiva, (...) esse negócio de que “pela primeira vez, nunca antes, nunca dantes” (Jornal *Folha de São Paulo*, 9/1/09);

- “nesse” país...

É a expressão preferida do presidente do Brasil, na sua retórica demagógica.

Subjetivamente, porém, ao espezinhar a Gramática, no desconhecimento do emprego dos pronomes demonstrativos, Luiz Inácio demonstra, claramente, não saber onde está, afora não ver nada e não saber de nada. Não é “nesse” país, Exmo. Sr. Presidente, mas, sim, neste Brasil que gostaríamos de ver realizadas as maravilhas do seu discurso.

Por certo, na sua desorientação encontra-se a origem de tudo. A certeza é a de que V. Exa. refere-se a uma terra hipotética – a terra dos seus delírios –, que respira emanções de ebbriedade coletiva. Neste Brasil, entretanto, não enxergo razões para muita euforia, ao menos enquanto países como Azerbaijão, Etiópia, Quênia, Zimbábue, Coreia do Norte, Cazaquistão, Cuba, e mais trinta outros merecem mais medalhas do que nós (ESPÍNDOLA, Paulo Carvalho *TERNUMA Regional Brasília*, serial);

- Não deixe de votar, divulgue entre os seus amigos; nunca se sabe quando (...) não menos importante, o uso indiscriminado dos Cartões Corporativos. (...) rios nunca dantes bundeados³, existem dois cubanos (...) em campanhas eleitorais e nunca antes pagamos tantas taxas bancárias: é o bolsa-família, dos banqueiros (...) Claro, escrever rápido implica no uso de fórmulas, mas quem disse que não se pode (...) esse negócio de que: ‘pela primeira vez, nunca antes, nunca dantes’ (...) ao mesmo tempo que mais se aproxima a assaltam preocupações nunca dantes vividas. Refiro ao revanchismo de pessoas desqualificadas (www.veja.com, serial).

Apesar de tantas ironias a respeito do uso dessas expressões pelo ex-presidente, nosso objetivo não é nem questionar o certo e errado de seu uso em relação às normas da língua portuguesa, nem discutir a filologia das mesmas

3 “Bunda” é um termo de baixo calão no uso da língua portuguesa no Brasil, refere-se às nádegas, parte traseira do corpo humano; trata-se de um termo chulo pois há equivalência de sentido do local traseiro do corpo como local de defecar. No caso, o verbo “bundear”, um neologismo, também é de uso chulo, porquanto designa pessoas desocupadas e preguiçosas que não trabalham e que ficam sentadas sobre a “bunda”.

– seja “nunca antes”, seja “nunca dantes”, seja “nunca d’antes”. Sabemos que “dantes” é contração da preposição “de” mais o advérbio “antes”; a forma e composição dessas expressões não são os únicos caminhos que desvendam o processo identitário, e sim os sentidos em sua prática discursiva.

A questão é nos perguntar como esse significante chegou até nós, do século XVI ao XXI, tendo em vista a manutenção e intenção de louvar e aplaudir uma pátria, seja em uma epopeia literária, seja na demagogia do discurso político brasileiro.

2. Caminho bustrofédico da linguagem.

O primeiro degrau de nossa argumentação é ler o jogo designativo “nunca dantes” e “nunca antes” a partir da ideia de que a língua é ecológica⁴. Entende-se que a linguagem tem em sua natureza a capacidade de ‘re-significar’ a cada momento de sua materialização em língua, uma vez que a linguagem não exclui significações ao longo de seu percurso no espaço-tempo histórico; ao contrário, a cada expressão significativa, resíduos significativos se processam e se remodelizam.

E é pelo movimento da movimento da escritura⁵ (DERRIDA, 1999, p. 351) que se postula ter a linguagem natureza ecológica:

Trata-se da *escritura por sulcos*. O sulco é a linha, tal como a traça o lavrador: a rota – *via rupta* – cortada pela relha do arado. O sulco da agricultura, também o recordamos, abre a natureza à cultura. E sabe-se também que a escritura nasce com a agricultura, que não se dá sem a sedentarização.

Derrida pleiteia para escritura um movimento bustrofédico⁶, isto é, um movimento contínuo, da esquerda para direita e da direita para a esquerda, como o arado do boi sulcando a terra. Sob a ótica bustrofédica da linguagem, verifica-se que nesse movimento não há interrupção, e essa continuidade permite reafirmar que a linguagem é ecológica, isto é, processo de contínuo ‘re-aproveitamento’ da terra-linguagem em que o vaivém do arado (movimento no espaço, tempo, história)

4 Termo utilizado pelo Prof. Dr. Kanavillil Rajagopalan, em sala de aula, no curso de Pragmática, Pós-Graduação, IEL, UNICAMP, segundo semestre de 2001.

5 O termo “escritura”, sob a égide derridiana, não se vincula só à escrita, mas também à *phone*, tendo em vista o seu conceito de arquivescritura, a linguagem que antecede fala e escrita (DERRIDA, 1999).

6 Palavra de origem grega que significa ao pé da letra *volta do boi*, *bous* está para boi e *strophe* para virada – maneira de escrever usada em antigas inscrições gregas, por exemplo.

produz um ‘des-velar’ de significações. Se o processo de cultivo é contínuo, a cada plantio linguageiro resíduos remanescentes de uma antiga plantação revolvem-se para se agregar à próxima; a terra na qual as designações são plantadas não consegue eliminar e substituir os rastros de antigas plantações; é no revolver da linguagem-terra que novos grãos designativos se encontram com resíduos de outros grãos remodelizando-se em novos jogos de linguagem. Um momento histórico da linguagem não elimina o anterior e nem se exclui do posterior.

O movimento bustrofédico, realizado metaforicamente pelo arado do boi, deixa sulcos e marcas, sulcos profundos ou não, dependendo do instante histórico em que são realizados, cujas marcas culturais e suas significações podem ser redescobertas para além do momento de sua aragem, pois, dependendo da força histórica do arado, os sulcos sedimentados e cristalizados não se dissolvem tão facilmente:

Ora, como procede o lavrador? Economicamente. Chegando ao fim do sulco, ele não volta ao ponto de partida. Dá meia volta ao arado e ao boi. Depois, parte novamente, em sentido inverso. Poupança de tempo. De espaço e de energia. Melhoria do rendimento e diminuição do tempo de trabalho. A escritura *de volta de boi – bustrofédon* - (DERRIDA, 1999, p. 351-352)

A linguagem, então, movimenta e sulca seu terreno (re)semeando seus produtos de significação, que vai deixando resíduos. Sulcos pressupõem marcas e traços, e ecologia tem por quesito fundamental o reaproveitamento. Por essa tessitura metafórica permite-se pensar ser a estrada-sulco o fazer da linguagem. O percurso da linguagem recebe os adubos de forma e conteúdo a cada espaço-tempo percorrido, pois não se nega às especificidades socioculturais dos jogos de linguagens.

E por esse raciocínio já se pode conhecer os resíduos de sentido da expressão “nunca dantes” do XVI presentes no uso de “nunca dantes” e “nunca antes” do século XXI.

3. Jogos de sentido.

A expressão “nunca dantes” ou “nunca antes”, tanto no caso de “mares nunca dantes navegados” e “nunca (d)antes nesse país”, semanticamente, trabalha com dois pontos: ação e tempo.

No quesito ação, a negação “nunca” elimina a realização da ação, presente ou passada ou futura. É o caso das sentenças – nunca navego, nunca naveguei,

nunca navegarei, nunca navegadas –, que elimina a possibilidade de realização da ação de navegar, ou seja, a ação de navegar é impedida de se realizar.

No quesito tempo, a marca “antes”, à primeira vista, apenas indicaria um tempo passado, anterior ao presente. Mas, ao se aliar sintático-semanticamente ao “nunca”, reforça a eliminação da ação, no caso a ação passada. Ao excluir qualquer ação do passado, hiperboliza-se a ação do presente e seus louros futuros. Se os mares nunca foram navegados, a navegação presente ou futura clama por ação, e se nunca antes nesse país nada se fez, a ação presente é forte com maravilhas de futuro.

Nesse jogo de sentido, pontua-se, então, pela exclusão da ação passada, pela presença da ação do presente e pela promessa de ação futura, o colorido ufânico das terras louvadas – Portugal e Brasil.

4. Territorialidade e pertença.

Abordando as pátrias Portugal e Brasil, estamos nos referindo a territórios, não só geográficos, mas caminhando para a ideia de fronteiras simbólicas do ufanismo, logo é mais coerente tratarmos a noção de território pela corrente pela vertente “simbólico-cultural: [que] prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido” (HAES-BAERT 2006, p. 40). Ou seja, a dimensão simbólica da territorialização habita um espaço organizando-se pela historicidade e geograficidade. Vale a observação que historicidade e geograficidade podem ser valores construídos no próprio território ou designados por outro território. No caso, o território geográfico Brasil, pela fala política do ex-presidente, revela sagas de um outro território, Portugal, pela voz de Camões⁷. E a fala de Lula transforma o território brasileiro em uma geografia simbólica de grandes sagas, em que o ex-comandante da nau brasileira naquele momento navega pelos rios da riqueza e do desenvolvimento.

Também na questão de territorialização simbólica outros eixos são pertinentes: historialidade e historicidade. A historicidade estaria para o motivo de usar a expressão “nunca antes nesse país”, na medida em que “nasce da “auto-apreensão do homem em relação ao vivente e à vida (DERRIDA, 2002, p. 49-50), ou seja, o ex-presidente tem consciência de sua popularidade, que

7 Importante esclarecer que a linha divisória entre territórios não está privilegiando qualquer quesito histórico-geográfico-discursivo, ou seja, não nivela o sujeito Lula a Camões, nem questiona a arte do gênero epopeico com discurso político.

se torna o motivo para exercer o ufanismo simbólico do “nunca dantes navegados”. Historialidade seria o efeito identitário da narrativa da historialidade porque provoca e acolhe a posição de pertença; pertença a um grupo, a uma nação, a um povo. A historialidade seria então “um processo objetivo no qual estamos inseridos (...) é um modo de estarmos conscientes dessa pertença” (VATTIMO, s/d, p. 11). No caso da história política brasileira, a consciência de pertença à nação é pontuada pelo momento atual de uma nau-pátria que nunca foi comandada por um presidente que veio do povo, que passou fome, que tem pouca instrução escolar:

Quando cheguei a São Paulo⁸, só tinha barriga e língua, tão barrigudinho de tomar água de açude com esquistossomose. Muitas vezes, nós, nordestinos⁹, somos tratados como se fôssemos de segunda categoria. E eu fui vítima disso durante a vida inteira (Revista *Veja*, 14 de maio de 2003).

Historicidade e historialidade se movimentam em direções diferentes, ao mesmo tempo que se constituem simbioticamente. A historicidade, o motivo – ter popularidade –, explode no discurso para dar conta de uma identidade político-governamental dirigida por um ex-representante que faz o que “nunca dantes” foi feito. Já a historialidade, a noção de pertença à pátria Brasil de então, tem o movimento inverso, ou seja, faz o cidadão recuar para trás para se reconhecer no motivo. O movimento exploratório de pertença é efeito da historialidade. Enquanto o motivo trabalha com o instante do utilitarismo de determinado momento político, a pertença é um movimento mais denso, pois trabalha com símbolos socioculturais. Pertença aciona a tradição, reconstruída ou não, pois se alimenta de símbolos que se performatizam pela memória. A tradição mostra os desbravadores, os descobridores de terras, os lutadores pelo desenvolvimento da nação. Sem motivo não há história, e só há pertença se houver história. Ambos – motivo e pertença – trabalham na reivindicação da identidade

5. Encontro de histórias no ufanismo.

Ratificando a ecologia da linguagem e seu percurso bustrofélico, chegamos ao encontro simbólico do ufanismo de momentos históricos diferentes.

8 São Paulo, cidade do sudeste brasileira, conhecida por ser polo de riquezas e desenvolvimento.

9 Nordestinos, habitantes da região nordeste do Brasil, região conhecida pelo seu subdesenvolvimento e pobreza. Normalmente, nordestinos emigram para São Paulo à procura de melhoria e de novas chances de vida.

Cada cultura e seus momentos de uso lingüístico são uma queda em história, e como tal está circunscrita a um tempo e um espaço próprios. O que se está propondo é a percepção de que

os símbolos são diversamente vividos e valorizados: o produto dessas múltiplas atualizações constitui em grande parte os ‘estilos culturais’ (...) [e] como formações históricas, essas culturas não são mais intercambiáveis; estando já constituídas em seus próprios estilos, *elas podem ser comparadas no nível das Imagens e dos símbolos*. (ELIADE, 1996: 173) (grifo nosso).

O contato de uma “mesma” língua em momentos culturais e históricos diferentes seria possível por seu caráter ecológico que espalha resíduos de significação na estrada bustrofédica da linguagem. O toque de usos e sentidos se dá pelos resíduos do caminho ininterrupto, até porque símbolos são convenções muito fortes, cristalizações sociais, signos difíceis de se desmantelarem no cansaço do percurso histórico. O símbolo do ufanismo até hoje se estabelece em várias pátrias, haja vista as guerras que se estabelecem pela luta de pertença e de manutenção de sua história. Por que então, tendo à disposição uma expressão sacralizadora desse símbolo no universo lusófono, ela não seria reaproveitada e utilizada para fins políticos?

E na medida em que se entende símbolo como cristalização e solidificação de significado, resíduos de significação simbólica se fazem duráveis ao longo das araduras da linguagem, uma vez que significações de vida cultural não são trituradas e dissolvidas imediatamente à passagem do arado do boi. Ao contrário, nesse raciocínio metafórico, mas não menos lógico, entendem-se símbolos como resíduos duráveis de significação encravados nos sulcos, cujas marcas profundas de expansões significativas são lembradas em significantes adequados a seu contexto histórico; é nesse ‘relembra’ do universo simbólico que é possível perceber o contato entre histórias de uma mesma língua, mesmo que em tempo e espaço diferentes.

Junto à questão de durabilidade do significado simbólico, a própria etimologia do termo símbolo já ratifica a natureza ecológica e bustrofédica da linguagem. O vocábulo grego *súmbolon* (*de sun* = junto, com e *ballein* = atirar, lançar) tem o sentido de

‘lançar com’, arremessar ao mesmo tempo, ‘com-jogar’. De início, símbolo era um sinal de reconhecimento: um objeto dividido em duas partes, cujo ajuste, confronto, permitia aos portadores de cada uma das partes se *reconhecerem*. O símbolo é, pois, a expressão de um conceito de *equivalência*” (BRANDÃO, 1986, p. 38) (grifo nosso).

É justamente nos jogos designativos que se estabelecem os jogos de equivalência. Ao se permitir a equivalências de significado, o símbolo, vivendo nos sulcos da linguagem, não se imobiliza no tempo e espaço em que se manifesta. Sua natureza estável mais a de com-jogar significações em marcha bustroféica permitem que caminhem em direção a outros tempos históricos sem anular os anteriores, refazendo em sua contínua aradura outros modos de existência.

A natureza do símbolo foi caracterizada por dois traços, durabilidade e equivalência de significações: a durabilidade se mostra na repetição de usos linguísticos que se expandem no trans-histórico da significação; e a equivalência se apresenta na dimensão dos significados que se estabelecem em formas linguísticas. Não há ponto de saturação na reticulação significativa, nem mesmo na simbólica, uma vez que “é situada e sensível a fatores contingentes de coordenadas espaço-temporais que marcam sua produção (...). É dispersão e disseminação em um interminável processo” (RAJAGOPALAN, mimeo, p. 3).

6. “Uma pátria imaginada”¹⁰?

Não há no jogo político do uso “nunca (d)antes nesse país” o oferecimento de uma “pátria imaginada” (RUSHDIE, 1991, p. 9)? A pátria do sebastianismo? A pátria brasileira? Rushdie ao mirar no espelho sua pátria Índia apenas recolhe em sua memória “vidros quebrados” que chegam ao presente. Lula, ao usar “nunca dantes”, não estaria recolhendo vidros quebrados? A forma pode ser a mesma, mas a simbologia do ufanismo é alimentada diferentemente. Lula não recolhe o “espelho da nostalgia”, mas simplesmente mostra que o uso de uma mesma forma lusófona tem resíduos de significação. com políticas de representação diferentes. É justamente “na natureza parcial dessas memórias que suas fragmentações são evocadas, [adquirindo] status e ressonância justamente por causa de sua permanência” no presente (RUSHDIE, 1991, p. 12). São as fragmentações de historicidades que fazem com que “coisas triviais adquiram o status de símbolos, com até qualidades numerais”¹¹ (RUSHDIE, 1991, p. 12). Rastros de um passado – “mares nunca dantes navegados – se fazem presentes no “nunca (d)antes nesse país”, mas sempre re-significados. Como diz Charles Taylor (*apud* APPIAH, 2005, p. 128):

10 “Pátria Imaginada” é expressão traduzida do título do livro de Rushdie, 1991.

11 “Númeno”, *noumenon*, termo introduzido por Kant para indicar o objeto do conhecimento intelectual puro, a coisa em si.

como indivíduos nós valoramos determinadas coisas, encontramos certos complementos bons, certas experiências satisfatórias, certos prognósticos positivos. Mas certas coisas podem ser boas em determinados meios ou satisfazer suas formas particulares, porque o conhecimento do passado se desenvolve em nossa cultura.

Mesmo que pensemos que a continuidade e uso de “nunca dantes signifique “formação de práticas, instituições e compreensão de sentido às nossas ações – um local de utilidades –, suas naturezas não outorgam que tais utilidades sejam sociais” (APPIAH, 2005, p. 128), ou seja, determinado fragmento do passado não necessariamente transita no universo ufanista, apenas reside em um mundo imaginário, alimentando a construção de uma “pátria imaginada”.

Referências bibliográficas.

- APPIAH, K. A. *The ethics of identity*. United Kindom: Princenton University Press, 2005.
- BRANDÃO, J. de S. *Mitologia grega*. Vol. I. Rio de Janeiro/Petrópolis: Vozes, 1986.
- DERRIDA, J. *Gramatologia*. 2ª. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.
- _____. *O animal que logo sou*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- ELIADE, M. *Imagens e símbolos – ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre redes e os aglomerados de exclusão’. In: CASTRO, I. E. de, GOMES, P. C. da C. e CORRÊA, R. L. (orgs.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- RAJAGOPALAN, K. *The world as a stage magic realism and the politics of representation*. mimeo, s/d.
- RUDSHIE, S. *Imaginary homelands-essays and criticism 1981-1991*. London: Penguin Books, 1991.
- WATTIMO, G. *O fim da modernidade – niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*. Rio de Janeiro: Presença, s/d.

O PAPEL DAS TRADUÇÕES NA HISTORIOGRAFIA DAS LÍNGUAS

Cristine Gorski Severo

Universidade Federal de Santa Catarina

Luiz Henrique Queriquelli

Universidade do Sul de Santa Catarina

RESUMO: Objetiva-se apresentar uma perspectiva de abordagem da historiografia das línguas que contemple o papel das traduções de textos orais e escritos como motivadoras de processos de consolidação, normatização, variação e mudança das línguas. Para tanto, argumenta-se a favor de um diálogo interdisciplinar entre três campos do saber: A Linguística Histórica, a Sociolinguística e os Estudos da Tradução. Como ilustração da presente proposta, são discutidos três casos de tradução que envolvem relações interculturais com efeitos linguísticos, discursivos e políticos específicos: as traduções do testamento de Afonso II, a tradução da Bíblia por Lutero e as traduções religiosas no Brasil colonial.

PALAVRAS-CHAVE: tradução; historiografia das línguas; interculturalidade; poder; discurso.

ABSTRACT: The aim of this paper is to provide an approach to the historiography of languages that addresses the role of translations of oral and written texts in the processes of consolidation, standardization, and language variation and change. Therefore, it is argued in favor of an interdisciplinary dialogue between three fields of knowledge: Historical Linguistics, Sociolinguistics and Translation Studies. As an illustration of this proposal, we discuss three cases of translation involving intercultural relations with linguistic, discursive and political effects: the translations of Afonso II's will, the Bible translation by Martin Luther and the religious translations in colonial Brazil.

KEYWORDS: translation; historiography of languages, interculturality, power, discourse.

Introdução.

Neste artigo, buscamos refletir sobre o papel desempenhado pelas traduções na história de constituição, consolidação, variação e mudança das línguas. Nesse contexto, consideramos a tradução como uma prática constitutiva dos diferentes tipos de relações estabelecidas entre variados povos e culturas. Tomamos a diversidade e a pluralidade linguística e cultural como fatos inerentes ao processo tradutório, uma vez que “[...] é por homens falarem línguas diferentes que a tradução existe.” (RICOEUR, 2005, p. 24). Evidentemente, diferentes motivações conduziram e conduzem ao processo tradutório, entre as quais estão interesses administrativos, econômicos, culturais, colonizatórios, religiosos e políticos; podemos citar, por exemplo, a busca pelo acesso a textos sagrados (a tradução da Bíblia), as batalhas militares (Cruzadas, revoluções, guerras), o comércio entre sociedades distintas, a cristianização de povos colonizados, a expansão de uma identidade linguística e literária nacional, entre outras. Notamos, com isso, que a história das traduções é diretamente afetada por questões políticas e identitárias e envolve a relação entre as línguas e os povos, seja para fins de dominação, seja para fins de resistência. Afinal, não há como negar que “[...] sempre se traduziu: sempre houve mercadores, viajantes, embaixadores, espiões, para satisfazerem a necessidade de expandir os intercâmbios humanos.” (RICOEUR, 2005, p. 58).

A história da língua contada pela história das traduções possibilita revelar a maneira pela qual as relações interculturais e as relações de poder foram (e são) constitutivas da dinamicidade de uma dada língua, afinal de contas “[...] a tradução é um canal aberto, geralmente não sem relutância, através do qual influências estrangeiras podem penetrar na cultura nativa, desafiá-la e até mesmo contribuir para subvertê-la”¹ (LEFEVERE, 2003, p. 2). A vertente da historiografia das línguas que valoriza a dimensão sócio-histórica reivindica a importância do conhecimento da dinâmica política, cultural e social dos povos para se compreender uma certa dinâmica da língua, conforme apresenta Mattos e Silva em relação ao seu diagnóstico sobre a linguística histórica brasileira (2004, p. 29):

1 “[...] *translation is a channel opened, often not without a certain reluctance, through which foreign influences can penetrate the native culture, challenge it, and even contribute to subverting it.*” As traduções no textos são de responsabilidade dos autores.

Amplia-se na linguística brasileira o interesse pela linguística histórica na sua acepção mais ampla, a de abarcar não só a “história interna” das línguas, mas também a sua “história externa”. Retomando essas designações que remetem para o século XIX, quero dizer que, para além das mudanças linguísticas no interior das estruturas ao longo do tempo, voltam a nos interessar os contextos sociais históricos em que essas mudanças se processaram e processam.

Desse modo, a História da Língua, enquanto disciplina acadêmica, sempre se serviu, por um lado, de uma história social para explicar aspectos externos e, por outro lado, da filologia e de uma certa linguística para explicar aspectos estruturais. Nota-se que os manuais de história da língua portuguesa têm priorizado a descrição e explicação estrutural para fenômenos de mudança e para a consolidação de uma dada língua; com isso, “[...] questões lexicais e aspectos da história externa da língua ficam em segundo plano” (NOLL, 2008, p. 13). Tal hierarquização de níveis é ratificada pela constatação feita por Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009, p. 29, grifo dos autores) sobre a historiografia do português brasileiro:

[...] a grande maioria das análises publicadas sobre a **história do português brasileiro** sequer menciona o **contato entre línguas** e, quando o fazem, é para negá-lo, fundamentando-se metafisicamente em uma “*deriva secular*”, que regeria uma estrutura linguística hipostasiada e abstraída das relações históricas que a enformam e das suas condições concretas de uso e transmissão.

Por isso, em certa medida, a história da língua vem sendo tradicionalmente a história da gramática, dos sons e do léxico de uma língua a partir da descrição e análise comparativa de textos remanescentes. A maioria dos trabalhos dessa área subestima aspectos discursivos e, por tabela, marginaliza o papel político, cultural e identitário das traduções na constituição e consolidação de uma língua.

Diante desse fato, este artigo não busca problematizar a cisão (história interna *vs.* externa) instaurada nos estudos historiográficos da língua e nem, tampouco, desconsiderar os avanços alcançados por ambas as vertentes para a compreensão da formação dinâmica das línguas. Pretende-se, sim, refletir sobre como seria recontar a história de uma língua a partir de um outro viés, que recoloca a importância dos contatos interculturais e, com isso, das traduções nos processos de formação, consolidação e mudança das línguas.

Dessa maneira, a fim de ilustrar o quão produtivo pode ser estudar as traduções para compreender a formação de uma língua, serão apresentados três casos considerados simbólicos para o assunto em questão: a tradução da Bíblia

feita por Lutero, publicada em 1534, tida como crucial para a consolidação do alemão moderno; as diferentes “cópias”, feitas em 1214, do Testamento de Afonso II, o primeiro documento real conhecido datado e escrito em português, que reflete uma série de aspectos-chave para o entendimento da fase inicial dessa língua; e o papel das traduções religiosas no período colonial brasileiro. Trata-se de casos de naturezas e com finalidades diferentes, protagonizados por sujeitos situados em contextos bastante distintos, mas, a despeito de todas as diferenças que se possa levantar, envolvem traduções que cumpriram papel importante em relação à história das línguas.

A seguir apresenta-se uma breve discussão teórica sobre os estudos de historiografia da língua e o papel da tradução para, então, prosseguir à discussão dos três casos mencionados.

1. Sobre a história da língua e o papel da tradução: por uma perspectiva interdisciplinar.

Sobre a História da Língua como uma disciplina acadêmica, há quem a veja como um modo de abordar os fenômenos evolutivos da língua, e tanto pode ser considerada parte integrante da Linguística Histórica, como da História propriamente dita. É o que se depreende, por exemplo, da definição que Ivo Castro (1991, p. 15) propõe sobre a disciplina: “[...] o estudo das relações estabelecidas entre uma língua e a comunidade que a fala, ao longo da história dessa comunidade”. Pode-se inferir dessa definição também um conceito de língua como instrumento de comunicação a serviço dos membros de uma sociedade. A despeito dessa definição de caráter mais funcional e dinâmico, um olhar panorâmico sobre os principais manuais de história da língua mostra que os estudos linguísticos de historiografia da língua têm priorizado focalizar o léxico, as regras de funcionamento da morfologia e da sintaxe, o modo de produção dos sons e a relação entre as unidades que constituem o sistema fonológico. A propósito, dentre todos esses aspectos estruturais mutáveis, os mais reveladores de mudanças linguísticas talvez sejam os fonéticos e fonológicos. Isso provavelmente explica por que os primeiros linguistas conferiram tanta atenção a eles.

Nos trabalhos dos linguistas histórico-comparatistas do século XIX, como William Jones, Thomas Young, Rasmus Rask, Jakob Grimm, Franz Bopp, August Schlegel e August Schleicher, o que mais encontramos são tentativas de inferir regras gerais de mudança fonológica que explicassem as formas de uma ou outra família linguística e possibilitassem a reconstrução dos processos de

transformação dos vocábulos (os metaplasmos) e a reconstrução de vocábulos de línguas já desaparecidas, como o indo-europeu, por exemplo (ROBINS, 1983). Portanto, num primeiro momento, a História da Língua foi a história do sistema dos sons das línguas antigas e dos processos morfofonológicos que constituíram os seus léxicos. Porém, uma vez compreendidos a fonologia, a morfologia e o léxico, imediatamente voltava-se a atenção para aspectos sintáticos e semânticos e, assim, a partir de tais reconstruções, os estudiosos da área buscavam propor princípios gerais de regularidade das mudanças entre as línguas e no interior de uma língua.

Todo esse projeto ganhou novo fôlego na década de 1960, com o reconhecimento de que a regularidade não implica comportamentos homogêneos, unânimes e simultâneos por parte de todas as unidades suscetíveis de serem afetadas pela mudança dentro de uma língua (MATTOS e SILVA, 1999). A Sociolinguística, cujas bases foram apresentadas no célebre ensaio “Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística” ([1968] 2006), de Weinreich, Labov e Herzog (doravante WHL), mostrou que as línguas não mudam em bloco e que uma língua, um dialeto e até mesmo um idioleto não são homogêneos, mas comportam variedades internas que são parte integrante do sistema. Ademais, as regras que determinam as mudanças linguísticas não são categóricas, mas também variáveis e passíveis de serem sistematizadas; e as motivações para as mudanças da língua são tanto externas ao sistema como internas a ele. WLH (1968) definiram, em sua obra fundante, os cinco problemas com os quais os estudos de variação e mudança deveriam, por fim, lidar: os fatores condicionantes, o encaixamento, a avaliação, a transição e a implementação. Nesse contexto, os processos tradutórios poderiam favorecer a compreensão das motivações e das condições envolvidas na mudança linguística.

Conforme reconhece Castro (1991, p. 14), a influência dos conceitos e métodos da Sociolinguística na Linguística Histórica

[...] tem vantagens mútuas: a sociolinguística procura, e encontra, nos estados passados de uma língua os dados que podem validar ou invalidar as hipóteses que formulou para explicar uma mudança atualmente em curso; e a linguística histórica tem a possibilidade, que até aqui lhe escapava, de ver processarem-se perante os seus olhos mudanças análogas àquelas que se deram no passado, e que apenas podia conjecturar.

Contudo, parece-nos que a Sociolinguística não chega a alterar o objeto de estudo da Linguística Histórica: ambas estão preocupadas com a dimensão

estrutural das línguas naturais, admitindo interferências tanto sociais como estruturais na dinâmica desses sistemas. A despeito do enfoque estrutural, qualquer linguista histórico muito provavelmente já se intrigou com o fato de que a maioria dos textos nos quais se baseia para descrever a gramática de uma língua em determinada época são textos muito específicos: textos de notários (notificações legais, notícias etc.), cartas, textos administrativos, testamentos, textos religiosos, textos literários, entre outros.

Isso nos força a assumir que estamos, em certa medida, sendo interpelados por uma outra história: a história desses gêneros, das suas condições de produção e circulação, das pessoas que os produziram, dos seus destinatários, da sua composição interna, das suas regularidades linguístico-discursivas etc. Mesmo que queiramos continuar a fazer a história da gramática das línguas naturais, temos que admitir que estamos fazendo a história da gramática da língua ou das línguas presentes nesses textos específicos. Ou seja, a língua se organiza de uma dada maneira a partir do gênero discursivo em que se inscreve. Nesse sentido, são bastante pertinentes as palavras de Bakhtin (1952-1953, p, 286) quando afirma que

Os enunciados e o tipo a que pertencem, ou seja, os gêneros do discurso, são as correias de transmissão que levam da história da sociedade à história da língua. Nenhum fenômeno novo (fonético, lexical, gramatical) pode entrar no sistema da língua sem ter sido longamente testado e ter passado pelo acabamento do estilo-gênero.

Com isso, a história de uma língua implica a história dos gêneros discursivos – entendidos como modos relativamente estáveis de interação sócio-verbal – de uma dada comunidade linguística e em um dado contexto sócio-histórico. Essa perspectiva discursiva, que prioriza os processos de produção e veiculação dos sentidos no texto/enunciado, não desconsidera a dimensão estrutural da língua, mas a considera como efeito de uma dinâmica maior, que envolve aspectos sociais, culturais, históricos e políticos. É nessa perspectiva que se defende a importância das traduções – como traduções de culturas e modos verbais de organização de uma dada sociedade – para se compreender a dinâmica das línguas. Assim, assumimos a visão de que “[...] a tarefa do tradutor não vai da palavra para a frase, para o texto, para o conjunto cultural, mas no sentido inverso: impregnando-se de amplas leituras do espírito de uma cultura, o tradutor volta a descer do texto para a frase e para a palavra.” (RICOEUR, 2005, p. 58). Nesse sentido, o processo de tradução envolve relações interculturais que

afetam tanto a língua e cultura de partida, como a língua e cultura de chegada.

Pelo que expusemos até aqui, acredita-se que a abordagem do papel da tradução na historiografia das línguas faz abrir um novo campo de pesquisa interdisciplinar, que inclui um diálogo entre três áreas: os Estudos da Tradução, a Linguística Histórica e a Sociolinguística. Parece-nos impossível conferir um tratamento apropriado aos problemas de tradução que emergem na história das línguas sem considerar os conhecimentos e ferramentas já construídos por essas três áreas, embora, por questões de limites textuais, não tenhamos a pretensão de discutir e apresentar uma proposta teórica de interface entre esses três campos do saber. Contudo, pretende-se tornar esse argumento mais palpável a partir da descrição de casos concretos envolvendo o papel da tradução na organização, normatização e circulação das línguas.

A seguir, tendo em mente as motivações discursivas, políticas e culturais para as traduções de textos, são apresentados três casos de tradução que tiveram implicações para história das línguas envolvidas.

2. O papel da tradução para a história da língua: três casos ilustrativos.

Na história das línguas, podemos encontrar diferentes casos de traduções que exerceram um papel crucial na consolidação política, identitária e cultural dessas línguas. Citamos, por exemplo, a tradução do grego para o latim da *Odisseia* de Homero feita por Lívio Andrônico, em 240 a.C., que inaugurou a literatura latina e serviu de modelo de língua para muitos poetas latinos e – por que não? – falantes de latim que vieram depois; a tradução do Antigo Testamento do hebraico para o latim feita por São Jerônimo, cerca de 400 d.C., que serviria de modelo para o latim eclesiástico praticado dali em diante; e, principalmente, a tradução da Bíblia feita por Martinho Lutero, em 1534, que notoriamente contribuiu para estabelecer o alemão moderno. Também, há que se considerar o papel político desempenhado pelas traduções no período de colonização, fato que produziu efeitos sobre os modos de circulação, normatização e consolidação das línguas e das culturas nos diferentes espaços geopolíticos colonizados.

Nota-se, de forma geral, dois movimentos aparentemente antagônicos produzidos pelos processos tradutórios: um centrífugo, que motiva a estratificação de uma língua, produzindo variedades linguísticas; e outro centrípeto, que condiciona a normatização e estabilização de uma língua. Exemplificando, na história da língua portuguesa, um caso de movimento centrífugo diz respeito ao Testamento de Afonso II, de 1214, um documento de grande valor, considerado

o primeiro documento real escrito em português. Desse documento, restaram duas das treze cópias feitas e distribuídas por diferentes entidades. Cada uma das treze cópias originais era destinada a uma região específica do reino. As duas cópias que restaram, em muitos momentos, parecem estar escritas em línguas diferentes, embora se trate de uma estratificação da língua portuguesa em variedades diferentes. Como veremos adiante, as cópias desse testamento consistiram em translações conscientes de textos, visando a línguas-alvo específicas. Já o movimento centrípeto pode ser exemplificado com os casos mencionados anteriormente, de tradução da Odisseia de Homero por Lívio Andrônico, do Antigo Testamento por São Jerônimo e da Bíblia por Lutero.

Tanto naqueles casos em que traduções constituem marcos na promoção da diversidade linguística, quanto nestes casos em que a tradução motiva a normatização de línguas, temos a figura do tradutor e o papel da tradução como implicados em processos de estabilização, variação e mudança das línguas. Esses dois pontos parecem ser centrais para pensarmos o problema da tradução na história das línguas. Para refletir sobre eles, serão apresentados alguns detalhes do caso do Testamento de Afonso II, da Bíblia de Lutero e dos textos religiosos no período colonial brasileiro.

2.1 As cópias do testamento de Afonso II.

O Testamento de Afonso II, datado de 27 de junho de 1214, é o primeiro documento real conhecido escrito em língua portuguesa. Conforme Avelino de Jesus da Costa (1979), seu autor, D. Afonso II, quando o escreveu, tinha apenas 28 anos de idade e pouco mais de três anos de reinado. Ele era, porém, uma pessoa muito doente e decidiu fazer esse testamento para garantir a paz e a tranquilidade da família e do reino, no caso de morrer prematuramente. Afonso II tomou providências para garantir a sucessão pela via masculina ou, na falta desta, pela filha mais velha. Além disso, no caso de uma possível menoridade do herdeiro, ele confiou ao Papa a proteção de seus irmãos e do reino. Segundo Costa (1979, p. 308):

Na disposição dos bens, além da rainha, dos filhos e filhas, contempla o Papa, as dioceses galegas de Santiago de Compostela e de Tui, alguns mosteiros e Ordens militares. Das dioceses portuguesas contemplou apenas a de Idanha, bispos de Coimbra, Évora, Lamego, Lisboa, Porto e Viseu, além de outras pessoas, de executarem as suas disposições testamentárias.

As treze cópias do testamento destinavam-se, portanto, aos herdeiros dessas diferentes regiões do reino. As duas cópias remanescentes eram destinadas ao arcebispo de Braga e ao arcebispo de Toledo. Afonso II fez ainda outros dois testamentos, ambos redigidos em latim; um datado de 1218, e o outro, de 1221. As duas cópias escritas no vernáculo apresentam diferenças consideráveis:

- a) Ambas foram escritas por mãos diferentes, como se pode observar pelo tipo e corpo de letra que em cada uma delas aparece (não estão identificados os copistas).
- b) A cópia de Braga (doravante B) tem 27 linhas, e a de Toledo (doravante T), 37 linhas.
- c) Alguns sons são representados com grafias diferentes em uma e outra.
- d) Também divergem certas formas linguísticas (ordem de palavras, sinônimos etc.).

Costa (1979, p. 311) defende que as cópias foram feitas a partir de um ditado simultâneo: “As variantes entre os exemplares [...] levam a supor que o original do testamento foi ditado para serem simultaneamente escritos vários exemplares por diferentes notários.” Castro (1991) não descarta essa hipótese de Costa, mas, considerando uma série de diferenças radicais entre os dois textos, defende que elas derivam ou de uma tradução a partir de um original em latim ou a partir de um original escrito no vernáculo então falado na capital do Reino (Coimbra). Algumas dessas diferenças destacadas por Castro (1991, p. 194-196) são as seguintes:

a) Variação na ordem das palavras:

(linha 2)	B	meu reino e me(us) uassalos
	T	meus uassalos e meu reino
(linha 9)	B	todas mias devidas
	T	mias deuidas todas
(linha 21)	B	out(ras) cousas
	T	cousas outras;

b) Variação entre vocábulos e sua ausência:

(linha 6)	B	do arcebispo de Santiago
	T	do de Santiago
(linha 8)	B	se a raina morrer
	T	se a reina dona Vrr(aca) morrer
(linha 8)	B	Da out(ra) meiadade

	T	Da outra mia meiadade
(linha 8)	B	fazã desta guisa
	T	facan ende desta guisa
(linha 12)	B	no dia
	T	en dia
(linha 12)	B	ssi eu en
	T	se en
(linha 13)	B	en'os out(ro)s logares
	T	en outros logares
(linha 18)	B	q(ue) os de ... aq(ue)stes
	T	q(ue) os de ... a aq(ue)stes
(linha 18)	B	todos nã poderem
	T	nã pode(er)en
(linha 24)	B	mãdo aq(ue)les
	T	mãdo a aq(ue)les
(linha 25)	B	come outra
	T	como a outra
(linha 26)	B	facer guarda
	T	faco eu aguardar;

c) Variação entre vocábulos:

(linha 7)	B	como uirẽ por directo
	T	como uiren por guisado
(linha 8)	B	aq(ue)stas
	T	estas
(linha 16)	B	e dito
	T	e nomeado
(linha 17)	B	se alguus de me(us) filios ouuerẽ
	T	se alguno de meus filios ouuer
(linha 20)	B	no meu logar
	T	no meu logo
(linha 26)	B	nouea
	T	nona

A despeito das preferências pessoais de um e outro copista, certas variações de formas linguísticas atestam a existência de dialetos significativamente diferentes – tão diferentes entre si quanto o são hoje o galego, o português, o espanhol e o catalão. É interessante observar que Braga se encontra no extremo norte do território português, na divisa com a Galícia, próxima a Guimarães e ao Porto, e Toledo fica no centro do território, entre Coimbra e Lisboa. Pouco tempo antes do momento em que se escreve o Testamento, a capital tinha sido

transferida de Guimarães para Coimbra. Isso significou a independência política de Portugal e também a independência linguística em relação ao galego-português. Disso podemos inferir que a cópia destinada a Braga é escrita em um dialeto mais próximo do galego-português do que a cópia destinada a Toledo, fato que ilustra a promoção da estratificação linguística de uma língua, com variedades e variantes linguísticas emergindo no processo tradutório.

De um modo geral, a língua da cópia destinada a Toledo é muito mais próxima do atual português brasileiro do que a língua da cópia destinada a Braga, seja em aspectos fonético-fonológicos, morfológicos, sintáticos, lexicais e semânticos, seja em aspectos discursivos. Análises aprofundadas dessas diferenças podem ser encontradas não apenas em Avelino de Jesus da Costa (1979) e Ivo Castro (1991), mas também em Edwin Willians ([1938] 1975), Joseph Huber ([1933] 1986), Ana Maria Martins (1985), Anthony Naro ([1971] 1973) e Joseph Maria Piel (1942). A partir dessas análises, o que se pode afirmar é que – tenham sido essas cópias feitas a partir de um ditado, a partir de um original latino, ou partir de um esboço escrito num dialeto vernáculo (provavelmente de Coimbra) – estamos diante de um caso de tradução deliberada pelo copista-tradutor. Cada um dos copistas-tradutores evidentemente sabia que o público-alvo da sua cópia falava uma língua distinta e respeitou as particularidades dessa língua.

2.2 A Bíblia de Lutero.

Não apenas a tradução da Bíblia de Lutero, publicada em 1534, mas toda tradução da Bíblia para outras línguas foi considerada um divisor de águas na história intelectual da humanidade e especialmente na história de cada língua, sobretudo no Ocidente, pelo valor político e cultural que as traduções e os tradutores passaram a assumir: “[...] o Ocidente dedicou tanta atenção às traduções, pois o seu texto central, a Bíblia, foi escrito em uma língua que não podia ser compreendida prontamente e, por isso, foi obrigada a confiar nos tradutores para legitimar o poder” (LEFEVERE, 2003, p. 3). Temos, por exemplo, a tradução para francês, publicada em 1528 por Jacques Lefevre d’Étaples (ou *Faber Stapulensis*); a tradução para o espanhol, publicada na Basileia em 1569 por Casiodoro de Reina (*Biblia del Oso*); a tradução para o tcheco, publicada

2 “[...] the West has paid so much attention in translation because its central text, the Bible, was written in a language it could not readily understand, so that it was forced to rely on translators to legitimize power.”

em Kralice entre 1579-1593; a tradução para o inglês, conhecida como Bíblia do Rei James, publicada em 1611; e a tradução para o holandês, conhecida como *The States Bible*, publicada em 1637. Todas essas traduções, guardadas as devidas proporções, causaram muito impacto cultural e linguístico em seus países. Entretanto, a tradução de Lutero para o alemão merece algum destaque, principalmente pelas declarações e explicações que ele deixou a respeito da sua tradução e das suas escolhas.

Numa das anotações feitas por seus alunos e colaboradores durante encontros informais (as chamadas “Conversas à mesa”), Martinho Lutero (1532 apud FURLAN, 2004, p. 13) afirma que a “A verdadeira tradução é a adaptação do que foi dito numa língua estrangeira à sua própria língua.” Ocorre que a “própria língua” de Lutero não estava bem consolidada quando ele se propôs a traduzir a Bíblia. Naquela época, o que hoje se conhece como alto-alemão era um conjunto de dialetos distintos, nem sempre compreensíveis entre si.

Ciente da importância política e religiosa de unificar a língua, Lutero se propôs a compor um alemão *standart* a partir daqueles dialetos existentes, a fim de que o povo pudesse se identificar com aquela língua e, por tabela, com aquela Bíblia. É por isso que na sua Carta Aberta sobre a Tradução, publicada em 1530, ao criticar traduções anteriores à sua, decalcadas do latim, Lutero afirma:

Assim, quando Cristo fala: *Ex abundantia cordis os loquitur*. Se eu fosse seguir esses asnos, eles me apresentariam a letra e traduziriam assim: *Aus dem Überfluss des Herzens redet der Mund* [Da abundância do coração fala a boca.] Diga-me: isso é falar alemão? Que alemão entenderia uma coisa dessas? Que coisa é *abundância do coração*? Nenhum alemão poderia dizer isso, a não ser que quisesse dizer que alguém tem um coração demasiado grande ou tem coração demais; embora isto também não seja correto. Pois, *abundância do coração* não é alemão, assim como não é alemão *abundância da casa*, *abundância da estufa*, *abundância do banco*, porém *assim* fala a mãe em casa e o homem comum: *We das Herz voll ist, des gehet der Mund über* [A boca fala daquilo de que o coração está cheio]. Isto é falar um bom alemão, pelo que eu me esforcei, e infelizmente nem sempre consegui ou o encontrei. Pois as letras latinas dificultam muito a formulação para se falar em bom alemão (LUTERO, [1530] 2006, p. 105).

As declarações e explicações de Lutero sobre as suas opções tradutórias são repletas de comentários desse tipo, marcados por um humor ácido. Independente disso, interessa ressaltar que no grande projeto de tradução de Lutero estava presente uma outra preocupação: a empreitada de reforma da língua alemã. Essa postura coloca a Bíblia de Lutero ao lado daquelas traduções que

constituíram marcos na formação e consolidação política de uma língua, como a Odisseia de Lívio Andrônico no caso do latim.

Na contramão do espírito protestante, a Igreja Católica manteve uma atitude ambivalente em relação às traduções da Bíblia, fato que se vincula ao processo de “inculturação”, entendido como as formas de materialização e incorporação da fé e da religião nas diversas culturas. Nesse processo, a tradução se torna um problema central, uma vez que o texto bíblico é a referência principal da fé católica. Assim, em 1965, em uma fala destinada aos tradutores, o Papa Paulo VI teria declarado que as línguas vernaculares seriam *vox ecclesiae* (a voz da Igreja); tal declaração teria sido publicada em latim, o que revelaria uma ambivalência nas atitudes da Igreja em relação à tradução, isso porque “[...] enquanto o Conselho sublinhou a prioridade da “Fé” em relação à cultura, alguns teóricos recentes parecem considerar a cultura como a principal fonte e norma da fé”³ (BEALL, 1996, p. 1).

No embalo dessas reflexões, acredita-se que ainda está por ser contada uma história da língua portuguesa que focalize o papel das traduções. Não só as “cópias” do Testamento de Afonso II merecem destaque nesse contexto, mas também a Bíblia de João Ferreira de Almeida, a tradução de textos científicos no período da expansão marítima (MACHADO, 2010) e, se quisermos expandir o nosso escopo, a gramática de Fernão de Oliveira (moldada *Grammatica castellana*, de Antonio Nebrija) e – por que não? – Os Lusíadas de Camões, obra composta a partir da imitação da Eneida de Virgílio.

Conforme afirmado no início, nas traduções que participaram do processo de consolidação de uma língua, o tradutor é um falante de uma língua-alvo que tem o papel (político e cultural) de intervir na constituição dessa língua e contribuir para a sua consolidação por meio de uma tradução. Mais importante ainda, no que se refere à historicização de uma língua, as traduções podem deflagrar a diversidade linguística, contribuindo para que uma dada variedade afirme a sua identidade. Tanto no caso das cópias do Testamento de Afonso II quanto no caso da Bíblia de Lutero, nota-se um espaço interessante para o estudo sociolinguístico do problema dos fatores condicionantes, em que variedades linguísticas ou a norma emergem como efeitos de diferentes manobras tradutórias.

3 “[...] while the Council stressed the priority of ‘the Faith’ over culture, some recent theorists seem to regard culture as the ultimate source and norm of faith.”

2.3 A tradução como instrumento de poder no Brasil colonial.

A tradução como procedimento político faz parte da história de constituição e consolidação de civilizações, nações, povos e grupos sociais variados. É o que se percebe, por exemplo, nos empreendimentos coloniais a partir das grandes navegações nos séculos XV-XVI que se alimentaram, como estratégia colonial, das traduções: “O colonizador utilizou as traduções como uma maneira de oprimir o colonizado”⁴, embora, evidentemente, sempre reservando espaços de resistência para os povos subjugados, afinal “[...] o colonizado utilizou a tradução para manter a cultura e tradição indígenas”⁵ (DAS, 2008, p. 85). Para tanto, foi produzida uma gama de instrumentos linguísticos (gramáticas e dicionários) das línguas consideradas exóticas com fins de doutrinação religiosa e promoção dos valores dominantes na língua dos subjugados, fenômeno conhecido como gramatização (AUROUX, 2000). E nesse processo de tradução no período colonial, especialmente por motivações políticas e evangelizadoras, “[...] muitos vocábulos e catecismos comportam elementos linguisticamente ininteligíveis [...]” (AUROUX, 2009, p. 80). Tal fato abre “brechas” para que fenômenos de variação e mudança linguística ocorram, uma vez que “[...] a norma escrita veiculada pelas gramáticas transforma as pronúncias, [...] ela pode suscitar novas associações semânticas, ou ainda novas reinterpretações morfológicas das unidades.” (AUROUX, 2009, p. 72). Isso para mencionar apenas aspectos estruturais das línguas. Contudo, é preciso considerar também que as traduções não implicam apenas a busca por correlações estruturais entre línguas; há que se levar em conta, também, a tradução de aspectos discursivos, como os gêneros (orais e escritos), as visões de mundo, a cultura de um dado grupo social, entre outros.

A título de ilustração, José de Anchieta traduziu para o tupi três gêneros discursivos circulantes pela Europa: os diálogos, as líricas e os autos. Os primeiros, amplamente presentes na Espanha, se baseavam no Catecismo Romano (como a *Disputatio Puerorum*, em uso desde o século XI) e visavam ajustar os comportamentos à moral cristã através de uma estrutura composicional que se assemelhasse à modalidade oral. Já as líricas, que deveriam ser cantadas por todos, também eram gêneros literários amplamente circulantes na Europa – conhecidas em Portugal como as cantigas dos colonos –, que ao serem transpassadas para a língua indígena, adotavam temas religiosos maniqueístas e uma estrutura composicional na forma de rimas:

Através dessa nova modalidade de criação de textos em língua indígena, Anchieta

4 “The colonizer used translations as a means to oppress the colonized [...]”

5 “[...] the colonized used translation to maintain the indigenous culture and tradition.”

traduzia a tradição literária ibérica para a cultura do nativo. Em suas poesias, a rima, a métrica e o ritmo são característicos da versificação românica e a sonoridade é tupi (FILHO, 2007 p. 77).

Notamos a dimensão híbrida presente nos processos de tradução, desvelando que a mescla cultural implica, também, relações de poder e de resistência, uma vez que a sonoridade tupi, provavelmente ausente de significado ideológico para os evangelizadores, carrega significados culturais decifráveis apenas para aqueles imersos na cultura indígena:

O Grande Som Primeiro – também chamado Tupã Tenondé, expressão desdobrada das palavras *tu* (som), *pan* (sufixo indicador de totalidade), *tenondé* (primeiro, início) – era como no século XVI os Tupinambá tentaram comunicar aos religiosos estrangeiros quando eram interrogados a respeito do conceito indígena de Deus; no entanto [...] aqueles que vieram do outro lado das Grandes Águas entenderam apenas um aspecto superficial desse Altíssimo Ser-Trovão (JECUPÉ, 2001, p. 33).

Os autos, totalizando oito produções de Anchieta, eram inspirados nas peças de teatro portuguesas – especialmente em Gil Vicente –, enredavam temas religiosos, tinham uma tonalidade pedagógica, envolviam personagens indígenas, bíblicas e históricas, eram polilíngues, e finalizavam com música e dança, numa tentativa de incorporação da cultura indígena (FILHO, 2007).

Ainda sobre o processo de tradução que caracterizou as evangelizações no Brasil colonial através da criação de gramáticas das línguas indígenas e da tradução de textos cristãos em língua indígena (por José de Anchieta, Luís Figueira, Luís Vincencio Mamiani, Leonardo do Vale e Antônio Vieira, entre outros), reiteramos que não se tratava de uma estratégia colonizatória que impedia qualquer forma de resistência aos grupos subjugados: se, por um lado, as ideologias religiosas e lusitanas se impuseram mediante a tradução desses discursos para as línguas indígenas, conforme se percebe no verso ensinado pelos jesuítas e entoado pelos meninos indígenas: “*O Virgem Maria / Tupan ey êté / Aba pe ara porá / Oicó endêyabê.*” A tradução: “Ó Virgem Maria, mãe de Deus verdadeira, os homens deste mundo estão bem convosco” (FREYRE, 2003, p. 111); por outro lado, “essa ‘tradução’ foi re-traduzida, ou seja, de-codificada pelos destinatários indígenas da mensagem cristã: o resultado foi a produção de uma religião ‘híbrida’, no interior de uma cultura de contato” (POMPA, 2001, p. 80), ou, em outros termos, de um catolicismo indígena (FILHO, 2007). Com isso, a recepção dos discursos evangelizadores pelos indígenas não ocorria na mesma “chave interpretativa” que a dos cristãos e portugueses, e o resultado

disso foi o hibridismo religioso, linguístico e discursivo que emergia dos contatos entre os colonizadores e colonizados, o que se evidencia, por exemplo, pela reinterpretação de sistemas simbólicos cristãos pelos indígenas: “os resultados do transplante da religião europeia no imaginário indígena criavam, em última instância, uma terceira religião ou credo entre os nativos, que somente a situação colonial tornaria propícia” (FILHO, 2007, p. 97).

Os hibridismos linguístico-discursivos presentes no processo de tradução incluíam a incorporação ao universo linguístico indígena de palavras portuguesas ou latinas, amálgamas lexicais (radicais em português e sufixos em língua indígena), elaborações sintáticas ibéricas em língua indígena para expressar sentidos não existentes nessa língua, expansões e apropriações de significados de termos indígenas pelos tradutores, e mescla de termos das duas línguas (POMPA, 2001; FILHO, 2007). Exemplificando a expansão e apropriação de significação, o termo tupi *Anhangá* foi utilizado pelos missionários para designar demônio, em oposição a Deus (*Tupã*), e era usado para demonizar os comportamentos e rituais indígenas; por outro lado, na cosmogonia indígena, diferentemente de uma visão maniqueísta, o mesmo termo designava um elemento sobrenatural que protegia a floresta e os animais, sem qualquer conotação negativa (FILHO, 2007). Além disso, neologismos em língua tupi eram criados para veicular sentidos cristãos: o termo *tupãoka* (*Tupã* + *óka*) designava ‘igreja’ e a palavra ‘inferno’ era traduzida como *Anhangá ratá* (fogo de *Anhangá*), construção que, evidentemente, não carregava a mesma significação em ambas as culturas. Também havia termos que, devido ao significado simbólico para a Igreja, não eram traduzidos, como ‘domingo’, ‘Virgem Maria’, ‘Santa Igreja’, entre outros, como se percebe no início da prece: “Ave Maria, graça *resé tynysémbae* (Ave Maria, cheia de graça)” (FILHO, 2007, p. 185).

Assim, ao consideramos o papel da tradução no processo de colonização dos povos indígenas no período colonial, há que se considerar que, por um lado, uma série de instrumentos linguísticos decodificaram e sistematizaram essas línguas com vistas a favorecer e possibilitar a tradução de textos portugueses para uma língua homogeneizada por aqueles instrumentos; por outro lado, esses discursos (cristãos e lusitanos) ao circularem no interior de línguas indígenas, não foram apropriados passivamente, mas ressignificados/retraduzidos à luz do universo cultural dos povos indígenas, isso porque “a tradução [...] não é um processo que ocorre apenas na cabeça do tradutor. O leitores decidem acatar ou rejeitar traduções”⁶ (LEFEVERE, 2003, p. 5).

6 “Translation [...] is not a process that happens only in the translator’s head. Readers decide to accept or reject translations.”

Considerações finais.

Os três casos apresentados permitem visualizar o potencial da abordagem da tradução na historicização das línguas. Longe de ser um fenômeno periférico, a tradução parece estar no centro do processo de constituição, consolidação e, porventura, estratificação das línguas. O caso das cópias do Testamento de Afonso II ilustra a promoção da diversidade linguística no mundo lusófono no início XIII; e o contexto de produção daquelas cópias – que podem ser vistas como traduções – revela tanto a promoção da estratificação linguística, como a concorrência, em termos de prestígio, entre a variedade do norte (destituído da capital do reino) e a variedade do eixo Coimbra-Lisboa (local da nova capital). O caso da Bíblia de Lutero, já bastante explorado por outros estudiosos, constitui um marco no estabelecimento e normatização do alto alemão (*hochdeutsch*) por levar ao texto sagrado – e, portanto, dotar de prestígio – formas típicas de dialetos populares, até então marginalizados pela Igreja, hoje constituintes da língua oficial alemã. As traduções para o tupi e outras línguas indígenas no Brasil colonial mostram uma via de mão dupla, em que, por um lado, os portugueses visaram aculturar os indígenas, introduzindo em suas línguas novos gêneros e provocando a derivação de novos vocábulos; por outro, o processo de recepção das traduções pelos povos indígenas não foi passivo e favoreceu a emergência de fenômenos culturais, linguísticos e discursivos híbridos. Nos três fenômenos analisados nota-se o papel das relações de poder como promotoras de processos tradutórios e (des)estabilizadoras de variedades linguísticas e línguas.

Por fim, acreditamos que casos tradutórios de outras naturezas possam ser invocados na tentativa de historicizar línguas, tendo em vista o caráter interdisciplinar dessa abordagem e os diversos fatos linguísticos que se cruzam no fenômeno da tradução. Recontar a história das línguas pelo viés das traduções, ao que nos parece, tanto instaura uma nova perspectiva de estudo e de compreensão da dinâmica das línguas que possibilita colocar em diálogo três campos do saber, entre eles, os Estudos da Tradução, a Linguística Histórica e a Sociolinguística; como lança luz sobre a importância da dimensão discursiva na historiografia das línguas, pontuando, por exemplo, o papel da tradução de gêneros e de discursos como modos de apreensão, compreensão e (re)significação do mundo.

Referências bibliográficas.

- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso [1952-53]. In: _____. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BEALL, Stephen M. Translation and Inculturation in the Catholic Church. *Adoremus bulletin*. Online Edition - Vol. II, No. 6, 1996. Disponível em <http://www.adoremus.org/1096-Beall.html>. Acesso em 23 jan. 2013.
- CASTRO, Ivo. *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.
- COSTA, Avelino de Jesus da. Os mais antigos documentos escritos em português. *Revista Portuguesa de História*, v. XVIII, Coimbra, 1979.
- DAS, Bijay Kumar. *A handbook of translation studies*. Nova Delhi, Índia: Atlantic, 2008.
- FILHO, Paulo Edson Alves. *Tradução e sincretismo nas obras de José de Anchieta*. Tese (Doutorado em Letras) – Departamento de Língua Inglesa e Literaturas Inglesa e Norte-Americana, Universidade de São Paulo (USP), 2008.
- FREYRE, G.. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 481 ed. São Paulo: Global, 2003.
- FURLAN, Mauri. “A teoria de tradução de Lutero”. In: Annete Endruschat & Axel Schönberger (orgs.). *Übersetzung und Übersetzen aus dem und ins Portugiesische*. Frankfurt am Main: Domus Editoria Europaea, 2004. p. 11-21.
- HUBER, Joseph. *Gramática do português antigo*. Trad. Maria Manuela Gouveia Delile. Lisboa: Fundação Gulbekian, 1986.
- JECUPÉ, Kaka Werá. *Tupã Tenondé: a criação do Universo, da Terra e do Homem segundo a tradição oral Guarani*. São Paulo: Peirópolis, 2001.
- LUTERO, Martinho. Carta aberta sobre a tradução. Trad. Mauri Furlan. In: FURLAN, M. (org.). *Clássicos da teoria da tradução: Renascimento*. Florianópolis: UFSC/NUPLITT, 2006. v. 4. pp. 94-118.
- LEFEVERE, André. *Translation/History/Culture: A sourcebook*. Londres/Reino Unido: Routledge, 2003.
- LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (organizadores). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.
- MACHADO, Cristina de Amorim. *O papel da tradução na transmissão da ciência: o caso do Tetrabiblos de Ptolomeu*. Tese (Doutorado em Letras) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), 2010.
- MARTINS, Ana Maria. *Elementos para um comentário linguístico do Testa-*

- mento de Afonso II (1214)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1985.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2004). *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial.
- _____. Orientações atuais da Lingüística Histórica brasileira. *DELTA*. 1999, vol.15, n.spe. pp. 147-166. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501999000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 jan. 2013.
- NARO, Anthony J. A história do *e* e do *o* português: um estudo de deriva linguística. In: NARO, Anthony J. *Estudos diacrônicos*. Petrópolis: Vozes, 1973. pp. 9-51.
- NOLL, Volker. *O português brasileiro*. São Paulo, Globo, 2008.
- PIEL, Joseph Maria. Considerações sobre a metafonía portuguesa. *Biblos*, v. VIII, 1942, pp. 365-371.
- POMPA, Maria Cristina. Religião como tradução: Missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial. Tese (Doutorado em Antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 2001.
- RICOEUR, Paul. *Sobre a tradução*. Trad. Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Edições Cotovia, 2005.
- ROBINS, R. H. *Pequena História da Lingüística*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1983.
- WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.
- WILLIAMS, Edwin. *Do latim ao português*. Fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa. Trad. de Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975

ANÁLISE COMPARATIVA DE NBRs DE TERMINOLOGIAS E O DICIONÁRIO HOUAISS

Cleide Lemes da Silva Cruz
Universidade de Brasília

RESUMO: Este trabalho apresenta uma análise comparativa entre duas Normas Brasileiras de Regulamentação (NBRs), a saber, NBR 6502:1995 – Rochas e Solos e NBR 10703:1989 – Degradação do solo e o Dicionário Houaiss (2009), a fim de classificar as NBRs como glossários técnicos, segundo a metodologia da avaliação de dicionários postulada por Faulstich (1998). A análise aborda, ainda, um breve panorama enfocando a macroestrutura e a microestrutura do dicionário Houaiss; seguido do preenchimento do roteiro para avaliação de dicionários e glossários científicos e, por fim, o cotejo da macroestrutura e a microestrutura do dicionário Houaiss e das NBRs.

PALAVRAS-CHAVE: Terminologia, Lexicografia, NBR.

ABSTRACT: This paper presents a comparative analysis between two Brazilian Regulatory Standards (NBRs), namely NBR 6502:1995 - Rocks and Soils and NBR 10703:1989 - Soil degradation and Houaiss Dictionary (2009) in order to classify as NBRs technical glossaries, according to the methodology of evaluation of dictionaries postulated by Faulstich (1998). The analysis covers also a brief overview focusing on the macrostructure and microstructure of the dictionary Houaiss; followed completing the screenplay for evaluation of scientific dictionaries and glossaries, and finally, the comparison of the macrostructure and microstructure of the dictionary Houaiss and NBRs.

KEYWORDS: Terminology, Lexicography, NBR.

Introdução

A intenção de apresentarmos uma análise comparativa entre duas Normas Brasileiras de Regulamentação¹ e o Dicionário Houaiss (2009) deu-se em decorrência dos estudos de doutoramento em que temos como objetos de análise, as referidas normas. Este estudo nos possibilitou investigar como os termos são apresentados na macroestrutura e na microestrutura dessas NBRs, a fim de estabelecer uma proximidade dessas estruturas com as do Dicionário Houaiss. Para atingir nosso objetivo, nos valem do Roteiro para avaliação de dicionários e glossários científicos e técnicos, elaborado por Faulstich (1998), por entender que este instrumento nos será útil para obtermos as informações que darão base para nossa análise.

Este artigo está assim organizado: i) apresentação de um breve panorama sobre a dicionarística, enfocando a macroestrutura e a microestrutura do dicionário Houaiss e como elas são construídas pelo lexicógrafo/terminólogo; ii) preenchimento do Roteiro, o qual apresenta a estrutura das NBRs analisadas e, iii) discussão da análise realizada, a partir do cotejo da macroestrutura e a microestrutura do Houaiss e das NBRs.

1. A macroestrutura e a microestrutura do Dicionário Houaiss.

Cada dicionário possui características próprias que estão intimamente ligadas aos objetivos e finalidades aos quais se compromete abranger. Isso muito se deve a uma constante necessidade de atender aos consulentes e às suas necessidades de conhecimento. Como representante da língua comum, escolhemos o Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa (2009)² como fonte para a identificação da macroestrutura e da microestrutura.

Um dicionário é constituído, segundo Biderman (2001, p. 18), “de entradas lexicais, ou lemas que ora se reportam a um termo da língua, ora a um referente do universo extralinguístico”. Correia (2009, p. 23) afirma que o dicionário é uma obra organizada em torno de duas estruturas: a microestrutura e a macroestrutura. De acordo com a autora, por seu turno, a macroestrutura é “o conjunto de todas as partes que constituem o dicionário; dela podem fazer parte, além da nomenclatura (a lista, por ordem alfabética, das entradas do dicionário), o prefácio, a introdução”, a seguir:

1 Doravante NBR.

2 DH.

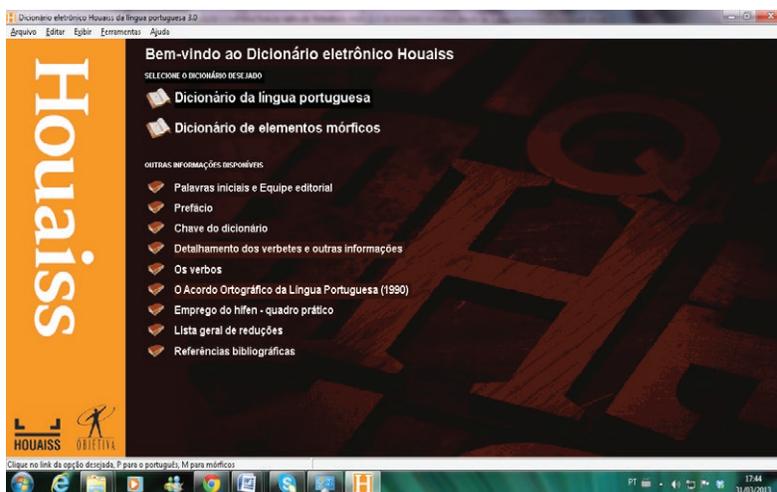


Figura 1: Exemplo de macroestrutura no Houaiss (2009).

Na macroestrutura do DH em formato eletrônico (2009) basta clicar em cada um dos itens em – selecione o dicionário desejado (de língua portuguesa ou de elementos mórficos) ou outras informações disponíveis – e colher as informações buscadas, como por exemplo:

- a) em palavras iniciais e equipe editorial: o consulente encontrará um resumo da vida do autor “Antonio Houaiss” e a equipe que o ajudou a organizar o dicionário em análise;
- b) o prefácio escrito por Mauro de Salles Villar (colaborador da obra);
- c) chave do dicionário: neste espaço, são esclarecidos os símbolos, as abreviações e as informações que constam no verbete do dicionário;
- d) detalhamento dos verbetes: em 17 páginas são apresentadas as informações que constam no corpo do verbete, como este aparecerá na obra, quais informações foram acrescentadas e quais foram retiradas em relação à obra impressa;
- e) verbos: sendo de um total de 11 páginas, os verbos são explicados detalhadamente como devem ser pesquisados;
- f) o Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa (1990): são apresentadas algumas informações acerca dos acordos firmados pelos países falantes de língua portuguesa;
- g) emprego do hífen: o DH traz em 2 páginas informações sobre o uso do hífen;
- h) em 6 páginas são informadas as reduções ou abreviações utilizadas no corpo do dicionário;
- i) e por fim, as referências bibliográficas, que, embora apresentadas em 7 pági-

nas, não totalizam todas as publicações e afins de que se serviram para consulta nos anos transcorridos durante a feitura dos dicionários.

Ainda segundo Correia (p. 24) “dentro de um dicionário, todos os artigos ou verbetes apresentam os mesmos tipos de informação, pela mesma ordem e de forma idêntica”. Assim, uma microestrutura de um dicionário deve ter: palavra-entrada + categoria/gênero + etimologia + definição + área de especialidade + abonação + datação, entre outros. Exemplificamos, a seguir, a microestrutura do DH:

norma
s.f. (1670) **1** aquilo que regula procedimentos ou atos; regra, princípio, padrão, lei <*n. técnicas*> <*n. sociais*> <*n. de redação*> <*n. jurídica*> **2** padrão estabelecido, costume <*tem como n. dormir cedo*> **3** exemplo, modelo, padrão **4** LING GRAM conjunto dos preceitos estabelecidos na seleção do que deve ou não ser us. numa certa língua, levando em conta fatores linguísticos e não linguísticos, como tradição e valores socioculturais **5** LING tudo o que é de uso corrente numa língua relativamente estabilizada pelas instituições sociais **6** ÁLG raiz quadrada do produto escalar de um vetor por ele mesmo **7** EDIT título abreviado de uma publicação que acompanha o número de cada caderno, para orientar o alceamento **8** MAT comprimento de um vetor; função não negativa de valor real definida sobre um espaço vetorial, satisfazendo a desigualdade triangular ↷ ETIM lat. *nórm.a*, *ae* ‘regra, padrão’ ↷ SIN/VAR ver sinonímia de costume, modelo e regulamento ↷ COL *credo*, *normológio*, *preceituário*

Figura 2: Exemplo de microestrutura de verbete no Houaiss (2009).

O lexicógrafo estabelece assim, a estrutura do dicionário que ele pretende desenvolver, além de levar em conta o discurso presente na obra, o consulente e os termos que comporão a referida obra.

2. A macroestrutura e a microestrutura das NBRs.

A necessidade de se descrever a linguagem especializada das áreas técnicas já foi manifestada anteriormente pelo austríaco Éugene Wüster (1998) que, destacou a urgente publicação de produtos que apresentassem a terminologia de uma dada área de especialidade.

A criação de um produto terminológico, no formato de uma NBR referente a diferentes áreas especializadas, apresenta-se como atividade de valor social,

pele fato de contribuir para solucionar problemas de normalização, nomenclatura, informação e comunicação. No dizer de Krieger e Finatto (2004, p. 131): [...] “o produto deve atender às necessidades de um público-alvo, e de preferência, deve preencher uma lacuna de informação”.

Correia (2009, p. 30) informa que as normas procuram prescrever o uso dos termos no âmbito da terminologia, segundo a concepção para os próprios terminólogos e terminógrafos. A macroestrutura das NBRs analisadas está assim apresentada: Todas as normas apresentam uma capa onde constam: a logomarca da ABNT, endereço da instituição à esquerda da capa. À direita, na capa, constam mês e ano da publicação da norma, o número da norma, precedido da sigla NBR, o título em letras maiores e em negrito. Ainda na capa, encontramos se a norma remete a procedimento, método de ensaio ou terminologia, além das informações dos comitês responsáveis em coletar, definir, padronizar os termos que serão apresentados e os objetivos de criação daquela norma, veja a seguir:



ABNT-Associação
Brasileira de
Normas Técnicas

Sede:
Rio de Janeiro
Av. Treze de Maio, 13 - 28º andar
CEP 20003-900 - Caixa Postal 1580
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: PABX (021) 210-3122
Telex: (021) 34333 ABNT - BR
Endereço Telegráfico:
NORMATECNICA

Copyright © 1995.
ABNT-Associação Brasileira
de Normas Técnicas
Printed in Brazil
Impresso no Brasil
Todos os direitos reservados

	SET 1995	NBR 6502
Rochas e solos		
Terminologia		
Origem: Projeto NBR 6502/1993 CB-02 - Comitê Brasileiro de Construção Civil CE-02:004.05 - Comissão de Estudo de Rochas e Solos NBR 6502 - Rocks and soils - Terminology Descriptors: Rock, Soil Válida a partir de 30.10.1995		
Palavras-chave: Rocha. Solo. Fundação		18 páginas

1 Objetivo	h) principais tipos;
Esta Norma define os termos relativos aos materiais da crosta terrestre, rochas e solos, para fins de engenharia geotécnica de fundações e obras de terra.	i) propriedades.
	2.1.1 Rocha

Figura 3: Exemplo de macroestrutura da NBR 6502.

A microestrutura é reservada para a apresentação em si dos termos, que similarmente se assemelha a um verbete de dicionário, sem, contudo, trazer informações linguísticas, posto que, apresenta os termos de uma dada área de especialidade. Veja, a seguir, o exemplo de um termo coletado da NBR de terminologia de Rochas e Solos:

2.1.2.2 Metamórfica

Rocha proveniente de transformações sofridas por qualquer tipo de rocha preexistente que foi submetida à ação de processos termodinâmicos de origem endógena, os quais produziram novas texturas e novos minerais que geralmente se apresentam orientados. Por exemplo: gnaiss, xisto, filito.

Figura 4: Exemplo de termo definido na NBR 6502.

Note que na apresentação do termo ‘metamórfica’ não aparecem as informações linguísticas: gênero, categoria, etimologia entre outras. Há apenas a definição segundo as necessidades do consultante de uma dada área de especialidade. O mesmo ocorre na apresentação do verbete erosão, na NBR 10703.

Seções	Termos	Definições
2.184	<i>Erosão</i>	Desagregação e remoção do solo ou de fragmentos e partículas de rochas pela ação combinada da gravidade com a água, vento, gelo e organismos (plantas e animais).

Figura 5: Exemplo de termo definido na NBR 10703.

Neste exemplo de verbete (Fig. 5), observamos a semelhança com um verbete de dicionário, pois a palavra-entrada está designada pela referência *termo* e a definição pelo próprio termo *definições*. Diante disso, podemos afirmar que na microestrutura das NBRs 6502 e 10703 estão presentes a palavra-entrada e a definição.

3. O roteiro preenchido.

Com o intuito de compararmos as NBRs como documentos que se assemelham ao dicionário Houaiss, recorreremos ao Roteiro de Faulstich (1998) para a análise de dicionários e glossários técnicos que, à época, segundo a autora,

foi apresentado como um “método que possibilitasse a avaliação de dicionários de diferentes tipos e naturezas, de forma organizada e sistemática” (2011, p. 182). Ainda de acordo com Faulstich, o roteiro foi validado como sendo um instrumento que fornece uma síntese lexicográfica ou terminográfica da vasta informação apresentada por um documento terminológico. A seguir, apresentamos o roteiro³ preenchido com a análise das NBRs 6502 e 10703.

3.1 NBR 6502:1995.

Título: NBR 6502:1995 – Rochas e Solos

Autor: ABNT

Editora/ edição/ data: ABNT/Não informado/1995

Local de publicação: Rio de Janeiro

3.1.1 Sobre o autor.

Trata-se de pessoa reconhecida na área de dicionarística ou de terminologia?

Sim. Apesar de ser uma entidade da sociedade civil, a ABNT foi reconhecida como sendo de utilidade pública através da Lei nº 4.150, de novembro de 1962, que decreta que as suas normas são de uso obrigatório nos serviços públicos concedidos pelo governo federal, assim como nas obras e serviços executados nos âmbitos dos governos estaduais e municipais, mas financiados com recursos federais.

3.1.1.1 Fez parte de grupo de pesquisa da área de dicionarística ou de terminologia?

Não, porém sabe-se que esta obra foi produzida pelo CB-02 - Comitê Brasileiro de Construção Civil, a maior autoridade do ponto de vista técnico (p. 60) e pela CE-02:004.05 - Comissão de Estudo de Rochas e Solos, que elabora o Projeto de Norma Brasileira, preferencialmente com base em normas internacionais, de acordo com o Código de Boas Práticas em Normalização da ISO e OMC.

3.1.1.2 Qual a formação acadêmica do autor principal e dos participantes do grupo de pesquisa?

3 Para maiores informações sobre cada um dos itens que compõem os campos do roteiro, sugerimos a leitura do trabalho de Faulstich, E. In.: Organon, nº 50, 2011, pág. 185-195.

Por se tratar de uma sociedade civil, seus integrantes são das mais diversas áreas técnicas, tendo dentre eles linguistas, terminólogos.

3.1.1.3 Qual a profissão exercida na época da publicação da obra em análise? Não se aplica.

3.1.2 Sobre a apresentação da obra pelo autor.

3.1.2.1 Há introdução na qual apareçam claramente:

a) os objetivos da obra? Sim, segundo a norma, esta define os termos relativos aos materiais da crosta terrestre, rochas e solos, para fins de engenharia geotécnica de fundações e obras de terra.

b) o público para o qual o conteúdo se dirige? Não, porém devido à origem da autoria da obra, pode-se afirmar que está direcionada aos engenheiros, mestres de obras, pedreiros, serventes e demais pessoas ligadas diretamente à Construção Civil.

c) as informações sobre como consultar o dicionário ou vocabulário? Sim. A norma está dividida em duas seções, assim apresentada: Para os efeitos desta Norma são adotadas as definições constantes em 2.1 para os termos técnicos relativos à rocha e as definições constantes em 2.2 para os termos técnicos relativos a solo, além de informar sobre o agrupamento dos termos relativos a rochas por meio da itemização para destacar a definição, origem, forma de ocorrência, coloração, textura, composição química e estrutura.

d) referências à bibliografia de onde foi extraído o corpus? Apenas uma referência incompleta. No termo Argila dispersiva, após a definição, aparece entre parênteses o seguinte nome: Van Der Waals, porém sem as informações do título da obra, editora, data e local de publicação.

e) Há bibliografia de consulta justificada pelo autor? Não é mencionado.

3.1.3 Sobre a apresentação material da obra.

3.1.3.1 Há prefácio redigido por personalidade reconhecida na área de dicionarística? Científica, técnica? Não se aplica.

3.1.3.2 A família tipográfica empregada é adequada à faixa etária do usuário? Sim. Como o consulente se trata de pessoa ligada diretamente à Construção Civil, a família tipográfica é adequada.

3.1.3.3 As ilustrações, se houver, estão adequadas à microestrutura informacional? Não se aplica.

3.1.3.4 A utilização de negrito, de itálico e de outros recursos gráficos está de acordo com o equilíbrio visual da obra? Sim. Na norma aparecem em negrito todos os tópicos que encabeçam as informações. O itálico é usado para destacar o termo em outra língua.

3.1.3.5 Os verbetes são apresentados em ordem alfabética? Em ordem sistemática? Como esta NBR é subdividida, nem sempre a ordem alfabética é seguida, porém podemos afirmar que ela é, de certo modo, sistemática. Já na subdivisão ‘principais tipos’ (de rochas), a entrada ocorre em ordem alfabética. Na sequência, em relação aos termos relativos a solos, a entrada se dá totalmente em ordem alfabética.

3.1.3.6 A obra contempla uma só língua? Mais de uma? A norma é apenas em língua portuguesa e dirige-se apenas aos falantes de língua portuguesa.

3.1.3.7 O formato do dicionário ou vocabulário permite manuseio prático e fácil? Sim. A obra está no formato PDF. Se impressa, é de tamanho A4 e pode ser organizada como uma apostila. Dependendo da norma, apresenta diferentes números de páginas e permite um manuseio prático ao consulente.

3.1.3.8 A obra está editada em suporte informatizado? Sim.

3.1.3.9 A qualidade do acabamento garante a sua durabilidade? Sim, se levarmos em conta o uso da norma em suporte informatizado. Porém, em relação à norma impressa, esta se colocada num arquivo do tipo pasta AZ poderá ser utilizada por muito tempo, dependendo do manuseio e do local de arquivamento.

3.1.3.10 O sistema de abreviações e de símbolos aparece corretamente no corpo do texto? Sim, como se trata de uma obra voltada para a Construção Civil, as abreviações, em sua maioria, se referem a elementos químicos, matemáticos e de medidas.

3.1.3.11 A obra possui ampla divulgação? Sim. As NBRs são disponibilizadas pela ABNT em formato impresso e online, porém com um custo elevado, o que muitas vezes dificulta o acesso à obra. Além de ter proteção contra cópia da obra em formato eletrônico.

3.1.4 Sobre o conteúdo.

3.1.4.1 Há entradas que se referem a áreas de especialidade? Por ser um documento de uma área específica, sim.

2.1.4.2 Elas configuram de modo completo a área à qual se referem? Sim.

3.1.4.3 Os verbetes apresentam:

a) categoria gramatical? Por se tratar de uma obra destinada à área da Construção Civil e não à Língua Portuguesa, não apresenta.

b) gênero? Não apresenta.

c) sinonímia? Sim, ocorre, por exemplo, a marcação do termo Camada ou estrato.

d) variante(s) da entrada? Não apresenta.

e) variante(s) da definição? Não apresenta.

f) existem critérios para distinguir homonímia de polissemia? Quais? Não se aplica.

g) há emprego de marcas de uso? Como se classificam? Não se aplica.

h) indicação de área ou subárea de especialidade? Não se aplica.

i) contexto? (exemplo ou abonação?) Não se aplica.

j) equivalente(s)? Não se aplica.

k) formação da palavra? Não se aplica.

l) indicação de pronúncia? Não se aplica.

m) origem? Não se aplica.

n) etimologia? Não se aplica.

o) divisão silábica? Não se aplica.

p) remissivas úteis entre conceitos? Sim. Há, por exemplo, o termo metamórfica que remete a xisto, gnaisse e filito.

q) fontes? Como já dissemos anteriormente, no termo Argila dispersiva aparece entre parênteses o nome: Van Der Waals, porém sem as informações do título da obra, editora, data e local de publicação.

r) notas? Sim.

3.1.4.4 A definição é constituída de um enunciado de uma só frase? Em sua grande maioria, sim.

3.1.4.5 A definição leva em conta o nível de discurso do usuário? Sim, em sua maioria, é direcionado ao usuário que tem familiaridade com a linguagem presente na obra.

3.1.5 Sobre a edição e publicação.

3.1.5.1 Recomenda-se a edição e a publicação da obra? Sim. Trata-se de um documento de referência para os técnicos e demais interessados da área da Construção Civil e uma obra de pesquisa, bastante profícua.

3.1.5.2 Quais serão os principais pontos de difusão da obra? É difundida em todo Brasil e pode ser encontrada na própria ABNT, na Internet (no site da instituição); em cursos técnicos, graduação e Pós-Graduação ligados à Construção Civil, nas obras e escritórios de Engenharia Civil.

3.2 NBR 10703:1989.

Título: NBR 10703:1989 TB 350 – Degradação do Solo

Autor: ABNT

Editora/ edição/ data: ABNT/Não informado/1989

Local de publicação: Rio de Janeiro

3.2.1 Sobre o autor.

3.2.1.1 Trata-se de pessoa reconhecida na área de dicionarística ou de terminologia? Sim. Apesar de ser uma entidade da sociedade civil, a ABNT foi reconhecida como sendo de utilidade pública através da Lei nº 4.150, de novembro de 1962, que decreta que as suas normas são de uso obrigatório nos serviços públicos concedidos pelo governo federal, assim como nas obras e serviços executados nos âmbitos dos governos estaduais e municipais, mas financiados com recursos federais.

3.2.1.2 Fez parte de grupo de pesquisa da área de dicionarística ou de terminologia? Não, porém sabe-se que esta obra foi produzida pelo CB-01 - Comitê Brasileiro de Mineração e Metalurgia, a maior autoridade do ponto de vista técnico, que é responsável pela normalização no campo da mineração; metalurgia do chumbo, níquel e zinco; metalurgia do pó; e fundição de aço e ferro, no que concerne a terminologia, requisitos, métodos de ensaio e generalidades (p. 64) e pela CE-1: 603.01 – Comissão de Estudo de Terminologia da Poluição do Solo.

3.2.1.3 Qual a formação acadêmica do autor principal e dos participantes do grupo de pesquisa? Por se tratar de uma sociedade civil, seus integrantes são

das mais diversas áreas técnicas, tendo dentre eles linguistas, terminólogos.

3.2.1.4 Qual a profissão exercida na época da publicação da obra em análise? Não se aplica.

3.2.2 Sobre a apresentação da obra pelo autor.

3.2.2.1 Há introdução na qual apareçam claramente:

a) os objetivos da obra? Sim, segundo a norma, esta define os termos empregados nos estudos, projetos, pesquisas e trabalhos em geral, relacionados à análise, ao controle e à prevenção da degradação do solo (p. 1), além de informar também quais serão as definições adotadas para efeito da referida norma, sendo de 2.1 a 2.437.

b) o público para o qual o conteúdo se dirige? Não, porém devido à origem da autoria da obra, pode-se afirmar que está direcionada direta ou indiretamente a biólogos, geólogos, engenheiros e demais profissionais que trabalham com a análise do solo, seja para a preservação, conservação ou para uso dele.

c) as informações sobre como consultar o dicionário ou vocabulário? Não. No entanto, logo na primeira página, após o item definições, a norma apresenta um quadro dividido em três colunas: seções, que corresponde à ordem de apresentação de cada palavra-entrada; termos, que corresponde à palavra-entrada propriamente dita e definições, como o próprio nome indica, é o espaço que contém a definição do termo.

d) referências à bibliografia de onde foi extraído o corpus? Apenas uma referência incompleta. No termo Limites de consistência, há a indicação do nome de um teórico, da seguinte forma: ...cujos critérios de fixação foram estabelecidos por Atterberg, no entanto, não aparecem as informações do título da obra, editora, data e local de publicação. O mesmo ocorre na definição do termo Argila que traz a seguinte informação entre parênteses: "... (Segundo a escala de Wentworth)".

3.2.2.2 Há bibliografia de consulta justificada pelo autor? Não é mencionado.

3.2.3 Sobre a apresentação material da obra.

3.2.3.1 Há prefácio redigido por personalidade reconhecida na área de dicionarística? Científica, técnica? Não se aplica.

3.2.3.2 A família tipográfica empregada é adequada à faixa etária do usuário? Sim.

3.2.3.3 As ilustrações, se houver, estão adequadas à microestrutura informacional? Nesta NBR há apenas uma ilustração, a qual serve como complemento das definições.

3.2.3.4 A utilização de negrito, de itálico e de outros recursos gráficos está de acordo com o equilíbrio visual da obra? Sim. Na norma aparecem em negrito os tópicos objetivo e definições, já o itálico, é usado para indicar as palavras-entradas e as aspas indicam os termos em inglês.

3.2.3.5 Os verbetes são apresentados em ordem alfabética? Em ordem sistemática? Sim, além de estar em ordem numérica crescente, também está em ordem alfabética.

3.2.3.6 A obra contempla uma só língua? Mais de uma? Esta norma apresenta em sua identificação o equivalente do título da NBR em inglês, além dos termos Munch, Munching, Solum e Piping entre aspas. Porém é em grande parte em língua portuguesa e dirige-se aos falantes de língua portuguesa.

3.2.3.7 O formato do dicionário ou vocabulário permite manuseio prático e fácil? Sim. A obra está no formato PDF. Se impressa, é de tamanho A4 e pode ser organizada como uma apostila. Dependendo da norma, apresenta diferentes números de páginas e permite um manuseio prático ao consulente, esta NBR contém 45 páginas, com pelo menos 437 termos.

3.2.3.8 A obra está editada em suporte informatizado? Sim.

3.2.3.9 A qualidade do acabamento garante a sua durabilidade? Sim, se levarmos em conta o uso da norma em suporte informatizado. Porém, em relação à norma impressa, esta se colocada num arquivo do tipo pasta AZ poderá ser utilizada por muito tempo, dependendo do manuseio e do local de arquivamento.

3.2.3.10 O sistema de abreviações e de símbolos aparece corretamente no corpo do texto? Sim, como se trata de uma obra voltada para a área de Mineralogia e metalurgia, além da área de degradação do solo, as abreviaturas, em sua maioria, se referem a elementos químicos, físicos, matemáticos e de medidas.

3.2.3.11 A obra possui ampla divulgação? Sim. As NBRs são disponibilizadas pela ABNT aos seus associados e demais pessoas da sociedade, em formato impresso e online, porém com um custo elevado, o que muitas vezes dificulta o acesso à obra. Além de ter proteção contra cópia da obra em formato eletrônico.

3.2.4 Sobre o conteúdo.

3.2.4.1 Há entradas que se referem a áreas de especialidade? Por ser um documento de uma área específica, sim, porém, apenas a área de preservação do solo.

3.2.4.2 Elas configuram de modo completo a área à qual se referem? Sim.

3.2.4.3 Os verbetes apresentam:

a) categoria gramatical? Pela natureza do documento normalizador, tais informações não são relevantes, mesmo porque, trata-se de uma obra que traz informações referentes aos termos utilizados na área da Degradação do Solo.

b) gênero? Não apresenta.

c) sinonímia? Sim.

d) variante(s) da entrada? Sim.

e) variante(s) da definição? Sim. Para a indicação da variante, esta NBR adota a expressão mesmo que.

f) existem critérios para distinguir homonímia de polissemia? Quais? Não se aplica.

g) há emprego de marcas de uso? Como se classificam? Não se aplica.

h) indicação de área ou subárea de especialidade? Não se aplica.

i) contexto? (exemplo ou abonação?) Não se aplica.

j) equivalente(s)? Sim. Na definição da palavra-entrada Cor do solo, há a seguinte informação: "... procede-se sua leitura anotando primeiramente o matiz ("hue"), depois a tonalidade ou valor ("value") e a croma ("chrome")".

k) formação da palavra? Não se aplica.

l) indicação de pronúncia? Não se aplica.

m) origem? Não se aplica.

n) etimologia? Não se aplica.

o) divisão silábica? Não se aplica.

p) remissivas úteis entre conceitos? Sim. Há por exemplo, os termos Densidade dos grãos (de um solo) que remete à Densidade real (de um solo) e à Densidade dos sólidos (de um solo).

q) fontes? Como já dissemos anteriormente, o termo Argila traz a seguinte

informação entre parênteses: ... (Segundo a escala de Wentworth), porém sem as informações do título da obra, editora, data e local de publicação.

r) notas? Sim.

3.2.4.4. A definição é constituída de um enunciado de uma só frase? Em sua grande maioria, sim.

3.2.4.5 A definição leva em conta o nível de discurso do usuário? Sim, em sua maioria, é direcionado ao usuário que tem familiaridade com a linguagem presente na obra.

3.2.5 Sobre a edição e publicação.

3.2.5.1 Recomenda-se a edição e a publicação da obra? Sim. Trata-se de um documento de referência para os técnicos e demais interessados da área da Degradação do Solo.

3.2.5.2 Quais serão os principais pontos de difusão da obra? A própria ABNT; a Internet, no site da instituição; em cursos técnicos e de graduação da Construção Civil, nas obras e escritórios de Engenharia Civil.

4. Comparação entre o Dicionário Houaiss e as NBRs de terminologia.

O dicionário de língua comum, afirma Oliveira (2010, p. 57), “é um repertório lexicográfico, de caráter semasiológico no qual as unidades lexicais são organizadas em ordem alfabética, partindo dos significantes para os significados”, cujas finalidades são: fornecer informações de natureza fonética, gramatical, semântica, acerca das unidades lexicais de uma língua; esclarecer os significados de lexemas por meio de definições e acepções; e indicar os contextos de uso do lexema por meio das marcas de uso.

As NBRs de terminologia, por sua vez, são repertórios lexicográficos, de caráter informativo e normativo, nos quais as unidades lexicais são organizadas, por vezes, em ordem sistemática ou em ordem alfabética e servem, principalmente, para difundir as terminologias utilizadas em diferentes áreas técnicas. O propósito das NBRs, que apresentam a terminologia, é o de descrever o significado de uma palavra sem, contudo, apresentar informações linguísticas acerca do termo definido. Assim, se o consulente quer saber um significado, basta ir à NBR específica de terminologia e fazer a consulta.

Ainda no intuito de aproximar as características das NBRs ao dicionário Houaiss, apresentamos, a seguir, o verbete rocha (Fig. 6) extraído da NBR 6502 (1995) e do Dicionário Houaiss (2009)(Fig. 7).

2.1.1 Rocha

Material sólido, consolidado e constituído por um ou mais minerais, com características físicas e mecânicas específicas para cada tipo.

Figura 6: Definição de rocha, NBR 6502 (1995).

<p>rocha <i>s.f.</i> (1156) 1 pet agregado de um ou mais minerais e/ou restos orgânicos, consolidado ou não, que forma a parte essencial da crosta terrestre; rochedo 2 m.q. <i>ROCHEDO</i> ('grande massa de rocha', 'o que é sólido', 'o que é rígido') 3 <i>p.met.</i> PET amostra representativa de tal material 4 rocha (acp. 1) saliente no mar; rochedo 5 grande massa de terra extremamente dura, banhada pelas águas ♀ r. piroclástica GEOL m.q. <i>TUFO VULCÂNICO</i> ♂ ETIM fr. <i>roche</i> 'id.', este do lat. vulg. *<i>ròcca</i>, de prov. orig. pré-lat., f. dvg. de <i>roca</i></p>
--

Figura 7: Definição de rocha, DH (2009).

O termo 'rocha', definido na Figura 6, apresenta a palavra-entrada seguida da definição. Notamos a preocupação com a apresentação do termo de maneira sucinta, direta. O mesmo termo, (Figura 7), é definido a partir de 5 (cinco) acepções, trazendo maior esclarecimento do vocábulo, além de informar a classe gramática (substantivo), o gênero (feminino), a etimologia e datação.

Feita a comparação, deduzimos que, na NBR 6502, a apresentação do termo rocha se dá, no formato de um verbete tanto quanto no Dicionário Houaiss. Porém a estruturação se difere, embora apresente o lema (palavra-entrada) e a definição, a NBR 6502 não oferece informações linguísticas (Figura 6) como no verbete apresentado pelo Dicionário Houaiss.

De acordo com Barbosa (2001, p.39), devemos classificar os tipos segundo os níveis de atualização da língua. Os dicionários de língua se encaixariam no nível do sistema, trabalhando com todo o léxico disponível e manifestando-se através do lexema. Os vocabulários (fundamentais, técnico-científicos e especializados) estariam no nível da norma e trabalhariam com conjuntos vocabu-

lários (ou terminológicos), manifestando-se através dos vocábulos ou termos. Os glossários se encontrariam no nível da fala e trabalhariam com os conjuntos manifestados em determinado texto, manifestando-se através das palavras.

Para fecharmos nossa análise, no quadro, a seguir, apresentamos o preenchimento dos itens elaborados por Faulstich (1998) em seu Roteiro com vistas a deixar visível que podemos classificar as NBRs analisadas como glossários técnicos.

O “X” indica que houve preenchimento do item que consta no Roteiro de Faulstich (1998) e o “X-” indica que em parte, o item foi preenchido. Na coluna à direita, são feitas pequenas observações.

Itens	NBR 6502:1995	NBR 10703:1989	Notas/Observações
Título	X	X	
Autor	X	X	
Editora	X	X	
Edição	Não apresenta	Não apresenta	
Data	X	X	
Local de publicação	X	X	
Sobre o autor:	X	X	
Identificação	X	X	Apesar de ser uma entidade da sociedade civil, a ABNT foi reconhecida como sendo de utilidade pública através da Lei nº 4.150, de novembro de 1962, que decreta que as suas normas são de uso obrigatório nos serviços públicos concedidos pelo governo federal, assim como nas obras e serviços executados nos âmbitos dos governos estaduais e municipais, mas financiados com recursos federais.
Grupo de pesquisa	X	X	Embora não se trate de um grupo de pesquisa, as Normas são produzidas por Comitês diversos e por Comissões da área trabalhada.
Formação	X	X	Por se tratar de comissões e comitês, os profissionais são de diversas áreas.
Profissão	Não apresenta	Não apresenta	
Sobre apresentação da obra:			

Objetivos	X	X	
Público-alvo	X	X	
Como consultar a NBR	X	X	
Referências Bibliográficas	X-	X-	Embora apresente um ou outro nome de autor, as NBRs analisadas não informam a fonte consultada.
Sobre apresentação da obra:			
Prefácio	Não apresenta	Não apresenta	
Família tipográfica	X	X	
Ilustrações	Não apresenta	X	
Negrito/itálico	X	X	
Ordem alfabética	X-	X	Na NBR 6502, apenas os termos relativos a Solos está em ordem alfabética.
Língua contemplada	X	X	Apenas a língua Portuguesa
Formato	X	X	
Suporte informatizado	X	X	
Abreviações/símbolos	X	X	
Ampla divulgação	X	X	
Sobre o conteúdo:			
Área de especialidade	X	X	Por ser um documento de uma área específica, sim.
Categoria gramatical	Não apresenta	Não apresenta	
Gênero	Não apresenta	Não apresenta	
Sinonímia	X	X	
Variante da entrada	Não apresenta	X	
Variante da definição	X	X	
Critério para homonímia	Não apresenta	Não apresenta	
Marcas de uso	Não apresenta	Não apresenta	
Subárea de especialidade	Não apresenta	Não apresenta	
Contexto/abonação	Não apresenta	Não apresenta	
Equivalente	Não apresenta	X	Na definição da palavra-entrada <i>Cor do solo</i> , há a seguinte informação: “procede-se sua leitura anotando primeiramente o matiz (“hue”), depois a tonalidade ou valor (“value”) e a croma (“chrome”).
Formação de palavra	Não apresenta	Não apresenta	
Pronúncia	Não apresenta	Não apresenta	
Origem e etimologia	Não apresenta	Não apresenta	
Divisão silábica	Não apresenta	Não apresenta	

Remissivas	X-	X	Na NBR 10703, por exemplo, há os termos <i>Densidade dos grãos (de um solo)</i> que remete à <i>Densidade real (de um solo)</i> e à <i>Densidade dos sólidos (de um solo)</i> .
Fontes	X-	X-	
Notas	X	X	
Constituição da definição	X	X	Uma frase acrescida de notas.
Nível do discurso	X	X	
Sobre a edição e publicação:			
Recomenda	X	X	
Pontos de divulgação	X	X	

Quadro 1: Preenchimento dos itens do Roteiro de Faulstich (1998).

Em relação aos itens preenchidos no roteiro proposto por Faulstich (1998), podemos estabelecer a seguinte análise:

a) identificação da obra: trata-se de uma obra de referência para os usuários da terminologia da área da Engenharia Civil, com informações relevantes quanto à data, validade e objetivo da NBR.

b) a autoria: embora não apresenta um autor em específico, as NBRs analisadas foram criadas por uma entidade da sociedade civil, composta por diversos comitês e comissões e estes são integrados por pesquisadores e estudiosos das áreas trabalhadas. c) apresentação da obra: apenas os itens prefácio e ilustração não foram preenchidos no roteiro, o que nos leva a crer que nas NBRs de terminologias analisadas são prescindíveis.

d) conteúdo: se levarmos em conta que o roteiro foi inicialmente proposto para analisar dicionários de diferentes tipos e natureza e, por ser um repertório terminológico, as NBRs não apresentariam: categoria, gênero, variante da entrada, critério para homonímia, marcas de uso, subárea de especialidade, contexto/abonação, equivalente, formação da palavra, pronúncia, origem e etimologia.

e) a edição e publicação: as NBRs são documentos de referência que apresentam zelo na descrição e definição dos termos. É uma obra de ampla divulgação, embora sofra restrição devido ao valor.

Considerações finais.

Neste trabalho apresentamos uma análise comparativa entre duas NBRs de terminologias ligadas à Engenharia Civil, com vistas a aplicar o Roteiro

para avaliação de dicionários e glossários científicos e técnicos, elaborado por Faulstich (1998), o qual se mostrou consistente na análise das NBRs e na classificação das referidas NBRs como glossários técnicos, por apresentarem a terminologia de uma área de especialidade. Permitiu-nos dizer também que a macroestrutura e a microestrutura das NBRs apresentam uma semelhança próxima a do Dicionário Houaiss. Como já dissemos anteriormente, os glossários técnicos estariam no nível da norma e trabalhariam com conjuntos vocabulários (ou terminológicos), manifestando-se através dos vocábulos ou termos. É importante destacar aqui que o roteiro se mostra aplicável a outros tipos de documentos, desde que sejam feitas as devidas adaptações.

Referências bibliográficas

- ABNT. NBR 6502 - *Rochas e Solos*. Rio de Janeiro, 1995.
- ABNT. NBR 10703 - *Degradação do solo*. Rio de Janeiro, 1989.
- BARBOSA, M. A. *Dicionário, vocabulário, glossário: concepções*. In: ALVES, I. M. (Org.). *A constituição da normalização terminológica no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: FFLCH/CITRAT, 2001.
- BIDERMAN, M. T. C. *O léxico*. In.: OLIVEIRA, M. P. P. e ISQUERDO, A. N. (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2ª Ed. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2001.
- CORREIA, M. *Os dicionários portugueses*. Editora Caminho, Lisboa, 2009.
- FAULSTICH, E. *Perspectivas da atividade terminológica no Brasil*. In: MATEUS, M. H., CORREIA, M. (Coord.). *Terminologia: questões teóricas, métodos e projectos*. Lisboa: Europa-América, 1998.
- _____. *Avaliação de Dicionários: Uma proposta metodológica*. Organon. São Paulo, v.25, n.50, p. 181-220, 2011.
- HOUAISS, A. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Objetiva, 2009 (CD-ROM).
- KRIEGER, M. G.; FINATTO, M. J. B. *Introdução à terminologia teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2004.
- OLIVEIRA, M. M. *Confluência entre Dicionário Analógico e Tesouro Documentário como modelo de Dicionário Analógico*. Dissertação de Mestrado - Universidade de Brasília, Brasília. 2010. 244 f.
- WÜSTER, E. *Introducción a la teoría general de la terminología y a la lexicografía terminológica*. IULA. Barcelona, 1998.

UMA EXPLORAÇÃO DA APRENDIZIBILIDADE
DA CONSTRUÇÃO RESULTATIVA DO INGLÊS POR BILÍNGUES
DO PAR LINGUÍSTICO PORTUGUÊS DO BRASIL E INGLÊS

Cândido Samuel Fonseca de Oliveira
Universidade Federal de Minas Gerais

Ricardo Augusto de Souza
Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO: Investigações de questões relacionadas à aquisição de estrutura argumental cada vez mais trazem revelações não triviais para o entendimento do funcionamento da mente bilíngue. Este artigo relata os resultados de uma tarefa de julgamento de aceitabilidade que demonstrou o comportamento de bilíngues do português do Brasil e inglês com alta proficiência frente à construção resultativa. Os resultados desta pesquisa sugerem que tais bilíngues são capazes de aprender essa construção e de apresentar sensibilidade significativa às idiosincrasias da seleção adjetival presentes na mesma. O estudo ora descrito, assim, corrobora a ideia de que o grau de aprendizibilidade de uma construção pode estar ligado ao tipo de relação da L1 e da L2 envolvidas.

PALAVRAS-CHAVE: Aquisição de L2. Julgamento de aceitabilidade. Construção resultativa.

ABSTRACT: Investigations on the topic of argument structure acquisition have been resulting in important discoveries concerning the understanding of how bilinguals minds work. The present article reports the results of an acceptability judgment task that demonstrated the behavior of high proficient Brazilian Portuguese and English bilinguals when dealing with the resultative constructions. The results of this research showed that these bilinguals are capable of learning this construction and of being sensitive to its idiosyncrasies. Thus, this study corroborates the idea that the learnability of a construction may be related to the L1 and L2 involved.

KEYWORDS: L2 acquisition. Acceptability judgement. Resultative construction.

Introdução.

Os fatores que influenciam a aquisição de uma segunda língua vem há muito tempo sendo tópicos de debates. Muitos acreditam que a aquisição de L2 é dependente da idade e do contexto onde a mesma é aprendida. A hipótese do período crítico (WHITE, 2003), por exemplo, sugere que o ser humano está biologicamente apto a aprender uma L2 durante a sua infância e que após esse período a aprendizagem se torna progressivamente mais árdua. No entanto, há evidências crescentes de que o aprendizado tardio e fora do contexto de dominância de L2 pode ser bem sucedido. Tais evidências surgem inclusive em estudos neurolinguísticos de bilíngues que examinam o grau de integração do processamento linguístico por bilíngues. Estes estudos vêm demonstrando que a ativação das mesmas áreas cerebrais no processamento, tanto da L1 quanto da L2, é afetada mais prevalentemente por efeitos de grau de proficiência do que da idade do início da aquisição da língua não materna (SEBASTIAN et al., 2011).

O presente artigo visa a contribuir para o estudo empírico do desenvolvimento de representações mentais sobre a L2 por falantes bilíngues. O estudo ora relatado tem por foco usuários de L2 cuja aprendizagem da língua não-materna transcorre em contextos onde ela não é usada como língua dominante. Especificamente, visamos ao teste de uma hipótese de aprendizagem derivada de previsões fornecidas por um construto teórico que propõe que a aquisição de estruturas gramaticais de uma L2 que ampliam possibilidades de mapeamento forma-significado da L1 acarreta alta propensão à aprendizagem.

Como argumentado por Souza (2010), as pesquisas sobre a representação de L2 na mente de um bilíngue podem encerrar o potencial para trazer grandes contribuições ao entendimento do funcionamento da interlíngua. Uma das áreas frutíferas como fonte de informações preciosas sobre a representação de L2 é aquisição de estrutura argumental (JACKENDOFF & GOLDBERG, 2004; SOUZA & MELLO, 2007; SOUZA 2011), uma vez que a realização de estrutura argumental pode apresentar grande variabilidade translinguística, portanto podendo impor-se ao aprendiz de L2 como um problema de aprendizagem. Uma construção da língua inglesa que opera um mapeamento entre o predicador e seu argumento incomum na língua portuguesa é o alvo do estudo aqui relatado, que teve como participantes falantes bilíngues do par linguístico português do Brasil e inglês.

O presente estudo será apresentado em oito sessões. Na seção 2, abordaremos o tema estrutura argumental e sua relevância para estudos de aquisição de segunda língua. Na seção 3, haverá uma descrição da construção alvo deste

estudo, a construção resultativa, e as razões às quais se devem tal escolha. Na seção 4, será apresentada a teoria que levanta a suspeita de que bilíngües do par linguístico PB e inglês têm alta propensão a aprendizagem da construção resultativa. Na seção 5, os materiais e métodos da pesquisa serão apresentados. Na seção 6, os resultados do experimento serão analisados e discutidos. Na seção 7, conclui-se o estudo apontado sua relevância e sugerindo estudos futuros.

2- Estrutura argumental.

Entende-se por estrutura argumental a propriedade de predicadores de subcategorizar um ou mais sintagmas para realizar completamente suas propriedades semânticas. O verbo “andar”, por exemplo, no nível semântico requer apenas um agente como argumento externo, que é realizado como um DP – “O bebê anda”. Já o verbo “enviar” precisa de um DP para realizar o argumento externo agente, um DP para realizar o argumento interno tema e um PP para realizar o argumento interno beneficiário – “João enviou a carta a Pedro”. A estrutura argumental, no entanto, é um domínio de estrutura linguística passível de variações translinguísticas (SOUZA E MELLO, 2007). As traduções do inglês correspondentes para “andar” e “enviar”, “walk” e “send” respectivamente, por exemplo, podem aparecer em contextos como “the girl walked her dog to the park” e “John sent Mary a present”. Uma das possíveis explicações para essa diferença entre PB e inglês pode estar no fato de que a estrutura argumental da frase pode estar relacionada não apenas com o verbo, mas também com a construção envolvida (GOLDBERG, 1995; GOLDBERG E JACKENDOFF, 2004; SOUZA & MELLO, 2007).

A seleção dos argumentos envolve tanto semântica lexical quanto semântica construcional (GOLDBERG, 1995). Assim, não se assume que o verbo muda o seu significado para licenciar os argumentos que não estão presentes no seu uso comum. Diferentemente, assume-se que construções também funcionam como itens lexicais independentes e, assim, os verbos não são os únicos envolvidos na seleção argumental de uma sentença (JACKENDOFF & GOLDBERG, 2004). Em “the girl walked her dog to the park”, por exemplo, os dois argumentos internos preenchem a estrutura argumental da construção alternância de movimento induzido (Subj V Obj Obj), cuja semântica é “X causa Y mover-se para Z”. Já em “John sent Mary a present”, os argumentos estão posicionados de acordo com a estrutura argumental da construção ditransitiva (Subj V Obj Obj), cuja semântica é “X causa Y receber Z”. Essas diferenças translinguísticas são interessantes para os estudos psicolinguísticos de aqui-

sição de segunda língua devido ao fato que elas podem, de forma sutil, afetar decisões de parseamento e, conseqüentemente, o desempenho em compreensão e julgamentos (JUFFS, 1998).

Essas diferenças de estrutura argumental entre português e inglês podem resultar em dois processos distintos por aprendizes de L2: transferência linguística (SELINKER, 1972; JUFFS, 1998; FERNANDEZ 1999; PAVLENKO & JARVIS, 2002; SOUZA & MELLO, 2007) e generalização de regras (SELINKER, 1972). A transferência se refere ao fato de que estratégias peculiares a L1 podem ser empregadas por aprendizes quando estes lidam com a L2 e, por isso, o processamento linguístico de falantes não nativos pode se diferir do processamento de falantes nativos. Souza (2001) e Guimarães (2012), por exemplo, demonstraram que bilíngues do par linguístico PB-inglês com baixa proficiência apresentam baixa aceitabilidade para sentenças que instanciam a construção alternância de movimento induzido e, além disso, Zara (2009) demonstra que o mesmo ocorre com construções ditransitivas. Isso provavelmente se deve ao fato de estratégias peculiares de L1 foram utilizadas no processamento de L2, fato que traz conseqüências importantes em relação à possibilidade do aprendiz internalizar a gramática de L2 de uma forma paralela à maneira que uma criança adquire L1 (FERNANDEZ, 1999). A generalização, ou supergeneralização, das regras da gramática de L2 se refere à extensão das regras de L2 a contextos onde elas não ocorrem. Zara (2009), por exemplo, demonstra que bilíngues do par linguístico PB e inglês com alta proficiência tendem a aceitar que alguns verbos (*explain*, *report* e *shout*) que não interagem com a construção ditransitiva sejam utilizados em tal construção. Há evidências, portanto, de que tanto a transferência linguística quanto a generalização de regras podem ocorrer na aquisição da estrutura argumental de uma construção comum a L2, mas não a L1.

Neste estudo, estudar-se-á a representação das construções resultativas (GOLDBERG & JACKENDOFF, 2004) por falantes do par linguístico PB-inglês. Devido às diversas idiossincrasias que, como será ilustrado abaixo, permeiam essa construção, este estudo se limitará a analisar o grau de transferência linguística e supergeneralização de regras apenas de bilíngues com alta proficiência. A construção resultativa foi selecionada como alvo deste trabalho devido a sua alta frequência e variabilidade em inglês (GOLDBERG & JACKENDOFF, 2004; WECHSLER, 2001) em comparação com a presença da mesma construção em PB (LOBATO, 2004). Na seção seguinte, descreveremos a construção resultativa.

3. Construção resultativa.

Observemos uma sequência sentencial composta pela sucessão de um sintagma nominal, um verbo transitivo, um segundo sintagma nominal e um sintagma adjetival, ou seja, uma sequência do tipo SN-V-SN-SAdj. Um exemplar desta sequência segue abaixo.

1- *O cabelereiro penteou o cabelo esticado.*

Na língua portuguesa, o sintagma adjetival da sentença 1 é tipicamente interpretado como um modificador ou do primeiro sintagma nominal, ou do segundo. Ou seja, a sentença permite a leitura de que ou o cabelo encontrava-se esticado, ou o cabelereiro assim estava. À despeito da possível ambiguidade, a única leitura possível é a modificação de um dos argumentos do verbo. Trata-se de um tipo de construção que, por esta característica, é denominada descritiva.

Comparemos este estado de coisas com a sequência abaixo, que instacia uma sucessão de sintagmas idêntica, porém em língua inglesa.

2- *The hairdresser combed the hair straight (o cabelereiro pentenou o cabelo liso/reto).*

Similarmente a como descrito em Pylkkänen e McElree (2006), a sentença 2 acarreta duas possibilidades de leitura bastante distintas no inglês. A primeira delas denota que a entidade referida pelo segundo sintagma nominal (*the hair* – o cabelo) adquiriu nova propriedade (*straight* – liso) como resultado da ação denotada pelo verbo. Trata-se de uma construção que, com esta leitura, é denominada resultativa. Alternativamente, o inglês permite a leitura de que a entidade referida pelo primeiro sintagma nominal (*the hairdresser* – o cabelereiro) encontrava-se em determinada posição (*straight* – reto ou ereto). Tal como no português, com essa leitura a construção é denominada descritiva¹.

De acordo com Goldberg e Jackendoff (2004), expressões resultativas em inglês vêm sendo um dos principais focos nas pesquisas relacionadas à interface entre sintaxe e semântica. No entanto, tais estudos são em sua maior parte relacionados apenas à L1. Como será descrito a seguir, a construção resultativa apresenta ricos aspectos sintáticos e semânticos que podem servir como fonte

1 Note-se que a leitura descritiva no inglês não é tipicamente ambígua, ou seja, quando compreendido como modificador, o SAdj liga-se normalmente ao primeiro SN apenas.

robusta para estudos sobre bilinguismo.

Nesse tipo de construção há dois subeventos. O verbo da frase determina um subevento, enquanto a construção resultativa como um todo determina o outro. Para que ambos subeventos ocorram em harmonia, é necessário que todos os argumentos licenciados pelos verbos e todos os argumentos licenciados pela construção sejam realizados simultaneamente na sintaxe, compartilhando as posições sintáticas necessárias. Na frase “Bill watered the tulips flat” (Bill molhou as tulipas planas), por exemplo, temos o subevento determinado pela construção, que seria “Bill cause [tulips become flat]” (Bill causa[tulipas tornar-se planas), onde “Bill” ocupa a posição de sujeito e flat uma das posições de argumento interno; e tal subevento ocorre por meio do segundo subevento “Bill water tulips” (Bill molha tulipas), cujo sujeito coincide com o sujeito do primeiro subevento e, por isso, a posição de sujeito é compartilhada. Já o DP “tulips” ocupa a outra posição de argumento interno. Dessa forma, todos os papéis temáticos são realizados harmoniosamente. A frase acima instancia a chamada resultativa de propriedade causativa, na qual há um agente em comum para os dois sub-eventos – “Bill”; e o resultado do sub-evento é uma propriedade – “flat”. Há também resultativas de propriedade não causativa (*The pond froze solid* – O lago congelou sólido), resultativas de caminho causativas (*Bill rolled the ball down the hill* – Bill rolou a bola morro abaixo), e resultativas de caminho não causativas (*the ball rolled down the hill* – A bola rolou morro abaixo). Percebe-se, assim, a necessidade de se considerar as resultativas uma família de subconstruções que apresentam similaridades semânticas. As resultativas de propriedade causativa serão as frases alvos deste estudo.

Bem como a semântica, a sintaxe das construções também apresenta alta diversificação. Resultativas são comumente classificadas na literatura como construções nas quais se indica o estado de um sintagma nominal decorrente de uma ação verbal (LOBATO, 2004) e cuja estrutura sintática mais comum é V NP AP. Contudo, vários autores apontam para o fato de que apenas essa definição não é suficiente para descrever tal construção, devido ao fato de haver diferenças semânticas, bem como estruturais, entre as construções resultativas. “*Bill watered the tulips flat*” (Bill molhou as tulipas planas) e “*Bill broke the bathtub into pieces*” (Bill quebrou a banheira em pedaços), por exemplo, são construções resultativas cujo verbo é transitivo e seleciona o seu argumento interno (resultativa transitiva selecionada). As duas frases se diferem quanto à categoria do último argumento da construção que se refere ao resultado da mudança ocorrida com o DP decorrente da ação verbal. Na primeira, esse argumento é realizado como o AP “flat” e na segunda como o PP “into pieces”.

Já “*they drank the pub dry*” (Eles beberam o bar seco) e “*the professor talked us into a stupor*” (O professor conversou a gente a um estupor) ilustram resultativas transitivas que não selecionam o seu argumento interno (resultativa transitiva não-selecionada). Enquanto na primeira o argumento referente à mudança é realizado como AP “*dry*” na segunda o mesmo argumento é o PP “*into a stupor*”. Além desses exemplos, Jackendoff and Goldberg citam a resultativa transitiva com argumento implícito (*Bill drank from the hose* – Bill bebeu da mangueira); resultativa intransitiva com AP (*the pond froze solid* – O lago congelou sólido) e com PP (*he rolled out of the room* – ele rolou fora do quarto); e resultativa transitiva reflexiva falsa (*we yelled ourselves hoarse* – Nós gritamos nós mesmos roucos). Portanto, a definição das resultativas como uma construção que tem apenas um padrão sintático parece inadequada devido a grande variabilidade de estruturas possíveis como foi ilustrado acima com alguns dos exemplos possíveis em inglês. Neste estudo as sentenças alvos instanciaram a subconstrução resultativa transitiva selecionada.

Wechsler (2001) demonstra que não é qualquer adjetivo que pode compor uma construção resultativa (WESCLER, 2001) como se pode notar nos seguintes exemplos: *He wiped the table dry/clean/*wet/*dirty* e *He shot the dog dead/*wounded* (Ele esfregou a mesa seca/limpa/*molhada/*suja e Ele atirou o cachorro morto/*machucado.). De acordo com o autor a telicidade é uma das características das construções resultativas. Frases com verbos durativos, tais como “*he wiped the table*” (ele esfregou a mesa), por exemplo, não são télicas, contudo se a essas frases são adicionados adjetivos como “*dry*” (seco) ou “*clean*” (limpo) elas passam a apresentar telicidade. Wechsler explica que um evento télico necessita apresentar três aspectos: um tema que sofre mudança, uma propriedade escalar e um limite. Assim, no exemplo acima a telicidade da frase poderia ser explicada porque temos uma propriedade escalar (*dryness* ou *cleanness* – *secura* ou *limpeza*) do tema que sofre mudança (*table* – mesa) que é transformado devido a uma ação que é descrita pelo verbo (*wipe* – esfregar) até que o limite (*dry* ou *clean* – *seco* ou *limpo*) seja alcançado. Ambos adjetivos “*dry*” e “*clean*” são adjetivos escalares de ponto máximo, i.e., eles são pontos máximo de suas respectivas escalas (“*dryness*” e “*cleanness*”), i.e., “*dry*” caracteriza algo que tem 0% de líquido, da mesma forma “*clean*” caracteriza algo que tem 0% de sujeira. Obviamente na vida cotidiana a restrição para o uso desses adjetivos não é tão forte. Mas o fato de estes adjetivos serem o ponto máximo de uma escala é o que permite que um limite e, conseqüentemente, a telicidade sejam criados em construções resultativas. “*Wet*” e “*dirty*”, ao contrário, são adjetivos de ponto mínimo já que qualquer presença de água ou

sujeira, respectivamente, seria suficiente para caracterizar algo com esses adjetivos. Dessa forma, esses adjetivos não formam o limite necessário para criar telicidade, que é essencial para a gramaticalidade de uma construção resultativa. Diferentemente, verbos pontuais, tais como “*shoot*”(atirar), apenas podem ser combinados com adjetivos que não fazem parte de uma escala como, por exemplo, *dead* (morto), *triangular* (triangular) e *sold* (vendido). Ou seja, em construções resultativas verbos pontuais podem ser combinados apenas com adjetivos não escalares. Por isso, a frase com verbo pontual e adjetivo escalar “*He shot the dog wounded*” (Ele atirou no cachorro machucado) é agramatical ao passo que a frase com verbo pontual e adjetivo não escalar “*He shot the dog dead*” (Ele atirou no cachorro morto) é gramatical. Em suma, o predicado resultativo precisa ser um adjetivo escalar com ponto final máximo quando o verbo da sentença for durativo; ou o predicado resultativo pode ser um adjetivo não escalar caso o verbo da sentença seja pontual.

A seguir, explicitaremos como as sutilezas da configuração linguística da construção resultativa do inglês fornecem um conjunto de fatos articuláveis a uma teoria de aprendizibilidade que leva em consideração aspectos de divergências tipológicas entre línguas: a teoria da relação conjunto-subconjunto entre línguas.

4. O problema da aprendizibilidade na relação conjunto-subconjunto entre línguas.

A observação do processo de aquisição de estruturas linguísticas específicas, seja por crianças pequenas que aprendem sua primeira língua ou por aprendizes de L2 em diversas etapas de seu desenvolvimento cognitivo, revela discrepâncias nas lacunas temporais nas quais transcorrerá a maturação desta aprendizagem (ELLIS, 2008). Em outras palavras, há construções cuja aprendizagem é mais custosa e demorada. O fato de que a aquisição de construções relativamente simples de um ponto de vista estritamente descritivo podem seguir longas sequências ou etapas desenvolvimentais, como é o caso da configuração de negativas por suporte de auxiliares na língua inglesa (BRAIDI, 1999). Essas construções revelam-nos a possibilidade da dificuldade de aprendizibilidade. A discrepância entre a simplicidade em termos descritivos de uma construção e seu potencial de altos custos para a aprendizagem, por sua vez, nos aponta para a dimensão prevalentemente psicolinguística e não unicamente linguística dos processos de aquisição de linguagem. Não obstante, a variabilidade translínguística tem por certo um papel significativo na aprendizagem de L2.

Nos estudos de aquisição de segunda língua, um quadro teórico que busca

capturar o interjogo de processos cognitivos e traços de tipologia linguística é a proposta de que os problemas de aprendizibilidade de construções e estruturas específicas podem ser previstos à luz da abrangência das estruturas disponíveis na língua de partida (L1) e na língua-alvo (L2) (MONTRUL, 2001). Denominaremos tal proposta de relação conjunto-subconjunto entre línguas. Segundo tal quadro, em circunstâncias nas quais o aprendiz parte de uma dada língua X (Lx) como língua materna onde há uma restrição gramatical não existente na língua Y (Ly), que é sua língua-alvo, então este aprendiz sai de uma situação em que sua L1 encontra-se como subconjunto da L2.

Um exemplo desta situação é o contraste do inglês com o português em relação à possibilidade de não realização fonética do sujeito sintático das orações, o que é tratado na literatura como “parâmetro PRO-drop” (WHITE, 2003). Obviamente, o português permite opcionalidade entre a realização fonética do sujeito sintático em uma oração como “Eu cheguei a tempo para a palestra”, que pode ser enunciada como “Cheguei a tempo para a palestra”. Contrariamente, o inglês não permite tal opcionalidade de realização fonética do sujeito sintático, sendo a oração equivalente apenas possível como “I arrived in time for the lecture”, não **“Arrived in time for the lecture”*. No tocante ao parâmetro PRO-drop, a língua inglesa é subconjunto da língua portuguesa, pois na língua inglesa apenas uma das possibilidades estruturais da língua portuguesa é licenciada. Em outras palavras, quanto ao parâmetro PRO-drop, a língua portuguesa tem uma gramática mais ampla do que a língua inglesa, sendo assim a língua portuguesa o conjunto do qual a língua inglesa é um subconjunto.

As previsões especificamente acerca da aprendizibilidade feitas no modelo da relação subconjunto-conjunto entre línguas são de que a aquisição de uma construção de uma língua-alvo em situação de conjunto é mais plausível do que a aprendizagem de uma estrutura de uma língua em situação de subconjunto. A razão é que para o aprendiz cuja L1 encontra-se como subconjunto da L2, será suficiente a experiência com dados primários da língua alvo que instanciam tal estrutura, ou seja, será suficiente que este aprendiz tenha evidência direta da existência da construção na L2 (ELLIS, 2008; WHITE, 2003). Por outro lado, o aprendiz cuja L1 encontra-se como conjunto da L2 terá que contar com evidência indireta, tal como instrução explícita ou correções de erros cometidos no uso da L2, pois os dados primários não serão suficientes para que este aprendiz aprenda que a possibilidade estrutural de sua L1 não é licenciada na L2. Esta previsão é graficamente representada na Fig. 1, abaixo, onde a situação de ampliação da gramática de uma Lx que encontra-se como subconjunto de uma Ly é ilustrada como uma seta direta, aludindo à suficiência

da experiência com os dados do input daquela língua. Por outro lado, na Fig. 1 a restrição da representação gramatical da L_y para a representação gramatical L_x é ilustrada como uma seta sinuosa, aludindo à insuficiência dos dados do input que é prevista pelo modelo.

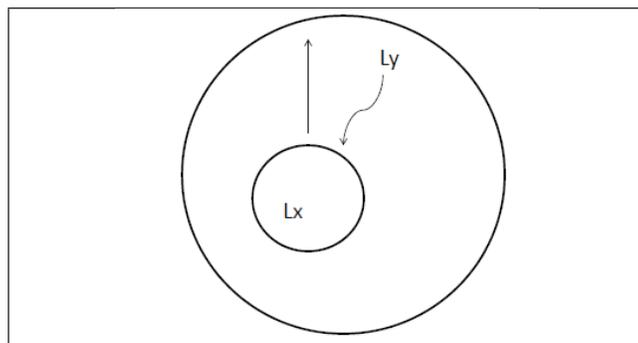


Figura 1: Diagrama da relação conjunto-subconjunto entre línguas

Do quadro da relação conjunto-subconjunto entre línguas, que articula questões de variabilidade translinguística com os processos psicolinguísticos subjacentes à aprendizagem de uma L_2 , advém previsões específicas sobre a aprendizagem da configuração do parâmetro PRO-drop no português e no inglês por aprendizes de L_2 que tenham uma dessas línguas por língua materna. Por este modelo, ao aprendiz do português como L_2 falante do inglês como L_1 bastará o acúmulo de experiências como usuário da L_2 para que ele aprenda a opcionalidade de realização fonética do sujeito sintático das orações. O aprendiz do inglês como L_2 falante do português como L_1 , por outro lado, passará por um processo mais sinuoso de aprendizagem de que a ausência de realização fonética do sujeito sintático de orações é ilícita na língua alvo, possivelmente necessitando de correções de erros que poderão ser cometidos, ou até mesmo de instrução explícita sobre este aspecto do funcionamento da língua-alvo.

Propomos aqui que a construção SN-V-SN-SAdj, que dá suporte à leitura resultativa no inglês, coloca esta língua parcialmente como conjunto em relação à língua portuguesa, que por sua vez encontra-se como subconjunto. Como discutido anteriormente, na língua portuguesa esta base formal vincula-se com expressiva prevalência à representação de significado na qual o sintagma adjetival é modificador do objeto, sendo tal modificação direta, o que aqui entendemos como um não acarretamento necessário da ação representada pelo verbo. Por outro lado, na língua inglesa a mesma base formal permite vínculos a no mínimo duas representações de significado, sendo apenas uma delas a de

modificação direta de um dos argumentos do verbo da oração.

Para explorar empiricamente o modelo da relação subconjunto-conjunto entre línguas para a construção resultativa do inglês como L2 de falantes do português do Brasil como L1, desenhamos um estudo quase-experimental baseado em tarefa de julgamento de aceitabilidade, no qual expomos bilíngues do par linguístico português do Brasil-inglês a dois conjuntos de estímulos. O primeiro conjunto foi formado por sentenças resultativas que a teoria gramatical acima revista prevê como engendrando gramaticalidade, portanto sentenças lícitas no inglês. O segundo foi formado por sentenças previstas como engendrando agramaticalidade, portanto ilícitas no inglês. A hipótese advinda do modelo da relação subconjunto-conjunto entre línguas por nós testada é de que bilíngues proficientes na L2 aprenderiam a construção resultativa, sendo que um nível pleno de tal aprendizagem seria indiciado por sua capacidade de distinguir instâncias lícitas e instâncias ilícitas da estrutura aqui investigada.

Passamos a seguir à descrição de nosso procedimento experimental.

5. Materiais e métodos.

Tal como mencionado acima, a tarefa experimental empregada neste estudo foi o julgamento de aceitabilidade. A obtenção de medidas sobre a aceitação de construções linguísticas por falantes são essenciais para as pesquisas nos estudos da linguagem, pois permitem uma avaliação da percepção sobre estas construções. Trata-se de um procedimento experimental de eliciação de respostas a estímulos verbais que, por não depender da observação de ocorrências espontâneas de estruturas potencialmente sinônimas de outras alternativas, representa no mínimo uma forma prática de verificação da existência de representações mentais de aspectos da gramática.

Para a coleta dos dados no experimento ora descrito foi utilizado um dos métodos mais comuns na coleta de dados de julgamentos de gramaticalidade: a escala Likert (Figura 1, abaixo). Esta é uma escala psicométrica que pode ser utilizada para se medir o nível de aceitabilidade de um indivíduo em relação a uma construção. Ela pode ser constituída de vários pontos sendo as escalas de cinco e sete pontos as mais comuns. Cada ponto se refere ao grau de aceitabilidade do indivíduo em relação ao item apresentado. Assim, o valor mínimo da escala corresponderia à rejeição total de um item e o valor máximo à aceitação total. O valor intermediário demonstraria uma posição neutra em relação ao item. Já os outros valores situados entre as extremidades e ponto médio seriam julgamentos de rejeição ou aceitação parcial do item



Figura 2. Escala Likert de 7 pontos.

Participantes:

No total, 25 sujeitos compuseram o grupo de participantes deste estudo. Todos eles eram maiores de idade e estudantes de disciplinas de língua inglesa da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Assim, tratavam-se em sua maioria de bilíngues cujas trajetórias de aprendizagem da língua inglesa tiveram etapas transcorridas em contexto de instrução formal dentro de uma sociedade que não tem a língua inglesa como língua prevalente para interações sociais.

Somente formaram o grupo de participantes efetivos do estudo os estudantes avaliados com escores próximos ao máximo em um teste de conhecimento de vocabulário em inglês – o *Vocabulary Levels Test*, ou VLT (NATION, 1990). Neste teste, os participantes realizam uma atividade de ligação de palavras com seus respectivos significados. Na estratégia de aplicação do teste por nós empregada neste estudo, os respondentes tiveram um tempo máximo de dez minutos para a realização do teste, procedimento adotado com vistas a aumentar efeito discriminatório do instrumento do VLT. O teste classifica os sujeitos em cinco níveis, ou bandas, conforme seu acesso a itens lexicais de progressivamente menor frequência na língua inglesa. Foram incluídos como participantes efetivos do estudo os respondentes classificados entre os níveis 4 e 5 do VLT. O pressuposto subjacente a este critério de triagem é que altos níveis de competência no acesso lexical em uma L2 associam-se a altos níveis de proficiência nesta língua.

Procedimentos:

Os procedimentos experimentais foram realizados em grupos em salas da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Após apresentar-se, obter o consentimento de participação no estudo e aplicar o VLT, o experimentador explicava o funcionamento da tarefa de julgamento de aceitabilidade e aplicava uma sessão de treinamento. Para cada estímulo havia uma escala Likert de 7 pontos (como a ilustrada acima) que deveria ser marcada com um X no espaço correspondente ao julgamento do indivíduo. Após essa fase, os participantes tiravam suas dúvidas finais o teste de julgamento de

gramaticalidade era, então, iniciado e tinha duração de aproximadamente oito minutos. Com o objetivo de que o julgamento dos participantes correspondesse a primeira impressão dos mesmos em relação as sentenças, cada estímulo ficava disponível por apenas nove segundos e, logo em seguida, um novo estímulo era apresentado com o mesmo tempo de duração. Dessa forma, acredita-se que os participantes não teriam tempo suficiente para fazer uso de conhecimentos metalinguísticos. Os participantes foram instruídos a não atribuir notas de julgamento a um item cujos 9 segundo duração tenham se expirado. Portanto, cada sessão tinha duração de aproximadamente 25 minutos.

Os informantes foram expostos a 16 sentenças que instanciavam a construção resultativa causativa de propriedade transitiva selecionada. Oito dessas frases eram gramaticais e outras oito eram agramaticas devido à presença de um adjetivo não licenciado de acordo com as regras propostas por Wechsler (2001).

Os estímulos que instanciavam as resultativas gramaticais, seguidos de glossas em língua portuguesa e de orações nesta língua semanticamente equivalentes, foram os seguintes:

The driver loaded his car full.
 DET motorista carregar(PASS) POSS carro cheio
O motorista carregou seu carro até deixa-lo cheio.

The mechanic sprayed his car black.
 DET mecânico borrifar(PASS) POSS carro preto
O mecânico borrifou o seu carro até deixa-lo preto.

The fighter hit his opponent senseless.
 DET lutador golpear(PASS) POSS oponente desacordado
O lutador golpeou o seu oponente que, conseqüentemente, ficou desacordado.

The teacher shut the door closed.
 DET professor fechar(PASS) DET porta fechada
O professor fechou porta que, conseqüentemente, ficou fechada.

The lady cut the package open.
 DET dama cortar(PASS) DET pacote aberto
A senhora cortou o pacote que, conseqüentemente, ficou aberto

The child wiped the table clean.
DET criança esfregar(PASS) DET mesa limpa
A criança esfregou a mesa até deixa-la limpa

The boy beat his friend unconscious.
DET garoto bater(PASS) POSS amigo inconsciente
O garoto bateu no seu amigo, que conseqüentemente, ficou inconsciente.

The engineer hammered the metal flat
DET engenheiro martelar(PASS) DET metal plano
O engenheiro martelou o metal até deixa-lo plano

Já os estímulos que instanciavam as resultativas agramaticais seguidos de glossas em língua portuguesa e de orações nesta língua semanticamente equivalentes, foram os seguintes:

The student cut the paper small.
DET estudante cortar(PASS) DET papel pequeno
O estudante cortou o papel até deixa-lo pequeno.

The farmer burned the wood dark.
DET fazendeiro queimar(PASS) DET madeira escura
O fazendeiro queimou a madeira até deixa-la escura.

The girl shot the bird wounded.
DET garota atirar(PASS) DET pássaro ferido
A garota atirou no pássaro que, conseqüentemente, ficou ferido

The man painted his room colorful.
DET homem pintar (PASS) POSS quarto colorido
O homem pintou o quarto que, conseqüentemente, ficou colorido

The baker pounded the dough soft.
DET padeiro bater(PASS) a massa macia
O padeiro bater a massa até ela deixa-la macia.

The cook froze the water icy.
DET cozinheiro congelar (PASS) DET água gelada

O cozinheiro congelou a água que, conseqüentemente, ficou gelada

The student tore the box broken.
 DET estudante rasgar(PASS) DET caixa danificada
O estudante rasgou a caixa até danificá-la

The boy shocked his brother scared
 DET garoto chocar(PASS) POSS irmão assustado
O garoto chocou seu irmão que, conseqüentemente, ficou assustado.

A seguir, passaremos à análise dos dados obtidos e à discussão dos resultados observados.

6. Análise e discussão.

Com vistas a uma exploração inicial da hipótese de aprendizibilidade acima discutida, os julgamentos de aceitabilidade para as sentenças resultativas gramaticais e agramaticais, medidos em escala entre 1 e 7, de todos os participantes foram tabulados e aglomerados. Em seguida, os dados foram submetidos a tratamento estatístico inferencial com vistas a verificação de efeitos da gramaticalidade diferencial dos dois tipos de sentença. A Tabela 1 abaixo apresenta as estatísticas descritivas dos dados.

Tipo de sentença	Média de aceitabilidade	Mediana	Desvio padrão
Resultativa gramatical	5,57	6,1	1,6
Resultativa agramatical	4,13	4,0	1,8

Tabela 1: Estatísticas descritivas

As distribuições dos dados coletados foram submetidos a um teste de normalidade, o teste de Shapiro-Wilk. Os resultados para as resultativas gramaticais foram $W=0,811$ ($df=200$), $p<0,001$; e os resultados para as resultativas agramaticais foram $W=0,952$ ($df=200$), $p<0,001$. Portanto, observamos que a amostra obtida não foi representativa da distribuição normal.

Frente a não normalidade das distribuições observadas, realizamos uma análise pareada entre os julgamentos de aceitabilidade eliciados pelas sentenças gramaticais e agramaticais através de um teste não paramétrico de comparação entre tendências centrais, o teste de Wilcoxon. A estatística assim obtida foi $Z=-7,09$, $p<0,001$. Portanto, observamos um efeito significativo do tipo de sentença,

indicando que para os participantes da tarefa de julgamento de aceitabilidade conduzida neste estudo, as sentenças resultativas gramaticais e as sentenças resultativas agramaticais não compunham um único grupo amostral.

Este estudo traz, assim, informações não triviais acerca da aquisição da construção resultativa por falantes bilíngues do par linguístico PB e inglês com alta proficiência. O sintagma adjetival na sequência SN-SV-SN-SAdj em português tem apenas a leitura descritiva enquanto em inglês o mesmo pode ter, além da leitura descritiva, uma leitura resultativa. Dessa forma, como mencionado anteriormente, a teoria de conjuntos e subconjuntos sugere que aprendizes do inglês como L2, falantes nativos do PB estão propensos a aprender a construção resultativa a partir apenas das evidências positivas encontradas com o acúmulo de experiências em L2. O teste de julgamento de aceitabilidade indicou que os bilíngues representam corretamente a construção resultativa, mais especificamente a subconstrução resultativa causativa de propriedade transitiva selecionada, tais como “*the engineer hammered the metal flat*” (o engenheiro martelou o metal plano). Devido a não gramaticalidade de frases tais como a tradução do exemplo anterior, pode-se dizer que a influência das estratégias de processamento de L1 no processamento de L2 não é forte o suficiente para fazer com que os bilíngues com alta proficiência subrepresentem as construções resultativas. Em outras palavras, a transferência linguística não parece ser expressiva o suficiente para impedir que os bilíngues estudados representem corretamente a construção resultativa.

A hipótese de que a relação conjunto e subconjunto entre PB e Inglês facilitaria a aquisição das construções resultativas a ponto de os bilíngues serem capazes de distinguir as instâncias lícitas das instâncias ilícitas da estrutura aqui investigada também foi corroborada pelos resultados. Os bilíngues apresentaram maior aceitabilidade às sentenças cujo predicado resultativo era um adjetivo escalar com ponto final máximo e o verbo da sentença era durativo; e às sentenças cujo predicado resultativo era um adjetivo não escalar e o verbo era pontual. Portanto, os bilíngues não apenas foram capazes de representar as construções resultativas, mas também foram capazes de adquirir certas idiosincrasias da construção, as quais dão maior aceitabilidade a tipos de adjetivos específicos de acordo com o verbo utilizado.

Apesar dos bilíngues terem sido capazes de diferenciar as sentenças lícitas das ilícitas, não é possível afirmar certamente se os bilíngues generalizam ou não as regras de formação da construção resultativa. Tal incerteza se deve ao fato de que embora sejam estatisticamente distintas, a média de aceitabilidade tanto das sentenças lícitas quanto das sentenças ilícitas é maior que 4 e, logo,

indicam aceitabilidade. Portanto, o fato de os bilíngues terem demonstrado serem capazes de distinguir os dois grupos ainda não é suficiente para afirmar se há ou não supergeneralização das regras de L2.

Conclusão.

O estudo ora descrito certamente traz informações relevantes sobre a aquisição tardia de L2. Os resultados do experimento com julgamento de aceitabilidade indicam que, apesar dos problemas impostos por fatores como idade e não dominância de L2, os indivíduos bilíngues são capazes de adquirir aspectos muito específicos de L2, tais como estrutura argumental de construções não presentes na L1 e certas especificidades de seus argumentos. Obviamente, o tema precisa ser mais explorado e outras evidências tanto de estudos offline quanto de estudos online são necessárias. Também reconhecemos as limitações deste estudo que, por exemplo, não pode ter mais participantes em seu grupo experimental. Contudo, também sabemos da importância que este estudo tem devido ao fato de ele ser pioneiro na investigação da aquisição da construção resultativa por bilíngues do par linguístico PB e inglês. Sugerimos que uma retestagem seja feita com dados similares e que outros experimentos sejam criados para trazer informações sobre a aprendizagem da construção resultativa em diferentes estágios e os efeitos envolvidos em tal processo.

Referências

- BRAIDI, Susan. *The Acquisition of Second Language-Syntax*. London: Arnold Publishers, 1999.
- BYALISTOK, Ellen. Consequences of bilingualism for cognitive development. IN: KROLL, J. & DE GROOT, A. (orgs) *Handbook of Bilingualism – Psycholinguistic Approaches*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- COOK, Vivian. The Consequences of Bilingualism for cognitive processing. IN: DE GROOT, A. M. & KROLL, J. (orgs.). *Tutorials in Bilingualism – Psycholinguistic Perspectives*. Manhwah: Lawrence Erlbaum Associates, 1997.
- ELLIS, Rod. *The Study of Second Language Acquisition – 2nd Edition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- FERNÁNDEZ, Eva. Processing strategies in second language acquisition: some preliminary results, 217-239. In *The development of second language grammars: a generative approach*, 1999.
- FERNÁNDEZ, Eva. *Bilingual Sentence Processing – Relative Clause attach-*

- ment in English and Spanish. Amsterdam: John Benjamins, 2003.
- GUIMARÃES, Mara. Asymmetry in the Induced Movement Alternation of Verbs of Manner of Motion in English and Brazilian Portuguese, UFMG, 2012.
- GOLDBERG, Adele. *Constructions: A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- GROSJEAN, François. *Studying Bilinguals*. New York: Oxford University Press, 2008.
- JACKENDOFF, Ray.; GOLDBERG Adele. The English Resultative as a family of constructions. *Language* 80. p. 523-567, 2004.
- JUFFS, Alan. Some effects of first language argument structure and morpho-syntax on second language sentence processing. *Second Language Research*. Vol 14 no. 4, 1998.
- LOBATO, Lúcia. Afinal, existe a construção resultativa em português? In: *Sentido e Significação*. Negri, Lígia, Maria José Foltran, Roberta Pires de Oliveira (organizadoras). São Paulo. Editora Contexto, p. 142-179, 2004.
- MYERS-SCOTTON, Carol. *Multiple Voices – An Introduction to Bilingualism*. Malden: Blackwell Publishing, 2006.
- NATION, Paul. *Teaching and Learning Vocabulary*. Boston, MA: Heinle & Heinle, 1990.
- PAVLENKO, Aneta.; JARVIS, Scott. Bidirectional transfer. *Applied Linguistics*. 23.2, 190-214, 2002.
- PYLKKÄNNEN, Liina.; McELREE, Brian. The syntax-semantics interface: On-line composition of sentence meaning. In: TRAXLER, M; GRENS-BACHER, M. (orgs.). *The Handbook of Psycholinguistics – 2nd Edition*. London/Burlington, MA: Academic Press, 2006.
- SEBASTIAN, Rajani; LAIRD, Angela.; KIRAN, Swathi. Meta-analysis of the neural representation of L1 and L2. *Applied Psycholinguistics*. Vol. 32, no. 4, p. 799-819, 2011
- SELINKER, L.; “Interlanguage”. *International Review of Applied Linguistics*, 1972.
- SOUZA, Ricardo; MELLO, Heliana. R. Realização argumental na língua do aprendiz de línguas estrangeiras – possibilidades de exploração da interface entre semântica e sintaxe. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – REVEL*. V. 5, n. 8, 2007.
- SOUZA, Ricardo. Argument structure in L2 acquisition: Language transfer revisited in a semantics and syntax Perspective. *Ilha do Desterro – A Journal of English Language, Literatures in English and Cultural Studies*. No. 60,

2011. p. 153-188, 2011.
- SOUZA, Ricardo. Déficit representacional entre falantes de L2? Uma reflexão em torno de dois modelos da arquitetura global da gramática. *Signótica*. Vol. 22, no. 2, p. 427-448, 2010.
- SORACE, Antonella. Using Magnitude Estimation in developmental linguistics. IN: BLOM, Elma; UNSWORTH, Sharon (orgs.). *Experimental Methods in Language Acquisition Research*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. p. 57-72, 2010
- ZARA, Julia. Estudo da Expressão de Eventos de Transferência de Posse na Interlíngua de Brasileiros Aprendizes de Inglês. Dissertação de Mestrado, UFMG, 2009.
- WECHSLER, Stephen. An analysis of English resultatives under the event-argument homomorphism model of telicity. Proceedings of the 3rd Workshop on Text Structure. University of Texas at Austin, 2001.
- WHITE, Lydia. *Second Language Acquisition and Universal Grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

A VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA E O ENSINO DO PORTUGUÊS EM MOÇAMBIQUE

Alexandre António Timbane

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

RESUMO: Moçambique é um país lusófono e tem uma diversidade linguística composta por mais de vinte Línguas Bantu que concorrem com o português como língua oficial. Há desvio à norma-padrão causado pelo contato e interferência das Línguas Bantu. A pesquisa visa (a) explicar as particularidades do Português de Moçambique e (b) descrever as dificuldades no ensino do português nas escolas de Moçambique. Da pesquisa se conclui que o Português de Moçambique é real; deve ser estudado e mostrado aos alunos combatendo assim o preconceito e a má qualidade de ensino. A formação dos professores de português e mudança de atitude com relação à variante moçambicana é urgente.

PALAVRAS-CHAVE: Variação. Ensino. Português de Moçambique.

ABSTRACT: Mozambique is a lusophone country and he has a linguistic diversity comprised of more than twenty Bantu Languages competing with Portuguese as the official language. There are standard deviation from the norm caused by contact and interference of Bantu Languages. The research aims to (a) explain the peculiarities of Portuguese Mozambique and (b) describe the difficulties to teach portuguese in Mozambique schools. The research concludes that the Portuguese of Mozambique is real, must be studied and shown to students thus countering prejudice and poor quality of teaching. Training for teachers of portuguese and change of attitude towards Mozambican variant is urgent.

KEYWORDS: Variation. Education. Portuguese in Mozambique.

Considerações iniciais.

O presente artigo versa sobre a Língua Portuguesa (LP) falada e escrita em Moçambique porque sabe-se de antemão que as línguas não são estáticas, quer dizer, não é um produto acabado e depende de variáveis sociais e linguísticas. Moçambique é um país lusófono que se caracteriza por uma multiplicidade de línguas espalhadas um pouco pelo país. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, publicados pelo Ministério da Educação (2010), Moçambique conta com vinte e uma Línguas Bantu (LB) e uma língua europeia- o português, que é oficial segundo a Constituição da República do país falado por 10.7% dos moçambicanos. Apesar de ser língua oficial não é falada pela maioria da população. A maioria da população (cerca de 85.2%) fala as LB muitas delas que ultrapassam as fronteiras políticas atuais. Por exemplo, o swahili é uma LB que para além de ser falada em Moçambique é falada na Tanzânia, no Quênia, no Burundi, na Somália, na Zâmbia, na Etiópia, em Madagáscar em Comores, na República Democrática de Congo, na República do Zimbabué entre outros. É falada por cerca de 50 milhões de pessoas e é língua oficial na União Africana.

O objetivo do artigo é de (a) explicar as particularidades do Português de Moçambique (PM) e de (b) descrever as dificuldades no ensino do português nas escolas de Moçambique. Para além disso, vai-se propor atitudes que visam reduzir o preconceito linguístico reduzindo assim as reprovações em massa que ocorrem nas escolas. É uma pesquisa bibliográfica na qual se discute vários assuntos inerentes à variação linguística e a metodologia de ensino de uma língua em contexto multilingue como é o caso de Moçambique. A pesquisa tenta mostrar que o Português de Moçambique difere do Português Europeu (PE) nos aspectos: léxico-semântico, fonético-fonológico, sintático-morfológico e pragmático. A preocupação com a variação e mudança linguística não é recente. No passado recente, a variação e mudança eram fenómenos linguísticos atribuídos aos fatores de ordem física, mentais, do ambiente, até suspeitas de influências de zonas de altas altitudes, de clima, etc., fato que não foi comprovado cientificamente. (cf. AITCHISON, 2005, p.133). Segundo o autor, a maioria das mudanças provêm de elementos exteriores à língua, fenómeno caracterizado por contato, mistura e interferências linguísticas bem como da mudança da vida na sociedade. Aliás, toda língua viva nunca está pronta ou acabada, isto significa que ela está/estará sempre em formação ou em reforma enquanto houver falantes. A LP falada/escrita hoje é resultado de constantes modificações ao longo de vários séculos fato que confirma a tese de que “as línguas mudam, mas continuam organizadas e oferecendo a seus falantes os recursos necessários para a circulação dos significados [...] os falantes normalmente não têm consciência de que sua língua está mudando” (cf. FARACO, 2005, p.14).

A sociolinguística é uma ciência recente, cujos os “primeiros trabalhos marcantes”¹ na área surgiram com linguista William Labov orientado pelo seu professor Uriel Weinreich, nos anos 60, cujos seus estudos se basearam na criação da “sociolinguística variacionista” ou “teoria da variação”. Do ponto de vista sociolinguístico, a língua nunca fica pronta e assim, “cada geração, ou mesmo em cada situação de fala, cada falante recria a língua. Desta forma, ela está sujeita a alterações nessa recriação.” (CHAGAS, 2010). Sendo assim, a sociolinguística estuda os padrões de comportamento linguísticos observáveis dentro de uma comunidade de fala tendo como base uma ou várias variáveis linguísticas e sociais. A linguística histórica é o “campo da linguística que se ocupa de interpretar mudanças fônicas- mórnicas, sintáticas e semântico-lexicais - ao longo do tempo histórico, em uma língua ou uma família de línguas.” (cf. MATTOS e SILVA, 2008, p.8).

O fato importante é que “a língua se transforma, isto é, estruturas e palavras que existiam antes não ocorrem mais ou estão deixando de ocorrer; ou, então, ocorrem modificadas em sua forma, função e/ou significado.” (FA-RACO, 2005, p.16). Sabe-se que toda língua apresenta variação, que é sempre potencialmente um desencadeador de mudança. Como “a mudança é gradual, é necessário passar primeiro por um período de transição em que há variação, para em seguida ocorrer a mudança. Como a mudança e a variação estão estreitamente relacionadas, é muito difícil estudar uma sem estudar a outra.” (CHAGAS, 2010, p.149). A afirmação de Chagas sustenta a escolha do título do artigo porque entendemos os conceitos variação e mudança estão intimamente interligados. O léxico é a face mais notável da língua e que a sua variação é originada em muitas vezes pelo contato linguístico entre línguas. No caso de Moçambique temos uma situação do português em contato com mais de vinte LB moçambicanas e do inglês.

1. A variação linguística.

As LB faladas em Moçambique são chamadas de “dialetos”, termo preconceituoso herdado no sistema colonial que continua prevalecendo até aos dias de hoje. Estudo recentes discordam que PE é o “padrão mais certo” defendendo que a variante moçambicana tem características próprias a nível:

1 Sem queremos desqualificar os trabalhos anteriormente publicados por Gauchat (1º estudo cujo objeto foi mudança linguística em progresso), Hermann, Saussure, Martinet, Hockett, Bloomfield entre muitos outros.

fonético, morfológico, sintático, semântico e lexical fato comprovado pelos estudos recentes de Dias (2009), Gonçalves (2012, 2005a,b, 1996), Vilela (1995), Ngunga (2012), Timbane (2012) e muitos outros.

Com isso pretende-se dizer que um “dialeto” não é uma língua, pois esse termo traz uma sensação de preconceituosa, uma sensação de inferioridade. Marcos Bagno no seu livro *Não é errado falar assim: Em defesa do português brasileiro* dá exemplo do Cineasta moçambicano que considera as LB moçambicanas por “dialeto”. Realmente este preconceito existe no seio dos moçambicanos herança do sistema colonial, aspecto que deve ser combatido, pois as LB são “tão eficientes como instrumentos de interação social quanto o português ou qualquer outra língua europeia, ou qualquer outra do mundo. (BAGNO, 2009, p.18). Na luta contra preconceito linguístico a escola deve ser o “comandante”, posicionando-se na vanguarda e não sendo incentivador da discriminação linguística. O termo “dialeto” renega a princípio o estatuto de ser língua e fica com pouca consideração. Assim, “a mudança que se observa numa língua no decorrer do tempo tem paralelo na mudança dos conceitos de vida de uma sociedade, na mudança das artes, da filosofia e da ciência e, até, na mudança da própria natureza.” (MATEUS, 2005, p.18).

Os estudos provam que o PM é uma variante diferente do PE e precisa ser mais aprofundado procurando cada vez mais espaço da sua afirmação legal- a **padronização**. “Falar de uma variedade é apenas reconhecer a existência de um ou de vários conjuntos de diferenças, de uma ou de várias variedade e recusar estabelecer entre essas variedades numa hierarquia.” (GARMADI, 1983, p.29). Esses fenômenos linguísticos são causados pelo contato entre línguas, pelo surgimento de realidades sociais, culturais, políticas e econômicas bem diferentes ou mesmo pela diferença de classes sociais. Entendemos por variação linguística a forma como uma determinada comunidade linguística se diferencia de outra, sistemática e coerentemente tendo em conta os contextos sociais. A variação se manifesta em diversos níveis:

1.1. Variação fonético-fonológica.

É uma característica das diferenças na pronúncia de palavras que variam de língua para língua, de variante para variante. Pode ser causado por influências de outras línguas. No caso de Moçambique muitas formas de variação fonético-fonológica são resultado da influência das línguas maternas de origem bantu espalhadas um pouco pelo país. É através da variação fonética que percebemos se o falante nasceu no norte ou no sul do país. Vejamos algumas variações:

- A troca de [d] por [t] : dedo=[teto]; dama [tama]; dono [tono]
- A troca de [b] por [p]: bebé, bebe =[pépé]; banana [panana]; bomba [pompa]
- Ditongação da sílaba final: fazer=[fazeri]; lavar=[lavari]; ler [leri]
- Eliminação da consoante final: fazer=[faze]; lavar=[lava]

1.2. Variação morfológica.

A morfologia é uma disciplina que descreve e analisa a estrutura interna das palavras e os processos morfológicos da variação e de formação das palavras. Para ilustrar a variação morfológica apresentaremos dois exemplos: um do PB e outro do PM. No PB falado o pronome pessoal “tu” e “você” podem ser substituídos por “ocê” ou “cê”. No PM há caso falta de concordância. Exemplo: Rituais religiosos só conheço um. [PM] vs Rituais religiosos só conheço um. [PE]

A diferença que se observa nestas duas frases é a falta de concordância no PM se compararmos com o PE. O importante a reter é que esta variação está inerente à norma-padrão. Sabe-se que a fala pode variar segundo a idade, o grau de escolaridade, as redes sociais, local de residência, etc. Este fenómeno não só acontece em Moçambique, pois estudos de Scherre e Naro (1998, p.1) mostram que “diferentemente do português de Portugal, o português vernacular do Brasil apresenta variação sistemática nos processos de concordância de número, exibindo variantes explícitas e variantes zero (0) de plural em elementos verbais e nominais.” Vejamos outros exemplos das preposições no PM apresentados por Gonçalves (2001, p.983). As preposições destacadas são usadas de forma diferente no PM se compararmos com PE que entendida como a Norma-Padrão:

- (a) Chegou cedo *na* escola (PE=à)
- (b) O pai volta *em* casa às sete (PE=para)
- (c) Visitei *no* museu de História Natural (PE= o museu)

1.3 Variação sintática.

Para além da variação morfológica que vimos em (2.2), o PM apresenta variação a nível sintático. Estudos em recentes apresentados numa obra organizada por Dias (2009) mostram que há vários casos de variação se compararmos com o PE. É importante deixar claro que a referência para todas as análises é o PE. Vejamos alguns exemplos de Gonçalves (2005a, p.55):

- | | |
|----------------------------------|-------------------------------|
| PM: Eles elogiaram a uma pessoa. | PE: Eles elogiaram uma pessoa |
| PM: Elogiaram-lhe muito. | PE: Elogiaram-na muito. |

Os exemplos de Gonçalves apresentados nestes exemplos provêm de um *corpus* oral, fato que nos leva a crer que há diferenças entre a escrita e a fala. O que acontece em muitos casos é a transferência da fala para escrito fato que leva ao distanciamento à norma-padrão. Vejamos outros exemplos de Gonçalves (2001, p.986).

PM: “Recebi ϕ telefonema”

PE: “Recebi um telefonema.”

PM: “Todas ϕ pessoas chegaram”

PE: “Todas as pessoas chegaram”.

Aqui nota-se a ausência de artigos nas frases do PM que é exigido pela Norma europeia.

1.4. Variação semântica.

Sabendo que a semântica é o estudo do sentido das palavras, a variação semântica seria o estudo as diferenças dos sentidos das palavras. Um mesmo referente pode ter várias palavras e uma palavra pode ter vários significados. A unidade lexical “chapa”² para além dos significados conhecidos na LP significa “transporte semi-coletivo de passageiros.” A palavra *camisola*, no PB significa vestimenta feminina usada para dormir enquanto que no PM, *camisola* é vestimenta de malha de lã ou algodão com mangas compridas que é usada para se proteger do frio.

1.5. Variação lexical.

Para um único referente podem existir várias palavras. Por exemplo: as palavras “candonga”, “chapa-100”, “van”, “toca-toca”, “busão” referem-se ôni-bus no PB. Por outro lado, uma unidade lexical pode ter vários significados. Por exemplo: “neca”, no PM refere-se a “amarelinha” no PB. Estas variações lexicais são causadas por razões culturais, sociais e geográficas. As crianças brincam do mesmo jeito, as regras são iguais e o que muda é simplesmente o nome.

No caso de Moçambique, quando uma unidade lexical for inexistente no português, os falantes vão buscar do acervo das suas LB para completar o espaço em branco ou vazio. As unidades lexicais: *matapa* (folhas de mandioqueira ou prato feito com folhas de mandioqueira), *kwassa-kwassa* (dança tradicional africana), *mamba* (cobra perigosa e venenos), *matorritorri* (cocada), *nembo*

2 Folha metálica; lâmina em que se abre um desenho para ser reproduzido; lugar plano; insígnia honorífica aberta em metal; distintivo de moço de fretes, etc; distintivo com numeração e mais elementos de identificação de automóveis, etc; antigo disco de fonógrafo; negativo em fotografia. (DILP, 2008, p.339).

(seiva viscosa que é usada para apanhar pássaros), *ntchuva* (jogo tradicional no qual o jogador move pedrinhas colocadas em filas de covas) refletem a realidade local. Estas unidades lexicais provêm da língua xichangana³ para enriquecer o léxico português. Há que considerar muitos rituais tradicionais que não têm equivalência em português. Mendes (2010, p.149) apresenta os seguintes exemplos: *tinholo*: ossículos utilizados pelos curandeiros na adivinhação; *uputsu*: bebida tradicional, confeccionada à base de *mapira*; *ciputu*: Rito de iniciação feminino *makhuwa*; *jando*: rito de iniciação masculina *yao*.

É mais frequente a entrada de unidades léxicas de LB no PM, causado por força da distância geográfica (Portugal-Moçambique), sociais, culturais, e sob a influência das línguas locais. Este fenómeno traz pouco e pouco novos vocábulos, novas expressões idiomáticas, novas construções inexistentes no português europeu, tal como Gonçalves (2005b, p.47-72) explica quando fala sobre os *Falsos sucessos no processamento do input na aquisição de L2: papel da ambiguidade na gênese do Português de Moçambique*. Voltando insistir sobre o léxico é importante sublinhar que este está conectado à história, como se pode ver nos exemplos apresentados por Vilela (1995) e Timbane (2012): (a) *lobolar*, (b) *kandongueiro*, (c) *cooperante*, (d) *desconseguir*, (e) *confusionar*, (f) *matabicho* entre muitas outras unidades lexicais.

(a) provêm do verbo *ku lovòla* (dote) da língua xichangana. *Lobolar* é ato de pagar dote aos pais da noiva, prática frequente em linhagens patrilineares.

(b) alguém que pratica o negócio ilícito. Vem do substantivo *ka ndonga* (indivíduo que faz negócios ilícitos). *Ndonga* é sobrenome também.

(c) nome atribuído a qualquer estrangeiro que vem em missão de ajuda.

(d) não conseguir

(e) ser confuso

(f) É uma importação do contexto da língua xichangana. Na cultura bantu acreditava-se que quando alguém sente fome havia bichos no estômago que roncavam procurando comida. Para os calar era preciso comer alguma coisa.

Até nos dias de hoje, os falantes da língua xichangana ainda dizem: *dlaya nyocana!* (matar o bicho!) para se referir a primeira refeição do dia que ocorre antes das 12h. E assim, houve transporte desse contexto para português: *matabicho* que significa “café da manhã” (no PB) ou pequeno-almoço (no PE). É importante que em muitas LB não existe palavra para designar o “café da manhã” uma vez que pela cultura se tem duas refeições por dia: almoço e jan-

3 Língua Bantu falada no sul de Moçambique abrangendo as províncias de Maputo, Gaza e Inhambane. É a 2ª LB mais falada de Moçambique depois de makhuwa que domina no norte do país.

tar. O “café da manhã” apareceu com as tradições/civilizações europeias. Ora, esta criação de unidades lexicais é uma característica “normal” das línguas. O português do Brasil é exemplo mais que claro que ilustra a criatividade lexical de uma língua: de *cheeseburger* se formou *x-burger* e seus derivados: *x-bacon*, *x-egueburger*, *x-salada*, *x-tudo*, *x-coração*, *x-galinha*, *x-coração*, *x-tudo*.

1.6. Variação estilístico-pragmática.

Esta variação é inerente as diferentes formas de falar entre diferentes idades (jovens vs adultos) ou entre grupos sociais distintos ou entre áreas profissionais específicas.

Exemplo: “E aí malta, tá-se bem?”

“oi pessoal, *mbora-lá tchilar* para não *nholar!*”

“*Tcheca-lá* antes de bazarmos. Esse gai-gai pode *tchunar* as cenas e ficarmos a *mbunhar!*”.

O que acabamos de ver nos exemplos de (a) a (f) reflete a variante PM. Isso não só acontece com o PM mas também com PE, PA, PB. Berlinck (2012, p.8-15) mostra as particularidades do PB nas variações a nível sintático e morfológico.

2. Classificação da variação sociolinguística.

Estas todas variações estão conectadas a fatores extralinguísticos diversos, a saber: origem geográfica, status sócioeconómico, escolarização, idade, sexo, redes sociais, mercado de trabalho, etnia entre muitas outras.

2.1. Variedades geográficas ou variação diatópica.

A palavra “diatópica provem do grego *dia*=através de + *topos*=lugar. As variações geográficas seriam aquelas que estão ligadas aos diferentes lugares onde a língua é falada. São as diferenças que uma mesma língua apresenta na dimensão do espaço, quando é falada em diferentes regiões de um mesmo país ou em diferentes países. Existe termos que especificam a variedades locais: os brasileirismos, mocambicanismos, portuguesismos, etc para indicar as especificidades do português falado no Brasil, Moçambique e Portugal respectivamente. No Brasil ainda se pode falar do dialeto caipira como uma variedade regional. No PE temos a existência de dialetos setentrionais (transmontanos e

alto-minhotos), dialetos centro-meridionais (dialetos do centro litoral, centro interior, dialetos dos açores e da madeira (cf. MATEUS, 2005, pp. 20-21). Vejamos outros exemplo no PB e PB no Quadro 1:

BRASILEIRISMOS	Equivalência em PM	BRASILEIRISMOS	Equivalência em PM
banheiro	casa de banho	açougue	talho
caminhão	camião	terno	fato
fila	bicha	aeromoça	hospedeira
refrigerante	refresco	pedágio	portagem
ponto de ônibus	paragem	van	chapa 100, <i>ten years</i>
delegacia	esquadra	grampeador	agrafador
mamadeira	biberão	pedestre	peão

Quadro 1: Diferenças lexicais entre PB e PM.

2.2. Variação distrática.

É uma variação que se encontra quando se comparam diferentes estratos de uma população. No Brasil, há vários estudos que mostram as diferenças na da população escolarizada e analfabeta. Castilho (apud ILARI; BASSO, 2009, p.176) dá exemplos de:

1) Negação redundante com indefinidos negativos. (ex. Ninguém não sabia)

2) Perda de *-s* da desinência da 1ª pessoa plural. (ex. Nós cantamo, nós cantemo)

3) Redução das formas verbais. (ex. Eu falo, você/ele/ela/nós/a gente/vocês/eles/elas fala). As formas verbais no presente do indicativo são “falo” e “fala”. Isso é simplificação/redução. Esta simplificação gramatical é também observada em crioulos de qualquer base.

4) Uso dos pronomes do caso reto na posição de objeto (ex. Eu vi ele, a mulher xingou eu).

No PM temos várias unidades lexicais novas (neologismos) que só ocorrem no contexto moçambicano. Vejamos alguns verbos formados dentro do português e que mudaram o seu valor semântico. São exemplos: **bichar** (fazer a fila), **esquinar** (esperar alguém na esquina), **boatar** (propagar mentiras), **depressar** (andar/fazer rápido), estilar (exibir-se), **afinar** (apertar as pessoas no chapa100 ou van), **bala-balar** (correr, andar rápido), **anelar** (pagar dote, *lobolar*), **panhar** (contrair

doença sexuais), **cabular** (copiar na prova), **barulhar** (fazer barulho), **bater** (roubar), **cabritar** (fazer corrupção), **chimbar** (bater fortemente), **coisar** (fazer sexo), **desconsequir** (não conseguir), **despegar** (terminar uma jornada de trabalho), **engarafar** (fazer feitiço para amar alguém), **fechar** (combinar) **ferrar** (dormir), **gamar** (roubar), **marrar** (estudar), **mortar** (perder no jogo da bolinha), **nenecar** (colocar o bebê no colo), **pedir** (fazer cerimônia de apresentação da noiva), **placar** (ir a uma vila próxima para se esconder da guerra), **botar** (colocar, pôr), **mamar** (comer), **gazetar** (faltar a aula, “matar aula”) **famar** (exibir a fama), **lambe-botar** (aquele que se submete ao seu superior hierárquico para conseguir vantagens corruptas), **linchar** (queimar um ladrão com pneu), **destrocar** (dar troco em dinheiro).

2.3. Variação diamésica.

Esta variação se centra na comparação entre a língua falada e língua escrita. Na comunicação a língua oral é a mais susceptível de expressar variações e, nela, os critérios de aceitabilidade social são mais elásticos. Principalmente, em nível lexical. (PRETI, 2003, p.53). Para Preti, na “dinâmica lexical encontramos na gíria, um contínuo processo criativo dos grupos sociais, em busca de efeitos expressivos para a linguagem do dia-a-dia.” No Brasil, “as pessoas dizem coisas como *né, ocêis, disséero, téquinico*, pensando que dizem *não é, vocês, disseram, técnico*.” (ILARI; BASSO, 2009, p.181).

No caso do PM integra-se os estrangeirismos e empréstimos vindos da LB, fato demonstrado em Timbane (2012). A escrita (ortografia) das palavras vindas das LB não segue a padronização original da língua de origem, o que significa que foram adaptadas à ortografia da LP. São exemplo de: *Matorri-torri* (cocada), *tchovaxitaduma* (carinho de mão), *matapa* (caril de folhas de mandioqueira), *timbila* (xilofone), *khanimabo* (obrigado), *tontonto* (pinga), *patchar* (evocar os espíritos dos antepassados), *guadjissar* (roubar, arrastão). (exemplos de TIMBANE, 2012, p.292-293).

2.4. Variação diafásica.

Esta é chamada conhecida como variação estilística. Sabe-se que há diferença na fala de jovens /adultos em todos os níveis. Há diferenças da fala segundo espaço (lugar) e tempo. Quando falamos com um juiz há um conjunto de construções sintáticas e lexicais que devem ser usadas pois naquele espaço de julgamento se exige aquele tipo de discurso. O mesmo juiz, ao encontrá-lo num bar não exigirá as mesmas características linguísticas. O monitoramento

acontece oralmente ou por escrito. A escrita tende a ser mais monitorada do que a oral embora não escapando a mudança. O livro *Por uma vida melhor* que criou polémica desde 12 de maio de 2011, no seio da sociedade brasileira alegando que incentivava o erro. Tudo aconteceu porque o livro admitia o uso da falta de concordância na frase “os livro”. (cf. AÇÃO EDUCATIVA, 2011). A fala é mais variável que a escrita e é preciso ter em conta a variação diafásica. Ao escrever um trabalho académico, redação o aluno tem de colocar a concordância sim. Mas ao escrever para um amigo pode escrever o jeito que quiser, isso não fará nenhuma diferença.

Quando estamos comunicando, o nosso cérebro faz a escolha do léxico e o tipo de gramática a usar, desde o formal ao informal, o mais coloquial ou não. Para Labov “uma mudança no ritmo, uma mudança na altura da voz, uma mudança no volume ou intensidade da respiração forma sinais socialmente significativos de uma alteração rumo a um estilo de fala mais casual ou espontâneo.” (LABOV, 2008, p.122) A variação diafásica é uso individual da fala/escrita realizada com ou sem grau de monitoramento.

2.5. Variação diacrônica.

É a comparação das diferentes etapas da história de uma língua, quer dizer, aquela que se dá através do tempo comparando gerações. É através do estudo da variação diacrônica que percebemos que a língua que falamos hoje é resultados longos anos ou épocas diferentes. Em muitos estudos o estudo da variação e da mudança se faz com a observação da fala e de textos escritos antigos. Há que mostrar a relação fala e escrita na documentação do passado. “Para alguns autores, a linguística histórica é a história da língua escrita, mas sem a fala não se escreve, pode-se entrever ou entreouvir a voz através dos textos: tarefa difícil e apenas aproximativa, ouvir o inaudível”. (MATTOS e SILVA, 2008, p.20). As LB moçambicanas por ter sido ágrafas desde a origem é quase impossível estudar como era a língua no séc. XIV, por exemplo. A obtenção de fontes, segundo Berlinck; Barbosa; Marine (2008, p.170) é um dos grandes problemas que os pesquisadores de língua enfretam nos seus trabalhos.

A transmissão da cultura africana foi feita através da oralidade sendo que houve perda de muitos traços linguísticos da antiguidade. Em outras palavras, podemos estudar a língua baseando em fontes orais disponíveis mesmo havendo sempre a necessidade de se investigar a confiabilidade da fonte. Podemos sim, fazer um estudo baseando-se em escritos feitos no período em que os padres e missionários chegaram em Moçambique e fizeram catecismos e bíblias em línguas locais.

3. A escola, o ensino e a língua portuguesa.

3.1 O professor moçambicano diante da variação.

Nesta parte tentaremos demonstrar quais os problemas que o professor moçambicano enfrenta diante dos seus alunos, no ensino da disciplina de português. As frases apresentadas em 2.3 e 2.6 mostram a diferença na relação à PE e o PM, pois “não existe comunidade linguística alguma em que todos falem do mesmo modo e porque, por outro lado, a variação é o reflexo de diferenças sociais, como origem geográfica e classe social, e de circunstâncias da comunicação.” (CAMACHO, 2011, p.35). Vimos também que mesmo em Portugal onde seria referência tem vários “dialetos” espalhados pelo país, fato que ilustra que nenhuma língua é falada de forma homogênea.

Há no PM influências das LB. Vejamos alguns exemplos de Dias (2009, p.243):

Possíveis causas dos erros ao nível da coordenação

Ex: *Mina na yena hiya ebazara.* (língua xichangana)

*Eu com ele vamos ao mercado. (língua portuguesa).

Esta é uma tradução linear do xichangana para português. O aluno transfere construções gramaticais da sua língua materna para português, mas enfim a frase se torna agramatical. Tem problemas de coordenação por que a LM do aluno não respeita as normas da LP. Segundo Dias

os verbos *kulelelana* (despedir-se) e *kuhambana* (divorciar-se) selecionam a preposição *ni* que exprime companhia, o que contrasta com a LP que para os seus equivalentes seleciona a preposição *de* que exprime afastamento. Porque o aluno se habituou, em *tsonga*, a associar a noção de companhia aos verbos anteriormente referidos, ao usar a LP vai juntar aos seus equivalentes preposições que exprimem companhia. (DIAS, 2009, p.241)

Várias construções transferidas das LB para PM passamos a citar exemplos de Dias (2009). O asterisco diante de um enunciado ou palavra representa uma forma agramatical, isto é, uma ocorrência inexistente no PE e no PB.:

*Ele negou com o pão dele. (xichangana: *yena ayalile ni pawu rakwe.*)

*Ela não quer com a casa dela (xichangana: *yena angalavi ni kaya kakwe*)

Para além destes exemplos, há no PM tendências em omitir artigos (ex. *Governo da Província de Niassa); Aparecimento de passivas dativas (ex. *Eu fui dito que não ias); acrescimento de vogal de palavra que terminam com consoantes (ex. *Encontrari); problemas de concordância nominal (ex. *A maior parte fizeram); dificuldades de concordância verbal (ex. * Existe pessoas.);

Aparecimento de passivas dativas (ex. *Eu fui dito não ias) dentre vários outros casos. (Dias, 2009, p. 405-406). Por fim, há que considerar muitos empréstimos vindos do xichangana: **tchovar* (empurrar) e **timbileiro* (xilofone) e estrangeirismos: **tseque* (folhas comestíveis dos quais se prepara um molho), **mulala* (raiz usada para escovar e tratar a cárie nos dentes).

Se o professor não percebe o “desvio” ao PE como poderá corrigir estas frases ou unidades lexicais nos cadernos ou na fala dos seus alunos? É claro que vai perpetuar normas do PM mesmo pensando que está falando/escrevendo o PE. Infelizmente, ainda há preconceito linguístico em Moçambique no que diz respeito à variação/mudança. Muitos professores ainda reprimem qualquer tipo de variação. Contrariamente a essa ideia, a escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas e os alunos têm de estar bem conscientes de que existem duas ou mais maneiras de dizer a mesma coisa e que não podem desprezar nem ter preconceito para quem fala de forma diferente da sua. O importante é sublinhar que é “papel da escola, portanto, facilitar a ampliação da competência comunicativa dos alunos, permitindo-lhes apropriarem-se dos recursos necessários para se desempenharem bem, e com segurança, nas mais distintas tarefas linguísticas.” (cf. BORTONI-RICARDO, 2009, p.74). Desta forma, os professores acham que punindo os erros dos alunos, através de reprovações resolve-se os problemas de aprendizagem.

Acredita-se que a norma europeia é a “mais certa” e essa que é exigida aos alunos. Até parece para professores falam como “portugueses nativos”. Sobre o ensino da variação, Bagno (2009) defende que

Devemos apresentar aos nossos alunos todas as opções que a língua oferece, explicar o funcionamento dessas regras, os processos gramaticais que ocorrem em cada uma e os produtos que deles resultam. Devemos também ter a honestidade de explicar o valor social atribuído pelos falantes culturas a cada uma dessas estratégias [...] o ensino dessas formas padronizadas conservadoras não pode vir acompanhado da atitude tradicional da escola de negar todo e qualquer valor às regras não-padrão, de despejar uma enorme carga de preconceito contra as opções sintáticas mais antigas ou mais inovadoras da língua, acusando elas de serem feias, erradas, estropiadas, etc. (BAGNO, 2009, 157-158).

Falta um pouco de “honestidade” do sistema educativo moçambicano e por parte dos professores de português porque se enganam quando afirmam que a norma mais correta é a portuguesa, como se eles falassem tal como em Lisboa. Resultados dessa atitude são as reprovações “em massa” dos alunos na disciplina de português. Concordamos com Cagliari (2009, p.24) quando

afirma que “o professor de língua portuguesa deve ensinar aos alunos o que é uma língua, quais as propriedades e usos que ela realmente tem, qual é o comportamento da sociedade e dos indivíduos com relação aos usos linguísticos, nas mais variadas situações de sua vida.” O que acontece em Moçambique com relação a variação linguística é muito bem discutido pela Bortoni-Ricardo (2009) no livro *Educação em língua materna: A sociolinguística na sala de aula* onde a autora apresenta resultados de uma pesquisa realizada em sala de aula, da qual concluiu que:

O professor identifica “erros de leitura”, isto é, erros na decodificação do material que está sendo lido, mas não faz distinção entre diferenças dialetais e erros de decodificação na leitura, tratando-os todos da mesma forma; O professor não percebe uso de regras não padrão. Isto se dá por duas razões: ou o professor não está atento ou o professor não identifica naquela regra uma transgressão porque ele próprio a tem em ser repertório. A regra é, pois, invisível para ele; O professor percebe o uso de regras não padrão e prefere não intervir para não constranger o aluno; O professor percebe o uso de regras não padrão, não intervém, e apresenta, logo em seguida, o modelo da variante padrão. (BORTONI-RICARDO, 2009, p.38).

Estes aspectos constituem peça fundamental para as “reprovações em massa” ou ainda na fraca qualidade dos alunos moçambicanos. É frequente o aluno chegar ao fim do ensino médio, com dificuldades enormes de utilizar a norma-padrão. Estudo semelhante com a de Bortoni-Ricardo (2009) foi realizado por Timbane (2009), na cidade de Maputo-Moçambique em três escolas: Escola Primária Completa 3 de Fevereiro, Escola Primária Completa do Alto-Maé e Escola Primária Completa de Maxaquene. Nessa pesquisa, os professores das três escolas apoiaram que a LP aprendida em casa pelos alunos ajuda na compreensão dos conteúdos fato que dá a certeza de que o PM está presente na sala de aula. Outra observação é a de que os professores não percebem que estão diante de uma variante do PE, isto é, estão diante do PM.

Um fato mais marcante é a preferência dos alunos em outras disciplinas excepto a disciplina da LP. Outro aspecto a remarcar é que professores cuja sua LM é diferente com a do aluno tendem a corrigir mais a fonética/pronúncia dos alunos. Este aspecto mostra que as diferenças da LM fazem como que “falsos erros” dos alunos sejam detectados imediatamente. A gramática ainda é aprendida como “camisa-de força” faltando a ideia de que saber falar português não é saber recitar as normas da gramática. Falta este espírito, pois na maioria dos casos, se perde muito tempo com gramática normativa ao invés de se tentar perceber como a variante moçambicana funciona. O léxico do PM precisa ser

explicado aos alunos, de forma clara e concisa, porque a escola é o espaço de partilha dos saberes. De forma alguma devemos considerar as construções típicas como “incorretas” pois, elas são bem conhecidas pelos alunos, são ouvidas todos dias, aparecem nos meios de comunicação e fazem parte do português falado naquele ponto geográfico. Acreditamos que em Angola, na Guiné-Bissau, em Cabo Verde hajam características linguísticas específicas, porque

para aqueles que esperam que os indivíduos saiam da escola dominando um padrão linguístico que eles chamam de correto, isto é, de acordo com uma norma linguística idealizada, imposta e, em parte, configurada nos manuais tradicionais de ensino, o ensino do português está em crise, faliu, porque, a não ser alguns poucos - por já trazerem do berço na sua fala o essencial desse padrão - dos milhões de escolarizados não sairão da escola, tal como hoje ela é, dominando esse padrão idealizado e considerado o correto. (MATTOS e SILVA, 2004, p.73).

Pode-se trabalhar questões de variação nas aulas de português. O maior problema está com os alunos das grandes cidades. Referimo-nos às crianças que têm o português como língua materna, cujo número vem crescendo de forma acelerada ao longo destes últimos dez anos. Da pesquisa que se fez em crianças das escolas da Cidade de Maputo, por exemplo, concluiu-se que elas entram na escola com conhecimento da LP, aliás, do PM. (cf. TIMBANE, 2009). A LP tem causado muitos problemas de aproveitamento escolar deste o início da nova era (Moçambique independente). Por sua vez a escola se sente confiante de estar no “caminho certo” pois considera a gramática como uma “receita mágica” para que os alunos saibam falar muito bem a LP. Para Perini (2005) é um mito pensar que o conhecimento da gramática é a condição fundamental para saber falar uma língua. Comentando sobre este mesmo assunto, Neves defende que o tratamento da gramática no espaço escolar deve respeitar a natureza da linguagem, sempre ativada para a produção de sentidos, o que se opera nesse jogo entre restrições e “escolhas que equilibram o sistema [...] pois a língua é dinâmica e variável, é um sistema adaptável, sempre em acomodação, de tal modo que só na sua face sociocultural se poderá admitir a existência de moldes e modelos.” (NEVES, 2009, p.85). Neves conclui dizendo que a gramática não pode ser oferecida como uma “camisa-de-força” para os alunos fato que infelizmente acontece também na escola moçambicana. Por outro lado, a maior parte da população de Moçambique usa as LB e assim, seria importante que se avançasse para uma educação bilingue em que a LP é estudada em paralelo com a LP, principalmente nas classes iniciais. Ngunga afirma que é injusto que uma criança não avance na sua carreira escolar só porque lhe é imposta uma

barreira que é o português. “O uso na escola de uma língua desconhecida como veículo de ensino-aprendizagem fomenta timidez no estudante e desenvolve a arrogância do professor.” (NGUNGA, 2007, p.4).

Bortoni-Ricardo revela que a escola se concentra na língua da cultura dominante desprezando a fala do grupo populacional desfavorecido. É por isso que o comportamento linguístico é um indicador claro da estratificação social. Para Bortoni-Ricardo (2006) e para Bagno (2008) a escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas. Os professores e, por meio deles, os alunos têm de estar bem conscientes de que existem duas ou mais maneiras de falar a LP e assim, é preciso transformar a escola num lugar de inserção inevitável entre o saber erudito-científico e o senso comum, e que isso deve ser usado em favor do aluno e da sua formação como membro da sociedade. Apesar da escola ser considerada a guardiã da norma e do bom-uso linguístico não consegue controlar certas formas características no meio social em que o indivíduo está envolvido. Vejamos alguns exemplos de Dias (2009, p.393):

- * Eu não vi ele ontem. (PM) vs Eu não o vi ontem. (PE)
- * Tou chatiada. (PM) vs Estou aborrecida. (PE)
- * Deixa eu pegar o telefone. (PM) vs Deixa-me pegar no telefone.(PE)
- * Ninguém lhe deixou ferrar. (PM) vs Ninguém o deixou dormir.(PE)

As frases em asterisco (*) mostram a agramaticalidade com relação á norma nos PE. As frases em asterisco mostram uma das características do PM e resultam de certo modo da transposição de construções sintáticas da LB para PM, fato que é normal em Moçambique. Se o professor está pouco avisado pode deixar passar estas frases em redações e em outros textos. Aliás, ser professor não é sinónimo de ser “especialista em gramática” da LP. Contestar estas frases seria o mesmo que dizer os “moçambicanos não sabem falar português”. É o 2º mito apresentado por Marcos Bagno no seu livro *Preconceito linguístico: O que é, como se faz*”. Bagno (2009, p.40) se defende explicando que o “brasileiro sabe português, sim”. Quando dizemos que Brasil se fala português, usamos esse nome simplesmente por comodidade e por uma razão histórica, justamente a de termos sido uma colônia de Portugal. Muitas pessoas ainda não percebem que o PM existe e precisa ser estudado e apresentado em forma de gramática e dicionários. Matosse (2013) num artigo publicado no Jornal “Notícias” (08 e 09/03/2013) escreve sobre os erros que são cometidos ao falar “português”. Matosse escreve:

Frequentemente, oiço professores de português, talvez por gravíssima distração, a dizer aos seus alunos, ainda que com algum carinho: *Meus meninos, abrem vos-sos cadernos. Análise: esta frase não se enquadra em nenhum dos tipos de frase,

que certamente o leitor terá aprendido: declarativo, exclamativo, interrogativo e imperativo. Sem dúvida, à primeira análise, parece-nos adequar-se ao imperativo. (MATOSSE, 2013, Grifo nosso).

Esta afirmação do Matosse prova mais uma vez de que o preconceito linguístico é uma realidade em Moçambique. A norma europeia é a mais exigida e há impressão de que moçambicanos devem falar tal como se fala em Portugal. A norma é artificial e nem mesmo em Portugal todos conhecem a gramática ou falam tal como está previsto nas gramáticas. Ainda bem que o Matosse percebe que “muitos professores” falam da forma como ele considera errado. A língua é propriedade do coletivo e não da individualidade. Se há muitos que falam ou escrevem assim, é prova mais que suficiente de que a variante moçambicana está a se consolidar de forma mais acelerada.

Voltando para os debates no Brasil, é importante sublinhar que a questão de preconceito linguístico resiste no meio de alguns linguístas e no meio da sociedade em geral, tal como se viu nos debates sobre o livro escola *Por uma vida melhor*. Como ficou esclarecido, com a temática pretende-se mostrar que há variedades de língua para cada contexto social, cultural, econômico, tecnológico, geográfico e até mesmo político. O importante é saber enquadrar os falares para cada contexto. A escola não pode ficar reprimindo, mas sim devia apoiar a diversidade linguística para que o preconceito não prevaleça na nossa sociedade porque a escola deve “contribuir para o desenvolvimento de uma pedagogia sensível às diferenças sociolinguísticas e culturais dos alunos e isto requer uma mudança de postura da escola, dos professores, dos alunos e da sociedade em geral”. (cf. BORTONI-RICARDO, 2006, p.130). Quem disse que em Portugal se fala português da mesma forma em todas as regiões? Aí a situação se complica ainda mais.

A escola deve ser o local que propicia e conduz uma reflexão profunda sobre o funcionamento da linguagem e ela tem de garantir que seus alunos entendam que têm de adequar registros segundo os contextos; garantir que hajam condições de mover-se nos diferentes padrões de tensões ou de frouxidão, em conformidade com as situações de produção. (cf. NEVES, 2009, p.128). Não é camuflando situações que podemos formar um cidadão linguisticamente são, porque se assim for a educação em Moçambique continuará a ser “falsamente democratizada”, seguindo “a tradição normativo-prescritiva cujo modelo é a um português padrão idealizado, fundado originalmente no português europeu.” (MATTOS e SILVA, 2004, p.137). A questão é variação é muito profundo sendo que a escola moçambicana pouco faz. Cagliari (2010) escreveu uma obra intitulada *Alfabetização e*

linguística onde defende que “para a escola aceitar a variação linguística como um fato linguístico, precisa mudar toda a sua visão de valores educacionais.” Enquanto isso, não acontece, o autor acrescenta que “os professores mais bem esclarecidos deveriam pelo menos discutir o problema da variação linguística com seus alunos e mostrar-lhes como os diferentes dialetos são, por que são diferentes, o que isso representa em termos das estruturas linguísticas das línguas”. (opt.cit, 2010, p.71). A sociedade em geral devia abandonar o preconceito linguística que se verifica, principalmente na educação. A língua é propriedade coletiva e espelha a realidade da sociedade. Sendo assim, ela vai de acordo com as ansiedades dos falantes, dos contextos socioculturais fato que faz com que seja não seja estático evoluindo ao longo do tempo.

3.2. Características do léxico presente nos livros escolares e debates sobre ensino.

Mas, o ensino primário em Moçambique tem enfrentado sérios problemas: primeiro, o tipo de ensino (alunos com LP como língua materna usam o mesmo livro com aqueles que têm a LP como língua segunda); segundo, os conteúdos (seguem a norma europeia e não toleram nenhuma variação). Os conteúdos dos livros⁴ tentam convencer ao aluno que a norma-padrão é a mais correta e que a gramática seria o “único remédio mágico” para “saber falar” português. Ao analisarmos os livros de 1^a a 7^a classes constatamos que há estrangeirismos e empréstimos vindos das LB bem como da língua inglesa. Os textos são adaptados para que se aproximem ao PE o que é, ao nosso ver, uma tentativa de “apagar” a realidade sociolinguística moçambicana. Há uma tentativa da parte dos autores de apagar estrangeirismos e empréstimos linguísticos presentes nos textos dos escritores moçambicanos. Por vezes essas tentativas são fracassadas. Vejamos alguns exemplos extraídos de manuais (livros de alunos) em uso:

a) “Para festa eu levei o frango à *zambeziãna*, *mucapata* e *mucuanã*.” (4^a classe, p.51)

b) “Algumas dessas madeiras são muito valiosas, como a *chanfuta*, o pau-preto, a *umbila* e o *jambirre*.” (4^a classe, p.52)

c) “A vovó explicou-me que se chamam *timbilas*.” (5^a classe, p.42).

4 O livro da 4^a classe, por exemplo tem os subtítulos “falar e escrever bem” que se dedicam ao ensino da gramática normativa. Tem 33 tópicos gramaticais. O livro da 5^a classe tem 38 tópicos gramaticais, em que a sequência é: “Texto, interpretação do texto, gramática” e finalmente o da 6^a classe tem o título “Funcionamento da língua” onde se aprofunda a gramática de forma sistemática.

- d) “A preparação de *theka* inicia a festa.” (5ª classe, p.52).
- e) “Veículo é o carro, o *machimbombo*, o camião, a motorizada, a bicicleta e *tchova*.” (5ª classe, p.110).
- f) “*Madala* continuou imóvel: *machamba* é como o mar.” (5ª classe, p.140).
- g) “Pois foi *stora*, adoeceu mesmo.” (6ª classe, p.30).
- h) “*Pr’a* semana prometo talvez nos vejamos, quem sabe?” (6ª classe, p.20).
- i) “*Nhamussoro* foi chamado e com o seu soco enorme contendo bugigangas diversas chegou.” (6ª classe, p.90).
- j) “E para ele somos todos *misters* e *misses* - Acrescentou Toshiro.” (6ª classe, p.128).
- k) “Em que período do dia *matabichas*, almoças e jantas?” (1ª classe, p.29).

As unidades lexicais em *itálico* nas frases de (a) à (k) representam um pouco do tipo do léxico que os manuais dos alunos apresentam. São palavras inseridas no contexto do PM e só são percebidas com muita facilidade pelos falantes da variante moçambicana. Temos aqui a presença de palavras vindas das LB (*madala, nhamussoro, mucuane, timbilas, etc*) do inglês (*machimbombo, misters, misses*).

A nível lexical a situação é mais visível, mas a nível sintático aparece um “pouco camuflado” para quem não tem domínio da norma-padrão. Segundo Stroud e Gonçalves (1997, p.13) um teste recente sobre aceitabilidade e correção de frases entre falantes letrados de Português, conduzido pelo do Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação (INDE), revelou que partes de frases que de facto estavam corretas, segundo a Norma-Padrão Europeia (NPE) eram consideradas inaceitáveis e corrigidas pelos sujeitos testados. Esse teste é mais uma prova de que o NPE está pouco presente na fala dos moçambicanos apesar da insistência dos professores em sala de aula. Se os professores não dominam o NPE como corrigirão as redações dos alunos? Nota-se que os professores nasceram, cresceram e aprenderam neste contexto sociolinguístico, o que são “anormalidades” em relação à NPE parecem “normais”, quer dizer, professores não chegam a identificar “os erros”. E mais, os professores do ensino primário não têm ensino superior, se seguissemos o conceito de “norma-culta” não estariam aptos a falar, nem a ensinar a NPE.

Contrariamente ao que acontece com os manuais do ensino primário (fundamental), no ensino secundário (médio) os textos são menos “censurados” e recomenda-se a leitura de várias obras literárias. Aí, entende-se a essência do PM. Orientações do Ministério da Educação quanto ao ensino da LP determinam que

o ensino da literatura será feito de forma sistemática, a partir do tratamento de diferentes tipologias textuais inerentes aos três modos literários: narrativo, lírico e dramático. Neste âmbito, pequenos textos ou extractos de textos servirão de pretexto para o estudo, quer dos aspectos formais e linguísticos que lhes são específicos, quer dos elementos culturais e ideológicos por eles veiculados. (MINED, 2010, p.9).

Estas orientações abrem espaço para que o professor e os alunos usufruam da literatura moçambicana que está bem recheada de empréstimos, neologismos, estrangeirismos de todo tipo. É preciso que a sala de aulas seja um espaço de debate de discussão das diferentes variedades linguísticas que a LP apresenta. É preciso aproveitar esta prerrogativa das orientações do MINED dar oportunidade ao aluno de fazer uma reflexão aprofundada sobre a LP bem como das LB que fala ou conhece.

Considerações finais.

Neste artigo retemos que o combate à intolerância linguística no contexto moçambicano passa necessariamente pela valorização, uso e ensino em LB na escola, quer dizer, uma educação bilingue principalmente nas zonas rurais onde a maioria das crianças têm o português como L2. Segundo Ngunga (2007, p.5) a “intolerância linguística na escola primária moçambicana custou ao país muito milhares de quadros, que poderiam ter sido formados e não foram, porque desistiram nos três primeiros anos de escolaridade” devido a relutância de preservar a “unidade nacional” através da LP. Pretendemos defender que a “intolerância linguística” não é argumento suficiente para unir politicamente um povo. O Canadá tem duas línguas oficiais mas continua unida. A “intolerância linguística é um dos comportamentos sociais mais facilmente observáveis, seja na mídia, nas relações sociais cotidianas, nos espaços institucionais, etc.” (ALKMIM, 2001, p.42). Há na mente de certas pessoas que o modelo certo da LP é aquela falada na Europa, desqualificando certas pronúncias, certas construções verbais e usos vocabulares. Estes preconceitos fazem com que haja discriminação e repressão aos que não conhecem a norma-padrão. Bagno (2009, p.89) diz que “é comum encontrar pessoas muito bem-intencionadas que dizem que a norma-padrão conservadora, tradicional, literária, clássica é que tem de ser mesmo ensinada nas escolas porque ela é um instrumento de ascensão social.”

Na sala de aula, o PM se manifestam de diversas formas tanto na fala quanto na escrita dos alunos embora sendo “bloqueados”, ou melhor, corrigidos pois

são “erros”⁵ com relação ao PE. A escola finge ter professores especializados no PE e mais tarde colhe fracos resultados por causa dessa falsa crença acrescido à intolerância linguística. Mesmo a nível de graduação e pós-graduação as dificuldades de uso do PE ainda se manifestam porque não existe nenhum instrumento legal que legitima a variante moçambicana.

Para terminar é importante sublinhar que a variação não perturba de alguma forma a língua. Apesar da existência de variações existe uma LÍNGUA PORTUGUESA que faz com que os lusófonos se entendam sem problemas. Essa é a LP que deve ser preservada, aceitando ao mesmo tempo a diferenciação lexical e a diversidade linguística dentro da comunidade. A adianta controlar a língua. A francofonia, por exemplo tem instituições especializadas que se dedicam ao controle de variações e mudanças linguísticas, mas tudo indica que o francês não deixa de mudar. É importante retermos que não existe língua pura. Bagno (2011, p.82) afirma que o “ vocabulário de qualquer língua do mundo é resultado de séculos de intercâmbios com outros povos, outras culturas e, conseqüentemente, outras línguas. E agora que esses intercâmbios são ainda mais intensos e frequentes, e muito mais velozes”.

A escola moçambicana ainda se prende com a gramática prescritiva e desvaloriza qualquer variação fato que comparticipa na reprovação em massa. A pesquisa incentiva a pesquisa sobre a variação do Português de Moçambique e a sua consideração como fenómeno natural de todas as línguas do mundo. É importante ressaltar as palavras de Gonçalves (2001, p.987) quando fala que o domínio do padrão europeu está assim restringindo a uma elite reduzida de falantes, pelo que mesmo o discurso oficial o declare como modelo-alvo das instituições escolares ou dos meios de comunicação social, tal medida, política, não impede que muitas das regras gramaticais sejam desconhecidas pela maior parte dos locutores de português. A variação e mudança são fenómenos linguísticos que ocorrem em todas as línguas. Isso pode acontecer de forma lenta muitas vezes de forma despercebida. **(a)** A mudança é contínua, ininterrupta e discreta; **(b)** A mudança é lenta, gradual e regular; **(c)** A mudança é sentida com preconceito; **(d)** As mudanças podem corresponder a mutações, substituições,

5 A noção de erro é resultante de visões do mundo, de juízos de valor, de crenças culturais, de ideologias e, exatamente por isso, estão sujeitas a mudar com o tempo e linguisticamente falando, o erro hoje é “todo e qualquer uso que escape desse modelo idealizado, toda e qualquer opção que esteja distante da linguagem literária consagrada; toda pronúncia, todo vocabulário e toda sintaxe que revelem a origem social desprestigiada do falante; tudo o que não consta dos usos das classes sociais letradas urbanas com acesso à escolarização formal e à cultura legitimada.” (BAGNO, 2008, pp.61-69).

aparecimentos e desaparecimentos, conservação e inovação; (e) O estudo das mudanças pode ser baseada em diferentes períodos históricos: passado, presente.

Referências.

- AÇÃO EDUCATIVA. *Por uma vida melhor*: Intelectuais, pesquisadores e educadores falam sobre o livro. mai-jun, 2011. [Disponível em: http://www.acaoeducativa.org.br/portal/images/stories/pdfs/dossie%20-%20por%20uma%20vida%20melhor%20final_30_06_2011.pdf acesso em 27 de mar 2013.]
- AITCHISON, J. *Language change*: Progress or decay. 4ªed. New York: CUP, 2005.
- ALKMIM, T. M. Sociolinguística. in MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs.). *Introdução à linguística*: domínios e fronteiras. v. 1. São Paulo: Cortez, 2001.
- BAGNO, M. *Preconceito linguístico*: o que é, como se faz. 52 ed. São Paulo: Loyola, 2009.
- _____. *Nada na língua é por acaso*: por uma pedagogia da variação linguística. 2ed. São Paulo: Parábola, 2008.
- _____. O que é uma língua? Imaginário, ciência e hipótese. In LAGARES, X. C.; BAGNO, M. *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola, 2011.
- _____.; BARBOSA, J.B.; MARINE, T.C. Reflexões teórico-metodológicas sobre fontes para o estudo histórico da língua. In *ABRALIN*, v.7, nº2, jul-dez 2008. pp.169-195.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em língua materna*: A sociolinguística na sala de aulas. 6ª ed. São Paulo: Parábola, 2009.
- _____. *Nós chegemos na escola, e agora?*: Sociolinguística e Educação. São Paulo: Parábola, 2006.
- CAGLIARI, L.C. *Alfabetizando sem Bá-Bé-Bi-Bo-Bu*: Pensamento e ações na sala de aula. São Paulo: Scipione, 2009.
- _____. *Alfabetização e linguística*. São Paulo: Scipione, 2010.
- CAMACHO, R. G. Norma culta e variedades linguísticas. In *Universidade Estadual Paulista. Prograd*. Caderno de formação: Formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. v.11, p.34-49.
- CHAGAS, P. Mudança linguística. In FIORIN, J. L. (org). *Introdução à linguística*. São Paulo: Contexto, 2010.
- DIAS, H. N. . A norma padrão e as mudanças linguísticas na Língua Portuguesa nos meios de comunicação de massas em Moçambique. In _____. (org.) *Português Moçambicano*: Estudos e reflexões. Maputo: Imprensa

- Universitária, 2009.
- DICIONÁRIO INTEGRAL DA LÍNGUA PORTUGUESA [DILP]. 3ªed. Maputo: Texto Editores, 2008.
- FARACO, C. A. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola, 2005
- GARMADI, J. *Introdução à Sociolinguística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983.
- GONÇALVES, P. Dinâmicas do Português em Moçambique: Afinal, o que são erros do português. In *Primeiras Jornadas de Língua Portuguesa*. Maputo: UEM, 2005a.
- _____. Falsos sucessos no processamento do input na aquisição de L2: Papel da ambiguidade na génese do português de Moçambique. In *ABRALIN*, v.4, nº1 e 2, 2005b. pp. 47-73.
- _____. Lusofonia em Moçambique com ou sem glotofagia? Comunicação apresentada no *2º Congresso Internacional de Linguística Histórica*. São Paulo: USP (07-/02/2012).
- _____. *Português de Moçambique: Uma variedade em formação*. Maputo: Livraria universitária da Faculdade de Letras/Universidade Eduardo Mondlane, 1996.
- _____. Panorama do português de Moçambique. In *Revue belge de philologie et d'histoire*. v.79, nº79, nº3, 2001.
- ILARI, R.; BASSO, R. *O português da gente: A língua que estudamos, a língua que falamos*. São Paulo: Contexto, 2009.
- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MATEUS, M. H. M. A mudança da língua no tempo e no espaço. in MATEUS, M. H. M.; NASCIMENTO do, F.B. (orgs). *A Língua Portuguesa em Mudança*. Lisboa: Caminho, 2005.
- MATOSSE, S. V. Erros que cometemos ao falar o português. In *Jornal Notícias*. Opinião. 8 e 9 de março 2013. [Disponível em : <http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/getxml/pt/contentx/1615053/20130308> e <http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/getxml/pt/contentx/1616789> acesso 9/mar/13]
- MATTOS e SILVA, R.V. *O português são dois: Novas fronteiras, velhos problemas*. São Paulo: Parábola, 2004.
- _____. *Caminhos da Linguística Histórica: Ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola, 2008.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Mapa Linguístico de Moçambique. 2010. [Disponível em http://www.mec.gov.mz/Livro%20Escolar/4Classe/Aluno_CienciasSociais/csociais4_57.pdf acesso em 21/jun/2012.

- MENDES, I. *Da neologia ao dicionário: O caso do português de Moçambique*. Maputo: Texto editores, 2010.
- NEVES, O.M.L.S.I. O movimento associativo africano em Moçambique: Tradição e luta (1926-1962). In *Africanologia: Revista lusófona de Estudos africanos*. Nº2, 2009. pp.179-214.
- NGUNGA, A. A Intolerância linguística na escola moçambicana. In *Laboratório de Estudos sobre a Intolerância da FFLCH*. São Paulo: USP, 2007. [Disponível em: www.rumoatolerancia.fffch.usp.br/node/2184 acesso em 21 de maio 2010.]
- _____. Interferências de línguas moçambicanas em português falado em Moçambique. In *Revista Científica da Universidade Eduardo Mondlane*. 2012. v.1, Nº 0 (ed. Especial.), pp.7-20.
- PERINI, M. *Sofrendo a Gramática: Ensaio sobre a Linguagem*. São Paulo: Ética, 2005.
- PRETI, D. Variação lexical e prestígio social das palavras. In _____.(org.). *Léxico na língua oral e na escrita*. São Paulo: Humanitas, 2003.
- SCHERRE, M. M. P. & NARO, A. J. Sobre a concordância de número no português falado do Brasil. In RUFFINO, G. (org.). *Dialettologia, geolinguística, sociolinguística*. (Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza) Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani, Università di Palermo. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 5:509-523, 1998.
- STROUD, C.; GONÇALVES, P. (orgs.). Panorama do português oral de Maputo: Objetivos e métodos. In *Cadernos de Pesquisa do INDE*, nº 22, Maputo: INDE., 1997.
- TIMBANE, A. A. Os estrangeirismos e os empréstimos no português falado em Moçambique. In *Cadernos de Estudos linguísticos*. (54/2), Campinas, jul/dez.2012.
- _____. A problemática do ensino da língua portuguesa em contexto sociolinguístico urbano.O caso da cidade de Maputo. 2009.125p. Dissertação (Mestrado em Linguística)Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2009.
- VILELA, M. *Ensino da Língua Portuguesa: Léxico, dicionário, gramática*. Coimbra: Almedina, 1995.

RESENHAS

NAVAS SÁNCHEZ-ÉLEZ, Maria Victoria. *El barranqueño un modelo de lenguas en contacto*. Madrid: UCM Editorial Complutense/Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 2012, 319p.

Sai à luz a obra *El barranqueño un modelo de lenguas en contacto*, de M. V. Navas. O texto, consubstanciado num forte espírito de investigação e trabalho de campo, evidencia a solidez de um labor levado a cabo durante décadas, o que faz com que esteja fundamentado na maturidade, experiência e reconhecimento no mundo académico.

Apesar das limitações impostas pela natureza destas linhas e do muito que se pode dizer sobre a carreira de V. Navas, cumpre mencionar, ainda que de forma breve, o envolvimento da autora nos estudos sobre o barranqueño.

A um forte gosto pessoal pelos temas da variação linguística e a uma influência exercida por parte de seus mestres, poderemos acrescentar um convite endereçado por L. Cintra em 1987, para que a autora realizasse um estudo sobre o barranqueño. Reunidas as condições, M. V. Navas passou a integrar o *Projec-to Diacronia e Sincronia: Linguagens Fronteiriças* do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, do qual é, desde então, a única responsável. A autora publicou vários textos sobre o barranqueño, ou directamente relacionados com esta variedade, ao longo da sua carreira. São estes materiais que se encontram compilados nesta edição, na qual são incluídos três textos inéditos. Esta obra é o corolário de uma investigação de três décadas.

M. V. Navas tem como fontes directas para a descrição do barranqueño a obra de L. Vasconcelos, que reúne dados levantados *in situ* entre 1938 e 1939 com as metodologias vigentes. A estes elementos podemos agregar os recolhidos por L. Cintra, no contexto da sua participação no ALPI e em outras recolhas levadas a cabo em Barrancos. Durante as suas estadas, a partir de 1988, a autora realizou um trabalho de campo, reunindo dados, que, para além de engrandecerem o *corpus* do barranqueño, permitiram um processo de sistematização pelo confronto com os já existentes.

Por esta altura será lícito mencionar o carácter pioneiro da presente obra,

na medida em que os níveis sociolinguísticos apresentados são tratados com uma metodologia que não fora ainda usada em Portugal. A autora segue uma linha laboviana, na qual as variáveis selecionadas, entre factores linguísticos e extralinguísticos, têm um tratamento estatístico, o que permite, mais do que nunca, o conhecimento da variação dentro da própria língua.

Ao longo de anos, M. V. Navas levou os estudos sobre o barranquenho, no contexto da formação das línguas de contacto, a várias partes do mundo e é, nos nossos dias, uma autoridade de referência incontornável, no que respeita a esta disciplina ainda em fase de desenvolvimento. Neste sentido, para além do valor que a obra, só por si, revela para o conhecimento do barranquenho, também cumpre uma importante função no âmbito académico.

Tendo em conta os contactos linguísticos mais estreitos, impelidos pela globalização, o estudo das línguas de contacto é fundamental para a compreensão dos mecanismos que presidem à formação das mesmas e das próprias comunidades. O trabalho com que M. V. Navas nos brinda é um depoimento dessa necessidade imperiosa.

Na presente obra, para além de uma nota prévia da responsabilidade de J. Saramago e de G. Vitorino, existe uma introdução bastante elucidativa de tudo o que envolve a preparação deste trabalho. O corpo do texto encontra-se desenvolvido ao longo de quatro capítulos, aos quais se seguem o quinto e o sexto, respectivamente, a bibliografia e os anexos.

O primeiro capítulo apresenta como aspectos fundamentais a contextualização geográfica de Barrancos, a evolução da noção de fronteira e, termina, centrando-se no espaço fronteiro hispano-português, mais concretamente na margem esquerda do Guadiana. Para o âmbito da contextualização geográfica, são desenvolvidas informações relativas à geografia física, economia e aspectos socioculturais de Barrancos.

A segunda grande divisão interna deste primeiro capítulo atende à ideia de fronteira, tendo em conta o período que vai desde Idade Média aos nossos dias. São abordados temas como a noção de “marca”, tal como uma faixa de território, por oposição à ideia de linha divisória. Esta abordagem apresenta uma perspetivação diacrónica, encontrando-se directamente relacionada com a evolução da noção de Estado e do papel da Igreja na sociedade política.

Numa última linha de análise, V. Navas situa Barrancos na margem esquerda do Guadiana. Este espaço de confluência será definido pelas referências ao povoamento, divisões administrativas, interesses económicos e políticos levados a cabo desde a Antiguidade, passando pelos tempos conturbados da Reconquista Cristã, até quase aos nossos dias. O capítulo finda com a questão

do isolamento de Barrancos como sendo um agente simultâneo de criação e de manutenção, neste espaço geográfico, de uma cultura e de uma língua próprias.

A descrição exaustiva do barranquenho tem lugar no segundo capítulo desta obra. Desta feita, a autora realizará uma abordagem, partindo da caracterização genérica, para o tratamento de elementos específicos desta variedade.

O capítulo começa com uma apresentação dos níveis sociolinguísticos relativamente ao uso do barranquenho nesta comunidade diglósica, seguindo-se uma descrição dos traços fonológicos, aspectos morfossintáticos e lexicais da variedade numa perspectiva comparativista com as línguas que lhe estão próximas.

A autora dá seguimento, adentrando-se num estudo pormenorizado sobre a realização da sibilante em coda e em fronteira de palavra. Mais uma vez, são postas em contraste outras variedades de fronteira na observação dos dados.

A novidade neste estudo é, como já foi mencionado, o tratamento dado aos dados sobre o contexto de realização da sibilante em coda. V. Navas começa por apresentar os resultados totais relativos a estas realizações com sibilância [s], aspiração [h] e realização nula [ø], passando a tratar, de forma exaustiva, os factores linguísticos e extralinguísticos presentes na distribuição de cada variável. Segundo a interpretação da autora, as realizações nula [ø] e aspirada [h] da sibilante encontram-se em regressão devido, essencialmente, a factores extralinguísticos, como o nível de escolarização e um menor contacto com a Andaluzia.

Devido a algumas realizações da sibilante com grau zero [ø] em coda e, tendo em conta que o barranquenho se aproxima do andaluz ocidental na tendência de não marcação do plural com morfema, V. Navas desenvolve um estudo estatístico, no qual apresenta resultados sobre os processos de marcação de plural, evitando a ambiguidade, em barranquenho.

Ainda dentro do mesmo capítulo, são tratados outros assuntos como o SP com pronome pessoal de sujeito na 1ª pessoa do plural (“com nós”). A autora traça um paralelo, tendo em conta o mesmo constituinte, com outras variedades peninsulares, fazendo referencia, também, ao paradigma latino.

No que respeita ao tratamento dado à questão verbal, são postas em relevo duas perspectivas de análise. Por um lado, a autora faz uma observação dos paradigmas verbais do presente e do pretérito perfeito do indicativo em barranquenho, tendo em conta, mais uma vez, os elementos sincrónicos e diacrónicos. Por outro, são abordadas questões relacionadas com o uso e colocação do clítico, bem como, das “formas híbridas” encontradas no sistema do barranquenho.

O capítulo termina com o estudo de três áreas lexicais resultantes da análise do *corpus* recolhido ao longo dos tempos por autores como L. Vasconcelos e V. Navas, bem como, de outros dados provenientes do ALPI e do ALEA. Trata-se de vocabulário da agricultura, do corpo humano e dos ofícios. Cumpre destacar, no que respeita aos elementos resultantes do contacto linguístico, a dificuldade na diferenciação entre empréstimos do espanhol e arcaísmos do português.

O terceiro capítulo desta obra diz respeito ao estudo das línguas de fronteira. Encontra-se perspectivado em três linhas de análise. A primeira, dá conta dos elementos teóricos sobre as línguas de contacto, âmbito em que se insere o barranquenho. Inicialmente, são levados em conta os elementos que filiam os estudos de contacto linguístico à Antiguidade. Seguidamente, a análise centra-se nas grandes aportações do séc. XX, nomeadamente, na referência à orientação dos estudos de sociolinguística. Destacam-se, ainda, temas polémicos, como a formação das línguas de contacto e dos crioulos, bem como, a alusão à política e planificação linguísticas, áreas de estudo bastante importantes nos nossos dias.

A segunda linha de análise concerne à visão de contraste, centrada em duas áreas geográficas de contacto linguístico: A fronteira ibérica e a fronteira entre o Brasil e o Uruguai. V. Navas mostra que as duas variedades, o barranquenho e o *fronterizo*, embora partam de uma suposta parecença, apresentam resultados bem diferentes, o que ilustra a complexidade dos agentes envolvidos na formação destas línguas.

No que respeita à fronteira hispano-portuguesa, a autora estabelece uma comparação de traços fonológicos, a partir do estudo de três variedades do *continuum* meridional: O português, o barranquenho e o andaluz ocidental. Podem ser destacados, entre outros, os fenómenos como o betacismo, síncope de <-d-> intervocálico e a queda de <-l> e de <-n> em coda.

Passando à questão do *fronterizo*, V. Navas começa por situar esta variedade nas áreas de contacto entre o português e o castelhano. Seguidamente, trata de aspectos históricos relacionados com os conflitos originados pelas divisões territoriais, quer na P. Ibérica, quer na América, constituindo estes, aportações fundamentais para a formação destas variedades.

Os aspectos linguísticos são colocados também numa perspectiva contrastiva entre o barranquenho e o *fronterizo*, chamando a atenção para as diferenças de base das duas variedades mistas em questão. São abordados traços fonológicos, sistema morfossintático e léxico partilhado, ou não, em cada uma.

Outro dos aspectos a salientar é a questão do contacto entre as populações dos dois lados da fronteira, tendo em conta o número de habitantes, natureza das relações e interesses manifestados na outra comunidade, que parece apresentar

resultados muito diferentes nas duas áreas de estudo mencionadas.

No capítulo IV desta obra, a autora deambula por textos exemplares da literatura oral tradicional bem como, por alguns elementos da tradição musical.

As tipologias textuais mencionadas, que vão desde as paremias, romance espanhol tradicional, às tradições dos *quintos*, servem como ilustração de dados relativos à cultura e aspectos linguísticos da, já referida, comunidade diglósica de Barrancos.

Neste sentido, a autora apresenta elementos atinentes à filiação dos textos (datas, lugares e manifestações culturais associadas), bem como, aos processos e áreas de difusão dos mesmos.

Ainda no âmbito cultural, cumpre mencionar a inclusão de estudos sobre as composições e instrumentos musicais relativos às tradições dos *quintos* e do *bibo*, sendo, de forma mais ou menos directa, comuns a outros lugares europeus, embora a última se encontre em retrocesso no nosso território.

No que respeita aos aspectos linguísticos, estes textos são testemunhos do contacto levado a cabo durante séculos na área em estudo, na medida em que apresentam marcas das variedades existentes em ambos os lados da fronteira, constituindo, normalmente, transferências de formas de uma variedade a outra.

No que concerne ao capítulo V, é importante referir que a base bibliográfica desta obra apresenta uma abrangência bastante considerável, quer em áreas temáticas, quer no que se refere ao corte temporal, pois recolhe um acervo que vai desde os primeiros estudos sobre os fenómenos de variação linguística às actualizações recentes sobre o tema, tendo em conta um espaço geográfico bastante significativo, no qual se inscrevem os fenómenos de variação mencionados ao longo da obra.

Os anexos constituem o sexto e último capítulo deste livro. É um apartado de grande utilidade, na medida em que apresenta, de forma condensada e exemplificativa, algumas das realidades desenvolvidas ao longo deste trabalho, possibilitando uma consulta mais rápida. A autora começa por especificar a natureza dos anexos incluídos, como os questionários, os testes realizados, tendo em conta a tipologia destes últimos. São referidas, ainda, as variáveis utilizadas para a análise da sibilante em posição implosiva *-/s/*, quer linguísticas, quer sociais, bem como, as percentagens relativas à distribuição do mesmo fenómeno. O último elenco de variáveis mencionado reporta-se à análise de SN.

Este capítulo termina com uma mostra do barranquenho e, para esse efeito, é apresentado um texto que constitui uma entrevista a um informante, com a respectiva transcrição fonética e uma transcrição ortográfica do mesmo em português.

Em suma, M. V. Navas, através da sua obra, sabe situar-nos no seio de um exemplo fascinante de uma língua de contacto plenamente viva no séc. XXI. No seio, porque pela leitura dos vários aspectos abordados, verificamos que a comunidade e a língua barranquenha foram forjadas no contacto secular de povos próximos, movidos pelos seus interesses vigentes.

De facto, em Barrancos parece ter-se criado uma área de interface, que fez germinar este enclave sociocultural, a partir da interpenetração de elementos periféricos em relação aos grandes centros polarizadores do poder nos dois Estados ibéricos. O barranquenho nasce, pois, do contacto das variedades marginais, corroborado por factores extralinguísticos. Esta variedade apresenta um hibridismo de elementos, que a particularizam como um sistema autónomo e, em simultâneo, a colocam no *continuum* linguístico e cultural do Sul ibérico.

Conduzindo-nos sabiamente por esse espaço, M. V. Navas faz-nos experimentar a desconcertante sensação de descoberta de algo muito especial e, algumas vezes, de reencontro com as nossas próprias raízes. Este livro é um testemunho de que, para além da tão debatida *lide* dos toiros, existe um património cultural ímpar em Barrancos, do qual se destaca a sua língua, que merece ser conhecida e divulgada.

Victor M. D. Correia
Universidade de Évora

ANTUNES, Irandé. *Territórios das palavras: estudo do léxico em sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2012, 176 p.

Todo ato de linguagem é, em alguma medida, um modo de agir, no sentido de que pretende alcançar certo efeito prático. A escolha dessa ou daquela palavra está na dependência de se conseguir esses efeitos (p. 43).

Autora de *Lutar com palavras* (Parábola Editorial), Irandé Antunes doutorou-se em linguística pela Universidade Clássica de Lisboa, construiu carreira acadêmica na Universidade Federal de Pernambuco e, após aposentar-se naquela Instituição de Ensino Superior, assumiu novo período docente na Universidade Estadual do Ceará – volta à abordagem das controvérsias lingüísticas em *Território das palavras – estudo do léxico em sala de aula*.

A proposta do livro erige-se na premissa de que a gramática assumiu lugar hegemônico – de quase monopólio – no ensino, deixando de fora outros componentes que possibilitam a comunicação verbal. A eficácia nas competências de falar, ler, compreender e escrever se concretizará quando a ampliação e a exploração do território das palavras se mostrarem mais importantes do que o território da gramática, evidenciando o léxico na construção da coesão e da coerência.

O primeiro capítulo sentencia: o estudo do léxico é insuficiente e breve. Em decorrência da insuficiência e da brevidade, problemas são detectados: 1) Limitação de vocabulário ao significado básico; 2) Desconsideração das metáforas (usadas igualmente nos textos não literários); 3) Assimilação superficial e imediata das palavras; 4) Predominância de exercícios que se concentram em sinônimos e antônimos; 5) Orientação de alunos a corrigirem seus textos (limitando-se a estabelecer parâmetros entre certo e errado) sem ampliar suas competências lexicais. O léxico não é visto como “(...) componente fundamental da construção textual dos sentidos”. (p.24)

Uma proposta de minimizar os efeitos do problema – prossegue o segundo capítulo – estaria no estudo da língua no campo léxico, enfatizando as relações

de sentido das palavras: sinonímia, antonímia, hiperonímia (destacando-se os hipônimos, classe que recebe pouca atenção nos livros didáticos), paronímia (ou meronímia), associação semântica, pressuposição, inferência, efeitos de sentido, diferentes “figuras de linguagem” (metáforas e metonímias), significados “afetivos das palavras”, eufemismos, ambiguidades, estratégias referenciais, expressões cristalizadas, emprego de palavras parônimas e homônimas.

Do ponto de vista da textualidade – que é o que mais interessa aqui – todo esse conjunto de relações tem uma importância fundamental. Elas promovem a necessária continuidade semântica que caracteriza a atividade textual. Em toda a linha do texto, as palavras vão formando elos que possibilitam a configuração linguístico-cognitiva de uma unidade semântica. Não é o sentido particular de cada palavra que confere unidade ao texto. É a rede de sentidos criada, explícita ou implicitamente, pelas palavras presentes à linha do texto. Uma remetendo a outra, anterior ou posterior, próxima ou distante. Uma condicionando a outra ou pressupondo a outra; uma dando acesso a outra ou associando-se a outra. (p.40)

A rede de sentidos – continua o terceiro capítulo – concentra-se na palavra, dividida em Lexema (Unidade de Sistema Lexical, representando as Unidades da Língua) e Vocábulo (ocorrendo em determinados textos, representado pelas Unidades do Discurso). Ao trabalho, reforça a autora, interessam os vocábulos: a escolha da palavra na composição determinados textos. A partir dela nos posicionamos sobre o que temos a dizer (delimitando assuntos ou temas), realizamos propósitos determinados, selecionamos o suporte e o repertório para gêneros específicos, analisamos o leitor ou o ouvinte em foco, a modalidade do uso da língua (se oral ou escrita), o nível de formalidade do texto, a interação verbal no contexto (“cenas” surgem quando da aquisição de sentido pelo enunciado). O vocabulário – assegura o quarto capítulo – tem função estruturante de “armação” textual: fornece Direção de Continuidade (elementos já sabidos, que são “dados”) e Direção de Progressão (elementos ainda não conhecidos, que são “novos”). Esses elementos de “armação” consolidam-se nas operações de coesão em que se destaca a repetição de palavras, cujas finalidades são fomentar a unidade semântica e a concentração temática, distinguir a função estruturante de marcar retomadas e fechamentos, causar efeitos discursivos. Não importa a quantidade de repetições, mas os lugares estratégicos em que são inseridas, tendo em vista assinalar a continuidade do tema, enfatizar, reforçar, intensificar, repetir para explicar, enumerar, reformular, corrigir, contrastar e, ao fim, resumir ou concluir. O capítulo cinco enfatiza a coesão pelo uso de vocábulos semanticamente equivalentes que – considerando a continuidade

referencial e a continuidade predicativa – constroem nexos pelo emprego de sinônimos, hiperônimos, equivalências criadas por definições, caracterizações ou aproximações semânticas.

O quadro didático – disposto no capítulo seis – apresenta singularidades e similaridades entre coesão e coerência. Ressalta que “(...) a escolha das palavras é fundamental para a qualidade do que se fala e do que se escreve”. (p.97) As atividades humanas são ações de leitura: leituras múltiplas, diversas, heterogêneas e heterodoxas. Conforme se depreende no capítulo seguinte, nos enfrentamentos entre vocabulário e gramática, não existe gramática, mas gramáticas. Sob esse prisma, associa-se o ensino gramatical aos estudos filosóficos e literários, principalmente à retórica, considerada a “arte de bem dizer”, de definir estratégias de convencimento de públicos sem preocupação com a correção lingüística. A boa retórica é um exercício de dominação.

Analisando a criação estética, esclarece que a linguagem literária é a violação dos cânones e a desconstrução da linguagem comum, a legitimação de novos modos de dizer, a valorização da forma (significante em detrimento do significado). Os textos – literários ou não – são os resultados das somas dos itens do léxico aos itens da gramática: “(...) os sentidos do que se quer dizer exigem o concurso simultâneo do léxico e da gramática”. (p.132) Gramáticas e dicionários – salienta o nono capítulo – completam-se, articulam o registro da memória social das línguas. Bem utilizados, os dicionários podem promover a ampliação lexical do repertório do aluno, principalmente quando adequadamente propostas atividades de leitura e de escrita.

Os incentivos ao estudo do léxico precisam de diretrizes pragmáticas. Com esse intuito, o penúltimo capítulo aborda caminhos a serem trilhados no âmbito escolar: 1) Linguagem como ação discursiva (exploração do conhecimento do léxico nas competências, produzindo discursos claros e fluentes, assimilando vocabulários especializados); 2) Vocabulário como elemento estruturante do texto, apoiando-se nas unidades do léxico, enfatizando os mecanismos de coesão e de coerência; 3) Estudo do léxico como resposta às demandas sociais destacando-se, por exemplo, os novos tipos e os novos níveis de letramento; 4) Renovação e expansão lexicais, considerando-se dinamicidade e instabilidade, formalidades e informalidades, regionalismos, derivação, composição, neologismos, empréstimos, atribuições de novos sentidos a palavras já existentes na língua; 5) Decisões quanto à escolha das palavras com o objetivo de provocar efeitos discursivos, utilizando-se de polissemia, metáforas e metonímias, pressuposições e inferências, colocações e efeitos, expressões fraseológicas e de polidez/cortesia verbal. As escolhas decorrem do afastamento da gramática

como monopólio/eixo único dos programas de ensino da língua. Para a viabilização de tais programas são necessárias escolhas que abordem propósitos comunicativos, heterogeneidade de gêneros, suportes, linguagens, temáticas, extensão e graus de formalidade, complexidade lingüística e faixa etária. O livro didático não pode ser ferramenta exclusiva da aula.

A autora cobra eficiência não apenas dos alunos e dos professores, mas principalmente dos gestores escolares ou educadores de apoio que definem o cumprimento de metas em prazos médios e longos. A produtividade não pode – nem deve – se restringir ao maniqueísmo “expectativa de sucesso” *versus* “intolerância ao fracasso”. A produtividade necessita de projetos e finalidades globais, aliando-se racionalidade à afetividade, abrindo-se ao novo, descobrindo que todas as certezas – assim como salientaria Montaigne séculos antes – são relativas.

Inicialmente destinados aos alunos de Letras e de Pedagogia assim como aos professores de ensino médio e de ensino fundamental, *Território das palavras* mostra-se acessível ao público em geral que, sofrendo nas rotinas escolares, descobre, diante dos desafios acadêmicos, científicos, profissionais ou nos processos seletivos – vestibulares ou concursos públicos – que a boa articulação – não apenas textual – nos processos de comunicação alcança bons resultados quando as palavras se tornam, em conjunto com a gramática, território conhecido, seguro e transitável:

(...) os sentidos e as intenções expressos em qualquer texto resultam não apenas do conjunto das unidades lexicais que escolhemos (a rigor, substantivos, adjetivos, verbos), mas também das relações que, pela presença das unidades da gramática, são estabelecidas entre aquelas unidades. Quer dizer, do ponto de vista lingüístico, o global entendível a partir dos elementos lingüísticos de um texto é fruto da vinculação entre léxico e gramática. (p. 112)

Vicentônio Regis do Nascimento Silva
Universidade Estadual de Londrina

COLABORADORES DESTE NÚMERO

ALEXANDRE ANTÓNIO TIMBANE é mestre em linguística pela Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique), doutorando em Linguística e Língua Portuguesa e bolsista CNPq, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa na UNESP- Araraquara e membro do Núcleo de Estudos de Variação. É professor titular da Universidade Academia de Ciências Policiais (Moçambique).

CÂNDIDO SAMUEL FONSECA DE OLIVEIRA é mestre em linguística teórica e descritiva pela Universidade Federal de Minas Gerais. Como pesquisador, seu interesse maior está na psicolinguística experimental, especialmente as questões ligadas à representação e ao processamento sentencial por falantes bilíngues e monolíngues.

CÉLIA REGINA DOS SANTOS LOPES é bolsista (PQ 2) do CNPq e professora associada de língua portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde se doutorou em 1999. Fez pós-doutoramento na Universität Tübingen em 2010. Tem experiência na área de Sociolinguística Histórica, atuando principalmente nos seguintes temas: história do português, gramaticalização, sistema pronominal do português e mudança nos pronomes pessoais de 1.^a e 2.^a pessoas.

CLEIDE LEMES DA SILVA CRUZ é pesquisadora do Centro de Estudos Lexicais e Terminológicos da Universidade de Brasília e doutoranda em Linguística do Programa de Pós-Graduação em Linguística da mesma universidade. Professora e pesquisadora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, *Campus Brasília*.

CRISTINE GORSKI SEVERO é professora do Programa do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina. É membro do GT de sociolinguística da ANPOLL e tem atuado nas linhas de pesquisa de Políticas linguísticas e Sociolinguística, a partir de um enfoque discursivo. Coordena o grupo de pesquisa Discursos, Identidades, Política e Ética (CNPq).

DINA MARIA MARTINS FERREIRA é pós-doutora pela Université René Descartes, Paris V, Sorbonne e pela Universidade Estadual de Campinas/Unicamp. É doutora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é docente e pesquisadora visitante do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará e pesquisadora do Centre d'Études sur les Actuels et le Quotidien, Sorbonne V. Seu foco de pesquisa atende às temáticas que envolvem linguagem, sociedade e cultura.

ELIAS ALVES DE ANDRADE é doutor em Letras-Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo. Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem-Mestrado. É sócio correspondente da Academia Brasileira de Filologia e coordena o projeto de pesquisa “Para a História do Português Brasileiro-Mato Grosso”.

ÉRICA NASCIMENTO SILVA é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É mestre em Língua Portuguesa, bacharela e licenciada em Letras (Português-Literaturas) pela mesma instituição. Possui trabalhos na área de sociolinguística com ênfase em linguística histórica.

GERDA HASSLER é professora e investigadora da Universidade de Potsdam, onde leciona e pesquisa acerca de fenômenos linguísticos respeitantes às línguas românicas. Possui mestrado em Filologia Românica e Eslava e doutorado em Linguística Geral pela Universidade Martin Luther de Halle-Wittenberg. Tem experiência em Historiografia Linguística.

GERSON RODRIGUES é professor adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, doutor em Letras pela UFF, sob a orientação do Professor Dr. Ricardo Stavola Cavaliere. Atualmente está vinculado ao mestrado profissional em Letras na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Sua atividade de pesquisa inscreve-se nos estudos da Linguística Cognitiva. Atua como membro do grupo de pesquisa Núcleo de Interfaces Gramaticais, do qual é um dos líderes.

GONÇALO FERNANDES possui doutorado em Linguística Portuguesa e a Agregação (Livre Docência) em Ciências da Linguagem, especialização em Linguística Portuguesa, pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Atualmente detém o cargo de professor auxiliar com agregação da UTAD e

investigador do Centro de Estudos em Letras. Sua atividade de pesquisa inscreve-se na área da Historiografia Linguística, com ênfase na época medieval e na Linguística Missionária.

GRASIELA VELOSO DOS SANTOS é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso e bolsista Capes, sob a orientação do professor Elias Alves de Andrade, com pesquisa vinculada ao projeto “Para a História do Português Brasileiro-Mato Grosso”.

HELENA REBELO é professora auxiliar da Universidade da Madeira e do Centro de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro. É doutora em Linguística Portuguesa pela Universidade da Madeira e pós-doutorada na mesma área pela Universidade de Aveiro. Dedicase ao estudo linguístico do português e é autora de vários estudos em sua especialidade.

JUSSARA ABRAÇADO é doutora em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atua, na Universidade Federal Fluminense, como professora associada de Linguística, na graduação e pós-graduação. Dedicase a estudos na área de Linguística, com ênfase em Sociolinguística, Sociolinguística Cognitiva e Funcionalismo Linguístico, atuando principalmente nos seguintes temas: mudanças no sistema pronominal, ordem de palavras, cognição e gramaticalização, dêixis/referenciação.

LUIZ HENRIQUE QUERIQUELLI é mestre em Estudos da Tradução e doutorando em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina. Leciona nas áreas de língua e literatura latina, história da língua e produção textual. Suas principais publicações estão ligadas à tradução de literatura latina antiga, ao ensino de latim e a aspectos do português brasileiro.

MARIA FILOMENA GONÇALVES é doutora em Linguística Portuguesa e agregada em História da Língua e Historiografia Linguística. Leciona no Dep. de Linguística e Literaturas da Universidade de Évora. Coordena a Linha 3 do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora. É autora de vários livros e inúmeros artigos, publicados em vários países.

MARIA LUIZA MACÊDO DE LIMA é mestre em Letras, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense, e especialista em

Língua Portuguesa pelo Programa de Pós-Graduação *lato sensu* em Letras da Universidade Federal Fluminense. Atua como professora de Língua Portuguesa da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro.

RICARDO AUGUSTO DE SOUZA é professor associado da Universidade Federal de Minas Gerais. Como pesquisador, sua atuação principal se dá no campo da psicolinguística experimental, supervisionando projetos de pesquisa relacionados ao processamento sentencial por bilíngues e monolíngues, e projetos que visam à identificação e à operacionalização de marcadores comportamentais de perfis de bilinguismo.

VICENTÔNIO REGIS DO NASCIMENTO SILVA é doutorando em Letras pela Universidade Estadual de Londrina. Integra o grupo de pesquisa “Estudos de Dramaturgia Moderna”, liderado pela Prof.^a Dr.^a Sônia Aparecida Vido Pascolati.

VICTOR MANUEL DIOGO CORREIA é doutorando no Programa de Linguística na Universidade de Évora. Licenciado em Línguas e Literaturas Modernas na variante de Português-Espanhol pela Universidade de Lisboa. Licenciatura em Ramo de Formação Educacional na variante de Português- Espanhol. Docente no ensino básico e secundário nas disciplinas de Português e Espanhol.

VOLKER NOLL é professor de linguística românica na Universidade de Munster, com especialização em estudos diacrônicos. Seu campo de pesquisa principal é a área da linguística hispano-americana e brasileira, sobre as quais tem publicado vários livros e artigos.

CONFLUÊNCIA

Normas para apresentação de originais

1. As páginas devem ser configuradas em papel A4, parágrafo justificado com recuo de 1 cm na primeira linha, espaço simples entre linhas e entre parágrafos, margens de 3 cm, sem numeração de páginas. Deve ser utilizado o programa *Word for Windows*.
2. Os trabalhos deverão ser enviados unicamente por e-mail para o seguinte endereço: confluencia@liceuliterario.org.br. A submissão deverá ser realizada impreterivelmente dentro dos prazos estipulados.
3. Os seguintes arquivos deverão ser enviados, separadamente, no mesmo e-mail:
 - 3.1 Arquivo 1: dados do autor (nome, titulação, vinculação acadêmica, e-mail, telefone).
 - 3.2 Arquivo 2: texto sem identificação.
4. A comissão editorial emitirá parecer sobre a aceitação do trabalho proposto, do qual será cientificado o autor por e-mail. É do(s) autor(es) a inteira responsabilidade pelo conteúdo do material enviado, inclusive a revisão gramatical e adequação às normas de publicação.
5. Os direitos autorais sobre os trabalhos aceitos são automaticamente cedidos para a Revista Confluência.
6. São aceitos artigos e resenhas inéditos. Os artigos deverão ter a seguinte estrutura:
 - 6.1 Elementos pré-textuais.
 - 6.1.1 Título e subtítulo na primeira linha, centralizados, em letras maiúsculas, fonte Times New Roman, corpo 12
 - 6.1.2 Nome do autor na segunda linha abaixo do título, alinhado à direita, com letras iniciais maiúsculas.
 - 6.1.3 Resumo na terceira linha abaixo do nome do autor. Deve-se escrever

a palavra RESUMO com letras maiúsculas seguida de dois pontos. O texto do resumo deve situar-se na linha abaixo em parágrafo único, espaço simples, justificado, de no máximo sete linhas, em fonte Times New Roman corpo 10.

6.1.4 Palavras-chave em número de três a cinco, duas linhas abaixo do resumo. Deve-se escrever PALAVRAS-CHAVE com letras maiúsculas seguida de dois pontos, fonte Times New Roman, corpo 10.

6.1.5 ABSTRACT e KEYWORDS escritos de acordo com as mesmas normas do resumo e das palavras-chave.

6.2 Elementos textuais.

6.2.1 Fonte Times New Roman, corpo 12, alinhamento justificado ao longo de todo o texto.

6.2.2 Espaçamento simples entre linhas e parágrafos, duplo entre partes do texto (tabelas, ilustrações, citações em destaque, seções etc.)

6.2.3 Parágrafos com recuo de 1cm na primeira linha.

6.2.4 As citações até três linhas ficam entre aspas duplas. As citações com mais de três linhas seguem em destaque na seguinte formatação: fonte Times New Roman, corpo 10, espaço simples, com recuo de 2,5cm. As referências deverão ser indicadas entre parênteses, como no exemplo (BECHARA, 1999, p. 45).

6.2.5 As notas de rodapé devem ser escritas em fonte Times New Roman, corpo 10, com alinhamento justificado e espaço simples.

6.2.6 Os títulos e subtítulos dos itens ou seções devem seguir numeração em algarismos arábicos, sem recuo de parágrafo, e são escritos com letra inicial maiúscula somente na primeira palavra. Espaçamento duplo entre seções. Deve-se usar o sistema sequencial em níveis (1, 1.1, 1.1.1, 1.2, 1.2.1 etc.), sendo o primeiro nível em negrito e os demais sem qualquer destaque. Não se devem numerar a introdução, a conclusão, referências e os elementos pós-textuais.

6.3 Elementos ilustrativos.

6.3.1 Tabelas, figuras, fotos etc. devem ser numeradas sequencialmente. Somente serão publicadas ilustrações de propriedade do autor ou expressamente autorizadas pelo detentor dos direitos autorais.

6.4 Elementos pós-textuais.

6.4.1 Referências bibliográficas segundo as normas da ABNT em espaçamento simples, alinhamento justificado (veja exemplos a seguir).

6.4.2 Data de remessa do artigo para publicação.

7. As resenhas devem seguir, no que couber, as normas dos artigos.

8. Exemplos de referências.

8.1 Livro.

PEREIRA, Astrojildo. *Machado de Assis: ensaios e apontamentos avulsos*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1959.

BIDERMAN, C.; COZAC, L. F. L.; REGO, J. M. *Conversas com economistas brasileiros*. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 1997.

8.2 Artigo de periódico.

KEHDI, Valter. Considerações em torno da Moderna Gramática Portuguesa, do Prof. Evanildo Bechara. *Confluência*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna/Liceu Literário Português, n. 21, 2001, p. 45-58.

8.3 Capítulo de livro.

KUITERS, A.T.; VAN BECKHOVEN, K.; ERNST, W. H. O. Chemical influences of tree litters on herbaceous vegetation. In.: FANTA, A. (ed.). *Forest dynamics research in Western and Central Europe*. Washington: Pudoc, 1986, p. 140-170.

8.4 Monografias, dissertações e teses.

MIYAMOTO, S. *O Pensamento geopolítico brasileiro: 1920-1980*. 1981. 287f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

8.5 Documentos eletrônicos.

FOULKES, H.; CARTWRIGHT, R. Sleep. In: _____Encyclopedia Britânica On-line. Disponível em: <<http://www.britanica.com/bcom/eb/article>>. Acesso em 5 de fev. 2000.

KOOGAN, A.; HOUASSIS, A. (Ed.) *Enciclopédia e dicionário digital 98*. Direção geral de André Koogan Breikman. São Paulo: Delta: Estadão, 1998. 5 CD-ROM. Produzida por Videolar Multimídia.